

Celso Furtado

a esperança militante

2 (Depoimentos)

Cidoval Morais de Sousa
Ivo Marcos Theis
José Luciano Albino Barbosa
(Organizadores)





Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Editor Assistente*

Cidoval Morais de Sousa | *Editor Assistente*

Conselho Editorial

Luciano Nascimento Silva (UEPB) | José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB) | Antônio Guedes Rangel Junior (UEPB)

Cidoval Morais de Sousa (UEPB) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ) | Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPB) | Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP) | Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Diego Duquelsky (UBA) | Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN) | Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB) | Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Germano Ramalho (UEPB) | Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB) | Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT) | Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB) | Vincenzo Militello (UNIPA/IT)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Cidoval Morais de Sousa
Ivo Marcos Theis
José Luciano Albino Barbosa
(Organizadores)

Celso Furtado

a esperança militante
(Depoimentos)
Vol 2



Campina Grande - PB

2020



Estado da Paraíba

João Azevêdo Lins Filho | *Governador*

Ana Lúgia Costa Feliciano | *Vice-governadora*

Nonato Bandeira | *Secretário da Comunicação Institucional*

Claudio Benedito Silva Furtado | *Secretário da Educação e da Ciência e Tecnologia*

Damião Ramos Cavalcanti | *Secretário da Cultura*

EPC - Empresa Paraibana de Comunicação

Naná Garcez | *Diretora Presidente*

William Costa | *Diretor de Mídia Impressa*

Alexandre Macedo | *Gerente da Editora A União*

Albiege Fernandes | *Diretora de Rádio e TV*

A UNIAO

BR 101 - KM 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP: 58.082-010

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA HELIANE MARIA IDALINO SILVA - CRB-15º/368

C766 Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos). [Livro eletrônico]./Cidival Moraes de Sousa, Ivo Marcos Theis, José Luciano Albino Barbosa (Organizadores). – Campina Grande: EDUEPB, 2020.
6200 kb. p.: 392 - V. 2 il.

Nota: "Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado"

Nota: EDUEPB/UNIÃO (Selo 100 Anos de Celso Furtado)

ISBN: 978-65-86221-11-4 (E-book)

ISBN: 978-65-86221-09-1 (Impresso)

1. Desenvolvimento Regional - Brasil, Nordeste. 2. Celso Furtado (1920-2004). 3. Economista paraibano. 4. Celso Furtado - Cientista social. 5. Desenvolvimento econômico. 6. Desigualdades regionais. 7. Políticas de desenvolvimento - Brasil, Nordeste. I. Sousa, Cidival Moraes de (Organizador). II. Theis, Ivo Marcos (Organizador). III. Barbosa, José Luciano Albino (Organizador).

21. ed. CDD 338.99813

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.



Projeto Editorial 100 anos de Celso Furtado

Coordenação

Cidoval Moraes de Sousa
Ivo Marcos Theis
José Luciano Albino Barbosa

Equipe

Antonio Guedes Rangel Júnior
Angela Cristina Moreira do Nascimento
Thales Haddad Novaes de Andrade
Arão Azevedo
Hipólito Lucena
Antônio Roberto Faustino da Costa
Andreza Dantas Albuquerque
Milena Barros Marques dos Santos
Ângela Maria Cavalcante Ramalho
Andrea Carla de Azevêdo
João Moraes de Sousa

Apoio Técnico - Volume 2

Mahatma Gandhi Vieira (Cinegrafista CODECOM UEPB)
Fábio Emerenciano (Degravação e transcrição de entrevistas)

Agradecimentos

A trilogia *Celso Furtado: a esperança militante* é uma construção coletiva que se tornou realidade graças ao apoio de muitos parceiros e instituições. Dentre eles, destacamos: João Azevêdo Lins Filho (Governador da PB); Antonio Guedes Rangel Júnior (Reitor da UEPB); Maria José Lima Silva (PRPGP UEPB); Cátedra Celso Furtado PPGDR (UEPB/UFCG); Luciano Nascimento (EDUEPB); Naná Garcez (EPC); Rosa Freire d'Aguiar (Jornalista e Tradutora); Carlos Brandão (IPPUR-UFRJ); Fernando Macedo (IE – Unicamp); Dom Jaime Vieira Rocha (OBSERNE); Roberto Germano Costa (FAPESQ-PB); Roberto Saturnino Braga (Centro Internacional Celso Furtado); Monica Tejo Cavalcanti (INSA); Marcos Costa Lima (UFPE); Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR-FURB); UNIFASB; SBPC.

As ciências evoluem graças a agentes que são capazes de atingir e ultrapassar certos limites. Não basta armar-se de instrumentos eficazes. O valor de um cientista resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem. Em muitos casos, cabe-lhe também atuar de forma consistente no plano político, portanto, assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico. Não devemos esquecer que a ciência, essa maravilhosa criação do engenho humano, está condicionada pelos valores da sociedade onde é gerada... Se ajudam os homens a enfrentar uma profusão de problemas, também contribuem para conformar a visão do mundo que prevalece em certa sociedade. Assim, podem servir de cimento ao sistema de dominação social em vigor, e eventualmente justificar abusos de poder... Faço essas reflexões para enfatizar a responsabilidade que nos advém coletivamente na construção de um Brasil melhor. Somos uma força transformadora deste mundo. Cabe-nos, a nós, intelectuais e cientistas aqui presentes, balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras.

Celso Furtado

(Discurso de posse na Academia Brasileira de Ciências, 4 de junho de 2003)

Sumário

APRESENTAÇÃO, 15

João Azevêdo Lins Filho

INTRODUÇÃO, 19

Apontamentos para uma história da Esperança

Cidoval Moraes de Sousa

Ivo Marcos Theis

José Luciano Albino Barbosa

FAZENDO E APRENDENDO COM O MESTRE

Juarez Farias

Um dinâmico pensador tecnológico, 39

Francisco de Oliveira

Celso Furtado: um republicano exemplar, 71

Otamar de Carvalho

Das secas, açudagem e lavouras xerófilas ao desenvolvimento do Nordeste, 109

José Maria Aragão

Contra o *status quo*, Sudene, liberdade e desenvolvimento, 141

Carlos Miranda

Não dá para imaginar um Nordeste (e o Brasil) sem Celso Furtado, 167

INFLUÊNCIAS E LEGADOS

Adalberto Arruda

Celso Furtado queria mudar o Brasil promovendo a integração nacional, 179

Leonides Alves da Silva Filho

O Nordeste e um instrumento de desenvolvimento regional, 201

Paulo de Tarso

Os desafios da promoção do desenvolvimento do Nordeste, 225

Manelito Vilar

Celso Furtado, a Sudene e o Semiárido: enfrentando a seca social, 239

Tania Bacelar

Celso Furtado: um intelectual com o pé no chão, 247

Angelo Oswaldo

Sem cultura, o desenvolvimento se torna frágil e vulnerável, 271

DO BRASIL PARA O MUNDO

Oswaldo Sunkel

Um intelectual indispensável para entender o mundo das últimas décadas, 285

Aldo Ferrer

As ideias de Celso Furtado estão voltando à primeira fila, 297

Gonzalo Martner Fanta

Cooperação e diversificação econômica na América Latina, 305

Immanuel Wallerstein

O cepalismo e Celso Furtado, 319

UTOPIAS FURTADIANAS

Luiz Gonzaga Belluzzo

Celso Furtado, um economista que apela para imaginação!, 325

Jorge Santana

O poder sem donos: 40 anos de uma utopia, 339

José Ramón García Menéndez

Celso Furtado y el impulso de la razón, 355

Carlos Lessa

Celso Furtado e a história da periferia mundial, 377

João Azevêdo Lins Filho

Governador da Paraíba

Foto: <http://www.rotadenoticia.com.br/2019/07/governo-joao-azevedo-e-aprovado-pela.html>



“

Furtado avançou, não no sentido de ser mais um técnico com relatórios econômicos, mas como alguém que apresenta-se com um projeto de nação, denunciando aquele que continua sendo o nosso grande problema, que é a desigualdade estrutural, indutora da concentração de renda.”

”

Apresentação

PARAIBANO DE POMBAL, NORDESTINO, BRASILEIRO, CIDADÃO UNIVERSAL. O economista Celso Furtado, ao longo da sua vida, nos diversos caminhos que percorreu, manteve na memória e nos estudos as suas origens e um pensamento voltado à promoção de uma sociedade mais igualitária, democrática e sustentável. Fez uma busca constante por conhecimentos, métodos e propostas para a superação do subdesenvolvimento econômico, das desigualdades regionais e dos problemas sociais. Na verdade, para além da economia, foi um pensador das questões humanas e das relações de interdependência entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Como governador da Paraíba, tenho, hoje, a possibilidade de promover ações para que as suas ideias permaneçam sendo disseminadas, discutidas e possam ser referência para adoção de políticas públicas que visem a distribuição de renda mais equilibrada, a promoção da cultura, da educação e a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

A Paraíba teve a sua contribuição direta, através da criação da Sudene, que, na verdade, veio com o intuito promover o desenvolvimento do Nordeste. Posteriormente, como ministro da Cultura, viabilizou financiamento externo para a recuperação do Centro Histórico de João Pessoa. Em várias ocasiões participou de seminários, encontros e palestras sobre viabilidades do crescimento econômico do Estado, dentro dos contextos nacional e internacional. As suas ideias não se limitavam à uma visão da problemática local, apenas.

Coragem era uma das suas características. Integrou a Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, servindo na Itália. Teve os seus direitos políticos cassados e, em função disso, peregrinou por vários países, ensinando em grandes universidades nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, dentre outros. No retorno ao Brasil, continuou dando a sua contribuição com análises e propostas, que visavam o aproveitamento de oportunidades econômicas no Nordeste e no País, a redução da concentração de renda e melhoria das condições de vida da população.

O hábito da leitura e da escrita estão refletidos na extensa bibliografia com mais de 30 títulos, além de artigos publicados em jornais, revistas e coletâneas. Assim, a Paraíba foi bem representada na Academia

Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira 11 e, também, no Pen Clube do Brasil, entre outras instituições culturais.

Ao publicar a trilogia “Celso Furtado – a esperança militante”, a Universidade Estadual da Paraíba, que já mantém o curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, permite que as futuras gerações saibam o que pensou, quem foi e como atuou o paraibano que representou o Brasil em fóruns internacionais, é considerado um dos grandes economistas do mundo e que muito nos orgulha.

Introdução

Apontamentos para uma história da Esperança

Cidival Morais de Sousa¹

Ivo Marcos Theis²

José Luciano Albino Barbosa³

AS DIFERENTES LEITURAS JÁ PRODUZIDAS SOBRE CELSO FURTADO E sua obra apresentam, pelo menos, duas características comuns: concentram-se, de um lado, muito fortemente, nas obras de natureza econômica e, de outro, na atuação política do economista paraibano de Pombal, nascido em julho de 1920. Mesmo em textos com densidade biográfica o que prevalece é o Furtado culto, que desde cedo gostava de literatura, história e filosofia e que queria ser escritor. Ele mesmo economizou palavras sobre a sua vida pessoal em seus diários e, mais tarde, em sua obra autobiográfica. No volume 1 desta trilogia (*Interpretações*), que não tem nenhuma pretensão biográfica, a leitura corrente se manteve, com uma ou outra exceção. Dois ou três autores destacaram, em seus textos, características mais subjetivas do homem Furtado, como a paixão pelo que fazia. Neste volume 2 a regra geral também se mantém, mas com algumas exceções. A natureza da obra (*Depoimentos*) talvez explique os destaques fora da curva. Há um Furtado que, além de ser um gigante intelectual, um homem público honesto, coerente com seus

1 Jornalista, doutor em Geociências pela Unicamp, professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências e Educação Matemática. Colabora com o PPGCTS da UFSCar.

2 Economista, PhD em Geografia Humana pela Eberhard-Karls Universität Tübingen (Alemanha), docente-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), líder do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional, editor da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

3 Sociólogo, Doutor em Sociologia pela UFPB, professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

princípios, zeloso pela coisa pública, um combatente implacável contra as desigualdades regionais, é, sobretudo, humano.

A primeira síntese que formulamos – depois da transcrição e edição das entrevistas aqui publicadas – foi que aquele homem, aparentemente, sisudo, elegante, sempre vestindo ternos de linho bem cortados, boa estatura, porte atlético, intelectual renomado no Brasil e no exterior, embora difícil de imaginar para quem o conheceu pelos livros (e não foram poucos), também experimentou a vida comum dos mortais. Assim, é estranho, por exemplo, imaginar Celso Furtado, doutor pela Sorbonne, em sua elegância, abrindo cancelas como passageiro de uma Rural Willys, em estradas precárias e ladeadas pela miséria, na imensidão seca do sertão Semiárido. Também não parece razoável um Furtado que ‘faz conta’ de centavos em empréstimo a um amigo, ou que se ‘recusa’ a pagar, em partes iguais, a conta de um almoço, sob a alegação de ter se servido a menos num pedido, digamos, para dois. E o que dizer de alguém que afirma, peremptoriamente, que o homem sério que dirige a Sudene gostava de ouvir casos, ou que, em viagens a serviço, fazia questão de dividir o quarto de hotel, inclusive com subordinados, para economizar nas diárias.

E quem apostaria que aquele homem culto, amante das artes, que escrevia ouvindo música clássica, seria capaz de provocar constrangimento entre casais amigos justamente no meio de uma peça de teatro? E imaginar alguém escrevendo textos densos de teoria econômica, criticando, inclusive, “o modelo de Marx”, em meio a folia do carnaval de Recife, no andar térreo de um prédio (o aluguel era mais barato), no bairro do Pina, enfrentando o barulho de blocos, *la ursas* e congêneres? E mais do que isso: convocar os amigos no final da terça-feira de carnaval para discutir o texto escrito durante a folia, considerar normal aquela situação e estranhar a reação dos convocados, ainda dispostos a aproveitar os últimos momentos do reinado de momo? E quem imaginaria Celso Furtado produtor e ‘roteirista’ de cinema? Pois é, os bastidores do filme *Brazil: The Troubled Land*, de Helen Rogers, acrescenta mais esta particularidade à vida do nosso homenageado, incluindo uma cena digna de um filme de faroeste, mas bem típica do sertão dos coronéis.⁴ Ou um Furtado que manda um dos filhos (Mário), recém chegado

4 Sobre o filme, na realidade, um documentário destacando a questão da terra no Nordeste, evidenciando a atuação das Ligas Camponesas, Celso Furtado o veria na sala de exibições da Casa Branca, na companhia do presidente John F. Kennedy. O Brasil não veria o filme ao longo da ditadura militar e Furtado seria acusado, por

do Rio de Janeiro, passar o Natal com a família de um dos seus colaboradores na cidade mais seca do Semiárido (Cabaceiras), sob a alegação de que, mais do que um final de ano com o pai no Recife, ele precisava conhecer a realidade do Cariri?

Este segundo volume, como sinalizamos acima, se não coloca a figura humana que foi Celso Furtado em primeiro plano, não descarta dela no sentido das tessituras de suas relações sociais e também afetivas. Para toda uma geração que viu o golpe de 1964, Furtado era prestigiado em razão de suas posturas republicanas e democráticas. A relação entre a vida corriqueira e as letras permitiu o surgimento de uma visão de mundo que o fez refletir sobre o Nordeste de maneira diferente daquilo que até então era pensado. A vida que teve, ainda quando menino em Pombal, e a que experimentou no cenário paraibano, marcada pelas oligarquias rurais, as relações paternalistas e a violência no campo, ofereceram, à criança e ao jovem, os elementos para a elaboração de um espelho em si, cujo reflexo foi lançado na forma de análises e posturas éticas. É possível entender que, como ocorreu com outros escritores, a exemplo de Ariano Suassuna e Graciliano Ramos, a presença forte da memória da infância foi a primeira fonte de inspiração e de trabalho, uma companhia permanente em suas vidas literárias. Tal como Itabira para Carlos Drummond de Andrade; Pilar para José Lins do Rego; Quebrangulo, Buíque e Palmeira dos Índios para Graciliano Ramos; Taperoá e Recife para Ariano Suassuna; assim também foi Pombal e o Sertão Semiárido para Celso Furtado.

Seja como memória, seja como sotaque e escrita, o que “escutamos” neste volume nos permite uma segunda síntese: Furtado fez uma espécie de reconciliação com o passado. Um acerto de contas que se atualizou no processo. O poeta Vinícius de Moraes certa vez afirmou que o samba expressa dor, saudade, perda. Seu gênero não se constrói na piada. O samba possui forma de oração. Tal musicalidade e poesia, decorrentes do sofrimento no cativo, da escravidão do negro, serviram de base e combustível para o seu nascimento. Essa ilustração se faz oportuna porque os autores mencionados acima conceberam sua origem de forma trágica. O Nordeste para Ariano Suassuna, Graciliano Ramos e Celso

alguns setores da esquerda de, ao colaborar com a cineasta Helen Rogers, ter colaborado, indiretamente, com a CIA, em sua missão de evitar que o Brasil virasse uma “nova Cuba”. Outros detalhes sobre o documentário ver entrevista de Juarez Farias (primeira deste volume, p. 39-70), e sobre a ajuda americana à Sudene e o comunista Furtado, conferir entrevista de José Mário Aragão (quinta entrevista, p. 141-166).

Furtado é uma tragédia, especialmente no sentido de como os gregos a entendiam. Quer dizer, aquilo que problematiza valores e conceitos, que exige de cada um a capacidade de se redefinir diante do impacto causado pela quebra de ilusões perenes. Em outras palavras, a tragédia possibilita a catarse. Nas obras dos autores citados há, por assim dizer, uma catarse sociológica, moral e simbólica do Nordeste, um estranhamento diante do que se anunciou como realidade, problematizando-a ao extremo, com interpretações que superam o trágico pelo encantamento de observá-lo. O homem de aspectos agrestes na aparência se revelava como cacimba a minar água doce em momentos de sequeidão. Assim era Furtado: generoso, discreto, seco, objetivo, convicto, incansável, na vida real da memória de seus interlocutores.

A leitura das vozes e memórias deste volume ainda nos permite uma terceira e última síntese: em todas as épocas e em todos os lugares devem ter existido mulheres e homens que se recusaram a aceitar o mundo no qual se encontravam. Citam-se, com frequência, Thomas Morus e os socialistas utópicos que precederam a Marx. Poderíamos (e deveríamos) citar as beguinhas, entre elas, Marguerite Porete. Aliás, deveríamos citar mulheres e homens rebeldes e inconformados de outras culturas, que viveram nas Américas, nas Áfricas, nas Ásias. Se não tivessem existido essas mulheres e homens, o mundo, possivelmente, seria pior do que é. O que, em todas as épocas e em todos os lugares, tem movido muitas mulheres e muitos homens é a esperança. Malgrado o fato de a palavra ter se desgastado “um bom bocado”, como diria o poeta, de ter se banalizado o seu emprego, de ter se modificado seu conteúdo e seu significado, ela ainda pode expressar essa disposição ‘demasiadamente humana’ de insurgência contra o estabelecido. “A esperança é a última que morre”, diz o ditado popular. Talvez, em comparação com outros afetos que rapidamente se encerram, seja ela o que venha experimentando surpreendente perenidade para acudir mulheres e homens quando o mundo à sua volta vai se tornando insuportável.

Pindorama é um lugar e(m) um tempo que foi inventado por três raças tristes. E que vêm buscando viabilizar-se, desde o advento da modernidade eurocentrada, no concerto das formações sociais submetidas ao governo do deus-capital, como uma parte digna da periferia. Com a promessa-esperança de converter-se numa terra sem males. Celso Furtado é um desses seres humanos que, num dado instante, na linguagem dos poetas populares, “caiu do céu nublado” para acrescentar substância à esperança que, um belo dia, levará as três raças tristes à

redenção. Sua trajetória não seria ignorada. Evidentemente, não por seus detratores e algozes – sim, em todas as épocas e em todos os lugares, sempre existiu quem defendesse seu pequeno paraíso amparado na tristeza. Mas, surpreendentemente, também não por quem intuiu (e intui) que “a esperança é a última que morre”. Armado com seus princípios e valores, Celso Furtado nunca frustrou a quem tinha apenas a esperança em que se agarrar!

Aspectos do método

A realização deste volume – o segundo da trilogia *Celso Furtado: a esperança militante* – só se tornou possível graças a um conjunto de parcerias institucionais e a colaboração, direta, de colegas professores e estudantes da pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB, da FURB e da UFRJ. O grande desafio foi construir uma lista de possíveis entrevistados e cotejá-la com aquilo que, na nossa concepção, deveria ser o eixo de sustentação do livro: considerando que a proposta, desde o primeiro volume, era revisitar fatos e interpretações, jogar luz sobre questões aparentemente controversas e, sobretudo, oferecer contribuições para uma história recente do Brasil e suas instituições, a partir da vida e da obra de Celso Furtado, as pessoas a serem entrevistadas precisavam, minimamente, ter se relacionado com o nosso homenageado (colaborado, assumido missões e funções técnicas, assessorado, estudado) em, pelo menos, um dos momentos de sua carreira técnico-político-acadêmica (Cepal, BNB, Sudene, Ministério do Planejamento, exílio, Ministério da Cultura).

A lista se revelou extensa, principalmente depois das primeiras entrevistas. Cada entrevistado também colaborou indicando novos nomes e viabilizando contatos. Infelizmente, muitos já não estavam mais entre nós e outros, em idade avançada e com problemas de saúde, não puderam participar do projeto. Contamos, nesse processo, com a colaboração essencial do Professor Marcos Costa Lima, da UFPE, que coordenou, recentemente, um grande projeto de pesquisa sobre o Conselho Deliberativo da Sudene – Condel, denominado de Procondel.⁵

5 O Procondel (<http://procondel.sudene.gov.br/>) foi o projeto de preservação e disponibilização do acervo do Conselho Deliberativo da Sudene - Condel, período 1959 - 2000, realizado pela Sudene em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, entre 2013 e 2016, e tinha como meta a preservação desse acervo e a

A mediação entre a nossa proposta e os achados projeto foi feita pela professora Ângela Nascimento, coordenadora executiva. O acervo de entrevistas inéditas é muito rico. E foi nele que recolhemos alguns dos melhores depoimentos deste volume, como os de Francisco de Oliveira e Aldo Ferrer, já falecidos. Com os devidos créditos, e externando a nossa gratidão pela parceria, aqui tentamos contribuir para universalizar uma parte desse acervo, visando subsidiar análises, discussões, construção de novos conhecimentos, leituras de políticas públicas e fixação de diretrizes de desenvolvimento regional na academia, governos e, também, nos diferentes grupos da sociedade civil.

Organização da obra

Há quatro conjuntos de depoimentos neste volume. O primeiro se caracteriza pelas entrevistas que a equipe do *Projeto Editorial 100 Anos de Celso Furtado* realizou entre dezembro de 2019 e março de 2020, cuja ênfase reside na relação direta dos entrevistados/as com Furtado, com destaque para reminiscências, legados e influências teóricas e políticas. O segundo é composto pelas entrevistas realizadas pela Equipe do projeto Procondel, que se concentram, por sua vez, na experiência dos personagens no contexto de criação e funcionamento da Sudene, antes e depois da cassação de Celso Furtado pela ditadura civil-militar, em 1964. O terceiro é formado por pronunciamentos recolhidos ao longo dos últimos anos, no Brasil e no exterior, em eventos (seminários, aulas, homenagens) de importância inequívoca para a compreensão de contextos de obras e realizações, influências, características pessoais e profissionais do nosso homenageado e questões que permaneciam com divulgação restrita. E, por fim, um quarto tipo, que não resultou de entrevista direta, mas foi escrito por alguns seguidores de Furtado, no formato de depoimento, exclusivamente para este volume. Tanto as nossas entrevistas quanto as realizadas no contexto do Procondel foram gravadas em vídeo e áudio, transcritas e, em alguns casos, editadas com a supervisão dos entrevistados, preservando o conteúdo e, sempre que possível, as características da linguagem oral.

A distribuição, neste livro, do material recolhido não seguiu, necessariamente, a ordem da classificação acima, mas também foi articulada em quatro blocos. No primeiro, reunimos aqueles a quem chamamos

universalização do seu acesso, coordenado pelo professor doutor Marcos Costa Lima e pela professora mestra Angela Nascimento.

de pioneiros – pessoas que foram convidadas (ou como elas preferem dizer, “convocadas” ou “chamadas”) por Celso Furtado antes mesmo de a Sudene existir de fato, e aqueles que chegaram no contexto da criação e primeiro Plano Diretor. Demos a esse bloco o título de *Aprendendo e fazendo com o mestre*. Estão nele, pela sequência, Juarez Farias, Francisco de Oliveira, Otamar de Carvalho, José Maria Aragão e Carlos Miranda. No segundo, *Influências e Legado*, juntamos quem participou da experiência da Sudene com e pós-Furtado, acompanhou sua trajetória no Ministério do Planejamento e, pós-exílio, a sua participação no Ministério da Cultura. Pela ordem, Adalberto Arruda, Leonides Alves, Paulo de Tarso, Manelito Vilar, Tania Bacelar e Ângelo Oswaldo. No terceiro bloco reunimos quatro atores importantes para pensar Furtado fora do Brasil e discutir a influência de seu pensamento na América Latina e na Europa. Estão em *Do Brasil para o mundo* o economista chileno Osvaldo Sunkel, o argentino Aldo Ferrer (já falecido), outro economista chileno, Gonzalo Martner, e o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (também já falecido). Por fim, em *Utopias Furtadianas*, publicamos depoimentos dos economistas Luiz Gonzaga Belluzo, Jorge Santana, José Ramón García Menéndez e Carlos Lessa, que morreu pouco antes do fechamento deste volume.

Tentaremos, nos próximos parágrafos, fazer uma síntese dos conteúdos das entrevistas, apresentando, desde já, três advertências: primeira, embora tratem, às vezes, do mesmo tema, não implicam em leitura sequencial; segunda, não tivemos (e nem alimentamos) a pretensão de esgotar assuntos ou temas, o que significa dizer que a história (ou as versões contadas do mesmo fato) permanece aberta; e, a terceira, nossa pretensão não foi necessariamente esclarecer, mas, sobretudo, contribuir com uma agenda de pesquisa e uma história (do Nordeste, do Brasil, da América Latina) que ainda está por ser contada.

O que dizem de Celso Furtado

O advogado e economista Juarez Farias abre o primeiro bloco de entrevistas. A memória impressiona e a narrativa prende os interlocutores. Farias conta como foi convidado para a aventura da Sudene, o que fez no GTDN, como participou da construção dos dois primeiros planos diretores da Sudene, sua contribuição para o primeiro Plano Trienal (do Brasil) e como foi o enfrentamento da primeira seca pós-criação da Sudene. Além disso, revela um Furtado mais humano que técnico, zeloso, não apenas com o dinheiro público, mas também com

o seu próprio. Relata fatos curiosos (e polêmicos), como o dia em que a Casa Branca exibiu um filme – *Brazil: the troubled land* –, tecnicamente “co-produzido” por Furtado, e, também, como este escreveu um capítulo do livro *Desenvolvimento e sub-desenvolvimento* num carnaval do Recife. Com emoção, Farias encerra falando do significado do economista paraibano em sua vida: “foi uma graça que eu recebi. Trabalhar com ele foi uma honra. Mesmo quando discordávamos, eu achava que ele estava querendo me ajudar”.

A chegada de Francisco de Oliveira à equipe liderada por Celso Furtado é contada aqui em mais de uma versão: a do próprio Oliveira, uma outra rica em detalhes narrada por Juarez Farias, e uma que aparece nos fragmentos de várias outras entrevistas. O certo é que, para Oliveira, toda a adjetivação possível sobre o homem e sua obra é que Celso Furtado era um republicano exemplar. Numa tradição brasileira de patrimonialismo, ele (Furtado) era uma “exceção luminosa”. Nos cinco anos em que trabalharam juntos, Oliveira afirma que aprendeu “o que é república e o que é democracia, sem nenhuma retórica”. Segundo ele, a história que fica da Sudene, tal como seu fundador, é de uma instituição extremamente republicana. Ou era uma missão para um demônio ou para um santo. E Celso Furtado era as duas coisas. Demônio para aquelas tradições patrimonialistas, e santo para as novas oportunidades que a Sudene veio criar.”

Na leitura de Otamar de Carvalho, a Sudene de Furtado teria caráter extraordinário, ou seja, duraria o tempo necessário à implementação das mudanças que motivaram a sua criação. Embora oficialmente criada em dezembro de 1959, a Sudene, segundo Carvalho, tem raízes nos estudos realizados, até aquele momento, pelo economista baiano Rômulo Almeida; nos estudos do Padre Joseph Lebreton e do agrônomo Guimarães Duque e, também, nas pressões políticas de diferentes setores da sociedade nordestina, destacando-se, dentre eles, as Ligas Camponesas e o movimento dos Bispos do Nordeste, liderado por Dom Helder Câmara. A Sudene, com Furtado, pensava o desenvolvimento em novas bases, para além das obras de infraestrutura e da chamada solução hidráulica. Otamar de Carvalho traz um Furtado humilde, que respeita a fila de elevador e tem sensibilidade para boas histórias e causos. Para ele, a Sudene funcionou com prestígio até março de 1964. Mas o projeto se desfigurou depois do golpe civil-militar. A instituição perdeu força política, chegou a ser extinta (2001) e, desde que foi recriada (2007), ainda não disse a que veio.

Para o economista José Maria Aragão, que fez seu discurso de formatura em economia no Rio de Janeiro, em 1959, recuperando um debate, famoso à época, entre Celso Furtado e o inglês Ragnar Nurkse, o convite para trabalhar com Furtado teve “o valor de um chamamento”. Aragão pretendia, naquela época, seguir carreira diplomática, mas “a oportunidade de integrar a equipe fundadora da Sudene teve um atrativo muito especial”. A Sudene, naquele momento, era o principal assunto da imprensa nacional: uma instituição para o planejamento que tinha o papel de conferir uma dimensão regional aos projetos antes apropriados, individualmente, pelos governos estaduais. Isso representava, na visão de Aragão, uma reforma administrativa de grande vulto porque, pela primeira vez, um grupo de governadores se reunia de forma orgânica em um colegiado para discutir os problemas da região.

Em sua entrevista, Carlos Miranda diz, também tentando controlar a emoção, que se orgulha de ter tirado a melhor nota de sua turma no curso de Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE) com o mestre Furtado, e de ter feito parte do primeiro grupo de técnicos da Sudene. Para ele, uma coisa importante em sua relação com o economista paraibano foi compreender a importância do território como identidade política das pessoas. “Elas se identificam com o lugar, são mais o lugar onde vivem do que qualquer outra coisa. Eu aprendi o que é pertencer quando entrei na Sudene”, afirma. Celso Furtado, segundo Miranda, partiu desse sentimento de pertencer, que “leva a uma série de outros desdobramentos”. Miranda também testemunhou fatos relacionados à dimensão humana de Furtado e considera que um dos grandes feitos políticos da Sudene foi criar o Departamento de Agricultura e Abastecimento. Ali, diz ele, “a gente conseguia unir questões operacionais, práticas e pragmáticas sem se desligar das questões políticas e teóricas do desenvolvimento”.

Formado em direito e economia, Adalberto Arruda, na entrevista que abre o segundo bloco (*Influências e legado*), lembra que Celso Furtado tinha uma proposta de mudança que encantava: “não era por meio da violência, como alguns setores da esquerda pregavam; era um processo, digamos assim, democrático”. O Brasil, naquele momento, “era um arquipélago econômico-social, com regiões com níveis diferenciados de desenvolvimento, e isso era ruim para a integração nacional”. E essa integração “só podia ser feita com a ação forte governamental”. Das lições, Arruda destaca: “Furtado sempre dizia: mais importante do que ter, é ser; mais importante do que ser, é construir, é fazer. Porque fazer é uma

forma de ser. Ser e fazer estão conjugados. Ninguém tem valor essencial pleno se não for também um construtor”. Sobre o futuro da Sudene, é lacônico: “eu tenho amigos que acham que o projeto Sudene já acabou e que a Sudene deveria ser colocada na prateleira para ser julgada pela história”.

Na segunda entrevista do bloco, Leonides Alves da Silva Filho defende que a Sudene foi uma instituição que criou uma alternativa de tratamento diferenciado para os problemas de desenvolvimento do Nordeste. O único tratamento que existia na época tinha como enfoque político o aumento da oferta d’água e era gerenciado pelo DNOCS. A Sudene, segundo Silva Filho, contribuiu “para gerar uma mentalidade e uma abordagem global e evitar o pires na mão”. Na sua leitura, a criação da Sudene não foi obra da vontade pessoal do presidente Juscelino Kubitschek. “Ele foi pressionado a criá-la em função das secas simultâneas, do contexto internacional, das tensões sociais na região, como o movimento das Ligas Camponesas, comandadas por Francisco Julião, e a influência da Igreja Católica”, afirma. Do legado furtadiano destaca a capacidade de negociação e articulação, que “transformou o que era predominantemente planificação estatal em uma ação planificadora global, envolvendo a integração entre o setor público e o setor privado. E incutiu isso no corpo técnico da Sudene”.

No capítulo seguinte, Paulo de Tarso, que chegou à Sudene em 1963, afirma que Celso Furtado não só estava convencido, como convenceu a todos de sua equipe, de que o problema do Nordeste “não era apenas de acumulação de água ou de carência de obras contra as secas; havia de se fazer um esforço de planejamento”. Era melhor para o país o desenvolvimento da região como um todo “do que a eterna ajuda por ocasião das secas”. O relatório de Furtado (o GTDN), de acordo com Paulo de Tarso, mostrava que “se houvesse uma ação articulada, uma ação coordenada, em que otimizássemos a aplicação dos recursos, haveria de ser melhor”. Na sua leitura, a Sudene foi a instituição que criou as condições para operacionalizar a integração regional. Da herança de Furtado, destaca a lógica do planejamento, a metodologia de trabalho e um corpo técnico profissional, altamente qualificado, “que deu consequência as políticas implementadas”.

O agropecuarista Manelito Vilar foi um dos primeiros engenheiros da equipe montada por Celso Furtado, encarregado de cuidar, na Sudene, de questões relacionadas ao saneamento e ao abastecimento de água. Bom de conversa, começou o depoimento lembrando que a sua

relação com Furtado, no campo das ideias, foi de amor à primeira vista. “Celso Furtado não era contra a seca. E eu não era e nem sou contra a seca”. Manelito afirma que, nessa questão, sempre defendeu “uma estratégia de convivência com ela”. Segundo ele, “agora é preciso passar um tempo. Uma sucessão de gerações operando nesse patamar para consolidar o caminho definitivo do Nordeste”. Lembra que “havia uma pressão enorme” para que se definisse, na Sudene, uma política de açudagem. Era a prevalência do modelo hidraulicista. “Aí Furtado chegou e disse: a Sudene só vai definir uma política de açudagem para o Nordeste quando estiver definida a política de águas”.

A economista Tania Bacelar destacou, em sua entrevista, quatro grandes influências de Celso Furtado em sua vida profissional e também pessoal: o exemplo do intelectual com o pé no chão, no sentido de que a realidade não é para estar distante do estudioso, do planejador, é para ser transformada; o exemplo do intelectual político, algo muito complicado para quem também é da academia; o processo de formação da Sudene; e o fato de Furtado ter sido um intelectual que “não se coloca em caixinhas”, que só servem à burocracia. Ele foi precursor “das abordagens interdisciplinares em desenvolvimento regional”. Para ela, que chegou à Sudene pouco tempo depois da cassação dos direitos políticos e do exílio de Furtado, sua utopia, hoje, é ver um mundo sem desigualdade, especialmente a regional e, sobretudo, a humana. Acredita, porém, que “o mundo tem andado para trás: a concentração da riqueza é tão absurda, que não cabe todo mundo”.

Para Angelo Oswaldo, como intelectual, Celso Furtado sempre abordou a questão cultural como um dos pontos seminais da vida do país e de seu desenvolvimento socioeconômico. Não só na obra acadêmica, mas também na militância política. O legado de Celso Furtado, para Oswaldo, que foi seu chefe de gabinete no Ministério da Cultura, é o entendimento de que, sem se fundar na cultura, o desenvolvimento se torna frágil e vulnerável, incapaz de responder à realidade do país e de sua população. Por isso, chamava atenção para a cultura nas escolas, nos presídios e nos asilos, destacava o advento da transformação tecnológica, analisava a globalização, apontava disparidades regionais e a necessidade de compreender os desafios das cidades e dos territórios. A atuação política de Furtado, nas lembranças de Oswaldo, sempre esteve voltada para a causa republicana e democrática, para a superação da miséria e a valorização da originalidade do Brasil como povo e país.

Abrimos o bloco *Do Brasil para o mundo* com o depoimento de Osvaldo Sunkel, um dos grandes parceiros de Celso Furtado desde os tempos da Cepal, que concentra sua atenção na atualidade do pensamento do nosso homenageado. Diz ele que o pensamento de Furtado ainda é absolutamente válido. Trata-se de leitura obrigatória para qualquer pessoa interessada em desenvolvimento nos turbulentos dias de hoje. Sunkel revela um desejo: “eu certamente gostaria de perguntá-lo sobre tudo isso que vem acontecendo nos últimos 20 anos, que está reconfigurando completamente o mundo, com grandes transformações geoeconômicas, políticas e demográficas”. Para o economista chileno, Celso Furtado insistiu muito na possibilidade de que os países da América Latina “tivessem um pensamento e uma cultura de desenvolvimento a partir de dentro”. No seu ponto de vista, quem quiser entender o que está se passando nas últimas décadas não tem escapatória: terá que ler Furtado.

No segundo depoimento deste bloco, o economista Argentino Aldo Ferrer (1927-2016) assegura que o pensamento de Celso Furtado foi e é de absoluta validade, sobretudo, agora que vivemos sob a influência do neoliberalismo e do conservadorismo. “Voce vê as coisas de forma diferente e sabe que os resultados foram muito ruins. E aí reaparece novamente a validade do pensamento de Celso, de Prebisch, Osvaldo Sunkel, do estruturalismo latino-americano”. No entendimento de Ferrer, assim que recuperarmos “o bom senso, as ideias de Furtado voltarão à primeira fila”. A exemplo de Furtado, ao longo da vida, o nosso entrevistado se dividiu entre dois universos tensos: o ensino e a pesquisa, e a atividade pública. Quando foi ministro da economia, entre 1958-60, Ferrer lembra que, inspirado em Furtado, também criou uma agência de planejamento regional para as províncias de Buenos Aires e de Chubut, à semelhança da Sudene, respeitadas as particularidades locais.

Gonzalo Martner Fanta foi aluno de Celso Furtado no começo dos anos 1970, na Sorbonne, em Paris. O doutorado foi uma recomendação do mestre numa visita feita aos pais de Martner Fanta, então exilados na Venezuela, vítimas da perseguição da ditadura do general Pinochet, no Chile. Na entrevista, Gonzalo conta particularidades do professor e o descreve como “extremamente cordial e atencioso”. Discorre sobre a Cepal que, no seu entendimento, cumpriu um papel importante no sentido de incentivar os governos da América Latina a refletirem sobre a equidade e sobre o uso do *boom* das matérias-primas na geração de

políticas eficazes para reduzir as desigualdades. Afirma acompanhar de perto os problemas políticos do Brasil, dada a importância do país para a América Latina: “o Brasil é um dos atores globais. Para todos nós é chocante ver que o emergente Brasil, player global, passa a ser um país em crise, um país emergente em recessão”. Sobre o futuro é enfático: “a reconstrução de uma visão a médio e longo prazo da América Latina deve partir do Brasil, eu acredito, porque o Brasil é o centro da economia latino-americana”, conclui.

O último depoimento do terceiro bloco é do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1930 – 2019). Ele discute, dentre outras questões, a tese central do “cepalismo”: a dualidade centro/periferia como um conceito para estruturar, visualizar e analisar a economia-mundo. Na sua opinião, isso pode ter vários significados: primeiro, o comércio internacional não tem efeitos neutros; segundo, essa antinomia implica que é preciso pensar em termos de mudanças estruturais para modificar essa situação de desenvolvimento desigual; e, por fim, Furtado nos mostra que a história importa e é fundamental. Para o sociólogo, tendemos a não nos surpreender que Furtado tenha feito história econômica, mas isso não é óbvio. A maioria dos economistas rejeita absolutamente tal abordagem, considerando-a sem importância. No entanto, neste contexto, assume todo o seu significado e se encaixa, na sua opinião, nesse todo que chama de “cepalismo”. Wallerstein explica que se pode – e no nosso entendimento é urgente – pensar em construir um desenvolvimento no qual o Estado seja convocado a desempenhar um papel importante.

O quarto bloco (*Utopias furtadianas*) traz, já na abertura, o depoimento do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que conhece a obra de Celso Furtado como poucos. Belluzzo nos ensina que “a grande virtude de Celso Furtado é essa concepção de desenvolvimento como um fenômeno que procura entender [...] a dinâmica das estruturas”. Ele “vai mostrando como as configurações da economia mundial vão se transformando e vão mudando a posição dos países envolvidos. Celso Furtado, de acordo com Belluzzo, partia da totalidade para observar as singularidades. Dizia que Prebisch olhava sincronicamente os vários momentos da relação centro-periferia e ele (Furtado) em perspectiva diacrônica, ou seja, histórica. Furtado, na leitura de Belluzzo, não se considerava um economista, mas sim, um servidor público, um homem interessado nos problemas brasileiros e que sabia usar a imaginação para pensar a situação dos países periféricos.

O economista e professor aposentado da UFPE, Jorge Santana, em depoimento por escrito, afirma que foi somente sob a forte pressão dos movimentos sociais, dos mais destacados líderes religiosos, do empresariado industrial sediado no Sudeste, da imprensa regional e nacional e dos governadores mais antenados com o desenvolvimento socioeconômico do País e do mundo, que o projeto Sudene, que representava a ideia de “poder sem dono”, foi aprovado pelo Congresso (em dezembro de 1959). Só que, uma vez instalada, passou a atemorizar “os donos do poder”. Santana trabalhou na Sudene ao longo de 28 anos. Chegou dois anos depois da cassação dos direitos políticos e exílio de Furtado e testemunhou a instituição perder força e se esvaziar. E com isso, segundo ele, deixou passar a oportunidade histórica de aprofundar as propostas de desburocratização, transparência, moralidade, compromisso com posturas republicanas, justiça e inclusão social, integração socioeconômica e territorial horizontalizada e real abertura democrática, que só se alcança na vigência de um genuíno “poder sem donos”.

Um outro depoimento forte, encaminhado por escrito aos organizadores deste volume, é o do professor de economia política da Universidad Santiago de Compostela, José Ramón García Menéndez. Ele, no começo dos anos 1970, interagiu com Celso Furtado em “momentos, encruzilhadas, trilhas nas que você coincide com outros caminantes que, sem pretender, estão marcando e moldando sua própria trajetória”. O depoimento que reproduzimos constitui “uma leitura nostálgica e apaixonada” que também “interpreta e reconstrói”. Passaram-se quase cinco décadas, segundo Menéndez, desde o primeiro encontro. Termos como “coerência”, “dignidade”, “compromisso”, “honestidade intelectual”, “ambição teórica”, “serviço público”, “talento”, “sensibilidade social”, “dedicação”, segundo ele, podem ser conjugados, simultaneamente, como formulados (e vividos) por Furtado, talvez com contradições, mas sem hipocrisia intelectual. A última lição do professor para o aprendiz.

O último depoimento deste volume é do saudoso economista e professor Carlos Lessa. Foi apresentado em seminário organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado, que teve como objetivo, de um lado, repensar o desenvolvimento, depois de mais de duas décadas de prevalência do ideário neoliberal, que escamoteou os problemas estruturais e impediu estratégias e políticas de superação do subdesenvolvimento; e, de outro, retomar as ideias do economista paraibano para, a partir delas, oferecer uma contribuição intelectual indispensável para

que se refaçam diagnósticos e se formulem agendas públicas de uma política econômica transformadora. Carlos Lessa morreu no dia 5 de maio de 2020. Na homenagem que prestou a Celso Furtado reside a nossa ao próprio Lessa, por tudo que representou para a interpretação e transformação do Brasil contemporâneo.

Acerto de contas

Os depoimentos e entrevistas de amigos, colegas, colaboradores, ex-alunos, interlocutores de Celso Furtado que se enfileiram nas páginas a seguir são, por diversos motivos, registros únicos. Não que não pudesse haver outros. Aliás, há outros. Existem inúmeros, uns não tão conhecidos, outros já imortalizados que o ilustre economista paraibano, por alguma boa razão, chamou à superfície. Mas, nesta singela coletânea, reivindicamos uma pequena originalidade: quase tudo foi obtido – em um ou outro caso, ‘extraído’ – “a quente”, isto é, quase tudo deriva da memória, da reminiscência e da lembrança de pessoas de sua convivência com um dos maiores intelectuais que o Brasil já teve. Nem tudo o que se vai ler favorece a construção de uma imagem imaculada, angelical, inocente. Afinal, Celso Furtado era humano. Aqui não censuramos as palavras de quem, tendo convivido com ele, percebeu virtudes e feitos. Todavia, não alimentamos o fuxico, a fofoca, o mal-entendido.

Essa advertência antecipa aos leitores que Celso Furtado era alguém que, como qualquer de seus semelhantes, acertou e errou ao longo de seus 84 anos intensamente vividos. Procuramos jogar um pouco de luz sobre algumas daquelas qualidades que o tornaram um ser humano tão singular. Os depoimentos e entrevistas revelam um Celso Furtado humilde, capaz de ouvir seus interlocutores com a atenção e confiar plenamente nos integrantes das equipes que constituiu. Um Celso Furtado preocupado com a qualificação interdisciplinar de sua equipe e rigoroso no uso de dados e na revisão de relatórios. Um Celso Furtado capaz de articular as melhores competências para perseguir uma causa e, ao mesmo tempo, zeloso, ao extremo, no uso de recursos públicos. Um Celso Furtado hábil na negociação política, inclusive, com eventuais adversários – mas, nunca ao preço dos princípios e valores que guiaram sua atuação na esfera pública. Um Celso Furtado dedicado e disciplinado quando (desafiado intelectualmente) se tratava de desvendar e entender algo que ainda não era de seu domínio, e capaz de compartilhar e submeter seus escritos, antes da publicação, à crítica dos colegas

e colaboradores. Um Celso Furtado que, por trás de sua sempre reta atuação na esfera pública, tinha uma singular visão de futuro.

Mas, a visão de futuro de Celso Furtado restringiu-se, apenas, à emancipação dos nordestinos, ou incluiu os demais brasileiros? Quanto ‘internacionalismo’ cabia na sua visão? Os depoimentos e entrevistas a seguir oferecem pistas seguras de um Celso Furtado permanentemente preocupado com os fragilizados, os desfavorecidos, os destituídos, sim, os explorados. E com as relações que reproduzem a discriminação, o favor, a exploração. Daí seu olhar mais atento, embora nunca xenofóbico, para a América Latina, para o Brasil, para o Nordeste. Sua visão de futuro tinha, em seu centro, uma excessiva generosidade para com o gênero humano, sobretudo, lá onde predominava a discriminação, o favor, a exploração. Essa singular visão de futuro não era um passivo “esperar para ver no que vai dar” em algum momento distante do tempo presente. Era, ao contrário, uma ativa e incansável disposição de construir, desde já e com inteligência, um “aqui e agora”. Também não era um delírio intelectual inconsequente, que desconhecía as relações concretas de poder que vigoravam nas sociedades marcadas pela discriminação, pelo favor, pela exploração.

Em um ensaio de 1997, que trazia o sugestivo título “A longa marcha da utopia”, Furtado (1998) enaltecia “a crescente participação da população organizada no controle dos centros de poder, ou seja, a democratização do poder” (p. 22), e considerava a política “a esfera mais nobre das atividades criativas humanas” (p. 23). Os depoimentos e entrevistas deste volume podem ser lidos como verdades, mas também como versões de fatos, como imagens que saltam de reminiscências, como quadros parciais da história que cada depoente e entrevistado conta a partir da sua relação com o economista, com o ministro, com o humanista, com o intelectual, com o professor. Porém, o propósito de reuni-los nesta coletânea terá sido alcançado se deles emergir um Celso Furtado que traduza fidedignamente o ser humano que acertou e errou, e que tinha uma singular visão de futuro que privilegiava a emancipação das vítimas da discriminação e da exploração, a partir de sua crescente participação “no controle dos centros do poder”. Uma visão de futuro que há de nos inspirar a superar, uma vez mais, “a distância entre o que somos e o que esperávamos ser” (FURTADO, 1999, p. 26).

Referências

Celso Furtado: o desvelador da realidade nordestina. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017. 128 p.

FURTADO, Celso. “A busca de novo horizonte utópico”. In: **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 13-26.

FURTADO, Celso. “A longa marcha da utopia”. In: **O capitalismo global.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 9-23.

**Aprendendo e fazendo
com o Mestre**



Juarez Farias

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Eu acho que Celso era um dinâmico pensador tecnológico, como deve ser todo pensador. Hoje, a coisa mais perigosa é o conservadorismo. Não que o conservadorismo não seja uma forma pacificadora, mas é que mal ele se senta numa cadeira, já estão dando uma cama para ele dormir.

”

Um dinâmico pensador tecnológico

Cidival Morais de Sousa¹
Andreza Dantas Albuquerque²

Ele morava no Rio de Janeiro, trabalhava como funcionário concursado no BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e fazia o curso de Técnico em Desenvolvimento Econômico da Cepal/BNDE. Era 1958. Antonio Juarez Farias³, ou Juarez Farias como faz questão de ser chamado, nascido na cidade mais seca do País (Cabaceiras, PB), foi surpreendido, por aqueles dias, com uma decisão: a coordenação o escolhera para representar a turma e fazer uma exposição detalhada sobre o curso para Celso Furtado, que o havia criado e que faria, em breve, uma visita de acompanhamento. Ainda tentou questionar, mas não teve êxito. Era uma ordem. Enfrentou o desafio. Furtado ouviu atento, fez perguntas e anotações. Ao final, pediu uma conversa reservada com Farias. Depois de indagar sobre origem e ocupação, foi direto ao ponto: assumiria, nas semanas seguintes, uma diretoria no BNDE para tratar de questões do Nordeste e queria saber se Farias não estaria disposto a acompanhá-lo. Depende, foi a resposta que ouviu. Depende do que é para ser feito.

-
- 1 Jornalista, Doutor em Geociências pela Unicamp, professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências e Educação Matemática. Colabora com o PPGCTS da UFSCar.
 - 2 Jornalista, Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar, pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba na condição de estágio pós-doutorado.
 - 3 Economista e Advogado, com especializações realizadas na CEPAL e Banco do Nordeste (BNB/ONU). Foi Diretor de Atividades Econômicas Básicas e de Industrialização da Sudene (1960 - 1964); e Professor na Faculdade de Economia da Universidade Católica de Pernambuco (1965-1967). Dirigiu os bancos BNH e BNB na década de 1970 e a Eletrobrás na década de 1990. Na Paraíba, foi vice-governador no governo de João Agripino (1970), Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (1991 - 2003) e presidente da Academia Paraibana de Letras (2006).

Mudar tudo, teria dito Furtado. E foram essas as palavras mágicas que fizeram o jovem cabaceirense arrumar as malas e seguir o conterrâneo (Celso Furtado era de Pombal, PB), colocando em risco o próprio casamento.

A partir daquele momento Juarez Farias viveria, ao lado de Furtado, todas as venturas e desventuras do processo de criação da Sudene e seu funcionamento até o golpe militar de 1964. Participaria, intensamente, da construção do GTDN (há quem garanta que ele entregou “quase pronto” ao chefe), contribuiria para montar a primeira equipe de técnicos e colaboradores, assumiria diretorias (a de industrialização, por exemplo) e coordenaria as ações de enfrentamento da primeira seca no Nordeste (1962), após a criação da Sudene. Foi um grande teste de fogo, lembra ele, considerando a leitura que o mestre fazia daquele fenômeno. Furtado questionava as visões correntes de que o problema econômico e social do Nordeste decorria das secas e recusava a solução hidráulica (construção de açudes levada a cabo pelo DNOCS) que, no seu entendimento, só beneficiava os proprietários de terra. A pobreza, sobretudo no Nordeste, na sua compreensão, era consequência da má distribuição da riqueza. Enfrentá-la, portanto, era combater os privilégios que faziam com que a concentração de renda fosse uma condição estrutural do padrão de acumulação das elites. O certo é que a Sudene, com essa tese, se, por um lado, desempoderava o DNOCS, responsável pela implementação do modelo hidráulico, já apropriado pelas elites rurais, por outro, ampliava os focos de resistência política às mudanças que defendia.

A experiência de Juarez Farias com Celso Furtado é relatada, de forma intensa e bem humorada, na entrevista que realizamos com ele no começo de março de 2020, em seu escritório de trabalho, em João Pessoa (PB). Com 83 anos e uma memória que impressiona os mais jovens, Farias recuperou fatos e diálogos, com uma narrativa rica em detalhes. Em vários momentos nos fez sentir as emoções de quem viveu a história contada, imaginando, inclusive, gestos e reações dos atores envolvidos. É comovente, por exemplo, a história da contratação de Francisco de Oliveira, na época, recém casado e “começando a vida” como operário da Lambreta, em São Paulo. Oliveira viria a ser o superintendente substituto de Furtado - e não tinha sequer uma roupa adequada para tomar posse. De sua memória emerge um Furtado humano, “um cidadão de primeira qualidade moral, intelectual e cívica”, disciplinado com os estudos. E capaz de escrever, em pleno carnaval do Recife, parte de um

capítulo para o livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, analisando o modelo de Marx. Capítulo, aliás, que rendeu um bom debate entre Furtado e Mário Magalhães, com provocações de Farias e Chico de Oliveira, contado aqui nos mínimos detalhes.

Quando perguntado sobre o que Furtado representou em sua vida, respondeu emocionado: “Foi uma graça que eu recebi. Trabalhar com Celso foi uma honra. Foi uma escola de graça que eu tive. Mesmo quando discordávamos, eu achava que Celso estava querendo me ajudar”. Farias deixou a Sudene logo depois da cassação dos direitos políticos de Celso Furtado, pela ditadura, contrariando até um pedido de Dom Helder Câmara para que permanecesse na instituição. Depois disso, foi diretor de vários bancos (BNB, BNDES, BNH), secretário de estado em vários governos em sua terra natal e conselheiro do Tribunal de Contas. Como vice-governador, chegou a assumir, por algumas vezes, o governo da Paraíba na década de 1970. Hoje, além de manter-se na ativa como advogado e economista, é membro da Academia Paraibana de Letras.

Entrevista

– Quando o senhor conheceu Celso Furtado e em que circunstância foi?

Parece até um paradoxo a maneira como eu conheci Celso. Mas em 1959 Celso parou no Rio de Janeiro a pedido de Juscelino Kubitschek, de um emissário de Juscelino, o ministro Roberto Campos e do embaixador [José] Sette Câmara [Filho]. Celso foi chamado para ter uma conversa com o presidente Juscelino a respeito do tratamento dado ao Nordeste no Plano de Metas, e na questão do combate às secas. Estávamos saindo da famosa Seca de 1958, onde uma série de escândalos foi levantada e deu lugar a muito debate. Bem, Celso foi ao Catete e em seguida visitou o curso da CEPAL que eu estava fazendo como funcionário do BNDE, e lá o diretor, naquela época, um economista cubano⁴, explicou a todos nós por quê Celso estava ali. Tinha criado o curso da CEPAL, e esse curso tinha evoluído muito, e Celso,

⁴ Na realidade, o coordenador do curso, segundo documentos da época, era o economista chileno Jorge Ahumada, diretor de Programas da Cepal entre 1950-60 e que ministrava a disciplina Programação Geral, conforme depoimento do sociólogo Francisco de Oliveira nesta coletânea.

sempre que podia, examinava a evolução. E para que ele sentisse o momento, nós iríamos fazer uma exposição da metodologia de programação da CEPAL, para que Celso depois avaliasse. E ele (o diretor do curso) disse: “Voce fala, Juarez”. “Por que eu, professor?”. E ele respondeu: “Porque eu estou mandando” (*risos*). Era delicado ele (*risos*). Então, eu fiz a exposição, o Celso fez uma série de perguntas e, depois de tudo, se levantou e veio falar comigo: “Você de onde é? Trabalha onde?”. “Trabalho aqui no Rio de Janeiro”. Ele insistiu: “Onde?” E eu: “No BNDE”. Aí ele disse: “Eu serei diretor do BNDE a partir de quarta-feira. Foi o lugar que Juscelino arranhou para que eu fizesse um trabalho sobre o Nordeste. Você voltaria para o Nordeste?” Aí eu disse: “Depende. Pra fazer o quê?”. E ele: “Para mudar tudo”. Então eu falei: “Para mudar tudo, eu topo voltar”. “Mas eu não posso te pagar o que o banco paga”. Aí eu respondi: “Eu acho que essa discussão é boba, porque nem o senhor sabe quanto pode pagar, nem sabe quanto eu ganho”. “É verdade, mas eu quero fazer uma equipe que se distinga não pelo salário que tem, mas pelos objetivos que vai alcançar”, foi o que ele retrucou.

– **Aí o senhor aceitou o convite...**

Eu aceitei na hora! Depois, isso me deu um problema doméstico porque eu vim ser diretor da Sudene ganhando 2/3 do que eu ganhava no BNDE. E eu nunca estudei de dia. Sempre trabalhei de dia e estudei à noite. Aí deixar um emprego como como era o BNDE, voltar para a Sudene e ganhando menos ... as esposas às vezes não compreendem esse momento (*risos*). Mas a minha era muito solidária.

– **O senhor falou há pouco que Celso era “seguro”. O que quis dizer com isso?**

Celso era tão seguro que uma vez nós estávamos em Nova Iorque e ele disse que queria comprar uma máquina fotográfica. Aí ele me perguntou: “Você vai comigo?” Eu disse: “Vou”. Lá na loja ele disse: “Eu quero essa daqui”. Na época o dólar valia muito e ele disse: “Essa máquina custa \$125”. E eu disse: “Não é tão cara, mas tem dessa mesma máquina mais barata”. E ele disse: “Lá vem você com a mania nordestina de querer negociar tudo”. “É que tem mais barato”, eu disse de novo. E ele perguntou: “Onde é que você viu isso?”. “Na rua 43, na casa do português”, repondi. “Pois vamos lá”. Fomos e eu o apresentei ao Português. Ele com o passaporte azul, o português vendeu a

máquina por \$ 75. Celso ficou feliz da vida, e me perguntou: “Por que você não compra uma máquina?” Eu respondi: “Porque eu estou no fim de viagem e meu dinheiro está acabando. Não dá para comprar mais nada, não”. Ai então ele se ofereceu: “Ah, mas eu te empresto”. Comprei uma máquina igual à dele. Quando chegamos em Recife, eu sabia que ele não iria dispensar nada. Juntei todos os trocados e paguei \$ 74.65. E eu mesmo disse: “Está faltando \$0,35”. Eu tinha feito a compra de \$75 para ele, mas ele me disse: “Depois você me paga” (*risos*). Ele era assim.

Outra vez ele era ministro e estavam fazendo o Plano Trienal de governo, em 1962. Primeiro, ele me tirou a chance de ter um carro. Na época, o diretor executivo da CEPAL me telegrafou (não tinha celular nem telefone fácil naquela época) e me convidou para dar um curso na Venezuela, sobre incentivos fiscais. Eu estava pronto para ir, pois tiraria umas férias da Sudene e ganharia uns viáticos, pois eles não pagavam diárias. Pagavam as aulas e, com isso, eu teria a chance de comprar um carro. Telegrafei para Celso, que estava no Rio. Aí Celso, ‘democraticamente’ determinou: “avisa lá que você não pode ir agora. Peça para adiar o curso. Embarque imediatamente para o Rio”. Cheguei lá (no Rio) e ele queria que eu coordenasse os papéis e a elaboração do Plano Trienal. A única edição do Plano Trienal (1962) foi inteiramente coordenada por mim. Bem, lá se foi a chance de eu ter um carro.

Eu peguei uma época que era dura. Fiquei morando no hotel Serrador. Eu saía as sete horas da manhã e chegava às 11 da noite. Não vinha almoçar, nem jantar. Fazia uma refeição quando chegava à noite. Aí ele (Celso) chegou uma vez na minha sala e disse: “É verdade que você não está almoçando? Está trabalhando de manhã à noite aqui?” E eu disse: “É”. Aí ele perguntou: “Por que você está fazendo isso?” Eu respondi: “Não tem prazo? Tem que cumprir”. Aí ele disse: “Então amanhã você não vai trabalhar na hora do almoço, vai almoçar comigo”. Na época, ele era ministro e tinha uma multidão de jornalistas atrás dele - ele era o ministro mais famoso do Brasil naquela época. Aí ele passou na minha sala e nós saímos para almoçar e, é claro, os jornalistas acompanharam. E fomos para um pequeno restaurante, o Dom Rodrigues, que tem ali na Rua da Assembleia e a Sete de Setembro. Almoçamos. Daqui a pouco o dono do restaurante veio pedir a ele: “Ministro, os jornalistas invadiram o restaurante e eu não estou vendendo nada. Eu preciso pagar os empregados. O

senhor pode pedir aos jornalistas para se retirarem e ficarem na calçada? Eles ficam ali nas mesas para olharem para o senhor e aí não dá”. Aí Celso foi lá, falou com os jornalistas, e saiu. Chegou a hora da conta, né? Eu tinha sido convidado, né? Ele era ministro e ganhava três vezes mais do que eu e eu achei que seria de graça... Mas Celso fez a conta lá e disse: “Eu não comi figo com creme”. E dividiu a nota por dois. Aí eu paguei a minha metade e mais o figo com creme. (risos) Esse era Celso, em matéria de economia pessoal.

– **Voltando a 1959, qual foi a sua participação no GTDN?**

Como eu conheci o GTDN? Eu era do Conselho de Desenvolvimento e o GTDN foi criado lá dentro, nas instâncias de Cleantho de Paiva Leite e Rômulo Almeida, que levaram Aluísio Campos para coordená-lo. E quando eu cheguei ao BNDE, Aloísio me convidou para o GTDN. Nessa época, o GTDN era chefiado por Odair Carvalho. Era um processo de planejamento semelhante ao do Banco do Nordeste. Quer dizer, um projeto de alta validade técnica, mas não com a velocidade que aquela época exigia. Como eu disse, o Banco do Nordeste estava administrando qualquer coisa de recursos e, naquele prazo, o Nordeste não chegaria lá nunca. Foi a destreza política de Juscelino que acelerou a coisa com Celso. O GTDN reuniu os dados básicos, informações que deram lugar ao que eu considero o maior documento do Brasil, que foi “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste”. E Celso escreveu aquilo em 40 dias, talvez menos.

– **O senhor entregou já sistematizado o levantamento que vocês fizeram para o BNB, ou só entregou dados brutos?**

Eu peguei os dados, e Celso, que não escrevia à máquina, redigiu tudo à mão e à lápis. Era uma capacidade de trabalho fabulosa. Ele pegou os dados, analisou e saiu o documento. Ele sempre fez isso. Eu lembro de um carnaval, para dar um exemplo. Celso tinha a mania de aproveitar os feriados para viajar pelo Nordeste. E normalmente um de nós ia com ele. Uma vez ele disse “O Carnaval vem aí. Vamos para o Seridó?”, e eu disse “Vamos”. Aí ele mandou me chamar e disse: “Eu não vou para o Seridó, não. Eu preciso de um dia de carnaval para escrever um capítulo do meu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”. Aí eu perguntei: “Vai para onde?” “Vou para a Zona da Mata”. Aí eu falei: “Eu não aguento mais a Zona da Mata”. Ele foi e passamos o carnaval sem nos ver. Chico Oliveira me disse na Quarta-feira de Cinzas:

“Rapaz, eu passei a Terça-Feira de carnaval no Pina”. Celso morava no Pina, num apartamento térreo, onde aluguel era mais barato, mas não tinha guarda, não tinha segurança, não tinha nada. Chico então continuou: “e eram os blocos passando, as La ursas parando na janela e Celso escrevendo, tranquilamente”

À tarde [da quarta-feira de Cinzas] Celso mandou chamar a mim, a Chico e a Vasconcelos: “Olha, eu queria que vocês lessem esse capítulo que eu escrevi no carnaval”. Nos

deu, escrito à mão, mandou tirar uma cópia (Thermofax – naquela época não havia Xerox), e nos deu o capítulo *O Modelo de Marx*. “Vocês podem ler e fazer umas críticas”. A gente sempre fazia isso, e ele gostava muito. Não aceitava muito as críticas, mas gostava. Ele era desse tipo. Quanto ao GTDN ele me contou que tinha aproveitado tudo [dos dados e informações repassadas]. E com a capacidade que ele tinha, de análise, transformou todo aquele mundo de dados em dados essenciais que definiram, não só o problema, como a forma de tratar o problema. Ele era assim. Celso era uma das pessoas que mais me entusiasma. Porque ele era assim, um talento excepcional.



Eu passei quatro anos como diretor. Fui o primeiro diretor da Sudene. Houve uma época que eu fiquei administrando Transporte, Energia e Indústria. Eu fiz as equipes de Transporte, Energia e Indústria. Celso jamais me pediu qualquer coisa, para qualquer pessoa. Jamais insinuou qualquer coisa que não fosse trabalho.



– **Se o senhor tivesse que definir o homem Celso Furtado, o que o senhor diria?**

Eu diria que era um cidadão de primeira qualidade moral e intelectual e cívica. Eu passei quatro anos como diretor. Fui o primeiro diretor da Sudene. Houve uma época que eu fiquei administrando Transporte, Energia e Indústria. Eu fiz as equipes de Transporte, Energia e Indústria. Celso jamais me pediu qualquer coisa, para qualquer pessoa. Jamais insinuou qualquer coisa que não fosse trabalho. Quando nós tivemos a primeira seca da Sudene, em 1962, ele era Ministro do Planejamento. A Sudene foi desafiada. Ele reuniu os diretores e disse: “Olha, já vem a seca e nós vamos ter que enfrentar isso para ganhar. E você, Juarez, vai coordenar esse trabalho”. E eu disse: “Por que eu vou coordenar?” Nesta época já tinha dividido Transporte para um departamento, Energia para outro e Indústria, para outro. Eu disse: “eu sou diretor de Indústria, não sou diretor

de seca, não”. Ele disse: “Você vai”. E eu falei: “Tá bom”. A coisa foi te tal maneira que eu tive que montar um apartamento dentro da Sudene para coordenar a seca de 1962. Chegamos a ter mais de 160 mil pessoas nas frentes de serviços. Eu montei a equipe e ele nunca me pediu para alterar nada, nem queria saber como era. Eu chagava para ele e dizia: “Vou fazer isso, isso e isso”, e ele dizia: “Está certo”. O entendimento com a aeronáutica quem fazia era eu. A aeronáutica nos ajudou muito, o transporte naquela época era muito difícil. Nós não tínhamos a rede de estradas que a Sudene ajudou a fazer, né? Eu fiquei esse tempo todo morando fora de casa. Minha família em Recife, meus filhos pequenos, e eu morando no prédio da Sudene, numa estação de rádio, que fazia muito barulho. E comandando! Eu tinha 35 engenheiros, 35 agrônomos e 35 Rural Wyllis – o carro que nos levava ao interior para receber reclamação de todo mundo.

– **Como eram as frentes de trabalho daquele tempo?**

Eu pagava 70% do salário em alimentos a preços lá embaixo - os EUA tinham dado esses alimentos - e pagava 30% em dinheiro rigorosamente em dia. E nisso o Governo Federal nos apoiou com presteza e correção, e passamos por esse episódio todo. A diferença maior é que a gente sabia que as famosas frentes de trabalho das secas do Nordeste não passavam de uma forma de alimentar um pouco a população faminta, os flagelados da seca. Não se fazia nada de maior profundidade, nem era possível. Você recrutava uma pessoa morrendo de fome, botava numa frente de trabalho e ela fazia o quê? Ela não sabia nada. A gente não dispunha de tantos engenheiros, como era necessário, nem tinha instrumento de trabalho. Então a diferença essencial que eu considero foi essa: termos regulado, de alguma forma, a disponibilidade de alimentos para que os flagelados recebessem dinheiro em espécie e não fossem concorrer na mesma oferta de alimentos dos outros, que eram flagelados, mas não tinham empregos na frente de trabalho. Iam passar fome e iam passar mais necessidade, ainda. Isso eu acho que nós vencemos em grande parte. Foi, talvez, a maior vitória. A diferença maior. Nós não exercemos pressão sobre a oferta de alimentos, nem sobre a demanda de alimentos.

– **A Sudene desempoderou o DNOCS?**

Não. Eu acho que a Sudene apenas procurou situar o DNOCS dentro da paisagem nordestina, que não tinha problema só de seca. O problema do Nordeste, como Celso diz na Política de Desenvolvimento

Regional, era de desenvolvimento econômico. Agora você querer fazer água onde não chove e solo onde não tem, é meio difícil. Dr. Guimarães Duque, para mim um dos grandes técnicos do DNOCS, demonstraria em Solo e Água no Polígono das Secas, que o Nordeste, infelizmente, além da irregularidade das chuvas, tem a péssima irregularidade dos solos e da água. Tinha que fazer milagres. Toda seca repetiria a mesma coisa. Tanto por falta de transporte, tanto por falta de orientações. Tanto que, hoje, a população rural do Nordeste é muito menor que naquele tempo. Isso prova que não havia caminho certo fazendo apenas uma política contra a seca. Contra a seca o Governo não venceu até agora. Nem aqui, nem fora do Brasil.

– **O senhor acha que o modelo hidráulico do DNOCS ...**

O modelo hidráulico pressupunha água, né? Porque não tinha água! Ia fazer o modelo hidráulico como? Essa é que era a grande questão! Houve muita exploração em nome de pretensões e prevenções políticas. Enquanto houvesse esse modelo, o latifundiário tinha metade da produção de algodão, metade da produção de alimento. Ajudava, sem dúvida, o proprietário de terra, sobretudo nas regiões mais secas. Ajudava o morador, também. Mas ajudava nessa sociedade um pouco desigual. Tinha até uma peça, não lembro do autor. É muito conhecida essa história. Disse que ele chegou um dia, perto da eleição, né, o coronel chamou um testa de ferro político dele e disse: “Fulano, a eleição vem aí, parece que não vai chover... vamos reunir o pessoal e fazer uma emergência”. (risos) É a peça daquele que foi do Correio da Manhã, do meu tempo. É de um jornalista, um dos homens mais regionais do Nordeste. Já já me lembro do nome dele⁵.

– **Além dos documentos que vocês levantaram, dos dados que vocês tinham, que influências o senhor acha que Celso Furtado teve para construir o GTDN?**

Eu acho que ele teve, primeiro, a pressão política, embora ele não fosse político, nem receasse pressão política. Juscelino colocou nas mãos dele um “salva governo”. Juscelino teve muita habilidade para

5 Juarez Farias não lembrou o nome do jornalista, mas pelas referências indiretas supomos que seria Antonio Callado, que, na época, era do Correio da Manhã e escreveu alguns textos sobre a seca no Nordeste, dentre eles "Os industriais da Seca e os galileus de Pernambuco" e a peça "Forró no Engenho Cananéia".

fazer isso. Durante a execução dessa tarefa, o presidente foi desafiado muitas vezes a desprestigiar Celso. Eu me lembro de dois episódios que são ... (não sei se é bom gravar isso). O primeiro foi relacionado a segunda casa de máquina de Paulo Afonso. Começou a atrasar a liberação de recursos. Um belo dia Celso contou isso a Sette Câmara, que era chefe da Casa Civil. “Olha, eu vou embora. Assim não dá. Eu não fui chamado para enganar governador. Fazer desenvolvimento econômico, sem energia, não dá. O Ministro da Fazenda [Sebastião Paz de Almeida] está retendo recursos para a segunda casa de máquinas de Paulo Afonso. Já não temos energia na primeira e a oferta já é insuficiente, e [agora] não temos certeza da segunda. É melhor eu fazer uma carta e você entrega ao presidente”. Sette Câmara disse: “Tá certo”. Sette Câmara era um homem de muita sensibilidade e esperou o despacho de Sebastião Paz de Almeida, chamado de “Tião Medonho”. “Sr. Presidente, desculpe interromper o despacho, mas eu tenho uma notícia que não é muito agradável, e acho que o senhor tem que tomar conhecimento”. Aí Juscelino perguntou: “Mas que notícia é essa?” “Renúncia de Celso Furtado”, respondeu Sette Câmara. Juscelino deu um pulo! “Renúncia de Celso Furtado? Por que Celso Furtado vai renunciar?” Ai Sette Câmara emendou: “Celso disse que não está no Nordeste para enganar governador e os recursos da segunda casa de máquina de Paulo Afonso estão sendo retidos [pelo Ministro da Fazenda], e ele não vai ficar lá enganando”. Aí Juscelino teria dito: “Você quer, Tião?”, e Tião disse: “Mas o que?” Juscelino teria continuado: “A minha salvação é Celso continuar na Sudene e fazer esse trabalho que ele está fazendo e você está interrompendo! Você é maluco?” Aí Sebastião saiu de lá e liberou o dinheiro. Essa história nunca foi escrita, não há provas, não há documentos, mas houve isso.

– O senhor disse que foram pelo menos duas tentativas de interromper a carreira política de Celso. Contou uma. Qual foi a outra?

Foi em 1962. Tentaram uma jogada. Na imprensa de Pernambuco é possível levantar isso. Naquela época, o único elo de comunicação da equipe da Sudene era o Repórter Esso. Nós saíamos às 6 horas da tarde e fomos para a rua Dantas Barreto, graças à uma parada de transporte. De móveis na cabeça, a minha equipe toda, engenheiros, meus datilógrafos, todo mundo carregou mesa para vir do Tereza Cristina para o Professor Luís, para invadir aquele edifício

do INSS, que iria ser dado para um bocado de apaniguados. Nós invadimos e tomamos a coisa, e instalamos a Sudene. Nós nos instalamos do nono ao décimo andar. Ficamos lá. Mas quando fizemos isso, Celso tinha um evento econômico na Alemanha, e decidiu ir para a Alemanha. E nós estávamos trabalhando e íamos para casa às 6 horas da tarde, e todos ouvindo o Repórter Esso para saber em que pé estava o Brasil. Foi quando o repórter disse que Paulo Guerra teria dito que iria invadir o depósito de gênero da Sudene porque a Sudene não estava distribuindo ...

– **Paulo Guerra, que era governador de Pernambuco.**

Cid Sampaio passou o governo para Paulo Guerra. Paulo Guerra era da UDN. Cid foi para o Rio, passou o governo para Paulo Guerra, que imediatamente declarou isso, que iria invadir. Tudo montado! O Comandante do IV Exército, coincidências que a gente não sabe explicar, era o General Costa e Silva, que depois foi presidente da República. Voltamos todos para a Sudene. Ali nos reunimos. Éramos todos uma equipe mesmo, e chegamos a uma conclusão. Nós não somos Forças Armadas, nós não temos nenhuma arma aqui, não sabemos brigar, e nos cabe manter respeito ao patrimônio público. O patrimônio público deve ser defendido pelas Forças Armadas. Vão ao comandante do IV Exército e explique a ele e vamos ver o que ele faz. E eu disse “Eu pelo menos não vou para a rua, nem ninguém daqui vai para a rua”. Jader, que era o chefe do Departamento de Agricultura, e Chico Oliveira, que era Superintendente Adjunto, foram ao IV Exército falar com o General Costa e Silva. E nós ficamos lá na Sudene, arrumando os dados todos, da administração de gêneros, e eu tinha um cuidado danado com isso. Eles chegaram lá e o general disse: “os senhores estão vendo aqui que estão fazendo uma crítica, mas sem documento. Os senhores não podem provar que o governador disse isso”. Aí Chico disse: “Olha General, a rádio publicou agora. É só mandar buscar [a gravação] na rádio, que foi dado”. O General retrucou: “É, mas eu não vou fazer isso, não dá certo”. Nisso eu acho que o esquema furou um pouco, porque Paulo Guerra, mesmo antes de o pessoal voltar do IV Exército, mandou por escrito, num cartão do Palácio, concretizou a ameaça. Quando Francisco começou a relatar para a gente, eu disse: “Mas nós já temos documento”. E ele: “Como já temos documento?” Aí eu mostrei: “Paulo Guerra mandou aqui o documento”. Eu e José Maria Aragão fizemos

uma nota e publicamos nos dois jornais (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio) e eles já saíram de manhã desmentindo a denúncia do governador e comprovando com documentos. Às 9 horas da manhã estava marcada a reunião extraordinária do Conselho Deliberativo. Os governadores todos em Recife. Era uma coisa feita para derrubar Celso. O general chegou a dizer “Posso interferir. Mas os senhores telegrafem ao Primeiro Ministro [Tancredo Neves] para que eu intervenha e tome as providências necessárias”. O que é que ele precisava para ter o Exército e intervir na Sudene? Mas, quando estava marcada a reunião, bate na porta o General Juraci Magalhães, governador da Bahia, à época. Aí ele disse: “Quem foi que fez essa nota?”. Eu disse: “Fomos o Dr. José Maria Aragão e eu”. E ele perguntou: “Esses dados estão certos?”. Eu respondi perguntando: “O senhor quer ver as pastas correspondentes?”. “Não! Então não me interessa mais nada. A Sudene não vai falar na reunião de hoje”. “Por que, governador?”. “Quem vai falar é um governador sobre a miséria moral para qual o Nordeste está sendo levado”. Aí na hora chegou Dr. Lael Sampaio, irmão de Cid, que era um homem de bem e tal. Ele tinha visto tudo aquilo, e conhecia muito bem o governador, e disse: “Olha Aragão, o governo de Pernambuco não vai dizer nada nessa reunião. Espero que vocês se conttenham também”. Aragão, que tinha muita presença de espírito, disse: “Dr. Lael, nós somos a defesa. Se a acusação não vai existir, não pode haver defesa” (*risos*) Era mesmo uma coisa para derrubar Celso. Para você ver como Celso ...

– **... Incomodou?**

Incomodou. E a luta que era. Todo tipo de problema Celso enfrentou. E às vezes não deu muita importância.

– **E Como foi que a Sudene chegou à Hollywood?**

A cineasta americana Helen Rogers andava querendo fazer um filme sobre a vida do trabalhador rural no Nordeste. Acabaram dizendo pra ela que procurasse a Sudene que esta poderia ajudá-la. Ela marcou uma hora com Celso e apresentou o projeto. “Você tem alguma ideia?”, ela perguntou. E Celso respondeu de pronto: “Tenho. Não sei se é uma ideia que dá certo para você. Vá a uma dessas feiras do Nordeste e lá você escolhe uma pessoa, pede licença para acompanhar essa pessoa por uma semana. Você vai ver como vive o trabalhador rural.

E faz o documentário que você quiser”. Ela ainda perguntou: “Você me ajuda?” E Celso: “Ajudo”. E assim ela fez. Escolheu um sujeito baixinho, bem barbado, e esquelético. Quando chegou à feira de Moreno, perto de Recife, tinha um tocador de viola, dizendo que a salvação do mundo era Mao Tsé Tung. (risos) Aí ela disse: “Eu quero aquele ali”. Era Severino, o nome do camarada. Celso se aproximou do cara e apresentou Helen Rogers. Disse que ela era uma jornalista americana, e que iria filmar a vida de um trabalhador rural do Nordeste. Por fim, perguntou se ela poderia acompanhá-lo por uma semana. Ele respondeu que podia, desde que o dono da terra concordasse. Aí Celso perguntou quem era o dono da terra e Severino respondeu que era o deputado Constâncio Maranhão. “Ele está aqui?”, perguntou Celso. “Ele está aqui na cidade hoje”, disse Severino. “Você pode me levar lá?”. Constâncio quando viu Celso exclamou: “Celso, você aqui?!”. Celso explicou quem era a Helen Rogers e o que ela estava fazendo, e ele (Constâncio Maranhão) disse: “Diga a ela que pode levar o Severino e falar o que ela quiser. Eu já sei que ela veio falar dessa tal de reforma agrária. Diga a ela que reforma agrária aqui é isso aqui: Pá!”. E deu um tiro de revólver no chão.

Em 1961, eu acompanhei Celso a Washington (EUA). Eu e Jáder fomos os assessores escolhidos por ele para negociar um acordo, que na época dava uns \$ 140 milhões, que hoje daria cerca \$1,4 bilhão. No protocolo americano, o Presidente da República recebe o ministro de outro país por 15 minutos, no máximo. Mas só em ter acesso ao presidente dos EUA já era qualquer coisa. Celso foi à audiência, e quando terminaram os 15 minutos, o cerimonial avisou ao Presidente Kennedy e ele pegou Celso pelo braço. “Vamos aqui que eu quero mostrar um documento”. Aí Celso saiu com ele pela Casa Branco e foi para o Salão de Cinema e estava lá o filme *The Troubled Land*, o Problema da Terra, numa tradução livre, que era a história do Severino. Kennedy disse: “Esse filme foi visto por 35 milhões de americanos. Nós estamos decididos a ajudar o Nordeste”.

– **Severino, então, ajudou o Nordeste?**

Severino não era lá de grande validade. Ficou entusiasmado com a fama e Helen Rogers perguntou a Celso que se ela desse alguma ajuda a Severino ele poderia melhorar de vida. Ela disse que tinha uma verba da televisão e poderia fazer isso. Era a ABC. Celso chamou Strauss, grande realizador de projetos da Sudene. Aí Strauss comprou uma

parte de terra, fez um projetinho para Severino, e pegou o dinheiro da Helen Rogers. Severino foi pra lá com a família e com duas semanas já estava casado com outra, já tinha abandonado os filhos e estava bebendo com o dinheiro da americana (*risos*).

– **Eu gostaria de falar sobre um momento mais triste que é a saída de Celso da Sudene...**

A saída de Celso [da Sudene] foi uma surpresa para todo mundo. Mas, nas circunstâncias, não era para ser surpresa. O que tivemos muito cuidado (medo) é que Celso fosse vítima de violência, pudesse ser vítima de violência. E nós fizemos a melhor assistência possível a ele.

– **O senhor o acompanhou?**

Nós fomos ao aeroporto, para o embarque dele. Zé Medeiros, que era nosso procurador em Brasília, foi quem o recebeu lá. Acomodou Celso num apartamento lá enquanto se decidia para onde Celso iria. Zé Medeiros se comunicou com João Agripino, que tinha sido relator do Segundo Plano Diretor da Sudene. João Agripino foi com Zé Medeiros a Ernesto Geisel, que era o Comandante Militar do Planalto, e perguntou o que a Revolução tinha contra Celso, e Geisel disse: “Nós não temos nada. Aqui, pelo menos, não tem nada contra Celso. Aí João Agripino: “Eu estou dando guarda a Celso e não o entrego para ser preso. Vocês vão prender Celso e eu prefiro dar fuga a ele para ele ir para o exterior e fazer a vida dele lá”. E Geisel: “Isso não se cogita”. Aí Agripino: “Então, autorize ele voltar para o Rio de Janeiro onde mora a família dele?”. E Geisel: “Está autorizado”. Aí tem um detalhe... “Você pode dizer a ele para ir no vôo das 11 horas”. Era o Electra, o famoso Electra, da Varig. “Ele embarca e lá no Galeão ele vai ter um tratamento de respeito”. Aí Agripino ia saindo e Geisel disse: “Espera aí, João!” “O que é, general?”, “Não pode ser assim não. Você sabe quem é o chefe do DOPS no Rio de Janeiro?”, e João Agripino disse “Não, não estou sabendo”. “É o Boré. Você já imaginou Boré com Celso Furtado na mão?”. Geisel disse isso! (*risos*). Mas Celso foi, e foi bem recebido. Três dias depois de estar no Rio, foi para o Chile, teve militares na presença dele no Galeão, mas o embarque foi tranquilo. Isso é o que eu sei, mas não presenciei, não tive essa sorte.

– **A Sudene de Celso e a Sudene pós Celso...**

Bem, a Sudene pós Celso eu não acompanhei porque achava que não tinha o direito.

– **O senhor ficou na Sudene até quando?**

Fiquei até junho de 1964, porque fiz uma transação com o General Expedido Sampaio, interventor nomeado. Quando ele chegou lá, saíram todos os diretores e ele mandou me chamar e disse: “Olha, eu ouvi muito depoimento sobre o senhor, de comunistas, de integralistas, de tudo! Todo mundo respeita o senhor. E eu também lhe respeito, embora não o conheça tão bem quando os outros”. Eu disse, então, “muito obrigado, general”. Aí ele continuou: “Eu queria lhe fazer um apelo para o senhor continuar aqui”. Eu disse: “Não, eu não tenho condições nenhuma de continuar. Eu quero ajudar nessa transição no que for possível e o senhor me dá a minha demissão quando for nomeado o superintendente definitivo”. Aí ele disse: “Mas o senhor só fica nesta condição?”. E eu: “Só, general”. “Mas por que o senhor não quer ficar aqui?” “Se a pessoa que criou isso daqui já está exilada no exterior, o que farão comigo? Melhor sair logo”. Aí ele disse: “É porque o senhor não compreende meus colegas. O senhor sabe que eu já fui preso também? E por causa de política?”. Eu perguntei: “O senhor?” “[Sim] Fui. Eu tinha um rádio quando eu era tenente em Manaus e na época da guerra eu ouvia notícia da Alemanha. Me prenderam como nazista”. Ele [o general] foi muito correto comigo.

– **Até Dom Helder pediu para o senhor ficar?**

Um belo dia chegou o Calazans Fernandes, jornalista muito influente naquela época, da ABC, e falou: “Dom Hélder que falar contigo, mas você só pode ir na casa dele às 11 horas da noite... de dia não dá. E lá você tem que chegar muito discreto, passar pelos soldados e entrar no Palácio dos Bispos”. Eu não sabia o que Dom Hélder queria falar comigo. Nem eu tinha intimidade maior com ele. Mas fui. Chegando lá ele me disse: “Eu andei conversando com Calazans, e ele me disse que quem está lá desde o começo é você. E o Presidente da República escolheu o novo superintendente e eu queria mandar um papel [documento] sobre a Sudene [feito por] uma pessoa em quem eu confiasse. E eu confio em você para [fazer] esse papel [documento]”. Eu respondi: “Bem, Dom Hélder, vamos por parte. Já foi escolhido o superintendente?” “Foi. Talvez você não conheça,

mas é como se fosse meu irmão”. Eu perguntei quem era e ele me disse que era João Gonçalves de Souza. “João Gonçalves?!!! Quando eu chego em Washington ele me dá o carro dele, para eu andar, tal é a nossa amizade! Ele é da OEA, eu sou da Sudene, mas sempre nos demos muito bem. Enfim, o senhor quer esse documento para quando?”. “Para amanhã”. “Mas Dom Hélder, escrever sobre a história da Sudene, os problemas que existem na Sudene, em 24 horas?” Aí ele disse: “É o jeito, Juarez. Você vai ter que fazer isso”. “Tá bom. Mas o senhor vai ter portador para este documento?” “Vou”, ele respondeu. “Posso saber quem é?” “É o cônsul dos EUA”. “O cônsul?”. “É, ele me perguntou se eu tinha alguma coisa para Washington e eu estou enviando isso aí para João”. No outro dia eu levei o texto e disse: “Não sei se era isso que o senhor queria”. E ele escreveu: “João, esse trabalho foi feito por um irmão nosso, Juarez Farias”. Aí assinou. João passou, então, um telegrama para o general da Sudene. Disse que não aceitasse nenhum pedido meu de saída. Aí o general mandou me chamar: “Juarez, Dr. João Gonçalves mandou um pedido aqui”. Aí eu falei: “General, eu não tenho negócio com Dr. João, eu me dou bem com ele, mas o senhor assumiu um compromisso comigo, de me dispensar quando encontrasse um superintendente. Agora que o senhor já está encontrando um, tem que cumprir com a palavra. Quando ele vai chegar?” “Ele vai chegar quarta ou quinta-feira. O senhor vai comigo ao aeroporto?” “Vou, mas com esse compromisso, de o senhor dizer que não pôde atender o pedido dele porque eu quero ir embora”. “Está bem”.

- **Mesmo assim, João Gonçalves não quis deixar o senhor sair...**
João às vezes era muito ingênuo. “Juarez, você não vai sair da Sudene, vai?!”. Aí eu respondi: “Mas não é para dizer para a imprensa. A gente conversa depois. O pessoal da Sudene está todo aí, vá lá falar com eles”. Aí o general deve ter falado alguma coisa e ele [João] mandou chamar em Fortaleza o Dr. Raul Barbosa, presidente do Banco do Nordeste e meu amigo. Dr. Raul deixou o Governo do Ceará num dia, e no outro estava assumindo a Procuradoria do Banco do Nordeste. Eu sou o quinto funcionário do Banco do Nordeste. Não sou o primeiro porque tive que bater a portaria de nomeação dos outros quatro. Dr. Raul veio urgente para Recife, e João me telefonou para eu ir almoçar no Grande Hotel com ele e o Dr. Raul. “Rapaz, João está me dizendo que você não quer colaborar com ele”. “Não se

trata disso. Eu me dou bem com ele, ele me trata muito bem quando vou a Washington, mas se eu ficar na Sudene e ajudar João a fazer alguma coisa que não coincida com o que Celso pensava, eu estou fazendo 'Joãosismo'. Se eu brigar com João para fazer como Celso fez, estou fazendo 'Celsismo'. O senhor acha que eu vou ter mais de 15 dias de poder? (*risos*)". Aí Dr. Raul disse: "É, João. Nós temos que aprender essa lição de política que Juarez está nos dando. Não dá. Você nomeia um outro". Mas João fez pior. Ele nomeou uma pessoa, e, depois, foi lá no meu escritório e disse: "Eu nomeei fulano de tal". Aí eu disse: "João, eu o conheço. É uma pessoa competente, mas manda verificar com esses generais aí no poder. Esse rapaz está respondendo um inquérito que Celso mandou abrir, sobre um probleminha aí no escritório". Eu expliquei qual era o escritório. "Você pode se envolver aí com a turma da corrupção". (*risos*) "É verdade?", "É". Aí ele saiu do meu escritório, encontrou essa pessoa e falou: "Eu não posso mais manter a sua nomeação, não". "O que houve?", pergunto a pessoa. "Juarez disse que você não pode" (*risos*). Eu fiquei entregue. Aí encontrei com ele [João Gonçalves] dois ou três dias depois, no aeroporto em Recife, e disse-lhe poucas e boas: "Você é um maluco, João! Como é que você faz uma coisa dessa? Eu fui ajudar e você fica querendo me matar?". De fato, o tal cara queria mesmo me matar.

– **O senhor participou diretamente da elaboração do primeiro Plano Diretor da Sudene**

E do segundo também! Do segundo mais do que do primeiro. No primeiro, eu fiquei mais restrito à parte de indústria. O plano de Indústria Têxtil. Nós fizemos uma análise das 61 fábricas de tecidos do Nordeste. Eu era do BNDE e só entrei na Sudene no final de 1959. Eu era chefe de gabinete do Dr. Ewaldo Correia Lima, pai da cantora Marina. Ele era um piauiense ilustre demais e ele me cedia a Celso para esse trabalho da Sudene. Cada vez que tinha alguma coisa para fazer, tinha um tanto assim de gente, e Celso dizia: "Juarez, vai fazer isso". Eu acabei sendo assessor do Ministro do Comércio das reuniões loucas de 1961, de Jânio Quadros, que assumiu a Presidência da República ... falam de Bolsonaro, mas Jânio assumiu a Presidência da República e não sabia o que fazer. Ele ganhou a eleição brilhantemente. Ele não sabia nada. Aí, para aprender, pois era uma inteligência fulgurante, ele inventou umas reuniões, botava dois estados próximos, e fazia

uma reunião de dois ou três dias com governadores e secretários para ver o que o estado estava querendo. E ele fez a primeira reunião com Guanabara e Rio de Janeiro. Segunda reunião com Paraíba e Pernambuco. Aí quando cheguei aqui em João Pessoa, Celso me chamou e disse: “Olha, o Ministro Bernardes Filho disse que não sabe nada sobre a indústria do Nordeste. E pediu para eu designar uma pessoa que possa ajudá-lo na reunião com o Presidente. Então você faz de conta que não é diretor da Sudene, mas do Ministério da Indústria e Comércio”. Aí eu disse “Tá bom”. (*risos*).

A reunião seguinte foi com Piauí e Maranhão e Arthur Bernardes nem pediu mais a Celso para falar comigo. Mas aí depois ele disse que iria precisar de mim, de novo. Aí eu fui para São Luís e fiquei lá ao lado dele. Você vendo Jânio com os ministros, era um palco sensacional. Nunca vi um camarada tão fulgurante, tão inteligente, tão louco como Jânio. E esses ministros são medrosos. O Brígido [Fernandes] Tinoco, ministro da educação era um deles. Na reunião, os ministros pegavam uma cópia do que ia ser discutido e ficavam com outra. Aí o Tinoco levantou-se da mesa, entregou a cópia dele a Jânio e começou a falar. Daqui a pouco Tinoco começou a ler a pauta e disse: “... uma despesa de 5 milhões ...” aí Jânio interrompeu: “Perdão, ministro. Penso que são 3 milhões”. “Não, senhor presidente. Esse grupo fui eu que pessoalmente comande. São 5 milhões”. Jânio insistiu “Perdão, ministro. São 3 milhões”. Na terceira vez eu pensava o que iria acontecer, aí Jânio foi enfático: “Ministro, eu insisto que são 3 milhões”. Aí o ministro: “Presidente, na minha cópia está escrito a carbono, 5 milhões”. Aí Jânio: “Então, ministro, devo insistir que o carbono da sua máquina ...(*risos*). Aí o ministro olhou para o papel e disse: “É, o senhor tem razão. São 3 milhões”. (*risos*)

Ele fazia isso com os pobres ministros. Dava pena. E ele entendia o que os ministros, ou os governadores poderiam dizer. Ele pegou Cid Sampaio e deu um show. Cid chegou em João Pessoa, vindo de Recife. Era a primeira vez que Jânio vinha a João Pessoa, e Cid achou que daria show em cima de Jânio. Porque chegou uma hora que Cid, com aquele sotaque Pernambucano disse: “Senhor presidente, esse seu Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias, eu não entendo. Esse plano atribui a Pernambuco, com 6,7 % da população, apenas 4,5% dos recursos”. E Jânio deixou Cid falar. Foi aquele silêncio na Praça João Pessoa, cheia de gente. E depois atacou: “Senhor governador, esse plano eu não o fiz. O fizeram os técnicos. Não convidei vossa

excelência para participar da criação, porque nos meus alfarrábios, vossa Excelência figura como engenheiro químico, não como engenheiro rodoviário. Mas (fazendo som nasal) somos políticos e, como políticos, nos metemos a opinar sobre tudo. Imagine se adotamos, para as estradas, o critério demográfico que Vossa Excelência propõe! Temo que vossa excelência não ficará [tão] bem como nosso correligionário Carlos Lacerda. Quanto ele faria de estradas no Rio de Janeiro!?” Ele [Jânio] não precisava estudar nada. Se ele fosse 20% menos inteligente, tinha dado um excelente presidente da República (*risos*)... Tal era a facilidade com que ele entendia as coisas. Era genial.

– **Qual foi a contribuição que a Sudene deu para o planejamento no Brasil?**

Eu acho que a grande contribuição foram as tentativas, que resultaram frustradas, de elaborar, sob a liderança de Celso e Santiago Dantas, o Plano Trienal, que Jango ficou de implantar e implementar e não conseguiu. Inclusive porque não resistiu a determinadas impulsões de correligionários. Eu vou contar de Brizola, por exemplo. Brizola era cunhado de Jango. Nós fizemos o Plano Trienal, e Celso e Santiago levaram, e Jango aprovou. Nós prevíamos 22% de aumento do salário mínimo para conter a inflação, que era o principal problema. Aí Brizola se assessorou de um camarada lá no Rio de Janeiro, que tem 40 livros de economia (Dr. Tolstoy Klein), mas se você resumir os 40 livros, não dá uma frase sobre Economia. Dr. Tolstoy bolou um decreto duplicando, ou mais do que isso, o aumento em 57% o salário mínimo. Santiago não chegou a ir para o Ministério. Quando tomou notícia pelo rádio, foi embora para o aeroporto, embarcou. E Celso foi para Recife. Eu até perguntei a Celso: “Mas por que o senhor não negocia também?” Aí Celso respondeu: “Porque eu quero que Jango pague o preço dessa bobagem que ele acaba de fazer. Ele acaba de perder o governo”. E perdeu mesmo, né?

Mas eu acho que a grande contribuição da Sudene foi, primeiro, colocar na administração pública a necessidade de planejamento, que tinha esmaecido muito. Embora tenha começado na ditadura de Getúlio com grandes projetos. O DASP, por exemplo, é um grande projeto administrativo de controle da Administração Pública. Mas depois foi acabando, a ditadura foi tomando conta, foi paroquiando o país, e nós perdemos a concepção global que nós tínhamos. E

fomos restabelecendo aos poucos. Primeiro, o governo Dutra com o Plano SALTE; depois o governo Juscelino com o Plano de Metas. Os resultados do governo Juscelino foram fantásticos, sob muitos aspectos, não sob o aspecto monetário, né? Particpei de algumas reuniões com eles dois - Santiago Dantas, que era um *gêniozinho* - você olhava para Santiago e ficava pensando “Onde é que cabe tanta inteligência?” - e Celso Furtado, né? Fizeram o Plano Trienal. Eu tive uma isquemia com 29 anos de idade por causa desse plano. Brizola depois se meteu no meio, com alguns correligionários... atrapalharam tudo.

– **Olhando para a obra de Celso, o que o senhor acha que ela agendou de mais forte para compreender o Brasil?**

Bem, eu acho que Celso tinha a grande preocupação de demonstrar que não era dependente de nenhuma escola econômica. E isso o levou a ser posto em contradição pelos correligionários e pelos adversários. Porque ele simplesmente partia (da ideia) de que a economia dos países emergentes não poderia ser administrada sem você remover as causas estruturais, como ele chamava. Tinha coisas estruturais que só soluções diferentes das soluções clássicas. Celso brigava ao mesmo tempo com a Direita e com a Esquerda. E ele fazia isso sempre. Eu lembro que quando ele escreveu, em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, um capítulo fazendo críticas ao modelo de Marx, Mário Magalhães, que foi o maior amigo que ele teve, veio do Rio (Mário já estava afastado da Sudene) para “ajudar Celso”. Era louco por Celso. Celso era como um filho dele. Eu cheguei na sala de Francisco [de Oliveira] e o Mário estava lá. Eu o chamava de professor. “Professor, o senhor está aqui! Voltou?” Ele disse: “Não, eu vim para ajudar. Você sabe que eu gosto de ajudar os amigos”. Aí eu: “É quem é o amigo que você vai ajudar?” “O rapaz dessa sala aí”. “O rapaz dessa sala aí é Celso! O que foi? Ele está doente?” “Ele não está [doente], mas está me fazendo voltar a ser psiquiatra”. Aí eu disse: “Por que?”, e ele respondeu: “Você leu esse livro que ele lançou agora? Desenvolvimento e Subdesenvolvimento? É um absurdo! Dos absurdos intelectuais que ele cometeu, esse é o maior”.

A gente gostava de provocar discussões de Celso com Mário porque a gente aprendia muito, né? Mário, inclusive, ia comprar aquelas coisas de caranguejo ali em Goiana e preparava no apartamento que ele tinha em Recife. A gente ficava comendo caranguejo e estimulando a

briga dele com Celso. E a gente aprendendo. A gente era muito moço. Aí eu imediatamente saí do gabinete de Chico e entrei no gabinete de Celso. “Já viu o professor?” “Mário?” “É”. “Está aí?” “Está”. “O que é que ele veio fazer aqui?” “Ele disse que iria ajudar um amigo que está em dificuldades intelectuais e tal”. “Que amigo é esse?” “Você, o autor do livro ‘Desenvolvimento e Subdesenvolvimento’”. “Chama ele aí!”. “Peraí, já acertamos tudo. Às cinco horas Mario vem aí e a gente vê como isso acaba”.

Aí José Maria Aragão, Jáder, eu, Vasconcelos, a turma mais próxima de Celso. Mário chegou lá: “Celso, eu vim aqui para te ajudar. Dá para você ir comigo a um médico? Você está louco?!” “Eu não estou louco, não! Eu não sou é mecanicista, como você”. “Você não pode ser nem mecanicista, Celso. Você está doido! Quem é você para criticar Marx?”. Ai Celso disse: “Mário, eu sou Celso Furtado, de Pombal, na Paraíba!”, “Ah, eu logo vi! Só podia ser de Pombal! De outro canto não aparece um louco assim!” (*risos*)

Brigaram a tarde toda, Celso dizendo que Mário era um marxista mecanicista, e Mário dizendo que Celso não tinha autoridade nem para falar o nome de Marx. Era uma figura fantástica! Acabou respondendo a dois IPM’s e conseguiu arquivar os dois! O da Sudene, o cara da Marinha, que era radical, perguntou: “Dr. Mário, o senhor conhece os comunistas da Sudene?” “Conheço todos. São poucos. Aqui quase não tem comunistas.” Aí o sujeito da Marinha disse “Não tem, não?”. “Não tem, não. Pensando bem, Almirante ...” ele chamava logo de Almirante. O sujeito era capitão de fragata. “... de comunista aqui só tem Dr. Estevão Strauss”. “Mas Dr. Strauss? O Dr. Strauss é um cavalheiro!”. “Pode ser cavalheiro, mas ele é comunista, e é a opção dele”. “Por que o senhor acha que ele é comunista?”, “Para ser bem sincero com o senhor, eu nem sei bem o por quê. Mas eu tenho certeza que ele só se tornou comunista para se livrar da esposa dele. O senhor conhece a esposa dele? É a mais burra do mundo!” Era assim o Mário, né?

A outra ... ele era médico concursado do Ministério da Saúde, e foi chamado lá. “O senhor conhece esse texto?” “Conheço”. “O senhor sabe que esse é um texto subversivo?” “Eu não sei. Aí é uma questão de ... Eu não sou especialista em subversão. O especialista em subversão é o senhor, e se o senhor está dizendo que é subversão, é!”

– **Desarmou o cara...**

Aí ele disse “Mas o senhor sabe quem escreveu esse texto?” “Eu sabia, mas agora não sei mais. Ele passou a ser subversivo”. “Este texto foi escrito pelo senhor!” “Ah, fui eu que escrevi?” “Foi!”. “Pois bem, se o senhor diz que fui eu que escrevi e que ele é subversivo, já sei que estou lascado, né? Vou embora”. Aí saiu. Foi lá, voltou e perguntou: “Eu estou indiciado agora?” “É claro que o senhor foi indiciado”. “E eu posso indiciar alguém?” E o militar: “Claro! Se o senhor quiser colaborar...” “Eu quero! Quero indiciar dois sujeitos!”. “Mas por quais crimes?”, “Subversão e corrupção”. Aí ele perguntou: “Quem são essas figuras?”. “Humberto de Alencar Castelo Branco e Raimundo de Brito”. “O senhor Presidente da República e o Ministro da Saúde?” “Exatamente, esses dois aí”. “Dr. Mário, o senhor está brincando?” “Não estou brincando, não. O senhor não disse que esse documento era subversivo? Olha aí, subversão! E usar esse documento como se fosse deles? Não é corrupção se apoderar de direitos autorais alheios? Não fui eu que escrevi? Tá aqui no Plano de Governo dele”. Rasgaram o inquérito na frente dele. (*risos*). Grande figura!

– **Olhando para hoje, a Sudene tem razão de existir? É possível voltar a falar em desenvolvimento regional?**

Eu acho que a Sudene ainda tem razão para existir se a matriz econômico-administrativa do Brasil mudar. Nós estamos numa matriz demasiadamente antiga demasiadamente velha. Talvez não seja necessário esse aparato de hoje. Talvez precisemos introduzir uma nova tecnologia na Administração Pública. Eu faço isso há oito ou dez anos, que eu tenho um compromisso toda sexta-feira no Gulliver (restaurante de João Pessoa): almoço com um grupo de economistas. E eu digo, sempre, se o Governo do Brasil é o maior cliente de tecnologia digital, como é que ele pode ser também o maior empregador? Ninguém pode duvidar que a nova tecnologia foi feita para reduzir a participação de mão de obra, e acelerar a produção da mão de obra. Como, aliás, qualquer sonho capitalista tem essa finalidade.



Eu acho que a Sudene ainda tem razão para existir se a matriz econômico-administrativa do Brasil mudar. Nós estamos numa matriz demasiadamente antiga, demasiadamente velha. Talvez não seja necessário esse aparato de hoje. Talvez precisemos introduzir uma nova tecnologia na Administração Pública.



Se o Brasil muda isso, é claro que o Nordeste pode se comportar como uma região de administração adaptada à tecnologia disponível. Inclusive pelas mudanças tecnológicas já ocorridas e as que vão ocorrer. Por exemplo: nós podemos nos tornar, em pouco tempo, a maior produtora de energia do país, sem necessidade de grandes linhas de transmissão. O que nós vamos fazer com essa energia? Como vamos fazer para acasalar essa energia que está sendo possível com a exploração desse lençol de petróleo do Pré-sal? É uma coisa fabulosa que faz o Brasil sair do sétimo, ou oitavo lugar para ser o maior produtor de petróleo do mundo. Como é que vamos usar essa energia? Não para botar carro na rua, mas para fazer produtos que suplantem, ou até que eliminem determinadas necessidades de saúde pública? Isso é um lado da questão. O outro é se tem sentido a teoria de desenvolvimento regional? Se nós pensarmos nos programas regionais que nasceram do isolamento das regiões, não tem sentido mais, porque hoje você supera tudo isso. Mas se você pensar em explorar os mais altos níveis de tecnologia e os recursos de cada região, há lugar para o desenvolvimento regional. Ninguém vai querer que as regiões sejam administradas igualmente, exploradas igualmente, e com as disponibilidades de água, de alimentos diferenciados. Cabem as duas coisas. Tem lugar para as duas coisas.

– **Celso é pensador de um tempo ou é um pensador também pra hoje?**

Eu acho que Celso era um dinâmico pensador tecnológico, como deve ser todo pensador. Hoje, a coisa mais perigosa é o conservadorismo. Não que o conservadorismo não fosse uma forma pacificadora, mas é que mal o conservadorismo se senta numa cadeira e já estão dando uma cama para ele dormir. Eu tive uma lesão pulmonar, e perguntei a meu pneumologista: “Qual é a sobrevida que você me dá?”, “Não dou!” “Por que não dá?” “Porque antigamente um olhava esse seu caso e eram cinco meses, seis meses, sete meses, e hoje eu não posso dizer”. “Por que?” “Porque eu não sei nem a minha sobrevida. A tecnologia está mudando de 48 em 48 horas. Amanhã eu não sei mais nada de Medicina”.

– **Entendi. E Celso na vida de Juarez Farias?**

Foi uma graça que eu recebi. Como eu sempre fui católico, foi uma graça que eu recebi. Trabalhar com Celso foi uma honra. Foi uma

escola de graça que eu tive. Mesmo quando discordávamos, eu achava que Celso estava querendo me ajudar. Ontem eu peguei uma carta dele aí, à mão, como sempre, em que ele me oferecia – pelo amor de Deus não publiquem isso (*risos*)... Celso dizia que estava muito preocupado, e que tinha conversado sobre mim com a CEPAL e a CEPAL me oferecia a chefia do escritório em Assunção. E eu escrevi uma carta para ele e disse: “Eu só vou sair do Brasil expulso. Eu nunca sairia para uma Paraíba metida a país”. (*risos*)

– **Por falar em Paraíba metida a país, Celso levou uma equipe grande paraibana para a Sudene, né?**

Por acaso. Eu, pelo menos, fui por acaso. O Chico Oliveira era casado com uma paraibana, mas foi por acaso. Eu, inclusive gostaria de contar a história do Chico.

– **Pode contar.**

Celso me perguntava: “Você não tem pessoas como você que tenham vindo aqui para o Sul e que queiram voltar para esse trabalho no Nordeste?”. Eu falei: “Conheço algumas”. Ele perguntou: “Por exemplo?” “Francisco Oliveira. Para mim o melhor da minha geração, o mais inteligente, o mais capaz e tal e tal”. “E ele está onde?” E eu respondi: “Ele está em São Paulo. Ele trabalha na Lambretta. Aí Celso: “Você pode chamá-lo?” Aqui você vai ver como Celso era “mão de vaca” (*risos*). Aí eu perguntei: “Mas chamá-lo para que?” “Ah, eu quero entrevistá-lo”. Aí eu disse: “Então vou requisitar uma passagem para ele no banco. E reservar um hotel para ele”. Aí Celso: “Não! Não faça isso, não”. E eu perguntei: “Como não?”. “Eu não quero que digam que eu estou usando o banco para fazer o trabalho no Nordeste”. Aí eu perguntei: “E Francisco vem pra cá como?”. “Diga ele para fazer um sacrifício”. Aí eu liguei para Chico. Ele veio de ônibus e o hospedei na minha casa. Às 8 da manhã eu entrei com ele na sala de Celso, e os apresentei. Eles ficaram conversando e deu uma hora da tarde. Eu já sabia que Celso não iria pagar o almoço. Cheguei lá e disse: “Vocês vão encerrar essa conversa para irmos almoçar, ou não?”. Aí Celso disse: “Podem ir, eu já encerrei aquela outra parte com Francisco. Já estamos tratando de outras coisas”. Aí eu saí e perguntei: “Chico, o que você acertou com Celso?” “Ele está querendo que eu vá pro Nordeste”. “Você acertou com ele a passagem, transporte de família, transporte de móveis ...?”, “Não, não acertei não.

Era preciso acertar isso?”, “Precisa, Chico. Você vai acabar pagando tudo isso, porque Celso não vai pagar não. Ele acha que é obrigação cívica”. “Não é possível! Celso é um homem inteligente”. Aí eu disse: “É, mas para essas coisas ele não é, não”. E não deu outra, né? Chico chegou em Recife devendo e nem sabia a quem recorrer. A sorte é que Vasconcelos assumiu a diretoria do Departamento de Apoio e mandou fazer as contas de Chico e pagou. Aí Chico ficou lá, né? Mas aí ele me liga - naquele tempo era telefone internacional. Você ligava lá de Guararapes para um telefone na Rua Rio Branco, no Rio. Só tinha torre. Aí Chico me mandou chamar lá. Eu fui e ele, que me chamava de Galego: “Galego, Celso está com uma loucura aqui e eu preciso de sua ajuda”. “O que é?” “Celso está querendo que eu seja superintendente substituto da Sudene. O que é que você acha?”. E eu disse: “Você é que tem que achar. Se acha que dá certo, assume”. “Mas eu tenho um problema muito mais sério antes de assumir. Eu não tenho uma roupa para assumir. Nem tenho a roupa, nem tenho dinheiro para comprar”. Aí eu disse: “Está bem, eu vou falar com Jáder (que nessa época era chefe do Departamento Econômico do BNDES) e a gente vai comprar uma roupa aqui e vai mandar para você. Não tem problema. Isso aí a gente resolve”. Saí do banco com Jáder e fomos na Ducal, ali na Nilo Peçanha. Entramos numa loja da Ducal e tinha um vendedor do tamanho de Chico, baixinho. Mandamos ele provar uma roupa lá. Compramos, fomos à *Pan Air* e conseguimos enviar como encomenda especial para Recife e Chico tomou posse com a roupa que nós pagamos. E Celso nem perguntou. (*risos*) Era assim.

– **O senhor acredita que temos alguma chance? O senhor tem esperança ainda?**

Esperança a gente deve sempre ter. E eu tenho a impressão que a turma de hoje é muito melhor que a nossa turma. Ou a minha turma... você é ainda um menino... Esse tratamento que eu fiz agora recentemente, é um tratamento sério. E eu fiquei deslumbrado com o que eu vi nessa clínica. É uma clínica paraibana, só tem médico paraibano ... o médico mais velho que me atendeu não tinha trinta anos. E falou tanto da nossa universidade, e você vê os meninos com muito mais sensibilidade de médico que aqueles medalhões que você conhecia aqui. Teve uma hora que eu peguei um exame com anestesia geral, e eu disse: “Doutor, pare aí”, e ele disse: “Por que?” e eu

falei: “Eu quero dizer o seguinte: se eu morrer nesse exame, morro feliz. Porque vou morrer na frente de jovens que revelam muito mais capacidade de fazer as coisas que a minha geração, a velha geração à qual eu pertenço. Eu quero é felicitar a Paraíba por ter esse pessoal aqui”. Aí eu fiz o exame e essa semana ele mandou, meu médico me disse: “Reintegre-se”. E eu disse: “A que?”, “À vida de cidadão. Você já melhorou o suficiente para ser cidadão de novo”. Então eu acho que a esperança vem daí. Pensar que essa geração é pior que a minha ou que outras, não é não. Agora, é claro, que ele não andou como eu andava com 150 livros debaixo do braço. Não tem sentido. Você passava seis horas, sete horas, oito horas para resolver um carroção de matemática. Um carroção daquele hoje você joga no computador e resolve. E esses meninos sabem tudo isso. Estão aprendendo. Outra coisa, eles buscam as técnicas que mais facilitam o aprendizado, para não dizer que todos devem aprender do mesmo jeito. Cada pessoa tem sua maneira de aprender. Nós temos que ter capacidade de criar liderança, de respeitar mais as pessoas, que nós não respeitamos. E de sair desses atropelos.

– **O senhor se encontrou com Celso depois do exílio? Esteve com ele depois da volta para o Brasil?**

Estive. Estive várias vezes com ele. Inclusive, da última vez que o vi foi muito chocante para mim. Celso tinha cerca de 1,75m ... e eu fui à Academia Brasileira de Letras - nessa época eu era presidente da Academia Paraibana de Letras - e teve qualquer coisa lá e eu fui convidado para ir ao Rio. Eu fui e Ronaldo Cunha Lima, que era governador (da Paraíba) me apontou: “Juarez, olha quem está aqui”. Eu olhei e era Celso. Aí eu fui lá. Ele chamou Rosa, a mulher dele, e me apresentou. Aí eu olhei e pensei: “Por que Celso está desse jeito?”. Eu não imaginei... Celso estava um “L”! O corpo dele era um “L”. Ele ficava olhando para o chão. Foi a última vez que eu o vi. Inclusive, depois desse choque que eu tive, eu vi um camarada passar vestido de branco carregando uma bolsa. Aí eu pensei: Eu conheço esse cidadão. Era o ministro Luiz Correia, que andava com um enfermeiro que transportava o intestino dele numa bolsa. Eu tive esses choques. Celso, feito um “L”, olhando para o chão, Rosa segurando no braço dele. Eu tive outros encontros com ele ... é muito interessante, em momentos de lazer.... Celso era uma pessoa de trabalhar. Um belo dia chegou uma peça na cidade [Recife] ... e as nossas mulheres, a minha,

a de Chico, e a de Jader Vasconcelos tinham horror à Sudene porque nós só pensávamos na Sudene. Nós chegamos e ficamos ali na frente do teatro, esperando [a peça] começar. Aí chega Celso, sozinho. Ele morava no Recife e a mulher no Rio. Aí Celso olhou e disse: “Jáder, não adianta pensar em três safras de feijão do São Francisco, não. Eu andei fazendo umas contas lá em casa, o máximo, com segurança, são duas safras”. Aí as mulheres, com a inteligência que têm, deram as costas e saíram da roda. No segundo ato, Celso se encaminhou para a roda e elas saíram de novo. No outro dia, ele me chamou no gabinete: “Eu notei uma hostilidade das mulheres de vocês a mim. O que houve?”. Aí eu respondi [com ironia]: “Não houve nada. Elas que não souberam entender... Não veem os maridos... Uma noite para sair com eles, é uma dádiva de Deus. Na hora vão com os maridos ao teatro, tem que discutir a safra de feijão do São Francisco! ... Elas não têm razão nenhuma” (*risos*). Aí ele: “Foi por isso?” “Foi! Elas são normais. Nós é que não somos!”

– **Furtado e os filhos – do Cariri à Sorbonne...**

Eu ia sempre passar o natal em Cabaceiras, quando meu pai era vivo. Furtado me chamou e disse: “Você vai passar o natal em Cabaceiras? “Vou”. “Você leva Mário?”. Mário é o filho mais velho. “Você quer levar Mário?”, insisti. “Mas pra que? Pra passar o natal em Cabaceiras?” “Sim”. “Leva que eu quero que ele conheça o Cariri. Conheça melhor o Nordeste”. E eu levei o Mário. Aí, na véspera de Natal, minha mãe me chamou num canto e começou a chorar. “Por que a senhora está chorando?” Ela respondeu: “Esse menino aí, sozinho, longe da família...” “Ah, foi o pai dele que pediu para eu trazer. Não tem problema, não”. Mário entendeu e perguntou o motivo de minha mãe estar chorando. Aí eu disse: “Ela está chorando porque você está sozinho, longe de seu pai, de sua mãe. E ela não entende um Natal longe da família”. Ele foi ao encontro dela e disse: “D. Lêda, não chore por casa disso, não. Eu não tenho família”. Aí foi que mamãe desabou. “Por que é que você não tem família, meu filho?” E ele disse: “Mamãe acorda às sete horas da manhã e vai para o Conselho Nacional de Pesquisa. Meu pai às oito horas da manhã já está no carro para ir ao Ministério. Os dois vão embora de casa e às vezes nem se lembram de deixar o dinheiro do café da manhã. A gente come fiado na padaria da frente (*risos*). Quanto ao André, ele era espevitado. Mais do que Mário, né? Uma vez encontrei com Celso no aeroporto, o do Galeão, e perguntei

pelos meninos. “Que meninos?” “Os seus!”. Aí ele disse. “Eu estou aqui para tomar o avião para Paris porque André tem uma tese na Sorbonne, como o pai deles fez”. “É sério? André estudou?” Eu contei essa história do Mário à filha dele, que é socióloga, em Campinas.



Muita gente pensa que democracia é oba, oba. Não é! Ou pensam que ordem é não deixar os outros falarem. Também não é! Vai ser tão difícil você encontrar lugar para ditador no mundo, que eles vão se acabar por eles mesmos.



– **Qual é a sua mensagem para os jovens neste momento tão crítico da vida nacional?**

A gente tem que levar o País mais à sério, sem se levar muito à sério. Isso é uma coisa que é muito recomendada. O que está faltando, talvez, seja os líderes nos orientarem sobre o caminho que devemos seguir. O desenvolvimento tecnológico tem sido tão rápido, que as pessoas estão sem saber que profissão escolher. Você leu “21 lições para o Século 21?”

– **Sim, de [Yuval] Harari.**

De Harari... dedicado a Itzik (Yahav), o marido dele. O livro já toca pela dedicatória. E já vendeu 8 milhões e meio de cópias. Sabe aplicar porque a origem dele é comprovada.... Mas eu acho que muitos empregos vão deixar de existir, outros serão criados... há inclusive a ideia de um economista de Israel, que eu li há uns dias atrás. O camarada chega ao ponto de querer que as Nações Unidas fixem tipos de trabalho prestados e que hoje não são remunerados para substituí-los e, com isso, manter a população que vai ficar desempregada com a nova tecnologia. Quer dizer, você divide o produto da nova tecnologia com quem está desempregado por ela.

– **O que o senhor diz da Economia de Francisco? Não tem como não formular ...**

Eu acho que o Papa está descobrindo a pólvora. Não é possível a Igreja ficar oscilando entre a miséria absoluta e a riqueza absoluta. A Igreja tem que verificar que a paz está no meio, sem nenhum lugar comum. E a paz é feita pela melhor distribuição de renda. Essa é a frase do Papa. Eu lembro que meu pai me deu essa lição quando eu tinha uns 8 anos de idade. Era na época da guerra e eu perguntei:

“Por que essa guerra, papai?”. Aí ele disse: “Ah, meu filho. É muito difícil explicar isso”. Papai era um matuto que só estudou um ano. Mas, pra mim, era melhor filósofo do que muitos que eu conheço por aí. Ele disse: “Enquanto os homens forem muito desiguais entre eles, vai haver guerra”. Eu perguntei: “E não tem uma solução para isso não, papai? Um remédio?”. Solução eu não sabia o que era não. Mas remédio eu sabia. “Tem, mas é mais fácil fazer a igualdade do que fazer esse remédio”. Aí eu perguntei: “E qual é o remédio?” “Socialismo”. “Socialismo?”. “É”. Não dei muita bola porque eu nem sabia o que era isso. Uma vez, lá em 1945, eu já tinha 12 anos, cheguei lá no mercado e vi um jornal pregado com uma foto de uma pessoa e um fio de sangue saindo da cabeça, com o seguinte texto: “Mais uma vítima da ditadura”. Aí eu fui pra casa. “Papai, o que é ditadura?” “Ditadura é um regime onde só o governo fala”. “Então eu sou contra a ditadura”. Ele era getulista e eu perguntei: “Getúlio é ditador?”. “É”. “Então eu sou contra Getúlio também” (*risos*). E ele guardou isso. Quando eu assumi o governo aqui na Paraíba (1970-71), três dias depois, ele disse: “Eu esqueci de te fazer uma pergunta. Você ainda é contra a ditadura?” Aí eu falei: “Agora que eu assumi o governo é que eu sou mesmo” (*risos*).

– **Sim, mas para onde vamos?**

Nós vamos evoluir tão rapidamente que talvez seja mais leve que em outro período da história, porque o homem já vê que não dá para sacrificar tanto. Você vê o que se discute hoje na Alemanha sobre horário de trabalho ...você acomoda. De oito horas, você passa para seis, a cada três você arranja mais um emprego por aí fora. E o treinamento também. A gente está pensando que nós, os emergentes, os subdesenvolvidos, não estamos treinando. Estamos. Preste atenção na quantidade de cursos que tem aparecido aí. Pode não ser bom. Pode não ser a melhor coisa, mas nem era assim. Eu lembro que eu era menino de 16 anos em Campina Grande, escrevente de cartório, empregado. Papai dono do cartório em Cabaceiras e chegou lá em Campina e disse: “Você quarta-feira vai para Cabaceiras”. “Por que?” “Vai ter júri, e esse juiz que foi nomeado para lá passou em primeiro lugar no concurso, mas não entende nada de júri”. “Por que o senhor não o orienta no júri?” “Não, não fica bem um escrivão mandando um juiz fazer as coisas. Melhor você, que é escrevente aqui em Campina ir lá e dar uma orientação para ele”. Aí eu fui, orientei o júri, lavei a

sentença, e disse ao juiz: “O senhor manda restabelecer a publicidade do Tribunal e leia a sentença”. “Em pé ou sentado?”. Aí Papai disse: “Eu não disse que ele era burro?” (*risos*)

– **Desenvolvimento e Democracia...**

É uma discussão a ser feita. A meu ver o que está mais ou menos evidente, é que a democracia não pode ser só uma festa da liberdade, não. Tem que ser de realização, também. Você não pode estar na rua dizendo o que quer e por quê quer, sem querer. Porque você só quer quando souber fazer. E é o que está aí. Muita gente pensa que democracia é oba, oba. Não é! Ou pensam que ordem é não deixar os outros falarem. Também não é! Vai ser tão difícil você encontrar lugar para ditador no mundo, que eles vão se acabar por eles mesmos. Antigamente você sabia, mas não podia discutir com o cara, pois ele estava a milhares de quilômetros de você. Hoje você discute tranquilamente. E mostra que ele não tem razão. Quem não entende são os Cardeais da Igreja, por exemplo. Vão entender esse Papa quando?

Francisco de Oliveira*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Vocês não encontrarão, na Sudene, nenhum rastro de velhos costumes brasileiros, como, por exemplo, o paternalismo, o uso da família ... isso está completamente ausente. A história que fica é de uma organização, tal como seu fundador, extremamente republicana. Vocês não sabem o que era enfrentar os governadores do Nordeste! Ou era uma missão para um demônio, ou para um santo. E Celso Furtado era as duas coisas. Demônio para aquelas tradições patrimonialistas, e santo para as novas oportunidades que a Sudene veio criar.”

”

* Entrevista realizada em 21/11/2013, em São Paulo, no contexto das atividades do Procondel (Sudene - UFPE), pelo professor Marcos Costa Lima, da UFPE, Coordenador Científico, e pela pesquisadora Angela Nascimento, Coordenadora Executiva do Projeto, e cedida para publicação aos organizadores da Trilogia *Celso Furtado: a esperança militante*.

Celso Furtado: um republicano exemplar

Há quem afirme que a trajetória de Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (1933 - 2019), ou Chico de Oliveira, um dos mais importantes cientistas sociais brasileiros, ainda não foi suficientemente investigada sob a perspectiva do pensamento social e político brasileiro da segunda metade do século XX.¹ Pernambucano, com formação em ciências sociais e economia, antes de chegar à Sudene e juntar-se à equipe comandada por Celso Furtado, no que chamaria, mais de tarde, de a “Navegação Venturosa”², passou pelo setor bancário público (funcionário concursado do Banco do Nordeste) e pela iniciativa privada (trabalhou na Lambretta do Brasil S.A., em São Paulo). Aliás, foi na Lambretta, lá pelo final dos anos 1950, que ele ouviu falar dos planos de Furtado para “mudar o Nordeste”.

Em entrevista publicada, também nesta coletânea, Juarez Farias (p. 39) conta que intermediou o encontro entre Chico de Oliveira e Celso Furtado, no Rio de Janeiro. Farias teria feito contato por telefone e convidado Oliveira, a pedido de Furtado, para uma entrevista. Oliveira viera de ônibus e ficara hospedado em sua casa. No dia seguinte, no meio da manhã, a contratação do novo quadro para o projeto Sudene teria sido aprovada, sem que, no entanto, detalhes como os custos da mudança de São Paulo para o Recife tivessem sido discutidos. Segundo Farias - que o teria alertado sobre a necessidade desse acerto, especialmente conhecendo a fama de Furtado em relação a dinheiro - “Chico chegou em Recife devendo e nem sabia a quem recorrer”.

A versão de Oliveira daquele encontro também é narrada aqui, na entrevista que transcrevemos a seguir e que foi feita pelos professores

1 PERRUSO, Marco Antonio. Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a Sudene e o CEBRAP. *Cad. CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 179-192, Apr. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000100012&lng=en&nrm=iso>. Access on 15 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100012>.

2 Oliveira, Francisco de. *A Navegação Venturosa* – ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.

Marcos Costa Lima³ e Angela Nascimento⁴ no contexto do projeto Procondel (Sudene/UFPE). Os fatos são diferentes dos narrados por Farias. O Furtado que recebe Oliveira é sisudo e anti-cordial. “Eu levei tudo, as minhas notas [do curso da Cepal] ... Ele nem olhou. Eu pensei que ia discutir. Nada. Nem Olhou. Não se comoveu, estava impassível”. Ainda de acordo com essa narrativa, Furtado teria feito uma única pergunta: “você está disposto a ir para o Recife?”. Apesar da impressão negativa, Oliveira saiu do encontro comemorando a contratação: “Eu, besta, assim, nunca consegui emprego tão fácil”.

Quando, um pouco mais tarde, Chico de Oliveira foi convidado por Celso Furtado para ser o Superintendente substituto da Sudene, Farias lembra que ele não tinha sequer um terno para tomar posse. Os amigos o socorreram do Rio. “Entramos numa loja da Ducal e tinha um vendedor baixinho, do tamanho do Chico. Pedimos que o vendedor provasse uma roupa lá. Compramos. Fomos à *Pan Air* e conseguimos enviar como encomenda especial para Recife. Chico tomou posse com a roupa que nós pagamos”. Se os fatos não coincidem, o certo é que as duas versões se encontram num ponto: as ações da equipe liderada por Furtado desequilibraram a estrutura de interesses da velha oligarquia regional. Por causa disso, foram acusados de comunistas, presos (caso de Chico de Oliveira), cassados e exilados (caso de Celso Furtado).

Para Oliveira, toda a adjetivação que se pode fazer sobre o homem e sua obra “é que Celso era um republicano exemplar”. Numa tradição brasileira de patrimonialismo, que vem desde Portugal, de apropriação do público por interesses privados, a que não resistiram grandes figuras do Brasil, “Celso era uma exceção luminosa”. Oliveira afirma que, nos cinco anos em que trabalharam juntos, aprendeu “o que é república e o que é democracia, sem nenhuma retórica”. A Sudene,

3 Possui graduação em Philosophie Politique - Université Montpellier 2 - Sciences et Techniques (1978), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1985) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Pós Doutorado na Université Paris XIII- Villetaneuse (2003). Prof. Associado 2 da Universidade Federal de Pernambuco no Departamento de Ciência Política. Conselheiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, sócio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento).

4 Graduada em história pela Universidade Estadual de Pernambuco, especialista em arquivologia pelo Ministério de Cultura da Espanha, mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco e sócia do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

inicialmente, não tinha mais de 20 funcionários. “Era com esse exército que ele queria modificar o Nordeste. E a resposta é que ele modificou. Tirou o Nordeste da agenda da politicagem e colocou “numa outra agenda”. E sua obra teórica redefiniu os rumos da teorização sobre o Brasil, o que não é pouca coisa”.

A ação furtadiana na economia do Nordeste, de acordo com Oliveira, foi a de fundar instituições que pudessem levar a cabo as tarefas do desenvolvimento. Quase todas as instituições anteriores eram limitadas em seus objetivos. “Vocês não encontrarão, na Sudene, nenhum rastro de velhos costumes brasileiros, como por exemplo o paternalismo, o uso da família ... isso está completamente ausente. A história que fica é de uma organização, tal como seu fundador, extremamente republicana. Vocês não sabem o que era enfrentar os governadores do Nordeste. Ou era uma missão para um demônio, ou para um santo. E Celso Furtado era as duas coisas. Demônio para aquelas tradições patrimonialistas, e santo para as novas oportunidades que a Sudene veio criar.”

(Os organizadores)

Entrevista

- **Gostaríamos de começar lhe perguntando um pouco da sua trajetória de juventude, e como o senhor chegou até a Sudene.** Bom, obrigado Marcos e Angela. Vocês vão me fazer chorar. O Recife e a Sudene são uma chaga que não fecha. Que vergonha um homem velho chorar, mas é assim mesmo! Eu não tinha trajetória nenhuma antes da Sudene (...). É muito comum enfeitar a própria biografia. A minha não dá para enfeitar porque os arquivos históricos, que são implacáveis, vão dizer que não havia nada antes da Sudene. O que é verdade, e não me abate, porque eu não tenho esse costume. Até daria para enfeitar o maracá, porque eu nasci a 7 de novembro, data da gloriosa revolução soviética. Mas não é verdade. Aquilo era um atraso! Como os partos programados eram previsíveis dentro de certa margem, mas não com tanta certeza, então a minha mãe não era nenhuma revolucionária para marcar o dia 7 de novembro... Tadinha, era uma católica. Felizmente, porque do catolicismo em que eu fui parte, eu herdei a direção ética, que na esquerda era muito rebaixada.

Então foi assim: no dia 7 de novembro, no Recife, no bairro do Barro, eu conheci o mundo. Nem conheci, na verdade. Você não conhece nada até os 15 anos, mais ou menos. De modo que não há história pregressa. Eu fui um estudante comum na faculdade de Filosofia, que era muito ruim, porque todos os professores eram, na verdade, vindos do Direito, o que era muito comum nas ciências sociais. Um estudante comum, sem nenhum relevo. Logo aderi ao partido socialista, que ao dizer dos comunistas, que eram muito fortes no Recife, a gente era a ala feminina deles. E isso eu prezo muito em própria avaliação, porque me livrou do stalinismo, que era hegemônico, tanto na União Soviética, como no pensamento e ação dos comunistas no mundo. Eu não tive esse problema. Graças a uma turma universitária muito especial eu fiquei na esquerda socialista.

– **Você poderia mencionar algumas dessas pessoas?**

Um deles ainda vive, que é o meu amigo Cláudio Souto⁵.

– **(*Marcos Costa Lima*) Foi meu professor.**

Que é um reformista de carteirinha. Ele teve uma grande influência nesse grupo, que era um grupo pequeno, porque o partidão dominava tudo. Mas para mim foi extremamente importante. De modo que eu cheguei na Sudene como uma página em branco. Militante estudantil no Recife naqueles anos não diferenciava muito. Quase todo mundo era militante, da direita ou da esquerda. Da esquerda, maior preponderância. Se bem que do ponto de vista da ação, os comunistas eram muito mais ativos e capazes do que nós. Como é que eu cheguei na Sudene? Por acaso. A história podia ser redondeada, mas é mentira. Seria mentira. Eu cheguei por acaso. Eu fui para a Sudene também por acaso. Eu estava aqui em São Paulo, no meu primeiro exílio. Esse é o segundo, e vai se prolongar. E Fernando Mota⁶, intelectual um pouco mais à direita do que era comum no Recife, passou aqui em São Paulo, eu fui visita-lo no hotel, [e] ele [me] disse: “você está sabendo das novas iniciativas?” Eu digo: “não.” “O Celso Furtado está recru-

5 Doutor pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Dedicou-se a Sociologia do Direito. Foi professor visitante nas universidades de Columbia, Colônia, Bielefeld.

6 Fernando Mota, economista, foi nomeado diretor do departamento de recursos humanos da Sudene e, em seguida, superintendente adjunto do mesmo órgão. Em 1967 assumiu o cargo de superintendente da Sudene sucedendo a Rubens Vaz da Costa e, ainda no mesmo ano, foi substituído por Euler Bentes Monteiro.

tando gente para levar para o Recife, por que você não vai conversar com ele?” E eu fui ao Rio. O Celso era o tipo mais anticordial possível! Vocês não vão encontrar nas personalidades políticas brasileiras alguém como o Celso. Eu fui lá, me apresentei: “eu queria falar com o doutor Celso Furtado e tal.” Ele era diretor regional do BNDE⁷. É por isso que ele assumiu a coisa no Nordeste. Eu pedi para ser entrevistado. Ele na hora me atendeu. Eu levei as minhas notas da Cepal⁸. Eram todas muito boas, principalmente no que me interessava mais, que era programação geral. Havia uma cadeira que era oferecida com este título. O Professor importante era Pedro Vuskovic⁹, um chileno que nos dava programação geral, e eu caí de joelhos. Era a disciplina que eu amava. Eu levei tudo, as minhas notas para o Celso. Ele nem olhou. Eu pensei que ia discutir. Nada! Ele nem olhou. Ele disse: “você está disposto a ir para o Recife?” Eu disse: “estou.” Ele olhou assim e disse: “vá lá falar com o Medeiros”. O Medeiros era o braço direito dele. Toda a equipe do Celso era paraibana. Não tinha conversa. Ele não tinha muita relação com o mundo político brasileiro. Aliás, não tinha nenhuma, porque ele passou um período precioso no Chile. Ele conhecia os políticos na Paraíba porque tem dois estados no Nordeste que botam para quebrar: a Paraíba e o Ceará. Não passa nada por eles que eles não capturem. E o Celso tinha muita relação com os políticos. Engraçado, com os políticos da direita paraibana; não da esquerda. Aliás, a esquerda paraibana era quase inexistente. Ele era amigo também do João Agripino¹⁰. O Cleantho¹¹, foi quem o trouxe para o BNDE. Então foi por aí que ele entrou. E Juscelino¹² tinha feito todo o plano de metas e não tinha nada para o Nordeste. O Celso

7 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Em 1982 foi incluído, à sigla, o "S" de social, formando, portanto, BNDES.

8 Comissão Econômica para América Latina e Caribe, comissão regional das Nações Unidas criada em 25 de fevereiro de 1948.

9 Pedro Vuskovic estudou Engenharia Comercial na Universidade do Chile, dedicando-se, posteriormente, ao ensino de Estatística. Trabalhou 20 anos na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Em 1970 foi nomeado Ministro da Economia de Salvador Allende. Com o golpe do general Pinochet, exilou-se no México onde trabalhou no Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE). Retornou ao Chile no começo dos anos 1990, mas não permaneceu por muito tempo. Morreu na cidade do México em 1993.

10 Governador da Paraíba (1966 – 1971).

11 Cleantho de Paiva Leite (1921-1992), Assessor econômico de Getúlio Vargas.

12 Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente do Brasil de 1956 a 1960.

entrou nessa brecha, apresentou a Juscelino... na verdade, relatou o que ele tinha feito como diagnóstico. Ele teve uma sorte danada, porque todo o esquema técnico do diagnóstico para o Nordeste estava pronto. Tinha sido [feito por] um economista mineiro, que eu pejejo para rememorar o nome e não consigo.

– **(Marcos Costa Lima) Paulo Roberto Haddad, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento?**

Não, era um economista mineiro muito bom. Mas enfim, o Celso pegou aquilo, que era tecnicamente muito cepalino, e ele deu o enfoque político que faltava. Juscelino aí o nomeou no Encontro de Garanhuns¹³, que foi ponto de partida.

– **Você participou do encontro de Garanhuns?**

Participei, mas sem nenhuma relevância. A figura central era o Celso e ponto! Mas eu já estava na pequena equipe que era aquela do Edifício Tereza Cristina (centro do Recife). Era uma equipe muito pequena. Eu me lembro de tão poucos... Primeiro, tinha o Luiz Vasconcelos. Era um português clássico, com sotaque e entonação, e que Celso não podia nomear [seu] substituto porque ele era português. [O segundo] era o Jorge Furtado, que era irmão dele, e pela cabeça do Celso não passaria nunca nomear um irmão. E o terceiro dessa trinca era Mário Magalhães¹⁴, conhecido como *Boca do Inferno*. Ele e Carlos Duarte¹⁵. Os dois nunca se encontraram. O primeiro no serviço público e Carlos Duarte na política, eram conhecidos como *Bocas do Inferno*. O terceiro, Celso não podia nomear porque Mário Magalhães, que era assessor e fazia a cabeça do Celso, disse: “não me nomeie porque no outro dia eu fecho essa baiuca.” E era mentira, porque ele era o assessor privilegiado do Celso. Não era à toa que o primeiro filhinho do Celso chama-se Mário. Chama-se, espero que não tenha morrido. Então, esse pequeno grupo fazia o Codeno¹⁶. A Sudene é de 1959.

¹³ Encontro de Garanhuns (PE), realizado de 25/04 a 03/05 de 1959, promovido pela Confederação Nacional da Indústria.

¹⁴ Médico em Saúde Pública, foi o responsável pelos programas sanitários na Sudene, priorizando o abastecimento d'água e o tratamento de esgoto. Foi casado com Nise da Silveira, famosa médica psiquiatra.

¹⁵ Vereador comunista no Recife.

¹⁶ Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, instituído pelo Decreto nº 45.445 de 20/02/1959.

Antes disso, o Mário chamou o Celso (ele tinha muita autoridade moral) e disse: “isso não pode continuar assim. Você ou fecha essa baiuca ou você tem que resolver.” “Como resolver?” “Você passa o tempo todo no Rio, e está certo que passe, que é lá que se negocia a questão política daqui. E você não pára aqui, e isso aqui não anda. Você tem que dar uma solução, tem que nomear um substituto para tocar esse barco aqui. E você já sabe os três que você não pode nomear.” Ele disse: “quem sobra?” “Sobra Francisco, que não é nada.” Ele foi para o Conselho Deliberativo e apresentou o meu nome no outro dia. Houve um certo quiproquó na denominação, porque o Celso chamou de substituto. As outras forças que então já podiam se manifestar, a exemplo do governador Cid Sampaio¹⁷, queriam que eu fosse interino. A diferença é sutil, mas é decisiva. Ele disse: “interino não, substituto.” Eu fiquei e no outro dia eu perguntei a Mário Magalhães, que foi o autor dessa prosódia: “o que eu faço como substituto?” Ele disse: “você faz é tocar o barco porque ele não toca.” E foi aí que eu fui indicado, assim. Ele não tinha a mínima, ele não fazia as coisas por obrigação política. Nada disso. Aí começou o imbróglio. Não foi mole não.



Qual era o esquema anterior? O esquema anterior era dominado pelo DNOCS, que era sempre a moeda de troca da Presidência com os políticos do Nordeste, quase sempre cearense.



– **Agora, o Jader de Andrade, o Nilton Santos¹⁸, chegaram depois então?**

Depois, depois.

– **E pelo que você está contando, quem enfrentou as feras dos governadores foi você, já que Celso ficava sempre muito no Rio?**

É, ele era preservado, porque Celso era um caso raro. Ele sobreviveu a quatro presidentes. Entendeu? Primeiro Juscelino, que você lembra, criou a Sudene em 59 e em 60 ele perde a eleição em sua própria

¹⁷ Cid Sampaio (1910 – 2010). Governador de Pernambuco (1959 – 1963).

¹⁸ Ambos foram secretários de Miguel Arraes. Jáder de Andrade foi assessor direto de Allende após exilar-se no Chile e foi das Nações unidas naquele país. Nilton Santos fez carreira na UNICEF. Era irmão do geógrafo Milton Santos.

sucessão. Vem Jânio [Quadros]¹⁹, o meteoro, e Celso continuou com Jânio. E ademais tem uma entrevista decisiva com Jânio, onde os dois se apaixonaram. Mas logo [veio] o Mazzili²⁰, depois de Jânio, o interregno da transição janista, e, finalmente, ele sobreviveu a três. Na verdade, quatro com essa transição muito tumultuada, o que era raríssimo no quadro político. E a Sudene era ligada diretamente à Presidência, de modo que ele participava das reuniões de Ministérios com igual condições, e foi excepcional isso ter ocorrido depois.

- **Agora, você entende essa excepcionalidade na condução do Celso como estando relacionada ao contexto político do Nordeste, toda a movimentação, reivindicações, Ligas Camponesas²¹. Isso está associado a esse lugar de destaque que Juscelino dá a Sudene?**

Não. A questão da Sudene sim, mas a questão do Celso provavelmente não. Ele não era ainda essa figura que se tornou... A questão do Celso, a meu modo de ver, foi uma impressão forte que o Celso passou a Juscelino e o Juscelino queria fazer alguma coisa definitiva. Na imaginação juscelínica essa coisa definitiva não era a Sudene. A sorte é que foi. Não era. Juscelino queria fazer um espocado do champanhe, que de fato fez em Garanhuns. Eu acho que a relação da nomeação do Celso é um pouco independente do que ele pensava que era a Sudene.

- **E você Chico, poderia narrar um pouco essa sua posição, quer dizer, os embates, alguns embates, ou a própria atividade em ser um superintendente adjunto da Sudene naquele momento? Era uma carga de responsabilidade bastante grande**

Era muito grande. Era muito grande mesmo, porque não havia experiência nacional sobre a questão, [e] nem a experiência internacional servia. Se tentasse recolher da experiência internacional, não existia a experiência internacional. Mais próximo, podia se aproximar,

19 Presidente do Brasil de janeiro a agosto de 1961.

20 Pascoal Ranieiri Mazzilli foi presidente do Brasil em duas ocasiões: 25/08 a 08/08 de 1961 e 02 a 15/04 de 1964.

21 As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Sua principal liderança foi o deputado estadual socialista Francisco Julião.

mas não muito, era a experiência mexicana. Mas o México nunca teve uma experiência regional tão forte quanto a Sudene. Então, nacionalmente não havia. A SPVEA²², que é uma criação de Getúlio, nunca teve a repercussão nem a autoridade que veio a ter a Sudene. Tanto que será reformulada depois, tendo em vista o modelo Sudene. A SPVEA, como ela ficou muito setorizada, nunca teve a importância para a Amazônia que a Sudene teve, nem poderia ter; as condições institucionais, econômicas, sociais, eram inteiramente diferentes. De modo que não havia muito o que copiar, tanto que a Sudene, no caso, foi sobrecarregada, ela virou uma espécie de Ministério do Nordeste, que não estava no programa. Essa espécie de Ministério do Nordeste tomou a si a tarefa de coordenar o que era coordenável e de dar impulso a setores, a atividades que não tinham importância no esquema anterior. Qual era o esquema anterior? O esquema anterior era dominado pelo DNOCS - Departamento Nacional de Obra Contra as Secas, que era sempre a moeda de troca da Presidência com os políticos do Nordeste, quase sempre cearenses. O Ceará foi muito hábil no episódio do Banco do Nordeste. O Banco, que é varguista também, por razões vocacionais, deveria ter sido no Recife, mas os políticos indicaram no [Encontro de] Garanhuns uma reivindicação, e os cearenses captaram, como dizia o personagem do Chico Anysio: “captei o seu sentido.” E aí agarraram o Banco, que foi um fator de transformação do Ceará, fantástico. O Ceará não se entende sem o Banco do Nordeste.

– **Nem Jereissati²³ nem os Gomes, não é?**

Nem os Gomes. Aquele caráter gerencial que os Gomes e Jereissati tentam assumir é do Banco do Nordeste, não é deles. Eles tiveram que se transformar em políticos gerenciais, porque a presença do Banco era esmagadora. Aí eu me perdi.

22 Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada por Getúlio Vargas em 1953.

23 Tasso Jereissati (governador do Ceará e empresário); Ciro Gomes (governador do Ceará e político).

– **Poderia desenvolver mais essa questão do aspecto gerencial dos políticos do Ceará, do BNB.**

É o BNB que meteu na cabeça deles e na ação. Então, durante boa parte o Banco foi dirigido por Raul Barbosa²⁴, um ex-governador do Ceará²⁵. [Ele] foi nomeado por Juscelino. Ficou com Juscelino e ficou com Jânio. A transformação dele é excepcional. Era um político conservador. Virou um gerente de banco, no Banco de Desenvolvimento, mas que não era entendido como tal. Ele deu um caráter desenvolvimentista ao Banco, que era inerente à concepção de Vargas, e um perfil político conservador, mas sério, tanto que ficou intocável durante três mandatos. Assim, o Banco do Nordeste teve muita força política. O DNOCS, articulando toda a política conservadora, da qual ele nunca saiu, e o Banco do Nordeste que era a novidade.

– **Quer dizer, na verdade uma mão nas finanças e na indústria e outra mão na terra, na agricultura, que era o DNOCS?**

Era o DNOCS, [que] tinha muita força, porque toda a chamada política para o Nordeste se resumia no DNOCS. O DNOCS tinha um serviço para o industrial que era uma beleza de concepção e de gestão, do velho Guimarães Duque²⁶.

– **Guimarães Duque...**

Era um nome inatacável, em toda bandalheira do DNOCS ele sempre estava acima disso. E foi com essas forças que o Celso viabilizou a Sudene, principalmente com essa parte do DNOCS. Porque o Banco do Nordeste com Raul Barbosa, embora fosse inatacável do ponto de vista administrativo, não tinha uma concepção desenvolvimentista. O primeiro empréstimo, na verdade, de desenvolvimento, que o Banco faz, só o faz em 1973, porque a direção era firme, mas conservadora.

24 Raul Barbosa presidiu o Banco de Desenvolvimento do Nordeste de 1956 a 1960 e de 1962 e 1967.

25 Governou o Ceará de 1951 a 1954.

26 Agrônomo mineiro que em 1932 veio trabalhar no Nordeste, na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS, atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. Escreveu obras de referências sobre o Nordeste, dentre as quais se destacam “O Nordeste e as Lavouras Xerófilas” e “Solo e Água no Polígono das Secas”, não somente pelos problemas ecológicos levados em consideração, como também, pelos questionamentos agronômicos relacionados com o aproveitamento socioeconômico das plantas xerófilas.

- **Agora, você aponta uma questão importante, a meu juízo, que é essa ideia de criação de figura do Ministério Sudene, um Ministério para a região. Isso eu nunca tinha ouvido falar. Mas, a gente percebe na leitura, seja das atas do Conselho, seja na imprensa, a tentativa da Sudene de enfrentar, muito embora se falasse muito em planejamento em sua na concepção, de cuidar de muita coisa ao mesmo tempo.**

É, mas essa é a impressão geral que se tem da Sudene, mas ela é falsa. A Sudene nunca pensou em planejamento. O Celso nunca pensou num plano. Se imagina que ele tinha planos, metas, progressão... Não é que é falso. Eu me expressei mal. O problema do Celso é que ele seguia como político. A questão técnica podia ser resolvida, mas o problema era político. Você não encontra nos anais da Sudene nada parecido quanto isso. Eram decisões tópicas, mas estratégicas. Então, uma decisão estratégica era a forma de atender a questão da seca. Parecia uma coisa contingencial, mas era estratégica na concepção dele. Isso se mostrava, por exemplo, no fato de que nessa missão que lhe é delegada, que lhe é quase imposta, mais do que delegada, nós resolvemos que a questão do abastecimento das frentes de trabalho cabia a nós, e não ao DNOCS. Tiramos o DNOCS do meio, porque aí estava uma grande fonte de corrupção. Enfim, se cobrava a fatura sempre três vezes maior.

- **Porque tinha um aspecto emergencial, por exemplo, que você acaba de tocar.**

Tinha.

- **Mas, quer dizer, quem não participou do processo diretamente como você, que foi um dos principais autores dessa história toda, a gente verifica que, o Plano Diretor, por exemplo, daquela migração, que acabou não sendo o que se esperava, mas o próprio plano de industrialização, o 34/18²⁷, quer dizer, essas questões, digamos, mais estruturantes, elas pareciam configurar um plano. Agora, evidente que esse plano estava**

²⁷ Incentivos Fiscais Sistema 34/18: Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste. Baseavam-se na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a Sudene.

misturado com esse enfrentamento do dia a dia, e as carências eram muitas. Então eu aproveito para perguntar a você, nesse seu período de superintendente adjunto, quais foram assim os grandes embates que você travou? Quais foram os grandes desafios que você teve?

Bom, o primeiro desafio, e mais importante, era de uma forma muito abrangente, o *que fazer?* Porque o Celso fugia de uma concepção de planejamento muito marcada. Ele era na verdade um **estratégico que atuava taticamente**. Então faltava esse plano. Ele o concebia de formas estratégicas, pontos de orientação gerais. Mas a questão da seca não era estranha a esse plano. Esse plano da seca se afirmava por duas razões: primeiro, para afastar o DNOCS da corrupção. O DNOCS era muito forte porque antes da Sudene ele era o “*Ai Jesus*” da oligarquia regional em seus vários Estados. Também não era homogêneo; era aquilo que todos os políticos regionais buscavam. Em segundo lugar, ela era estratégica do ponto de vista de integrar a seca na concepção desenvolvimentista, e não tratá-la apenas como obras contra as secas. O nome DNOCS dizia tudo: eram obras contra a seca. Esse foi um embate sério, porque o DNOCS era muito forte. O segundo embate sério veio a ser o Banco do Nordeste. O Banco não tinha, embora fosse criado para isso, essa concepção. O Barbosa, seu presidente, que era um homem digno - eu não tenho nada a dizer contra-, aprendeu a ser desenvolvimentista no Banco, porque as coisas se impunham. Isso do ponto de vista institucional. Do ponto de vista mais personalizado, os dois grandes adversários eram Aluísio Alves²⁸ e Virgílio Távora²⁹, o primeiro era um udenista juscelinista.

– **Bossa nova?**

É, mas ele não tinha nada de bossa nova. Ele era... Eu não posso dizer o que ele era. E o Virgílio Távora, depois no governo do Ceará. Eles não queriam destruir a Sudene, pois perceberam que aquilo era o maná do deserto. E aí investiram muito. Investiram contra, na tentativa de se apropriar, com a vantagem de que o que eles fustigavam estava no Recife, e quem não podiam fustigar era Celso, que estava entre Rio e Brasília. Daí, o embate foi sério. Foi preciso dizer ao Távora, tentando não ser rude, que ele era um político constituinte

28 Governador do Rio Grande do Norte de 1961 a 1966.

29 Governador do Ceará de 1963 a 1966 e 1979 a 1982.

de 1946, e que sabia que a execução das obras cabia ao corpo técnico. Era uma questão das instituições federais, e ele não era uma instituição federal. Portanto, que ele se calasse. O que ele queria era que eu entregasse a ele o cheque das obras do DNOCS. [E] eu disse na lata a ele que não entregaria.

– **E isso inclusive, reflete um pouco a briga que se percebe nesses quatro anos, de 59 a 64-65, dos próprios governadores. Saem de uma campanha meia surda de achincalhamento da Sudene, de tentativa mesmo de impedir o processo no Congresso Nacional. Isso.**

– **Argemiro Figueiredo, uma série de políticos que trabalham diuturnamente contra a Sudene.**

Contra o projeto, é. Argemiro Figueiredo foi outra dessas figuras. Ficou como um emblema anti-Sudene. Depois Teve Virgílio Távora no governo do Ceará, que era muito forte, porque, na verdade, ele liderava a ordenação, daí o forte embate.

– **Do governador Cid Sampaio ficava numa posição intermediária? Porque Cid Sampaio era, aparentemente desenvolvimentista, e, embora udenista, trazia o apoio do partido comunista.**

O Cid foi apoiado em Pernambuco pelo PCB. Mas ele era muito amigo, porque, na verdade, ele estava com a Sudene, mas politicamente não podia se expressar dessa forma. O terceiro mais importante foi o Virgílio Távora, que era a força da UDN e que ganhou as eleições no Ceará contra o PTB. Ele veio com toda a força, e eu o contive. E ele reclamou para o Celso no Rio. O Celso era extremamente correto; ele nunca me deu uma instrução. Mas dessa vez o Virgílio o obrigou a falar comigo. Eu atendi o telefone, [e ele] falou assim: “o que é que está havendo?” “Está havendo o seguinte...” Contei tudo. “De modo que o senhor use a minha carta.” Ele tinha no bolso uma carta assinada por mim em que a qualquer momento ele podia valer-se dela. Ele respondeu: “faça o que você acha que deve fazer, e não espere pelas minhas instruções.” Escuta, esse daí é mais maluco do que eu. Era assim: a relação ali era de extrema transparência e de respeito, que era uma concessão, para estar com esse gás todo. E o Virgílio foi contido porque queria condições excepcionais para favores. Havia o dinheiro dos americanos, que hoje está se lembrando o Kennedy.

Do ponto de vista do Nordeste, ele não fez coisíssima nenhuma. Inventou a Aliança para o Progresso, [que] era uma capa, uma cobertura para o que eles faziam tradicionalmente.

- **E aí tem um episódio que há pouco a Rosa Furtado³⁰ me contou que diretamente tem a ver com você. Ela disse que quando, eu creio que foi o Edward Kennedy³¹, esteve com o Celso na Sudene, e eles mal começam a conversa e o Edward Kennedy diz que sabia que entre o *staff* do Furtado havia vários comunistas. E o Furtado teria respondido: “Senador, todos os funcionários que trabalham diretamente comigo são concursados, ou vieram comigo, e são pessoas profundamente idôneas”, e ficou por isso. Quer dizer, esse era o momento também internacional muito forte, porque não só a hegemonia norte-americana estava se construindo, mas tem a ver com Cuba, não é? Cuba é do mesmo momento da Sudene. Então, os americanos estavam assustados com as Ligas camponesas e a possibilidade de se alastrar pelo Nordeste uma resistência aos norte-americanos. Não, eles estavam no seu exercício. Não só o Edward fazendo demagogia levou um equipamento de geração de energia para a Galileia³², como o próprio Robert depois peitou o Celso, e o Celso respondeu, entre esses termos, um e outro, que eles eram funcionários do governo brasileiro. “E não tenho nada a prestar contas ao Congresso Americano”. Aí eles viram que o buraco era mais embaixo.**

- **O que eu imagino é que a pressão sobre vocês deve ter sido muito forte, tendo em vista que você tinha uma trajetória de homem de esquerda.**
Não tinha.

- **Não?!**
Imagina! Como eu disse a vocês, a parte socialista era uma espécie de ala feminina. Eu nunca tinha sido do partido comunista. Não por mérito, [mas] porque não era da minha formação de que Claudio Souto

³⁰ Jornalista, Tradutora e viúva do Celso Furtado.

³¹ Promotor do estado de Massachusetts e senador de 1962 a 2009.

³² Engenho na cidade de Vitória do Santo Antão(PE), local do início da segunda fase das Ligas Camponesas (1954).

era o representante. Era uma mistura de presidencialismo com socialismo, o que naqueles anos era muito frequente. Era muito frequente, o chamado humanismo, que influenciou muito a esquerda. Eu não era personagem nenhum pela esquerda. Aquilo foi invenção dos americanos. Eles inventaram uma figura que era fácil de rotular. Só que eles não contavam com o fator Celso. Aí que eles se estreparam. Ele tinha um assessor que era o Osmário Lacet³³, [que] infelizmente [já] morreu. Osmário era a chamada fidelidade canina. O Celso nunca deu nenhuma instrução a ele, e ele nunca pediu nenhuma instrução. Ele era o secretário do Conselho [Deliberativo da Sudene]. A sua figura não era nada demais. A ordem de ligação deles era a FEB³⁴. Todos eles foram da FEB. Celso compôs a sua equipe com gente de sua relação: ou era pela FEB ou era pela Paraíba.



É difícil abrir mão dos sonhos. Como diz Cho Buarque: “sonhos, sonhos são.” Essa é a dificuldade. Acho que Celso se estivesse vivo teria uma enorme dificuldade. Ele disfarçou bem. Celso na verdade era o político mais esperto, numa roupagem técnica, que o Brasil produziu depois de Vargas. Ele escapava fácil, mas há um custo muito alto. Porque você se transforma no que os seus sonhos lhe dizem que você é, e aí não dá.



– Resistências ao projeto Sudene da Bahia e Maranhão...

Olha, a Bahia não é Nordeste, [e] nunca se tomou como tal, exatamente pelo seu tamanho e pela sua importância. A política da Bahia girava em outro eixo, não no eixo nordestino. Há duas coisas que Celso inventou: a Bahia e o Maranhão como Nordeste. Tampouco eram [Nordeste] na concepção política geral, nas chamadas relações que configuravam um modo diferente do resto do Brasil. Então ela [Bahia] aparece sempre no escuro porque, de fato, não alimentava o eixo nordestino. E o Maranhão tampouco. O Maranhão girava em outro sentido, estava com um desenvolvimento predatório muito forte. As frentes já tinham rompido a fronteira maranhense e andavam por lá, de modo que a Sudene, em relação ao Maranhão, adotava a tese da fronteira, e tentava organizar a fronteira. Com muito pouco

33 Osmário Alifait Lacet foi o primeiro secretário do Conselho Deliberativo da Sudene de 1959 a 1964.

34 Força Expedicionária Brasileira, participante da Segunda Guerra Mundial.

êxito, porque aquilo era um movimento espontâneo. Não dava para ser organizado. E a Bahia girava autonomamente. O governador da Bahia não pedia nada à Sudene. Depois, essa relação se modifica porque eles vão perceber o valor que tem a Sudene na transação propriamente política. Eu fui uma espécie de delegado da Sudene na Bahia por muito tempo. Tratei de me pôr ao par do que era a política baiana. Eu podia ter algum êxito ao encaminhar questões da Bahia, que eram extremamente técnicas. Não ia me meter a fazer política naquele estado, com aquele porte. Não houve muita dificuldade, porque a atuação da Sudene em relação à Bahia e o Maranhão era muito positiva: estava na corrente de dar força, coisa que nos outros Estados do Nordeste você encontrava um limite muito claro. Na Paraíba, Argemiro Figueiredo articulava; no Rio Grande do Norte, Aluizio Alves articulava outra frente anti-Sudene; e no Ceará, também, o conflito era forte. Em Pernambuco, o conflito era mascarado porque o Cid [Sampaio] era um desenvolvimentista, ele falava com o vigor de um desenvolvimentista.

– **E os outros estados menores, Alagoas, Piauí, Sergipe?**

Eles não fazem a política do Nordeste. A política do Nordeste era feita pelo Ceará, Paraíba e Pernambuco. Pernambuco de forma mais fraca, [mas] o Ceará era o grande estado político. Eles levaram o DNOCS para lá, levaram o Banco do Nordeste para lá, coisa que no mínimo podia ser contestada. E o Aluizio Alves, era ele da direita na UDN com a máscara da bossa nova, e no fim ele assume a sua posição que é anti-Sudene. Anti-Sudene quer dizer, antigoverno federal, quer dizer anti-industrialização. Ele era uma figura das oligarquias retrógradas.

– **De manutenção e fortalecimento da oligarquia.**

É, é isso, vamos dizer de forma dura: ele era a manutenção da oligarquia.

– **Então Chico, esses últimos momentos da Sudene... Eu me lembro na leitura de *Elegia para uma (re)ligião*, esse é um livro que foi muito importante na minha geração, e acho que a UFPE e toda a Sociologia leram aquilo com muita atenção, discutiram aquele livro, você fala, em alguns momentos, da quantidade de agentes americanos que estavam lotados no Recife. O livro, a meu juízo, é o livro do desencanto, da dura constatação que,**

de repente, vem com o desencanto. Então, eu queria que você falasse um pouco sobre esse caldeirão em que se transformou Pernambuco, e dali, depois, o norte de Minas. Já havia uns movimentos rurais no alto de Minas, uma liderança muito expressiva, Chicão³⁵, líder camponês da região de Governador Valadares. Aquilo tudo vai pressionando o governo de João Goulart, e seu ministro da Agricultura, Oswaldo Lima Filho, trabalhava fortemente para implantar a Reforma Agrária, sofrendo a pressão do latifúndio em todo País. E a própria definição da reforma agrária, da Lei da Remessa de Lucros, são elementos fundamentais, pelo menos para a plataforma de Jango, de tentar fazer avançar alguma vitória progressista. E como é que a Sudene entra nesse espiral de, digamos, radicalização, porque os americanos também estavam assistindo e pressionando.

Olha, os americanos tinham no Consulado do Recife mais gente do que em todo o Brasil. Quer dizer, ele [Claudio Soto] tinha um acesso privilegiado ao Consulado Americano por uma razão inteiramente fora do esquadro. Esse meu amigo Cláudio Soto, de quem eu falo tanto, era muito amigo do cônsul americano, por razões conhecidas. O Cláudio fez pós-graduação nos Estados Unidos, não tinha nenhum mistério. E bem que a gente conversava! Então eu sabia muito pelo Cláudio Soto, das posições, que eram importantes no Consulado. Eles figuraram que o Nordeste era uma nova Cuba, um troço inteiramente fora do esquadro. Porque as Ligas [Camponesas] não se entendiam com o PCB. O PCB era hegemônico no Recife, [mas] não [em] todo o Nordeste. Em todo o Nordeste a conformação era muito anti-Cuba, do ponto de vista de somar forças para uma virada. Não existia. Era fantasia que os americanos criaram, um boneco que você cria para melhor bater. Eles sabiam que não era. Na minha conversa transversal por via do Cláudio, eu sabia que eles não pensavam assim.

- **Uma questão que eu não perguntei, e pelo início da sua fala eu achei muito importante, e eu respeito, que você fala do catolicismo, quer dizer, essa presença da Igreja em Pernambuco. Eu discutia muito com o Gildo Marçal Brandão³⁶, que me disse:**

³⁵ Francisco Raimundo da Paixão, que trabalhava na organização social dos camponeses.

³⁶ Professor de Ciência Política da USP.

Marcos, a gente tem que estudar essa Igreja nesse período, porque é muito importante. Eu fui entrevistar na Paraíba, em Bayeux, aquele padre belga, Joseph Comblin³⁷, uma figura maravilhosa, que faleceu há uns dois anos atrás. E essa Igreja teve um papel muito importante no Estado, na Paraíba, em Pernambuco. Uma proposta quase revolucionária que se baseava, sobretudo, na pobreza e na luta de camponeses e trabalhadores. Como é que você vê isso? Quer dizer, era um elemento, digamos, uma instituição que mudava também o seu rumo, e de certa forma acho que acompanhava a Sudene na sua intervenção.

Ela [a Igreja] era predecessora, ela precede a Sudene. A Sudene é um fenômeno que devia merecer mais estudo, porque ela muda a relação, ela surge na esteira desses protestos, ela assume tanta importância que as outras forças terminavam coudelarias dela. Então, assim, o movimento da Igreja, que na verdade estava sendo liderado por Dom Helder, que era arcebispo auxiliar no Rio, já tinha levado a questão para os termos socioeconômicos. Tem uma primeira reunião dos bispos em Campina Grande e uma segunda reunião dos bispos em Natal. Em Natal, o Codeno já existia, e eu me lembro que eu estava em Natal com o Celso e o Aécio Galvão. Aécio era um paulista que não entendia bulhufas de Nordeste nem muito menos da economia brasileira. Então, a gente estava em Natal e estava havendo uma espécie de seca no Cariri. Celso me chamou e disse: “você é Aécio vão para o Cariri e eu quero um relatório sobre a situação de lá”. Então, fomos. Pegamos o avião da Sudene e fomos para o Cariri. Chegando ao Cariri, era a própria contradição: a gente chegou num dia que chovia a cântaros, o que não era extraordinário, porque o Cariri é diferente do resto do sertão do Nordeste. As imagens me voltam facilmente. Pegamos um Ford 42 e a gente tocou a correr todos os sete municípios da região. Era uma coisa orquestrada pelos políticos. O indivíduo chegava, tinha procissão pela chuva, e chovia a cântaros. A gente correu aqueles sete municípios, dos quais o município de Desembargador Tomaz Salustino era o centro de Currais Novos. Voltamos para Natal e fizemos o relatório para Celso: está chovendo que nem um matuto disse ao coronel: “na amarra do coronel, todo mundo importante,

³⁷ Teólogo belga, autor de muitos livros, dentre os quais a “Teologia da Enxada”. Fez parte ativa da teologia da Libertação.

o coronel Tomaz Salustino chegou lá e a chuva não parava. Ele perguntou a um matuto daquele: o que está havendo? O matuto respondeu: Coronel, aqui está chovendo tanto que sapo está andando de canoa”. Esse era o relatório. O resumo que eu fiz para o Celso, porque não dá, é preciso um olhar mais perspicaz, porque o Nordeste é uma soma de contradições.

– **De microclimas.**

É, de microclimas e de forças políticas.

– **Mas Chico, veja, a gente está com receio de abusar da sua generosidade, mas, veio o golpe, eu sei que você é preso, você conta isso. E como foi essa transição da prisão para depois, como é a sua vinda para São Paulo, e você começa a fazer, a construir a sua obra. E como é? Conta para a gente como foi.**

Obra é uma palavra forte. Uma vez perguntaram a Marx: e a sua obra? E ele disse: qual obra? É assim...

– **Mas você tem algumas, quer dizer, *Teoria da Dependência Imperfeita*, você tem o excelente *Crítica do Dualismo*, são obras que ficam.**

Eu acho que ficam, não chega a ser uma obra, mas é uma perspectiva...

– **E que tem a virtude da economia também. Você como o Celso, são duas pessoas que escrevem de forma concisa e essa é uma virtude.**

A queda foi assim: veio o Golpe. Eu fui preso no dia 06 [de março de 1964], portanto, cinco ou seis dias depois do próprio Golpe. E eles não tinham do que me acusar. Era uma coisa estranhíssima porque, aliás, eles nem fizeram um processo daquele... próprio Celso não foi preso. O Celso tinha, pela sua relação com a FEB, uma ala do Exército que estava com ele e não abria. No dia 6, 5 de madrugada, nós jantamos ainda na casa do Aragão, que era chefe do escritório do Rio, e eu fui



São Paulo não pensa o Brasil. Eu moro aqui já há 40 anos. É o meu segundo exílio, e tenho muita dificuldade de encontrar um interlocutor aqui em São Paulo. Ele não pensa não, porque para ele a questão regional não existe. E isso na academia. Eu vou arriscar um palpite que segundo Noel poderia ser infeliz: “você não encontrará na USP ninguém fazendo tese sobre a federação.” Isso diz tudo.



dormir e o Celso foi para casa. Eu saí para a cadeia e ele saiu com o general, esqueço o nome dele. O general o levou ao Rio e do Rio para Santiago. Ele não foi preso, mas estava na lista, tanto que na lista de cassações ele é o primeiro.

– **Você ficou quanto tempo preso?**

Eu fiquei 50 dias. Eu estava no gabinete do anti-comunista do Recife, que era Álvaro Costa Lima, e ele me obrigou a passar a noite em claro, olhando para ele. Era a primeira forma de tortura.

– **(Marcos): Tem o nome da minha família, e a gente dizia: não é parente. Aí o meu avô dizia, ele é parente, ele não presta, mas é parente sim.**

A primeira forma de tortura. Ele era sofisticado. Não era bater em você, era deixar você insone, olhando para ele. Felizmente acontece com algumas famílias, não todas. O meu irmão era da Polícia Militar. Ele vem me tira e me leva para o quartel do Derby, onde eu fui tratado como uma marajá, nada de bater, nada de tortura...

– **É, tem histórias de Álvaro da Costa Lima, inclusive, que deveriam ser levantadas por essa Comissão [da Verdade], espero que sejam, que falam que jogavam prisioneiros de avião no mar. Fala-se muito.**

Eu acho que é mentira, viu.

– **Pode ser.**

Eu acho que é. Ele era tão malquisto que tudo a respeito dele é aumentado.

– **Inventavam, não é?**

Que pode ser inventado e pode ser verdade, mas não há muita evidência disso não.

– **Mas aí você sai da prisão, vem diretamente para São Paulo?**

Não. Eu passei 50 dias, eu e o João Guerra. O João Guerra tinha sido secretário de finanças de Arraes. Aí eu fiquei 50 dias, fui libertado sem processo, sem nada. O João Guerra era o outro meu colega de cadeia, e a gente se dividia. As famílias levavam almoço todos os dias, a gente até engordou. João tomava uísque assim no gogó. Ele era secretário

de Arraes e o costume do Recife é presentear as pessoas importantes sempre com bebida. Então o João disse: eu vou liquidar essa fatura aqui. A gente preso no Estado Maior, com o coronel Prazeres, que era o chefe do Estado Maior da Polícia, você imagina se isso não é *terra em transe*. O coronel chegava lá e dizia: “doutor João, não beba tanto assim”. Aí o João ria. A gente foi libertado e não deu em nada. Eu voltei para a Sudene. Os funcionários me olhavam assim, e eu comecei a ser chamado para a Comissão de Inquérito. Eu decidi ir embora. Não queria ficar ali, que eu ia ser prato nessa guerra de desgaste entre uma ditadura que não se afirmava e uma resistência que não sabia o que fazer. Você fica ali na zona do agrião o tempo todo. Então eu, tem um amigo meu, Sebastião Simões Filho³⁸...

– **Sim, grande figura.**

Sebastião estava aqui em São Paulo já, dirigindo uma empresa de consultoria. Eu ainda tentei ficar no Nordeste. Fui à Bahia. O Roberto Santos era Reitor, me deu todo o apoio, mas nenhum tostão. Aí num determinado momento eu disse: não dá doutor Roberto, não dá. Não vou ser eu, um não baiano, que vou arrancar dinheiro da Bahia. Eu sou realista. Não dá, agradeço muito. Ele disse: “mas você está se supervalorizando”. Por quê? “Porque eu já convidei o próprio Celso Furtado para vir assumir”. E eu perguntei: e ele aceitou? “Não”. Então essa foi a resposta que o senhor teve para o meu caso; não para o caso do Celso porque é outro caso. Não dá para ficar aqui. Aí me corrija com Sebastião, que estava aqui em São Paulo. Ele era um tipo extraordinário. Passou um telegrama, e disse: “procure na Varig passagem para você e sua família”. Ponto. Foi o que eu fiz. Eu voltei para Recife, peguei a família e embarquei. Fiquei em São Paulo pelo segundo exílio, mas aí não dava mais para voltar.

– **Então Chico, nessa sua vinda a São Paulo, você começa a ter tempo para refletir o Brasil, para pensar o Brasil, e você então começa a escrever os seus livros que são, eu não tenho a**

³⁸ Químico Industrial com larga vivência na indústria. É considerado um pioneiro no empreendedorismo tecnológico de Pernambuco. Entre outras ações, teve importante participação na criação de COPERBO. Em 1990 foi convidado pelo então governador Miguel Arraes, para ser o primeiro presidente da FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco).

cronologia, eu li todos, mas eu não tenho a cronologia, o Elegia vem depois do Dualismo, não é?

Vem. O Elegia³⁹ é nostálgico. A minha primeira entrada no debate nacional se deu com a Crítica ao Dualismo⁴⁰. Eu fui provocado pelo debate que então era importante no Brasil, e que também desapareceu, sobre as características do desenvolvimento brasileiro. Eu era por formação, cepalino, mais do que marxista. Isso de marxista é um brasão que me honra, mas não é vero. Eu sou cepalino de formação. Quer dizer, o que eu aprendi na faculdade me serviu para muito pouco. Depois eu fiz curso da Cepal e daí é que entranhou. Na verdade, Marx vem para a Cepal, o que evidentemente não tem nada de ortodoxo. Eu vim aqui porque, por isso, eu precisava de emprego. Não era outra coisa. Fiquei com Sebastião, e a partir daí me inseri no debate nacional aqui em São Paulo. O debate nacional em São Paulo não é o mesmo que se dá no Rio. O debate nacional em São Paulo já é muito influenciado pelo chamado Grupo do Capital.

– Do Florestan.

Do Florestan⁴¹, mais Fernando Henrique Cardoso⁴², Francisco Weffort⁴³. E o debate em São Paulo não conjuminava com o debate nacional. Eles queriam saber o que Marx realmente quis dizer. Era uma coisa muito teórica. No Rio não, no Rio o debate era o *que é o Brasil?*

– Um debate mais político.

É, político. Eu entrei aqui com a vantagem de ter feito a Cepal. Então, o meu pensamento, se é que há algum, é uma tentativa de... a questão do dualismo já não me satisfazia porque eu aprendi num rebatimento via Nordeste que esse dualismo não é dual, ele é integrado.

– É a correia de transmissão.

Sim, é a correia de transmissão. O dualismo cepalino, no qual eu tinha tido o melhor da minha formação, já não me satisfazia. Mas não me satisfazia também a abordagem paulista; [eu] não estava interessado

39 Elegia para uma re(li)gião, de autoria de Francisco Oliveira, primeira edição de 1977.

40 A economia brasileira: crítica à razão dualista (1973).

41 Florestan Fernandes (1920 – 1995), sociólogo, escritor e político brasileiro.

42 Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e presidente do Brasil (1995 – 2003)

43 Francisco Weffort, cientista político.

em saber o que Marx escreveu, pela via do desenvolvimento brasileiro. É essa a Crítica à Razão Dualista. E a sequência do que eu vinha pensando.

– **Você entra na USP quando?**

Eu entro na USP de uma maneira heterodoxa, por quê? Eu estava no Cebrap⁴⁴. De alguma maneira a Crítica à Razão Dualista percorreu as Ciências Sociais Brasileira. Um dia recebi a visita das professoras Eva Blay⁴⁵ e Irene Cardoso⁴⁶, das quais eu não me esqueço nunca. Elas duas foram ao Cebrap para me convidar para entrar na USP. Naquele tempo podia se fazer isso. Eu tinha feito o meu nome na USP, se isso quer dizer a verdade, através de um curso de verão que eu dei na FAU⁴⁷. Esse curso de verão eu já o formatei com esse acoplamento entre Marx e Cepal. O curso foi muito bem recebido, porque não era um curso da FAU; era dado pela FAU, mas era aberto a pessoas vindas de fora, ou de outras unidades da USP. E aí vieram a Eva e a Irene, e me convidaram.

– **Você então era editor da Revista do CEBRAP, não é, ou eu estou enganado?**

Não, éramos eu e o Giannotti⁴⁸. Éramos os editores da revista. Isso não dava prestígio nenhum; era mais um espaço de articulação. Me convidaram então, e eu fui, eu vim à USP, fiz um debate. Fiz em Campinas também. Estavam me convidando para ir para Campinas [para a Unicamp], mas eu aceitei ficar na USP por comodidade, porque viajar a Campinas duas vezes por semana era difícil.

– **É, porque até o estilo Campinas fazia mais o seu perfil.**

Fazia mais o meu perfil. É... Ricardo Antunes até hoje se queixa disso. Ele diz: “você estaria melhor em Campinas do que na USP”. É verdade. Na USP você não influi mais, por quê? Porque é uma instituição muito consolidada, mesmo as Ciências Sociais são uma coisa muito canônica, não dá para você mexer muito. Eu vim, mas fiquei

44 Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, fundado em 1969.

45 Socióloga da USP e estudiosa do movimento feminista e dos direitos humanos.

46 Socióloga e psicanalista da FFLCH da Universidade de São Paulo.

47 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

48 José Arthur Giannotti, doutor em filosofia e titular emérito da USP.

por preguiça, e acho que contribuí na USP. Eu continuo indo muito à USP, por bancas, por seminários. Consegui até com a Maria Célia Paoli⁴⁹ fazer um Centro de Pesquisa na USP, o que é difícil. Mas esse Centro de Pesquisa buscou não mexer com a tradição, e até porque o nosso tema era muito original para a USP. Quem conhece a USP sabe que a realidade brasileira passa ao lado. Eles têm muito pouco a ver, a USP com o debate brasileiro, o que é uma coisa estranhíssima, não é? É dita a melhor universidade brasileira e não tem muito o que dizer sobre o Brasil. Eu acho que aí eu contribuí junto com esse grupo que eu e Maria Célia fizemos: Vera Silva Telles, Rui Braga, Leonardo Gomes... é um grupo pequeno, mas muito ativo.

- **Agora, essa sua ponte com o Cebrap lhe dava também uma voz de intelectual de esquerda aqui em São Paulo, porque isso repercutiu muito no Brasil. Quer dizer, eu me lembro de um debate famoso que você participou, com Maria da Conceição Tavares e outros, sobre a felicidade, que foi muito lido e publicado pela CEBRAP..**

Foi no Rio.

- **Foi no Rio? Muito interessante.**

Engraçado, aquele debate. Quem estava lá? Eu, que era o organizador, e convidei Eva e Pedro Malan. Pedro Malan, a gente perdeu para a direita.

- **Verdade.**

Perdemos uma bela cabeça, e muito íntegro, muito sério, mas perdemos. Quando ele vai ao poder ele já não é mais o Pedro Malan⁵⁰.

- **Chico, em seu *Elegia* você faz quase que um desencargo de consciência sobre o Nordeste, sobre a Sudene; um lavar de almas, digamos assim. A Sudene foi extinta pelo Fernando Henrique**

49 Maria Célia Paoli, doutora em história e professora da USP, ao lado de Chico de Oliveira e outros, fundaram o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (atual Cenedic). Paoli morreu no dia 20 de abril de 2019, um pouco antes da morte de Francisco de Oliveira, ocorrida em 10 de julho do mesmo ano.

50 Pedro Malan, engenheiro e economista brasileiro, que serviu como Presidente do Banco Central do Brasil, entre 1993 e 1994, e Ministro da Fazenda, durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Cardoso, quer dizer, não se colocou nada no lugar. A região viveu a guerra fiscal e mantém, marcadamente, a desigualdade e uma estrutura agrária perversa. É uma região, digamos, com uma orfandade muito grande. Pelo menos o setor popular é órfão, com esses indicadores todos ainda tão vergonhosos. Quando eu, sistematicamente, procuro olhar as PNADs⁵¹, ou quando tem o Censo, sempre me choca, porque eu vou olhar indicadores gerais, seja aqueles de alta tecnologia, seja aqueles elementares de se ter água encanada em casa. Então, num dos últimos que eu leio, a região Nordeste tem 50 a 55% dos domicílios com água encanada dentro de casa. Aqui no Sul do País, quer dizer, isso que é um bem essencial, aqui já chega a 90, 95. Quer dizer, as disparidades são tamanhas. E quero dizer, todo esse esforço que foi feito, o Brasil não conseguiu nem minimizar, nem corrigir, nem dar um destino diferenciado, não é? Evidentemente isso a gente vai para muito longe, porque pega o Manoel Bonfim, a questão das terras no Brasil, e tantos outros, essa matriz rural que é muito forte. Como é que você vê o Nordeste hoje, no contexto brasileiro de tanta mudança. No período do segundo Vargas o Brasil tinha 40 milhões de habitantes, hoje 50 anos depois, 60 anos depois, nós estamos com 200 e poucos milhões. Então o contexto é outro, o mundo mudou, e o Nordeste continua lá, digamos assim, com as suas mazelas. E como é que você vê isso, eu sei que é uma pergunta muito ampla, mas...

Olha, o estigma do Nordeste é que ele continua assim, quando o tema do desenvolvimento perdeu força. Perdeu força por várias razões. Perdeu força, sobretudo, porque você não tem mais uma questão Nordeste. A questão Nordeste é a questão do trabalho. É claro que a especificidade regional é múltipla, mas o básico é a questão do trabalho. E nós fomos integrados sem resolver a questão do trabalho. Então todos os estigmas continuam, e esse período neoliberal que vem do Collor e chega até hoje, anulou qualquer particularidade regional. Você viu que é estranho: um tipo como o Lula não fala em questão regional, para ele não existe. A matriz dele é São Bernardo, e isso é muito forte. Quer dizer, na política isso é muito importante, de modo que o Nordeste é uma espécie de enfeitado. Ele cresceu, foi

51 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

absorvido. É uma espécie de filho enjeitado. Todos os programas pensam o Nordeste, e nenhum pensa. A questão regional desapareceu. Ela não pode ser tratada corretamente, senão como uma questão. Ela não pode ser tratada como uma região. Como uma região ela perde de longe para qualquer outra região brasileira. Ela não tem terras que prestem, não tem nenhum recurso natural e fundamental, que faça diferença. Quando ela fizer diferença ela é uma questão do trabalho, essa questão é subsumida. O liberalismo o que diz sobre isso? Não diz nada. Foi o que Fernando Henrique fez, quer dizer, eu costumo dizer que o político esqueceu o que o sociólogo sabia. Quer dizer, o sociólogo sabia que uma questão regional é insolúvel se ela não resolve a questão de trabalho, mas o político esqueceu isso. Então ele inventou o neoliberalismo do qual nós não saímos, porque Lula⁵² e Dilma⁵³ são versões um pouco modificadas do neoliberalismo, que tem muita força internacional. Nós não podemos de forma artificial ressuscitar uma questão regional. Esse é o nosso, como diria, drama.

- **E aí tem outro ponto importante nessa análise que você está fazendo, você acha que ainda faz sentido falar em uma transformação outra, na região?**

Não, não faz mais. Não faz mais sentido porque de alguma maneira esse ponto de vista liberal é vitorioso. Se você, como Marx diz, se você não encarna a teoria em forças sociais, ela não muda nada. E não há forças sociais no Nordeste reivindicando uma política. Então, a constatação, a marca, é o que o liberalismo venceu, e para ele não existe questão regional. Você pega toda a literatura que a gente pode, honestamente, chamar de liberal, não tem a menor referência setorializada, ou regionalizada; não, eles são mudos.

- **Olha, no contexto da crise internacional, a gente percebe que o paradigma, sobretudo, da financeirização, levou a esse desastre todo em escala global. E com todas as fragilidades nossas, digamos, aqui no Brasil, e na América do Sul, nós fizemos algumas inflexões melhores, redução de pobreza, de mortalidade infantil, analfabetismo, de avanços na educação, de ampliação e interiorização de universidades e tal. Quer dizer, onde**

52 Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil (2003 – 2011).

53 Dilma Rousseff, presidente do Brasil (2011 – 2016).

o governo pratica um populismo, digamos, de resultados. Então, enquanto o mundo aprofunda o modelo neoliberal e de aumento das desigualdades e com queda expressiva nas taxas de crescimento, desde os anos 1970 até hoje, ele não se sustenta com esse sistema financeiro que está aí, e vivemos em crise quase que constante. Algo novo precisa ser pensado. Mas o discurso intelectual no país meio que se arrasta. Por exemplo, tem gente querendo reatualizar a questão do desenvolvimento, e para o nosso colega Bresser Pereira⁵⁴, que postula um neodesenvolvimentismo, e eu não quero fazer nenhum comentário crítico a isso, mas eu acho que é muito cedo para querer reatualizar um conceito de uma maneira natural, num contexto mundial que ganhou muita complexidade e que empurra o nosso país para um lugar de grande produção de *commodities*, não é? Então, quer dizer, o Brasil, de certa forma, alterou alguns parâmetros sociais, e ganhou maior projeção internacional, e isso tem a ver com que o Lula fez, a Dilma está dando continuidade, mas nós temos problemas muito sérios, não é? Esse passivo regional é um deles, não é? O Centro-Oeste não é um problema porque virou um grande *plantation* de soja e tem pouca gente. Nós entramos numa articulação com a China, que é algo interessante porque ela nos afasta um pouco os Estados Unidos, de uma hegemonia brutal aqui na região, para um parceiro que está distante politicamente e tal, mas ao mesmo tempo está inserido em um *trade off* complicado, não é? Quer dizer, nós nos mantemos como um grande exportador de *commodities* como era desde sempre. Então, quais são, dentro desse contexto, algumas pistas, sinais, que você poderia apontar, porque ao mesmo tempo, há um certo ufanismo na praça, você mesmo falou. No Brasil tudo pode, mas a gente sabe que não é bem assim, a gente tem muitos limites. E como seria tentar enfrentar esses limites e partir para um outro caminho? Nós não temos projeto nacional, infelizmente, e esse é um problema; e até ao nível da inserção internacional do Brasil

54 Professor Emérito da Fundação Getúlio Vargas, foi Ministro da Fazenda (1987), Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-98) e Ministro da Ciência e da Tecnologia (1999). Autor de vários livros e artigos científicos, suas pesquisas concentram-se, atualmente, no novo desenvolvimentismo, sua macroeconomia e sua economia política..

hoje, do nosso lugar na globalização, é difícil ter essas articulações políticas, para ter um projeto nacional. Então, nesse mar revolto, digamos, qual é o caminho? Tentamos políticas sul-sul, tentamos BRICS, eu acho que por aí tem elementos, mas estão pouco trabalhados, pouco aprofundados, eu não sei. Gostaria que você pudesse fazer alguma consideração.

Eu não vejo, Marcos e Ângela, eu não vejo. Nós estamos num momento, haja pretensão, mas, é um momento parecido com o de Marx no século XIX. A Alemanha não deu, ele foi para a Inglaterra e refugiou-se. Por quê? Porque a questão central que foi a partir do qual ele formulou o marxismo, e é interessante porque ele dizia que não era marxista, é a questão do trabalho, que na Inglaterra estava em vias de Revolução. A Inglaterra é um ponto fora da curva do sistema ocidental. Precocemente deu representatividade aos trabalhadores, precocemente construiu um diálogo que a gente de fora pode dizer que é traição, mas isso foi construção inglesa. Eles é que têm responsabilidade nisso. É um momento parecido no Brasil. Evidentemente com uma enorme distância de tempo, em que você integrou a questão do trabalho sem resolvê-la. Esse é o nosso calcanhar de Aquiles. E as perspectivas de futuro não passam por esse nó. Quer dizer, do ponto de vista do capital a questão do trabalho está resolvida. É por isso que o próprio Brasil desfrutou [durante] um período de certa modernização, mas do ponto de vista interno, disso que nós chegamos a ser, ela [a questão do trabalho] não está resolvida, e provavelmente não será resolvida, porque tem mais aí. Isso é o que mais o capitalismo explora, a força de trabalho. Do ponto de vista dele isso está resolvido. Para nós a questão grave é a seguinte: não tem como diferenciar. Para você fazer um esforço de diferenciação você tem que pisar na cabeça das pessoas. Isso felizmente não ocorrerá porque os trabalhadores lograram ter uma força enorme. Não é à toa, faz doze anos que o PT comanda a vida política brasileira. Mas esse é o ponto: em comandando a vida política brasileira ele não pode andar para trás, não tem mais como andar para trás. Isso obrigará a que a política, desse ponto de vista, seja assistencialista. Você não pode olhar sobranceiramente essa questão, porque ela, estruturalmente, já está resolvida. Tem um ponto em que a força de trabalho brasileira é o X da questão; ela está resolvida, ela é o X. Esse desenvolvimento, atabalhoado, dos últimos vinte anos existe porque a força de trabalho, digamos, Lula e o PT, foram absorvidos. Eles não são mais a oposição

ao sistema; são parte dele. O sistema funciona porque eles existem, e isso obrigou ao que nós vemos como peculiaridade brasileira, mas o resto do mundo não percebe. Percebe que há uma força de trabalho, há especificidades, há coisas em que o Brasil pode disputar bem, e para ele está bem. A China não nos devolveu em interrogação política aquilo que nós fizemos da nossa economia. Nem pode. Ela não pode já com os tremendos problemas que representam absorver, política e não demograficamente, uma população desse porte, e devolver nada para um país como o Brasil. Ela tem os seus próprios demônios. É difícil, mas a política tem que ser, principalmente para quem é da esquerda, tem que ter um indefectível caráter assistencialista, senão você mata a população para usá-la como força positiva frente a concorrência internacional. Não dá, nós não temos essa vantagem comparativa que os neoclássicos chamavam, não temos. A gente precisaria ter em massa e volume. Não dá para fazer porque os poucos direitos civis e econômicos e políticos que nós já conquistamos, não dá para você abrir mão, e dizer: não, agora está boa a casa, e voltamos à colônia. Não voltamos à colônia, não é? Maria da Conceição⁵⁵ é muito infeliz, no que diz isso, mas isso não é uma situação colonial.

– **Com certeza.**

Não é. É uma situação que nos interroga a nós mesmos, para a qual só a gente pode dar posição. Não está no cardápio internacional nada parecido. Quer dizer, uma economia que se industrializou, e até industrializou o campo, isso não existe em parte nenhuma, com uma carga de atraso que as relações sociais tem. Não existe em parte nenhuma. Todos que resolveram a sua questão agrária, resolveram também a questão do trabalho.

– **Eu tenho visto pior, eu tenho estudado a Índia. A Índia está aprofundando essas contradições. A China, ao contrário, tirou mais de 500 milhões de pessoas da extrema pobreza em 50 anos e partiu para uma industrialização inaudita. Mas o problema**

⁵⁵ Nascida em Portugal é uma das economistas de maior influência sobre o pensamento econômico brasileiro desde os anos de 1960. Trabalhou na Cepal e tornou-se professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e, mais tarde, professora associada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Sua carreira acadêmica e sua obra sempre se pautaram por suas convicções éticas e políticas de defesa de uma sociedade mais justa e solidária.

do trabalho, do emprego, ou melhor, do desemprego estrutural está de volta mesmo nas economias centrais.

A Índia deve ser pior.

- **Chico, vamos voltar ao ponto em que falávamos do Nordeste e a particularidade da Bahia, como um estado que tem petróleo, e, pelo tamanho, é um estado que realmente ainda hoje me espanta, porque pela população, o número de eleitores, quer dizer, mesmo intelectualmente. A Bahia tem grandes nomes na literatura, na música, mas em produção científica eles caíram muito. A UFPE, por exemplo, num estado muito menor, tem muito mais pujança do que a Universidade Federal da Bahia. Então esse é o contexto de um estado que chegou a pensar planejamento, até o Rômulo⁵⁶ que escreveu *Pastas Rosas*⁵⁷, mas ela [a Bahia], na questão da Sudene, foi meio marginal, ou pelo menos não foi com sede ao pote. Porque, talvez, como você tinha anunciado ela tinha uma outra ligação.**

Tinha, ela tinha petróleo e cacau. Na balança comercial brasileira o cacau pesava muito; logo depois do café, pesava o cacau. Isso levou as lideranças baianas a se voltarem para outro problema: eles sabiam que, em si, o cacau e o petróleo eram um problema. Como dizia o poeta Carlos Drummond: “podia ser uma rima, mas não era a solução.” E a Sudene foi concebida basicamente com o Nordeste oriental, o Celso fez a...

- **Mesmo aquele norte de Minas era artificial?**

Era artificial. Ali vence o pensamento estratégico de Celso. Ele sabia que integrar a Bahia, o Maranhão e o Norte de Minas, tornava a Sudene imbatível. Quer dizer, ele fechou os pontos de fuga. Eu me lembro de Anísia Aduato, economista baiana. Convivi com ela em Fortaleza, depois que eu me formei. Ela dizia, com uma certa ironia, que não era do Nordeste. Isso era algo muito profundo. Ela podia dizer isso como uma graça, mas era uma expressão do que os baianos sentiam. Eles eram do leste, o que não quer dizer nada, não é? Mas, politicamente, eles tinham expressão própria, não precisavam da Sudene.

⁵⁶ Rômulo Almeida (1914 – 1988), economista, político e professor baiano.

⁵⁷ *Pastas Rosas*, cinco volumes, estudo sobre a economia baiana escritos a partir de 1956 por Rômulo Almeida, disponível para leitura em <https://bit.ly/3du9Zbj>

– Agora, você tem uma expressão que eu acho que é muito boa e forte, e que você nunca desenvolveu para a gente. Você dizia: “o Brasil é um país federalista sem federalistas.” Quer dizer, de uma certa forma a integração regional, por mais que ela reduzisse a força do federalismo enquanto estado, mas ela criava, fortalecia, trabalhava no sentido da centralização, mas era uma centralização com muito respeito à política. Então, até por isso mesmo eu acho que Celso e vocês foram importantes nessa articulação da economia com a política. E de repente vem a vazão neoliberal, após daí nós não conseguimos falar muito tempo, para nós entrarmos aqui um pouco, não é? E Fernando Henrique vem e obstrui, fecha a Sudene. Já era polêmica, já se achava que era saída durante um tempo. Eu lembro muito que se falava da saída do Nordeste pelo turismo, um total contras-senso. Investiu-se muito dinheiro naquela hotelaria toda, uma coisa, inclusive, colonizada, de fazer com que o Sudeste fosse usar o Nordeste como porto de diversão. Mas aí fecha-se a Sudene, com Fernando Henrique já completamente integrado a essa lógica de que não há outra saída senão pelo Norte, e com o Brasil como um parceiro menor, mas dado o seu tamanho, importante no contexto internacional. Uma impressão que eu tenho é que os paulistas nunca tiveram a percepção do Brasil. O Brasil para eles é isso aqui, indústrias. Eles acham que, ou pelo menos têm a falsa perspectiva de que isso é o Brasil, não é? E isso ainda permanece. A Dilma é uma mineira que passou pelo Rio Grande do Sul e tem uma tradição, digamos assim, de esquerda e isso faz ela diferente. Mas aqui em São Paulo, mesmo com uma certa esquerda, ela não tem essa visão, tanto que você diz que aqui a USP ela pensa em si mesma, mas o Rio de Janeiro pensa a nação, no país. Essa definição de Fernando Henrique de fechar a Sudene viria no contraponto? Quer dizer, olha, não adianta mais fazer política regional, estamos vivendo num outro mundo, o mundo da ampla internacionalização e o regional não faz mais sentido. É isso, esse fechamento da Sudene?

Não, eu não acho que é só isso, não Marcos. A questão é mais precisa. Na verdade, você tocou nela: São Paulo não pensa o Brasil. Eu moro aqui já há 40 anos. É o meu segundo exílio, e tenho muita dificuldade de encontrar um interlocutor aqui em São Paulo. Ele não pensa não,

porque para ele a questão regional não existe. E isso na academia, eu vou arriscar um palpite que segundo Noel poderia ser infeliz: você não encontrará na USP ninguém fazendo tese sobre a federação. Isso diz tudo. Como é que a universidade mais importante do país... Não é a melhor do ponto de vista global, não é a melhor. Até mesmo em São Paulo ela encontra concorrência em certos setores da PUC, por exemplo. O setor de psicologia da PUC é muito melhor do que o da USP. Mas, a USP faz a cabeça, e ela nunca se deteve sobre essa questão. Eu me lembro que, há muito tempo eu já não frequento, mas quando frequentei a ANPOCS⁵⁸, o grupo de questão regional só tinha nordestinos. Então para que nós estamos aqui fazendo um grupo especial se só tem nordestinos? A gente faz isso fora da ANPOCS.

- **Agora, curiosamente, viu Chico, passei vinte dias na China, em setembro. Eu fiquei muito impactado, dá para pensar muita coisa. Eles estão profundamente preocupados com a questão regional. O Departamento que eu visitei, da Academia de Ciências e Geografia, o Instituto, eles estão fazendo um levantamento, porque têm um problema de território: 30% do território divide a população. E tem outra, pela infraestrutura, pela observação das possibilidades subterrâneas e tal, eles estão querendo ocupar território, estão querendo dinamizar outros espaços. Quer dizer, isso para nós parecia muito interessante. Inclusive eles foram ao Recife. Veio uma missão de oito chineses, todos doutores, para tentar fazer uma articulação com a gente, pensando... E o seminário⁵⁹ vai acontecer em maio (2014), se você tiver condições, eu acho que você seria uma pessoa chave para discutir essas coisas. Porque a questão regional ela é tomada não só subnacional, mas numa escala mais internacionalizada. Eu acho que ela abre possibilidades de incidir num fechamento que o capitalismo financeiro representou. O próprio esforço de integração regional, que vai e não vai, esse tempo todo que o Brasil tem enfrentado, digamos, mal e porcamente levar adiante, mas está aí, está abrindo...**

58 ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

59 Seminário Internacional Desenvolvimento e Disparidades Regionais em Países Emergentes, realizado no Recife de 05 a 7 de maio de 2014, promovido pela Sudene e a Universidade Federal de Pernambuco.

São coisas ainda que precisam de muito caminho para maturar. Mas eu acho que a questão regional, quer dizer... porque mesmo entendendo que o capitalismo, como você sempre analisou, ele faz o desigual na comunidade o tempo todo, a região pode alterar alguma coisa. Essa compreensão teórica e esse esforço, não é só uma visão de território, mas é uma visão mais de desenvolvimento mesmo, porque ela articula muitos elementos, da indústria, da infraestrutura. Eles [os chineses] estão conseguindo: construíram a maior rede de trem bala em comprimento do mundo, não tem outra. Eu fiz uma viagem de Beijing a Xangai, que é lá embaixo, em quatro horas e meia. Trem cheio, porque chinês nenhum paga. Então essa coisa de, mesmo de estratégia...

Mas a região pode ser o desencontro.

– Pode também. Se não tiver uma...

Ah, se não tiver uma demanda social e um projeto nacional, a região pode ser o ponto de desencontro. Ela realiza a missão do capital, e não realiza outra.

– Sem dúvida.

Esse é o nó do Nordeste, esse é o nó. Os chineses perceberam isso e estão tentando domar as forças que eles próprios levantaram não é. No Brasil o problema é que não tem ninguém interessado nisso, a federação para São Paulo não está mais interessante. O sul do Brasil exerce uma influência positiva a esse respeito, porque eles próprios se consideram muito à margem. Se bem que a história gaúcha é outra coisa, mas eles têm uma sede de Brasil que você se espanta. O Sudeste é carta fora do baralho. Mas você veja como é a contradição, a região pode ser a contradição. O Sudeste é a contradição, mesmo surgindo um movimento de trabalhadores forte, ela não põe o dedo nessa ferida. Não tem uma palavra do Lula a respeito do Nordeste, e o que tiver é inventado, não é da experiência de classe, o que devia ser o contrário. A experiência de classe deles é a experiência do exílio. O Lula na diretoria [do Sindicato], que começou a ser importante (tinha mais dezessete nordestinos só na diretoria), não mudou o discurso; o discurso era no trabalho e capital. Então, imagino eu, tem que ser um movimento social muito forte para repor essa questão: quais são as suas contradições, aqui?

- Sem dúvida, porque a gente, na própria crise, na tal da marolinha, ele [Lula] não sabia, eu acho que ele não tinha dimensão de que um programa assistencialista numa região tão precária poderia fazer o país continuar andando em plena crise. Quer dizer, a história do salário mínimo no interior ter ganhos acima da inflação, e a população que não era monetizada, permitiu, de qualquer forma a setores que não faziam parte do mercado, entrarem no mercado. O que eu acho um absurdo, estarem falando da classe média, isso é um deboche, uma chacota. Hoje no Nordeste, o que você vê de motocicleta, o que você vê de bens de consumo duráveis que não chegavam a essa população hoje chegou. Então isso mostra que algumas políticas efetivas, porque o Bolsa Família é bem isso - aquelas regiões mais atrasadas recebem mais; o Nordeste recebe quase mais de 50% do valor do Bolsa Família -, foi um grão de areia, mas que fez a devida progressão num período complicado, da crise internacional, porque senão a gente estava muito pior, a crise.

Sem dúvida.

- Então, é nesse sentido que eu entendo o que você diz e comparo. Agora, que algumas políticas podem fazer diferença nessa direção, quer dizer... A outra que me intriga, Chico, é a seguinte: eu não vi ainda nenhum economista falar sobre isso, mas mesmo com taxas de crescimento baixas (nós tivemos um pico alto e depois foi caindo), o emprego formal ainda cresce até os últimos dias. Eu fico me perguntando onde é que está isso, se é no setor serviços, que está sorrindo; se é no PAC, que a gente não tem um pouco ainda, com todas as complicações dele... Agora, que o sistema brasileiro precisa passar por um novo rumo no sentido de buscar outras alternativas, porque isso não pode... eu acho que na medida em que essa população for inserida nesse padrão de consumo mínimo de bens duráveis, essa população vai querer continuar. Isso a gente pode entender também que ela vai ser mais politizada nesse sentido, e vai buscar mais, porque, inclusive, as últimas pesquisas, quando Dilma começou a subir novamente, disseram: “é, todo

“mundo diz isso, que de certa forma ela dá uma estabilidade, mas que querem mais, querem outra coisa.” Não sei...

Eu não sei, por aí vai. Por aí vai, porque você nunca para na fronteira dos bens. Essa fronteira está a um passo dos direitos. Os direitos já são uma nova consciência. E é bom que seja assim, porque se eles não têm em que se agarrar nessa sociedade, não tem como reivindicar direitos. É um processo inverso ao clássico europeu. Essa é a fórmula de direitos que num momento interessa a maior parte da população. O resto, que não é o resto, mas para dizer de forma radical, o resto é de professor da USP.

- **Está ótimo, Chico, a gente já tomou muito tempo seu aqui, foi uma grata satisfação.**

Muito obrigado.

- **E nós nos sentimos honrados aqui.**

Nada. Na verdade, eu estou dialogando com a USP através de vocês. Esse papo, como dizia Caetano, é de Marrakesh, está para lá da USP. Você concebe um curso de Ciência Política que não insista no tema da federação?

- **Se você quiser, eu passei aí dois anos na presidência da ANPOCS, culpa de Gildo, não é?, mas a academia brasileira hoje é muito conservadora, Chico. Ela sempre foi, tudo bem, mas ela ganhou unidades, ganhou recursos. A área de política é muito reacionária. A área que eu estou mais à frente agora, a área internacional, política econômica internacional, é outra. Estão querendo reproduzir a modelagem dos matemáticos sem saber direito... Eu não gosto, quer dizer, com tantos problemas que o país tem... A universidade criou os seus próprios comandos internos de reflexão e a coisa da disputa entre os colegas... Você disputa hoje o tal do famoso Lattes, de pontuação: se mede mais os programas [de pós-graduação] pelos textos que você publica em revista A1, do que pelos problemas nacionais.**

...

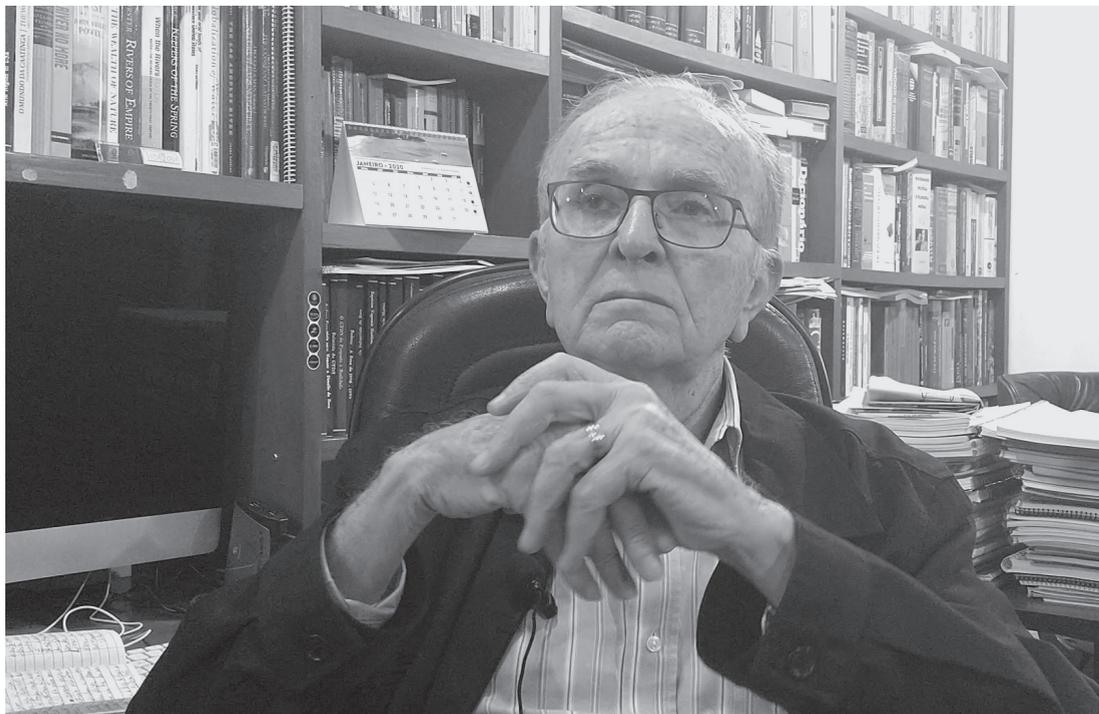
- **Vamos fechar a entrevista?**
- **Eu não vou fechar, eu vou deixar aberta. Uma entrevista dessa não se fecha nunca.**
- **Então deixa ela em aberto e a gente volta daqui a um ano.**
- **Eu acho que eu não vou deixar o senhor em paz não, de vez em quando a gente vai se comunicando. Esse depoimento realmente vai ser muito importante. Nós temos que preparar essa linha de entrevistas, mas a gente já começa em grande estilo, com essa sua contribuição. Porque a proposta não é de fazer loas à Sudene, mas é o papel que ela representou, que ela representa, e se ela tem representação ou não. Essa é a questão. Por isso pessoas como o senhor tem tudo a ver.**

É difícil abrir mão dos sonhos. Como diz Chico Buarque: “sonhos, sonhos são.” Essa é a dificuldade. Acho que Celso se estivesse vivo teria uma enorme dificuldade. Ele disfarçou bem. Celso na verdade era o político mais esperto, numa roupagem técnica, que o Brasil produziu depois de Vargas. Ele escapava fácil, mas há um custo muito alto. Porque você se transforma no que os seus sonhos lhe dizem que você é, e aí não dá. Muito obrigado pela chance.
- **Pela chance? Nossa! A chance foi nossa, nos sentimos honrados aqui.**
- **Está ótimo, Chico, a gente já tomou muito tempo seu aqui, foi uma grata satisfação.**

Muito obrigado.

Otamar de Carvalho*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Em razão das assimetrias que caracterizam as relações centro-periferia – umas economias controlam a tecnologia de vanguarda e têm a iniciativa da introdução de novos produtos, enquanto as outras se limitam a imitar as correntes de progresso –, as formas de viver e os valores que prevalecem nos países periféricos estão mais e mais sob o controle de empresas do centro. O estilo de desenvolvimento imposto às populações periféricas, baseado que é numa cesta de bens de crescente diversificação e sofisticação, acarreta a concentração de renda e dá origem a toda uma série de problemas sociais. (FURTADO, 1987: 144-145).*

”

* FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987. 293 p.

Das secas, açudagem e lavouras xerófilas ao desenvolvimento do Nordeste

Milena Barros Marques dos Santos¹
Cidoval Moraes de Sousa²

Não é difícil identificar as paixões de José Otamar de Carvalho³. O caminho que leva à ampla biblioteca particular em sua casa em Brasília dá as pistas: a música, o desenvolvimento regional e a psicanalista Ana Maria, com quem é casado há quase 60 anos. As mãos ágeis para os solos do violão da Martin, modelo OMJM,⁴ também o são para alcançar os livros de seu acervo de quase dez mil exemplares. A memória é invejável. Aos 83 anos, o engenheiro agrônomo, economista e doutor em economia se lembra com facilidade de nomes, datas, siglas e

-
- 1 Jornalista, Mestranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR UEPB), Especialista em Gestão Pública, documentarista.
 - 2 Jornalista, Doutor em Geociências pela Unicamp, professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado aos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências e Educação Matemática. Colabora com o PPGCTS da UFSCar.
 - 3 Eng. Agrônomo, Economista e Doutor em Economia. Membro Titular da Academia Brasileira de Ciência Agronômica. Sócio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento-CICF. Autor do livro **A Economia Política do Nordeste**; secas, irrigação e desenvolvimento (Rio de Janeiro, Campus, 1988), dentre outros. Foi Diretor da Assessoria Técnica da Sudene (1970-1972), Secretário de Planejamento e Operações do Ministério do Interior (1974-1979), Coordenador de Planejamento Regional do IPEA (1985-1986), Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará (1979-1980) e Coordenador de Planejamento da Codevasf (1990-1992). É consultor independente desde 1992, trabalhando para instituições como a FAO, OMM, PNUD, UNESCO, OEA, IICA, MMA, MI, DNOCS, BNB e o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. E-mail: otamar.carvalho@gmail.com
 - 4 Violão *Orchestral Model John Mayer* (OMJM) da mais antiga Lutheria em funcionamento no mundo, criada em 1833 pelo austríaco Charles F. Martin, na Pensilvânia (EUA).

acontecimentos de décadas atrás como se tivessem ocorrido há poucas semanas. Sua cordialidade e narrativas encantam.

Ao descrever um dos mais importantes intelectuais brasileiros do Século XX, o paraibano Celso Monteiro Furtado (1920 – 2004), Carvalho recorda que, à primeira vista, era um homem sisudo, mas também bem-humorado e muito respeitoso. Não se prevalecia do cargo nem para entrar no elevador do edifício JK, em Pernambuco, onde funcionava a sede da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) embora fosse naquele momento, início dos anos 1960, ministro do Planejamento e superintendente da instituição. Elegante, vestido em seu terno cinza de algodão grosso, o intelectual permanecia com semblante sério e mãos cruzadas, enquanto aguardava na fila até adentrar o elevador.

A voz de Furtado era conhecida. Aos 22 anos, em 1959, Carvalho o escutava nas emissoras de rádio, em debates com políticos do Nordeste tratando de temas relacionados ao desenvolvimento da região, que abrigava milhares de Chicos Bentos e Cordulinas, Fabianos e Sinhás Vitórias, e Severinos, que migravam de uma cidade a outra, em busca de sobrevivência. As discussões eram animadas pelo vigor com que ele defendia seus argumentos e proposições, antes mesmo da criação da Sudene. Anos depois, em 1963, o jovem Otamar de Carvalho ouviria Furtado pessoalmente, aos participar, já como técnico da Sudene, do III Curso para Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE). A atividade era promovida pela instituição para que os profissionais pudessem compartilhar uma linguagem comum sobre o processo de desenvolvimento. O economista paraibano fez a palestra de encerramento, enfatizando, naquela oportunidade, que a Sudene fora concebida e criada para cumprir a missão de promover o desenvolvimento do Nordeste no prazo de 20 anos. E, portanto, teria caráter extraordinário.

A criação da Sudene ocorreu em dezembro de 1959, mas sua origem, na leitura de Carvalho, tem raízes em estudos realizados até aquele momento pelo economista baiano Rômulo Almeida; o Padre Joseph Lebret; o agrônomo Guimarães Duque e, também, em pressões políticas de diferentes setores da sociedade nordestina, destacando-se, dentre eles, o movimento dos Bispos do Nordeste, liderado por Dom Helder Câmara. Os problemas e possibilidades apresentados por esses estudos e movimentos foram apropriados por Celso Furtado e agregados ao Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), crucial para a criação da Sudene. À época, o desenvolvimento da região – incluindo obras de rodovia, açudagem, irrigação – estava

sob a responsabilidade do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), que acabou, em grande medida, capturado pelos coronéis do campo. A Sudene pensava o desenvolvimento em novas bases, para além das obras de infraestrutura e da chamada solução hidráulica. Previa, em síntese, políticas de industrialização; transformação da agricultura da faixa úmida; transformação da economia do Semiárido (desempoderando os coronéis) e o deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão.

A Sudene funcionou com prestígio até março de 1964. Mas, como observa o nosso entrevistado, a influência de Furtado perdeu mesmo após a sua saída, em abril de 1964, cassado pela ditadura. Os técnicos da Sudene originária, que permaneceram após o golpe militar, e até mesmo alguns militares, mantiveram, por algum tempo, a orientação furtadiana. Mas o projeto se desfigurou e a Sudene de Furtado perdeu força política, chegou a ser extinta (2001) e, ao ser recriada (2007), não disse ainda a que veio.

Essas e outras questões foram discutidas na entrevista concedida por Otamar de Carvalho em janeiro de 2020, tendo como plano de fundo as comemorações dos 100 anos de Celso Furtado. Confira a seguir.

Entrevista

– **A gente vai começar pedindo para que o senhor fale um pouco sobre o homem Furtado, apresentando suas impressões a este respeito.**

Em 1959, ouvi pelo rádio várias apresentações e debates de Celso Furtado com políticos do Nordeste, tratando de questões relacionadas ao desenvolvimento dessa Região, que culminaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, em dezembro daquele ano. Essas discussões foram sempre animadas pelo vigor com que Celso defendia seus argumentos e proposições. Celso Furtado, pelo que o conheci durante o período em que foi superintendente da Sudene – e também voltei a encontrá-lo, quando ele já havia voltado do exílio – era uma pessoa séria e um tanto sisuda. Mas era, também, um homem bem-humorado e muito respeitoso. Por exemplo, quando ele chegava ao edifício JK,⁵ para trabalhar,

5 A Sudene não tinha sede própria e funcionava no mesmo prédio do antigo INPS (hoje INSS).

não se prevalecia do cargo, para entrar logo em um dos elevadores do edifício JK, onde a Sudene funcionava. O edifício JK tinha dois elevadores. Um deles correspondia ao elevador das chamadas “autoridades”, situado no lado direito da entrada do edifício. O outro elevador destinava-se ao pessoal comum (servidores e visitas). Esse prédio tinha dezenove andares. Até o oitavo andar, funcionava o Instituto Nacional de Previdência Social-INPS. Por esse elevador subia o pessoal da Sudene e o pessoal que ia para o INPS. Celso Furtado subia pelo elevador das autoridades. Mas ele não chegava lá e fazia como era comum ver as autoridades fazerem, ao entrarem em um elevador. Ele chegava, entrava na fila e esperava a sua vez. Se houvesse dez pessoas na fila, ele seria o décimo primeiro.

– **Tem uma história das cancelas de estrada, que o senhor me contou, que se encaixa nesse tema da humildade, não é?**

De fato. As viagens de Celso Furtado ao interior do Nordeste, como as que ele fez, por volta de 1958-1959, com José Irineu Cabral, a bordo de *Camionetas Rural Willys*, ao Semiárido paraibano, foram bem interessantes. Irineu Cabral (um pernambucano de Surubim, com muitas ligações com a Paraíba) – à época, Diretor da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR – dirigia a camioneta e Celso Furtado ia sentado no banco dianteiro do passageiro. De sorte que ao passar nas cancelas das estradas rurais, situadas no interior das fazendas, Irineu parava a camioneta e Celso descia para abrir a cancela, esperar o veículo passar, fechar a cancela e novamente embarcar na Rural. Lá pelas tantas, Celso indagou: “quantas ‘danadas dessas cancelas’ (para não dizer um nome feio), eu ainda vou ter que abrir, fechar e passar?” (Essa história me foi contada em 1998 por Irineu Cabral, em minha casa, em Brasília).

– **Sisudo, mas elegante...**

Sim. A elegância era outra característica importante em Celso Furtado. Celso era, de fato, um homem elegante. Era um homem alto, de 1,75m pra lá, que fazia exercícios, podendo ser considerado um homem forte, bem feito de corpo e bem-apessoado. Eu sempre o vi vestido de calça, paletó, camisa e gravata. O terno era de linho, mas não o linho acetinado branco. Era aquele linho grosso, que se usava na época, de cor cinza. Ele poderia ter mais de um terno do mesmo pano, da mesma fazenda, do mesmo tecido, mas ele só chegava lá na Sudene com esse terno cinza. Eu nunca o vi chegar com um terno de

tropical, de casimira, ou de outro tecido. Era sempre aquele terno de linho grosso. Mas muito elegante. Sério, ficava lá na fila do elevador, em pé, de mãos cruzadas; quando o elevador chegava, ele entrava, se estivesse apenas ele na fila, ou ia para o fim da fila, aguardando a sua vez de entrar. À primeira vista, o que se podia pensar era que Celso era um cara chato, por conta de sua sisudez. Ele tinha uma outra característica também importante, essa mais relacionada à questão intelectual. Os amigos que o conheciam mais de perto, diziam, não sei se para louvar, ou se para folclorizar, que Celso Furtado podia passar o dia todo trabalhando, chegar de viagem, mas antes de dormir ele lia de uma a duas horas. Mesmo que tivesse passado o dia todo trabalhando e adentrado na noite.

– **É verdade que o senhor contou causos pra Furtado...?**

Uma vez, sim. Isso aconteceu durante Reunião, em 1963, no Gabinete de Celso Furtado, sobre os trabalhos do Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão-GIPM, que substituíra (no nome e na administração) o Projeto de Povoamento do Maranhão-PPM. Naquela época eu representava o Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA, da Sudene, no GIPM. Além de matérias ligadas a esse Grupo, conversamos na ocasião, dentre outros assuntos, sobre as dificuldades dos agricultores do Nordeste. Celso Furtado me permitiu contar algumas histórias a respeito. Conteí a de “Chico Bico-Doce”, morador de uma fazenda vizinha ao Sítio Recanto, no município de Senador Pompeu, no Ceará. “Chico Bico-Doce”, “Seu Chico” ou “Chico da Anja” (corruptela de Ângela), como também era conhecido, era um agricultor que trabalhava pouco. Não trabalhava no período da manhã porque estava com fome; e nem do meio dia ao final da tarde porque, comendo demais na hora do almoço, ficava indisposto. Com a barriga muito cheia, ele ficava sem disposição para trabalhar. Celso Furtado riu muito com essa história. Nem parecia aquele senhor sisudo que víamos durante as reuniões formais de trabalho.

– **O senhor tinha que idade, na época em que entrou na Sudene?**

Eu tinha, na época, 25 anos. Quer dizer, era um menino. Como meninos da minha idade eram (quase) todos os que faziam a Sudene. Mas Celso também levou para a Sudene um time integrado por profissionais de alto nível. Levou para a Departamento de Indústria-DI um paraibano, Juarez Farias; para o Departamento de Política Agrícola

e Agrária-DPAA levou um outro paraibano, Jader de Andrade, que tinha sido técnico do Banco do Nordeste. Para o Departamento de Recursos Naturais-DRN, levou Estevam Strauss, agrônomo húngaro que já estava há tempo no Brasil, e que tinha trabalhado na Usina São João, de propriedade da família Coutinho, da Paraíba. Strauss era um especialista em recursos naturais e em irrigação. Levou para o Departamento de Assistência Técnica e de Formação de Pessoal-DATF, o português Luiz Leite Vasconcelos, que ali passou pouco tempo. Foi substituído, em 1963, por Nailton Santos, baiano, economista e irmão do grande geógrafo Milton Santos. Nas aulas que ele ministrava sobre Macroeconomia, quase que como palestras, nos cursos para Técnicos de Desenvolvimento Econômico-TDE, Nailton costumava dizer: “os melhores economistas do Brasil são Celso Furtado e eu”. Nos idos de 1963, eu não tinha conhecimento para saber se ele era bom economista ou não, mas sei que ele era muito vaidoso. Assim como vaidoso também era Milton Santos. Quem Celso levou mais para a Sudene? Levou também para o Departamento de Recursos Naturais, junto com Strauss, Diniz Xavier, da Paraíba.

– **Montou uma equipe paraibana (Juarez Farias, Jader de Andrade, Diniz Xavier)?**

Uma equipe com bons paraibanos, sim. Afinal, Celso também era paraibano. Então ele levou muitos paraibanos para ajudá-lo. Mas não foi por serem seus coestaduanos. E sim porque essas pessoas eram competentes. Diniz Xavier foi para o Departamento de Recursos Naturais, mas ele não era, ainda, o diretor, mas sim o substituto de Estevam Strauss. Mas lá pelas tantas, Manuel Correa de Andrade foi ser Secretário de Agricultura do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e levou Jader de Andrade com ele. Ficou vago o lugar de Diretor do Departamento de Política Agrícola e Agrária-DPAA, que passara a ser denominado Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA. Por conta disso, Estevam Strauss foi deslocado do Departamento de Recursos Naturais-DRN para o Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA. E Diniz Xavier, que era seu adjunto, assumiu a Direção do DRN. Diniz era agrônomo, assim como Strauss. Jader de Andrade era economista. Juarez Farias era advogado. Luiz Leite Vasconcelos era da área de Filosofia. Então Celso Furtado trabalhava com essas competências, que eram, de fato e de direito, assim consideradas.

– **Ele sabia, então, mobilizar competências?**

Sabia sim, e com elas pensava, em novas bases, o desenvolvimento do Nordeste. Naquela época, as secas continuavam a ocorrer. E o que se fazia para minimizar os seus efeitos? Antes da Sudene, o DNOCS concebia e administrava as iniciativas de combate às secas. O que mais fazia o DNOCS? Além de construir açudes, perfurar poços e tentar promover a irrigação, em tempos climaticamente normais, cuidava, nos anos de seca, das “Frentes de Serviço”, construindo açudes (de pequeno, médio e grande porte) e estradas. Mas o DNOCS não cuidava só da seca e da açudagem. O Departamento de Secas, como resumidamente era denominado, cuidava de várias outras atividades. O DNOCS fez grande parte da infraestrutura rodoviária básica do Nordeste. Sabe-se hoje que 50% das estradas construídas na Região, até os anos de 1950, resultaram de atividades desenvolvidas pelo DNOCS. Instituída a Sudene, em dezembro de 1959, as atividades postas em prática em benefício do Nordeste passaram a ser definidas e implementadas de acordo com novas orientações, como as estabelecidas nos Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Esses Planos conferiam prioridade a atividades que, além da construção de obras de infraestrutura hídrica e de rodovias, englobavam atividades ligadas à indústria, aos serviços e à ciência e tecnologia.

– **A Sudene, então, “desempoderou” o DNOCS?**

De uma certa forma, sim. A instituição da Sudene fez com que o DNOCS perdesse um pouco de sua grande visibilidade, pois já não era a instituição mais importante do Nordeste. Mesmo assim continuava executando iniciativas relacionadas à açudagem, via construção de grandes e médios açudes. Lembremos que o primeiro açude importante do Nordeste, o **Açude do Cedro**, localizado no município de Quixadá, no Ceará, foi construído pela Comissão de Açudes e Irrigação – vivia-se então a época das Comissões Técnicas. As atividades dessa Comissão foram transferidas à Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS, criada em 1909. Depois, em 1919, a IOCS deu lugar à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS, que foi transformada, em janeiro de 1946, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. As obras do Açude do Cedro foram iniciadas em 1896 e concluídas, 20 anos depois, em 1906. Naquela época, as iniciativas dessa natureza levavam muito tempo para serem concluídas.

Destaque-se, pois, que, no período de 1909-1959, tudo o que se fez de importante no interior do Nordeste esteve a cargo da tríade institucional IOCS-IFOCs-DNOCS. Ao longo daqueles 50 anos, essas instituições cuidaram também de atividades no âmbito da agronomia e da irrigação, porque não havia instituição encarregada desses tipos de atividade. O Ministério da Agricultura, é bem verdade, realizou alguns experimentos de irrigação, em pequena escala, em alguns vales do Nordeste. Quer dizer, o “desempoderamento” do DNOCS foi apenas relativo, até porque, em plena vigência de funcionamento da Sudene, o DNOCS implementou um importante conjunto de Projetos Públicos de Irrigação no Semiárido Nordestino. E fez isso ao lado da Comissão do Vale do São Francisco-CVSF, transformada, anos depois, em Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba⁶, que concebeu e pôs em prática um avançado Programa de Irrigação nos Vales onde operava.

– **Aí chegou a Sudene...**

Aí a Sudene chega. Mas a Sudene “não começou” apenas em 1959. Penso que a ideia de Sudene teve início quando começaram os estudos, primeiro do Banco do Nordeste do Brasil S. A.- BNB. Esse Banco foi criado em 1952. Assume sua Presidência uma figura extraordinária, que capitaneava boa parte dos estudos mais importantes sobre o Nordeste, na qualidade de presidente da Comissão de Estudos Econômicos-CEE da Bahia. Era o senhor Rômulo Barreto Almeida, que fora Chefe da Assessoria Econômica do Presidente Getúlio

6 A Codevasf foi criada, em 1974, pela Lei nº 6.088, de em 16/07/1974. Com sede e foro no Distrito Federal, tinha como área de atuação o Vale do Rio São Francisco, compreendendo partes dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Sua área de atuação foi alterada no ano 2000, pela Lei Nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000. Com sede e foro no Distrito Federal, sua área de atuação passou a compreender partes dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, abrangendo os Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí e Maranhão. Sua área de atuação foi novamente modificada em 2018, passando a abranger partes das bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, e Paraguaçu, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe, conforme disposto na Lei nº 13.702, de 06 de agosto de 2018, que alterou as duas leis anteriores.

Vargas, dele recebendo uma missão que poucas pessoas possivelmente se sairiam bem dela. Getúlio Vargas o chamou para fazer o Plano de Governo dele (Getúlio Vargas) em 1950, e só pôde lhe dar o exíguo prazo de 30 dias para fazer um Plano para o Desenvolvimento do País. Rômulo formou um grupo de experientes profissionais, levantou as informações disponíveis e apresentou a Proposta que lhe fora solicitada, que iria ser levada pelo Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, acompanhada do Orçamento. Eu cheguei a manusear esse documento e a encaminhá-lo ao Professor Carlos Brandão⁷, que vinha, há tempo, procurando por ele. Mas voltando ao DNOCS, certo era que esse Departamento tinha uma força específica, que lhe era concedida, em boa medida, pelos chamados coronéis. E a força dos coronéis provinha, de certa forma, do domínio por eles exercido sobre o velho capital mercantil, matéria tão bem estudada por Wilson Cano, em sua tese de livre docência⁸. O capital mercantil dominava porque a indústria de então no Nordeste estava restrita às indústrias canavieira, do algodão e das oleaginosas, pouco dinâmicas.

– **O senhor diria que a Sudene ‘quebrou’ os coronéis?**

Quebrar propriamente, não. Incomodou bastante. Não “quebrou” porque com os “incentivos fiscais” administrados pela Sudene (e Banco do Nordeste) foram criadas outras fontes de poder, que deram origem a “novos coronéis”: os *coronéis urbanos*. Os coronéis que a Sudene enfrentou eram coronéis rurais, dotados de bem menos força. Com os incentivos fiscais e o crédito barato, subsidiado, a Sudene passou a apoiar os novos *coronéis urbanos*, que passaram a exercer forte poder político e econômico no Nordeste.

– **Desempodera o DNOCS, mas não muda...**

É verdade. Mas a Sudene não desempoderou totalmente o DNOCS. Preciso fazer um destaque, pois deixei de mencionar um elemento importante. Eu disse antes que o DNOCS fazia estradas, construía grandes e médios açudes, fazia até campos de aviação, fazia saneamento... e adentrava o mundo da ciência agrônômica, com os trabalhos realizados por José Augusto Trindade, continuados em

7 Carlos Antônio Brandão, Professor do IPPUR (Instituto de Política e Planejamento Regional e Urbano), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

8 CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970*, Campinas-SP: Unicamp, 1981. 447 p.

bases ampliadas por Guimarães Duque. Mas, além disso, administrava um outro programa importante, este sim, dotado de capacidade para fortalecer o poder dos “coronéis rurais”: o *Programa de Açudagem em Cooperação*. Em que consistia esse Programa? Era um Programa destinado a beneficiar os médios e grandes proprietários de terra. Com o apoio desse Programa, quem dispusesse de uma propriedade na qual houvesse um riacho,

com certa vazão, poderia, durante o período das chuvas, construir naquele riacho um açude, por exemplo, de média vazão, cuja água ali acumulada durasse mais de um ano. Naquela época (anos de 1950 até meados dos anos de 1960) dizia-se que os açudes que resolviam o problema da escassez de água nos anos de seca eram aqueles cuja capacidade de acumulação de água fosse suficiente para manter os que dele dependiam durante pelo menos dois anos consecutivos de seca. Esse Programa de Açudagem em Cooperação funcionava assim: um proprietário rural, dotado de prestígio político, pleiteava do DNOCS a elaboração de um Projeto para a construção de um açude em sua propriedade. Viabilizado o Projeto do Açude, os custos de sua construção eram bancados, em 50%, pelo DNOCS. O proprietário arcava com os outros 50%. Só que os coronéis, muitas vezes, faziam de conta que mobilizavam os seus 50%, mas isso nem sempre acontecia. Significava dizer que os Açudes em Cooperação, nessas condições, eram construídos, praticamente, “de graça”, pois os proprietários despendiam apenas parte dos recursos financeiros de sua contrapartida.



Os coronéis que a Sudene enfrentou eram coronéis rurais, dotados de bem menos força. Com os incentivos fiscais e o crédito barato, subsidiado, a Sudene passou a apoiar os novos coronéis urbanos, que passaram a exercer forte poder político e econômico no Nordeste.



– **Como assim?**

Depois que o açude era construído e enchia de água com as próximas chuvas, a água ali armazenada não era pública, mas particular. Passava a pertencer ao proprietário da terra onde o açude fora construído. A água era dele. E mais: criou-se uma espécie de *mito*, com a instituição do que ficou conhecido como açudes de primeiro, segundo e terceiro andar. O que era isso? Tratava-se da circunstância de, algumas vezes, aquele mesmo proprietário obter aval do DNOCS para

“construir” um novo açude no mesmo local do primeiro, uma segunda e até uma terceira vez. Ou seja, o proprietário do açude construído em um ano qualquer, após uma pequena melhoria, tinha o primeiro açude considerado, lá na frente, como um *novo açude*. O proprietário se beneficiava então com os recursos despendidos na “construção” desse novo açude. Estava caracterizado o “açude de segundo andar”. Quando acontecia de o DNOCS “construir” um outro novo açude, no mesmo local, caracterizava-se a construção de um “açude de terceiro andar”. Essas reconstruções passaram a ser então chamadas de “açudes de segundo e terceiro andar”. (Cheguei a conhecer algumas tríades desses açudes.)

– **A Sudene, para ilustrar, construiu, também, a indústria de primeiro e segundo andar também?**

Vamos chegar lá. Mas o DNOCS construía aqueles açudes com base na lei. A Açudagem em Cooperação era pautada por um decreto que regulamentava a construção desse tipo de açude. Quando a Sudene entrou em ação, anulou o decreto. Esse decreto não foi anulado de imediato, logo após a instituição da Sudene, mas algum tempo depois. Mas o DNOCS insistiu na re-instituição do decreto. Faço um novo parêntese aqui. Em 1985, eu assumi a função de Coordenador de Planejamento Regional do Instituto de Planejamento-IPLAN, da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Um belo dia recebo a visita do Diretor-Geral do DNOCS, de posse de uma Proposta de re-instituição do Programa de Açudagem em Cooperação. Fui contra, não sem antes submeter a proposta à Direção do IPLAN. Depois de examinada, a proposta foi recusada. Manifestei-me de forma contrária porque conhecia os resultados do aludido Programa. Tinha lido bastante a respeito, já concebera e formulara o *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*, com a colaboração de técnicos da Sudene, estudando bem essas questões.⁹

⁹ CARVALHO, Otamar de et alii. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste**. Brasília-DF: Ministério do Interior, 1973. 267 p. **A equipe que colaborou comigo** na elaboração desse Plano esteve constituída pelos seguintes técnicos: (i) Rômulo Tavares Ribeiro, engenheiro civil, do DRN-Sudene; (ii) Aldo da Cunha Rebouças, geólogo, do DRN-Sudene; (iii) Gildo de Sá C. de Albuquerque, engenheiro de minas, do DRN-Sudene; (vi) Francisco Êsio de Souza, engenheiro agrônomo, do DAA-Sudene; (v) Jurandir Gondim Reis,

A Sudene chegou, de fato, a diminuir o poder do DNOCS, no tocante a essas facilidades, principalmente as concedidas por aquele Programa de Açudagem em Cooperação. Mas não se pode deixar de mencionar a grande contribuição do DNOCS, em relação à rede de açudes por ele construída. Além disso, grande parte do mapeamento de solo, do mapeamento de recursos hídricos e dos estudos agrônômicos até então realizados se deve ao trabalho do DNOCS. O DNOCS tem um saldo positivo considerável. A sociedade nordestina, que vive no Semiárido hoje, deve a sua sobrevivência, na base, ao trabalho do DNOCS. O DNOCS foi quem civilizou o Nordeste Semiárido: o DNOCS no Semiárido e a Comissão do Vale do São Francisco nesse vale. Voltando à pergunta central: a Sudene não construiu uma indústria de primeiro e segundo andar, apesar das grandes vantagens oferecidas por meio da administração dos recursos dos incentivos fiscais.

– **A Sudene contrariou a lógica da açudagem, chegando a suspender algumas atribuições do DNOCS...**

É necessário relativizar um pouco essa percepção, pois o DNOCS continuou executando atividades importantes. O Açude Orós (Barragem Juscelino Kubitschek de Oliveira), por exemplo, cuja construção poderia ter sido concluída em 1960, teve a sua barragem rompida no dia 26 de março de 1960, por conta das fortes chuvas havidas naquele ano. Por determinação expressa do Presidente Juscelino Kubitschek, as obras foram retomadas tão logo cessaram as chuvas. A reconstrução da barragem foi concluída no dia 11 de janeiro de 1961. Esse bom resultado deveu-se em grande medida à competência do então Diretor-Geral do DNOCS, o engenheiro José Cândido Castro Parente

engenheiro agrônomo, do DRN-Sudene; (vi) Celina Ribeiro Hutzler, Técnica em Desenvolvimento Econômico-TDE, da AT-Sudene; (vii) Georges Pellerin, economista da AT-Sudene; (viii) Antonio Cardoso do Rego Barros, economista, da AT-Sudene; (ix) Maria Emiliana Ribeiro, estatística, da AT-Sudene; e (xi) Leonardo Sá Barreto Sampaio, engenheiro agrônomo, da AT-Sudene. Esses técnicos integraram a equipe básica. Também recebi comentários de outros técnicos da Sudene, assim especificados: (i) Lourival Novaes Leitão, economista, da AT-Sudene; (ii) Jorge Fernando Santana, geógrafo, da AT-Sudene; (iii) Carlos Caldas, geógrafo, da AT-Sudene; (iv) Alcindo Rufino de Araújo, economista, da AT-Sudene; (v) François Albert Laroche, engenheiro agrônomo, do DRN-Sudene; (vi) Sérgio Tavares, engenheiro agrônomo e naturalista, do DRN-Sudene; e (vii) Laércio Vieira de Melo, economista, do DAA-Sudene.

Pessoa. A capacidade de acumulação do Açude Orós é de 2,1 bilhões de metros cúbicos de água. O DNOCS continuou construindo grandes açudes, a exemplo do Açude Açú (Barragem Armando Ribeiro Gonçalves), no Município de Açú, no Rio Grande do Norte, com capacidade de armazenamento de 2,4 bilhões de metro cúbicos. Construiu outros grandes açudes, como o Araras (Barragem Paulo Sarasate), no Município de Reriutaba, no Ceará, com capacidade para acumular um bilhão de metros cúbicos de água. Construiu outros grandes açudes na Paraíba, em Pernambuco e na Bahia.¹⁰ Significa dizer que o DNOCS não foi desmontado, embora tenha deixado de ser a principal instituição pública do Nordeste. A Sudene funcionou com força e prestígio de dezembro de 1959 a março de 1964. Considero a Sudene desse período como a “Sudene Originária”. De 1964 em diante, a Sudene quase foi fechada, sob o argumento de ser um “antro de comunistas”. Exagero! O que a Sudene tinha era um expressivo contingente de profissionais jovens e idealistas, querendo trabalhar e transformar, quase que da noite pro dia, o Nordeste.

– **O senhor começou na Sudene como ...**

... Engenheiro Agrônomo. Como técnico entrei na Sudene em julho de 1962, para trabalhar no Projeto de Povoamento do Maranhão-PPM. Quando foi em 1963, fui selecionado para fazer o curso de TDE (Técnico em Desenvolvimento Econômico). A Sudene oferecia esse curso à maioria de seus profissionais, para que eles pudessem dispor de uma linguagem comum em matéria de desenvolvimento. Faziam o curso: agrônomos, engenheiros, arquitetos, advogados, dentistas e médicos, além de outros.

– **E nesse processo de construção da Sudene, na avaliação do senhor, quais foram as principais fontes de Celso Furtado?**

Quando ele (Celso Furtado) foi chamado para a Sudene, já havia trabalhado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), era diretor do BNDE, na época Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e já tinha participado de vários processos de elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento com Roberto Campos, sob

¹⁰ ARAÚJO, José Amaury de Aragão, Coord. **Barragens no Nordeste do Brasil**; experiência do DNOCS em barragens na região semiárida. 2ª ed. Fortaleza-CE: DNOCS, 1990. 328 p.

a orientação de quem fora elaborado o *Plano de Ação Econômica de Governo*, o PAEG. Celso produzira também vários documentos (livros, estudos e planos) de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. E era Doutor em Economia pela Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, com Tese defendida em 1º de junho de 1948, sob o título *A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*¹¹. Trabalhara na CEPAL e estava no BNDE. Tinha essas e outras importantes qualificações, como a de trabalhador contumaz, quando foi indicado para conversar com o Presidente Juscelino Kubitschek. Se JK queria um profissional competente para formular uma proposta a respeito do desenvolvimento do Nordeste, essa pessoa era, com certeza, Celso Furtado. É aí que entra toda a contribuição dos Bispos do Nordeste, sob a liderança de D. Hélder Câmara¹², e do documento sobre o *Planejamento do Combate às Secas*, que fora elaborado por Rômulo Almeida, quando Presidente do Banco do Nordeste¹³. Todo esse material foi muito bem aproveitado por Celso Furtado.

– **CEPAL, Estudos de Rômulo Almeida, pressão dos Bispos...**

Na linha do desenvolvimento anterior, destaco um outro estudo importante, no qual Celso Furtado também se baseou, da autoria do Padre Joseph Lebret¹⁴. O Padre Lebret fora chamado para fazer um estudo para o governo do Estado de Pernambuco, destinado a criar as bases do desenvolvimento nesse Estado, com apoio na indústria. As propostas contidas no estudo do Padre Lebret foram feitas na esfera do Condepe, o Conselho do Desenvolvimento Econômico de

11 FURTADO, Celso. **Diários intermitentes: 1937-2002**. 1ª ed. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2019, p. 89-90. 448 p. (*Organização, Apresentação e Notas*: Rosa Freire D’Aguiar; e *Prefácio*: João Antonio de Paula.)

12 ROCHA, D. J. V., org. Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956 | Natal, 1959) [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, 395 p. ISBN: 978-85-7879-485-9. Available from: doi: 10.7476/9788578794859. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/c6yqx/epub/rocha-9788578794859.epub>. (*Prólogo*: Otamar de Carvalho.)

13 ALMEIDA, Rômulo B. Coord. **Planejamento do combate às secas**. Rio de Janeiro, Banco do Nordeste do Brasil/Comissão Incorporadora, 1953. (Publicação nº 4.) Mimeog. 69 p.

14 LEBRET, Louis Joseph. **Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. 1ª ed., ver., Recife-PE: Condepe, 1954. 123 p.

Pernambuco. O significado e o sentido da maioria das propostas do Padre Lebret aparecem nas propostas da Sudene. Naturalmente, tinha que ser assim, porque quando se vai formular um Plano ou Programa de Desenvolvimento, o que se faz primeiro é levantar todas as informações existentes. É a partir do que essas informações indicam em relação a problemas e possibilidades que são montadas as estratégias e formulados os programas e projetos de desenvolvimento. As proposições constantes dos Planos de Desenvolvimento apoiam-se em bases técnicas e políticas. Foi assim que a Sudene, com Celso Furtado, e o Banco do Nordeste, com Rômulo Almeida, conceberam e estruturaram, em boa medida, com o apoio da Igreja, importantes contribuições para o desenvolvimento do Nordeste.

– **Celso conhecia o texto “Solo e Água no Polígono das Secas”, de Guimarães Duque? Usou esse material?**

Conhecia, sim. Mas *Solo e Água no Polígono das Secas* não era um documento propositivo. Era um documento de conhecimento. Mas Celso estudou-o e conversou a respeito com Guimarães Duque. Com ele, aprendeu a captar as particularidades do Nordeste Semiárido, tão bem sintetizadas no Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN. Para ter uma visão precisa sobre os problemas e possibilidades do Semiárido Celso Furtado louvou-se, também, no conhecimento produzido por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, a clássica leitura sobre o Nordeste e seus espaços Semiáridos. Celso Furtado assim se manifestou sobre a importância de *Os Sertões*: Em comentário que fiz comemorando o centenário de *Os sertões*, em 1998, concluí com uma citação de Euclides da Cunha: “Canudos não se rendeu. Teve que ser destruída”. E arrematei com a pergunta: como evitar na atualidade que nossa miopia ideológica nos conduza à repetição de crimes como os que testemunhou esse autor de rara coragem intelectual? Sem lugar a dúvida, ele continua a ser muito lido. Mais que isso: recentes sondagens de opinião indicam que ele é ainda o autor mais influente em todo o século no que concerne ao entendimento do processo de formação de nossa sociedade¹⁵.

15 FURTADO, Celso. “Canudos não se rendeu. Teve que ser destruída”. **JB on line**, Rio de Janeiro-RJ: 16 de junho de 2004, p. 3.

– **Há uma polêmica sobre a autoria do GTDN...**

No livro *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado*¹⁶, que resultou de uma conversa entre Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Rodrigues Pêra e Celso Furtado, ele diz, textualmente: “O GTDN fui eu que escrevi”. Mas eu ouvi lá atrás, diretamente de Juarez Farias, à época Diretor do Departamento de Indústria-DI, da Sudene, que fora ele quem escrevera o *Relatório do GTDN*. Mas isso era força de expressão, com certeza. Obviamente, que o estilo do *Relatório do GTDN* é o estilo do Celso Furtado. Para quem leu Celso e leu o GTDN, não há dúvidas sobre a autoria do Relatório. Mas Juarez ajudou, e Juarez era uma boa cabeça. Era também um excelente datilógrafo. Eu tenho ainda uma máquina Remington, que não foi dele, não; mas ele tinha uma lá na Sudene Ele datilograva com uma velocidade extraordinária, sinal de uma profissão pretérita, pois ele fora bancário, do Banco do Nordeste. E todos os bancários (do Banco do Nordeste ou do Banco do Brasil) eram, em geral, bons datilógrafos.

– **Celso dialogou com Guimarães Duque? Antes, depois do GTDN?**

Celso conversou muito com Guimarães Duque. Conversou em período correspondente ao final dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960. Se não, vejamos o I Plano Diretor da Sudene. Se você der uma olhada cuidadosa nos quatro Planos Diretores, o mais bem-acabado, o que tem mais conteúdo é o primeiro. Como o primeiro não foi executado na íntegra, por falta de recursos financeiros, a elaboração do II Plano Diretor correspondeu a uma adaptação do primeiro, mais em termos orçamentários. Isso porque as diretrizes continuaram sendo as mesmas, e foi mantida a maioria dos programas. Neste sentido, a Sudene deu sequência aos estudos de mapeamento dos recursos naturais que o DNOCS fazia sem ter estrutura adequada, sem uma percepção de estar levantando e sistematizando aquelas informações em função de demandas do planejamento.

– **Guimarães Duque tinha uma visão estratégica?**

Tinha, sim. Guimarães Duque tinha uma visão de mundo compatível com as demandas do desenvolvimento. Era, portanto, possuidor de

¹⁶ A entrevista foi publicada pela Editora da Fundação Perseu Abramo e disponível no site: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/seca_e_poder.pdf

uma visão estratégica a respeito do desenvolvimento do Nordeste. Com a chegada de 1964, Celso foi embora e Guimarães Duque ficou ali. Por sinal, seu segundo livro (*O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*), foi publicado, em 1964, pelo Banco do Nordeste. Passa-se o tempo. E em 1970, eu fui nomeado Diretor da Assessoria Técnica da Sudene. Naquele momento, meu trabalho principal estava relacionado à elaboração do *I Plano de Desenvolvimento do Nordeste*, para o período 1972-1974, em sequência ao *IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1968-1972)*, segundo orientações estabelecidas, em Brasília, pelos Ministérios do Planejamento e do Interior. Por conta disso, fui conversar com Guimarães Duque. Como resultado dessa conversa, pude introduzir no *I Plano de Desenvolvimento do Nordeste* toda a regionalização proposta por Guimarães Duque em *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*. Fiz um mapa para o Nordeste tomando por base a delimitação das *Regiões Naturais* estabelecidas por Guimarães Duque nesse livro, assim especificadas: *Caatinga, Agreste, Mata, Serras, Sertão, Seridó, Curimataú, Cariris Velhos, Cerrado e Carrasco*. O livro (*O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*) não continha um mapa integrado por essas 10 Regiões Naturais. De sorte que eu só pude fazer essa delimitação porque naquela época (anos de 1970 e 1971) eu estava bem dedicado ao assunto, preparando um outro documento importante: o *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. E por conta dos propósitos desse Plano eu precisava estabelecer uma regionalização para o Nordeste, que fosse compatível com as especificidades da Zona Semiárida do Nordeste. Precisava também, por isso, conversar com Guimarães Duque.

Conversei muito com aquele notável intelectual e pesquisador dos problemas e possibilidades de desenvolvimento do Nordeste. Guimarães Duque morava no centro de Fortaleza. Além de conversar com ele, pude contar com sua presença em várias das reuniões que organizei, primeiro, como Diretor da Assessoria Técnica da Sudene, e, depois, como Secretário de Pesquisas e Programas do Ministério do Interior-Minter. Foi assim porque eu fora, em fevereiro de 1972, requisitado à Sudene, a pedido do Dr. Henrique Brandão Cavalcanti, à época Secretário-Geral do Minter. Por isso, Guimarães Duque participou de várias reuniões relacionadas à elaboração do *I Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1972-1974)* e do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. Participou também de um Seminário, na cidade do Recife, em maio de 1974,

dedicado à discussão do mencionado Plano Integrado. Esse Seminário foi realizado no recém-inaugurado Edifício Sede da Sudene, localizado na Cidade Universitária do Recife. Guimarães Duque estava lá, juntamente com Rômulo Almeida. Houve ali, então, um reencontro desse pessoal a quem tanto deve o Nordeste. Pude assim saber das conversas que Guimarães Duque tivera com Celso Furtado. Celso não podia *conhecer o Nordeste por dentro*, como conhecia, sem ter lido *Solo e Água no Polígono das Secas* e *Os Sertões*, e sem ter conversado muitas vezes com Guimarães Duque. Ele mesmo, em alguns documentos, menciona a importância de Guimarães Duque.

– **Na sua leitura, por que Celso Furtado não queria “ouvir falar” de previsão de seca?**

Falarei sobre essa questão e seus avanços a todo o Nordeste. No início dos anos de 1970 já havia estudos que informavam ser possível prever as secas. Estudos tanto de profissionais brasileiros como de profissionais estrangeiros, nesse caso, oriundos, principalmente, da Índia e dos Estados Unidos da América. Mas Celso Furtado não queria saber de previsão de seca. Por quê? Dizia ele que a previsão forneceria instrumentos aos *coronéis rurais* do Nordeste, para usarem essas informações na “fabricação” de secas, diante de previsões relacionadas à possível ocorrência desse fenômeno. O Departamento de Recursos Naturais-DRN da Sudene era a fonte de informação ouvida e adotada por Celso Furtado a respeito do assunto. Mas o DRN não queria ouvir falar de previsão de seca. Por isso a discussão desse assunto não progrediu na Sudene, pelo menos até 1970.

Quando eu comecei a trabalhar na elaboração do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*, em 1970, eu tinha uma certa força institucional, pois era o então Diretor da Assessoria Técnica da Sudene, responsável pelas atividades de planejamento da Superintendência. Note-se, porém, que quando eu assumi a Diretoria da Assessoria Técnica da Sudene, em 1970, não se falava, até então, em previsão de seca na Sudene. De sorte que eu só pude dar prosseguimento e concluir os trabalhos do Plano porque o Superintendente da Sudene de então, o General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, me concedeu o apoio institucional necessário. (Essa referência está explicitada no item *Antecedentes e Agradecimentos*, que constam do texto do Plano.) Pude assim construir o Capítulo 7 do Plano, dedicado ao assunto (*Apreciação*

sobre os *Métodos de Previsão de Seca*). Nesse Capítulo foram abordadas questões como as seguintes: (i) Aspectos Meteorológicos das Chuvas do Nordeste; (ii) Métodos de Previsão de Secas; (iii) A Seca de 1970 – sua Evolução e Previsões, com os seguintes desdobramentos: Critérios para Acompanhamento dos Invernos; Evolução Espacial da Seca de 1970; Evolução Espacial do Inverno de 1970-1971; Previsões sobre a Seca de 1970; e (iv) As Previsões para 1971 e 1972. Naquela época os assuntos de previsão de secas eram estudados, pioneiramente, no Brasil, pelo Engenheiro Adalberto Serra, um competente e solitário profissional, dedicado a essa matéria, e por ela responsável no Ministério da Agricultura. Conversei longamente com ele, colhendo importantes informações sobre o assunto. Nesses contatos pude conhecer e obter dois de seus mais importantes estudos¹⁷.

Os temas tratados no mencionado Capítulo 7 do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste* foram objeto de intensa discussão em Reunião da **Junta Diretora da Sudene**, em 1971, colegiado formado pelo Superintendente da Sudene, pelo Superintendente-Adjunto e pelos Diretores da Superintendência. A Diretoria do Departamento de Recursos Naturais-DRN discordava frontalmente do tema, como já foi mencionado. Essa orientação tinha peso, pois o DRN era o Departamento encarregado de estudos sobre Clima e Meteorologia, no âmbito da Sudene. A inclusão de tema sobre a previsão de secas no Plano e a realização de estudos e pesquisas sobre a matéria foram defendidos, naquela Reunião, com grande propriedade, tanto técnica como analítica, pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos-DRH da Sudene, o professor Gilberto Osório de Andrade, geógrafo e respeitado intelectual pernambucano, profundo conhecedor da matéria. Naquela ocasião era Superintendente da Sudene o General Evandro Moreira de Souza Lima, que substituíra, em janeiro de 1971, o General Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira, que o antecederia como Superintendente. Com o apoio desses dois Superintendentes e a mediação do Professor Gilberto Osório de Andrade, eu pude incluir e manter o tema de

¹⁷ Veja-se, sobre o assunto, os seguintes trabalhos: (i) SERRA, Adalberto. **Meteorologia do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE-CNG, 1945. (Tese preparada para a 4ª Assembleia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História); e (ii) SERRA, Adalberto. **As secas do Nordeste**. Rio de Janeiro-RJ: Ministério da Agricultura- Serviço de Meteorologia, 1946.

Previsão de Secas no Capítulo 7 do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. O Projeto para a elaboração do Plano foi também apresentado – em outra Reunião da Junta Diretora da Sudene – ao Ministro José Costa Cavalcanti, do Ministério do Interior, e ao Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Ministério do Planejamento. O Ministro Velloso considerou de grande relevância a elaboração daquele Projeto, que, para ele, mostrava a vitalidade da Sudene, em relação a assunto de relevante interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

O desenvolvimento dessa matéria no Plano também foi muito bem recebido, em 1979, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, por encontrar ali um bom desenvolvimento do que a Sudene poderia fazer a respeito da matéria. A respeito, mantive contatos estreitos com o INPE, quando assumi a função de Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará, em março de 1979. A propósito, acompanhei o então Governador do Ceará, Coronel Virgílio Távora, por ocasião da visita que fizemos ao Presidente daquele Conselho, professor Maurício Matos Peixoto, ainda no primeiro semestre de 1979. Dessa visita resultou decisão relacionada à formulação de um Projeto de Cooperação Técnica, na área de Previsão de Secas, entre o CNPq e o Governo do Estado do Ceará, tendo como órgão responsável, a Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais-Funceme, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento-SAAB do Ceará. Esse Projeto seria, depois, estendido a todos os Estados do Nordeste.

– **Na sua opinião, essas questões não teriam contribuído para gerar a ideia de convivência com a seca, com o Semiárido?**

Sim. Eu cheguei a escrever sobre esse assunto, em 1994, em trabalho apresentado, no dia 18/08/1994, no II Fórum Paraíba em Debate, realizado, em João Pessoa-PB, sob a coordenação do Conselho Regional de Economia, Seção da Paraíba, 21ª Região. Destaquei naquela ocasião que “A convivência com a semiaridez dependia de três ordens de fatores: a lógica dos determinantes que conformam o atual perfil da economia da Região, estabelecidas no seu processo de integração ao mercado nacional; o respeito ao **meio ambiente** nas áreas mais intensamente afetadas pelas secas; e a participação efetiva dos diferentes agentes sociais no processo de desenvolvimento, engendrado

segundo formas mais contemporâneas de gestão dos negócios. Nessa linha de idéias, discuti ao longo daquele trabalho questões relacionadas aos seguintes temas: (i) o Nordeste e o Semiárido; (ii) fragilidades do Semiárido; (iii) a crise da agricultura tradicional; (iv) desenvolvimento sustentável e convivência com a semiaridez; e (v) linhas básicas para a convivência com a semiaridez¹⁸. Sobre o sentido desses desdobramentos, eu pensava que a ideia da convivência com a seca (ou com o Semiárido) me parecia bastante conservadora. Isso porque, tal concepção fora construída como se não fosse necessário promover qualquer mudança, mais uma vez, na velha estrutura agrária da Região. O que havia de importante nas discussões de então estava referido ao discurso favorável a uma maior e mais efetiva participação social dos grupos sociais menos favorecidos no processo de formulação das iniciativas de planejamento e implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento. Essas ideias, por sinal, vinham sendo fortalecidas. Mas ainda lhes faltava suporte institucional adequado, tanto na escala estadual, como regional e nacional. No limite, isso significava ter que trabalhar fortemente em busca de suporte institucional e financeiro, só tornados disponíveis na presença de um *Projeto de Desenvolvimento para o Nordeste*, bem articulado a um **Projeto Nacional de Desenvolvimento**. Tratavam-se de iniciativas das quais têm carecido tanto o Brasil como o Nordeste.

- **Nós temos, a partir do Livro “O Nordeste e as Lavouras Xerófilas”, uma ideia de que talvez o sertanejo pudesse aprender com a própria natureza do Nordeste Semiárido...**

É claro que aprender com a própria natureza do Nordeste Semiárido é fundamental. Mas para que isso aconteça é necessário estar atento a alguns detalhes. E mais: precisamos estar convencidos sobre a necessidade de que é preciso trabalhar fortemente, com amparo na melhora da instrução e da educação, para podermos construir e acessar os frutos do progresso técnico, fornecidos pela ciência, pela tecnologia, pela inovação e pela informação, atentos aos inúmeros

¹⁸ CARVALHO, Otamar de. **Linhas básicas para um programa de convivência com a semiaridez**. João Pessoa-PB: Conselho Regional de Economia, Seção da Paraíba, 21ª Região, 1994. (Trabalho apresentado no dia 18/08/1994, no II Fórum Paraíba em Debate, realizado, em João Pessoa-PB, sob a coordenação do Conselho Regional de Economia, Seção da Paraíba, 21ª Região.)

detalhes que estruturam a qualidade dos processos de trabalho. Quanto ao que de específico me é indagado, posso dizer o seguinte: O Nordeste Semiárido é tão especial, tão diferente, que não dá para resolver seus inúmeros problemas contando apenas com uma solução, por mais poderosa que ela seja. As *lavouras xerófilas* têm um papel importante a desempenhar. Mas sua contribuição não é mágica, a ponto de com seu melhor aproveitamento resolver-se os problemas centrais do desenvolvimento do Nordeste Semiárido. Isso vale também para as oportunidades oferecidas por outros recursos, cujo adequado aproveitamento começa a ser realizado. É o caso da *energia solar*. Ainda em relação ao “centro da questão” que me foi colocada:

Guimarães Duque não usou em nenhum de seus três livros clássicos (*Solo e Água no Polígono das secas*, *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas e Perspectivas Nordestinas*) o verbo “conviver”, especialmente com o sentido que lhe passou a ser dado a partir da última década do século XX. É claro que suas percepções e proposições sobre o desenvolvimento do Nordeste lastreiam-se sobre uma *visão de mundo* bem acabada, a ponto de poderem alimentar o conceito de convivência com as condições presentes no Semiárido.

– **Voltando à discussão sobre Celso Furtado. O que o senhor acha das teses furtadianas? O que dificultou sua aplicação?**

Repare bem (como gostam de dizer os baianos): entendo que as boas-teses de Celso Furtado, para o desenvolvimento do Nordeste, são as que foram sintetizadas no *Relatório do GTDN*. De lá para cá, pouco se acrescentou, de novo, ao que consta desse Relatório especial. Para mim, o que há e o que houve de novo está referido ao avanço do progresso técnico, *lato sensu*, pautado e potencializado pela fusão da biotecnologia com a tecnologia da informação. O novo está expresso



É claro que aprender com a própria natureza do Nordeste Semiárido é fundamental. Mas para que isso aconteça é necessário estar atento a alguns detalhes. E mais: precisamos estar convencidos sobre a necessidade de que é preciso trabalhar fortemente, com amparo na melhora da instrução e da educação, para podermos construir e acessar os frutos do progresso técnico, fornecidos pela ciência, pela tecnologia, pela inovação e pela informação, atentos aos inúmeros detalhes que estruturam a qualidade dos processos de trabalho.



pela articulação entre espaço e setores, ou seja, o que devia ser feito, setorial ou subsetorialmente, em cada um dos diferentes espaços e territórios do Nordeste, continua valendo. O que se tem feito e vai se continuar fazendo de novo é “chegar mais terra ao pé da planta”, usando as revoluções na biotecnologia e na tecnologia da informação, difundidas mundo afora, e que estamos aprendendo a construir. Muitas outras inovações, entretanto, vamos ter que aprender, para revolucionar os processos de trabalho. Quanto aos avanços menores do que os necessários, ficamos presos aos *gargalos institucionais e estruturais*, como os que continuam impedindo o desenvolvimento de espaços privilegiados em matéria de recursos naturais, como a Zona da Mata. E tais gargalos continuam dificultando um andamento mais rápido e conseqüente de iniciativas mais positivas de desenvolvimento. As propostas mais bem-sucedidas de Celso Furtado referem-se, com certeza, às postas em prática em relação à indústria. De todo modo, os bons resultados alcançados depois que ele deixou a Sudene, no início de 1964, continuam tendo a ver com o que ele propôs e consta do *Relatório do GTDN*.

– **Os militares abandonaram isso?**

Não, não abandonaram. As administrações pós-1964, em boa medida, deram continuidade ao planejamento inicial da Sudene. De fato, eles deram a partida com o que constava do II Plano Diretor. Deram conseqüência ao processo de planejamento e formularam o III e o IV Planos Diretores. As mudanças formais tiveram lugar no curso da segunda metade do IV Plano Diretor, quando foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1972-1974). Durante a vigência desse Plano foi dada ênfase ao planejamento e implementação de iniciativas subordinadas ao conceito do chamado Desenvolvimento Rural Integrado. As iniciativas a este respeito estavam recebendo prioridade por parte do Banco Mundial. A vantagem dessas iniciativas é que elas recebiam bom suporte financeiro por parte do Banco Mundial. O Banco vinha financiando também iniciativas do gênero, em amplas áreas, na Índia. Estou escrevendo um livro que trata de questões como essas, relacionadas ao que vinha sendo feito no Brasil, nos idos dos anos de 1970. Tem o seguinte título: “*Desenvolvimento em bases regionais; experiências brasileiras e internacionais.*” Quando se chega de meados para fins dos anos de 1980, período da chamada “*década perdida*”, o Brasil passou a ter

escassos recursos financeiros de contrapartida, para aplicar em projetos de desenvolvimento regional e/ou de desenvolvimento rural integrado, assim como de irrigação. O Banco Mundial começou a “fechar a torneira”, como se dizia na época. O Banco Mundial, na minha modesta percepção, já tinha desestruturado, institucionalmente, o setor urbano no Brasil, contribuindo para o fechamento do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), e tinha mudado a política do BNH (Banco Nacional da Habitação). O certo é que, nos anos de 1980, passou a mudar o ritmo das iniciativas de Desenvolvimento Rural Integrado e de Irrigação, implementadas fundamentalmente no Nordeste brasileiro. Nesse meio tempo, a Sudene tentava se reestruturar, para melhor atuar em benefício do desenvolvimento do Nordeste. Nesse contexto, o Banco Mundial trabalhou para que a Superintendência não comandasse, como era do seu interesse, o processo de desenvolvimento do Nordeste, segundo a ótica dos Planos Diretores. Em meados dos anos de 1970 entrara em vigor o **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**, e em consequência ao Plano Regional, denominado de *II PND. Programa de Ação do Governo para o Nordeste (1975-1979)*. Chega-se depois aos anos de 1980, a uma situação em que o Brasil, como já referido, contava com poucos recursos financeiros para investimento. À época, ouvi de um Coordenador do IPEA, ligado aos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, que os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado não estavam funcionando bem e que, por isso, o Banco Mundial passara a dar mais ênfase às iniciativas de Participação Comunitária. Nesse sentido, a Sudene passou a administrar, em relação ao meio rural, do Programa de Comunidades Rurais-PCR, segundo as percepções do Banco Mundial. Posteriormente, a Sudene criou, na mesma linha, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais-PDCR. A Sudene esforçou-se ainda para implementar uma outra iniciativa, que lhe parecia mais adequada: o Programa São Vicente. Com esse Programa a Superintendência tentava substituir o PDCR. Mas aquele intento também não foi bem-sucedido.

– **Quais são, na sua opinião, os gargalos da questão regional ainda hoje?**

Os gargalos são institucionais, porque a Sudene vem perdendo, progressivamente, sua capacidade de articulação com outras

entidades, ligadas e complementares ao exercício de suas funções. A Superintendência até pode se esforçar para bem cumprir funções que lhe foram, historicamente, conferidas, como a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional e a coordenação de suas ações, em âmbito regional. Mas os Planos de hoje, denominados de Planos Regionais de Desenvolvimento do Nordeste, têm poder específico menor. Com efeito, os Programas neles incluídos são apenas indicativos. E é assim, ainda que a lei de recriação da Superintendência – a Lei Complementar nº 125/2007 – estabeleça que o Plano Regional do Desenvolvimento do Nordeste-PRDNE é um dos instrumentos de ação da Autarquia. O PRDNE divulgado em agosto de 2019, por exemplo, indica que esse Plano apresenta uma *agenda de desenvolvimento* para os próximos 12 anos na área de atuação da Superintendência, possui vigência de quatro anos e será revisado anualmente, tramitando juntamente com o Plano Plurianual-PPA do Governo Federal para o período 2020-2023¹⁹. Na linha do que aconteceu com o I, II, III e IV Planos Diretores da Sudene, o PRDNE foi encaminhado ao Congresso Nacional, para aprovação, em novembro de 2019, juntamente com os Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA e do Centro-Oeste-PRDCO²⁰. A Sudene e as duas outras Superintendências – Sudam e Sudeco – não têm mais a força que já tiveram no passado. Mas os Planos Regionais de Desenvolvimento têm o mérito de identificar problemas e propor providências para a sua solução. Tratam-se, neste sentido, de repositórios de informações que podem contribuir para pensar e refletir sobre o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de que se ocupam.

– **E as fragilidades institucionais estão relacionadas especificamente à Sudene ou à falta de amparo institucional?**

As fragilidades institucionais são da Sudene e, de certo modo, das demais instituições federais que atuam no Nordeste, como o DNOCS, o Banco do Nordeste, a Codevasf, a Fundação Joaquim

¹⁹ Sudene. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Plano regional de desenvolvimento do Nordeste**. Recife-PE: Sudene, jul., 2019. 222 p. (Anexos I, II e III.)

²⁰ “Governo Federal encaminha Planos Regionais de Desenvolvimento para apreciação do Congresso Nacional”, acesso em 05 maio 2020, <https://www.mdr.gov.br/ultimas-noticias/12439-governo-federal-encamdrnha-planos-regionais-de-desenvolvimento-para-apreciacao-do-congresso-nacional>.

Nabuco-Fundaj e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa. É bem verdade que a Embrapa e a Codevasf não têm uma atuação regional sobre todo o Nordeste. A Codevasf tem ação referida aos Vales do São Francisco, do Parnaíba e a pequenos vales situados na borda fronteira entre o Piauí e o Ceará. E a Embrapa atua por meio de Centros de Pesquisa, que desenvolvem iniciativas em *Áreas Específicas* (Trópico Semiárido, Tabuleiros Costeiros e Meio Norte) e por intermédio de Centros de Recursos, como os Centros de Pesquisa por Produtos (Agroindústria Tropical, Algodão, Caprinos e Mandioca e Fruticultura). Essas outras instituições têm programação própria, nem sempre (bem) articuladas com as que constam dos Planos Regionais. O Ministério do Desenvolvimento Regional, ao qual a Sudene está hoje vinculada, também carece de força para melhor apoiar a Sudene. A fragilidade institucional é, pois, um problema geral, que responde, em boa medida, pelos insucessos de gestão de muitas das iniciativas de desenvolvimento postas em prática no Nordeste.

– **O senhor diria que a Sociedade está desmobilizada para recuperar isso?**

Não. Eu acho que a sociedade civil organizada ainda está se movimentando, procurando contribuir para a solução desses problemas. O que aconteceu no final dos anos de 1980? Além da desativação dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, foi extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater, que prestava os serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores, por meio de filiadas estaduais de todo o Brasil, exceção feita a São Paulo, que nunca teve uma filiada com essa finalidade. Quem iria, a partir de então, dar assistência técnica aos agricultores? O que é que foi posto no lugar da Embrater e suas filiadas? Organizações Não Governamentais-ONGs! ONGs criadas, em grande medida, com o pessoal técnico que trabalhava na assistência técnica, tanto federal como estadual. Mas a grita dos Estados sempre foi forte em relação às ONGs. Nesse sentido, os Estados diziam: “As ONGs podem querer fazer a mesma coisa que a gente. Mas elas não seguem o nosso programa, elas têm seus próprios programas”. As ONGs nasceram em função da ausência do Estado e cresceram pela continuada ausência do Estado.

– **A Sudene de Furtado tinha data de validade...?**

Tive a oportunidade de ouvir Celso Furtado falar a este respeito. Era final do primeiro semestre de 1963. Eu fazia o *III Curso de Desenvolvimento Econômico*, findo o qual recebi o título de *Técnico em Desenvolvimento Econômico-TDE*. Esses cursos eram ministrados para selecionar técnicos para a Superintendência. Em princípio, todos os técnicos de nível superior que entravam na Sudene àquela época faziam esse curso. Ao final do curso, Celso Furtado fazia uma palestra, espécie de *Aula Magna* com que os alunos eram brindados. Na palestra que assisti, Furtado informava que a Sudene fora concebida e criada para cumprir a *Missão de promover o desenvolvimento do Nordeste, no prazo de 20 anos*. Por isso, a Sudene era uma instituição de caráter extraordinário. Assim seria com a Sudene, como fora com a *Cassa per il Mezzogiorno*, no Sul da Itália, criada dez anos antes da Sudene, em agosto de 1950.

– **O senhor poderia falar dos principais impactos da obra de Celso Furtado sobre sua obra, obra de Otamar de Carvalho?**

Eu acho que todos os técnicos que integraram a *Sudene originária*, que ousaram produzir alguma coisa intelectualmente, que pensavam o desenvolvimento também em termos sociais, produziram sob a inspiração da obra de Celso Furtado. Não havia outra fonte teórica e prática sobre a qual nos apoiarmos. Naturalmente, nós tivemos uma boa influência da CEPAL. Por exemplo, em relação ao planejamento agrícola, nós nos apoiamos muito em textos de Jacques Chonchol²¹, em texto da FAO, traduzido pela Sudene, para uso interno²², e nos textos do primeiro *Manual de Planejamento Agrícola*, em seis volumes, produzido pela FAO²³. O texto de Jacques Chonchol virou um clássico. Foi distribuído, usado e reusado na

21 CHONCHOL, Jacques. **Metodologia para formular un programa de desarrollo agrícola**. Recife-PE: Sudene. Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA, 1963. 127 p. Mimeogr.

22 FAO. **Programação do desenvolvimento agrícola**. Recife-PE: Sudene. DAA, 1964. 122 p. (Traduzido por Pedro Motta de Barros, exclusivamente para uso interno da Sudene, do capítulo III do trabalho “A situação mundial da agricultura e da alimentação/1960”, da série anual publicada pela FAO. O texto traduzido foi feito a partir da edição em espanhol e conferida com o original em inglês.)

23 FAO. **Manual de planificación agrícola**. Recife-PE: Sudene, DAA, s. d. 6 vol. Mimeogr. (Reproduzido em Recife-PE, Brasil, para uso exclusivo de los cursos de planejamento agrícola de Sudene.) (Preparado por la Unidad Agrícola del Programa

Sudene, durante vários anos. Quer dizer, tudo isso tinha a ver com Celso Furtado. Foi ele quem trouxe esse pessoal todo para a Sudene. Então o que nós fizemos foi inspirado por Celso e sua obra. Se nós não fizemos mais a partir da obra de Furtado é porque sua obra tem vários componentes, como partes teóricas, partes mais práticas e partes mistas. De sorte que aqueles que não se dedicaram à teoria, ficaram mais com as obras que tinham a ver com a prática, que é a parte do planejamento.

– **E o senhor diria qual parte é mais marcante no seu trabalho?**

É a parte do planejamento. Eu não me envolvi muito com a teoria. O que eu aproveitei de mais importante a partir da obra de Celso Furtado, em conformidade com as minhas limitações, sem colocar de lado a boa teoria, foi em relação ao planejamento.

– **Voltando à primeira pergunta que eu fiz nesta conversa ... o Brasil foi gentil com Celso Furtado? Mais de 15 anos depois de sua morte...**

Celso Furtado nos deixou em 2004. São dezesseis anos até aqui. Eu acho que o Brasil talvez tenha feito pouco para homenagear Celso Furtado, como ele merecia. O que é que tem de homenagem a Celso? Em Brasília, há um edifício, o do Ministério da Integração Nacional, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, ao qual deram o nome de Edifício Celso Furtado. Não sei se puseram o nome dele em algum açude, iniciativa importante para quem é do Nordeste, como ele era. Desconheço informação a este respeito. Acredito assim que a grande homenagem a Celso Furtado está representada pela criação do *Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas*. Esse Centro vem realizando um trabalho especial de divulgação e valorização da obra desse brasileiro extraordinário. O Centro Celso Furtado constitui a homenagem e a valorização mais especial a seu respeito. Trata-se de contrapartida de lealdade bem merecida, pois Celso era muito leal aos seus camaradas. Era muito ligado às pessoas que trabalhavam com ele. Lembrava sempre delas. Acredito que essa homenagem deve muito a *Rosa Freire D'Aguiar*, esposa e grande colaboradora de Celso Furtado.

de Capacitación del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social-ILPES, Santiago de Chile, Chile.)

- **O senhor estudou as diferentes regiões brasileiras e seus problemas. Conhece, também, muitas experiências internacionais. O regional ainda é ...**

Necessário? Eu acho que é bem mais do que necessário. Acredito estar deixando isso razoavelmente claro no livro que estou a concluir, já mencionado: “*Desenvolvimento em bases regionais; experiências brasileiras e internacionais.*” Acredito que esse livro pode bem interessar aos que trabalham assuntos ligados ao desenvolvimento regional. Nele eu trabalho questões relacionadas aos temas a seguir especificados, por país: (i) Planejamento Agrícola (Egito, Índia e Brasil); (ii) Projetos de Recuperação de Terras (Egito, Espanha e Holanda); (iv) Desenvolvimento Regional (Itália e Brasil); (v) Desenvolvimento Rural Integrado (Brasil e Índia); e (vi) Instrumentos de Política Econômica (Brasil, Itália, Egito, Índia, Espanha, Holanda e Bélgica). Esses temas foram estudados durante e depois da realização de um *Study Tour* que fiz aos países referidos, realizado no período de janeiro a março de 1976, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura do Brasil e da FAO [*Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)]. Uma das percepções importantes desse livro é a de se considerar a implementação de *iniciativas setoriais* como *integrantes do desenvolvimento em bases regionais*. Entendo que o desenvolvimento realizado nessa perspectiva, de forma orientada ou espontânea, pode atender às características mais particulares dos que vivem em espaços diferenciados, segundo as necessidades e demandas de pessoas e comunidades e a estruturação da formação social prevalecente. O desenvolvimento realizado com a inclusão dessas especificidades tem produzido resultados positivos em vários países. Algumas experiências de planejamento e desenvolvimento setorial, notadamente as relacionadas à agricultura e ao desenvolvimento rural integrado, têm sido bem-sucedidas porque incluíram no bojo de suas concepções estratégicas elementos centrais do desenvolvimento em bases regionais, a exemplo dos que ligavam setores variados a espaços multiescalares, desde as fases de concepção e implementação. É verdade que os procedimentos adotados com tais propósitos nem sempre foram explicitados. Daí a assunção de que os temas setoriais trabalhados no livro também estiveram assentados em bases regionais de desenvolvimento. Ao trabalhar o desenvolvimento em bases regionais, penso estar construindo outra forma de ver ou de ler Celso

Furtado. Isso ficou mais claro, para mim, desde que passei a perceber que Celso não adjetivava o Desenvolvimento, como se fosse global, regional, espacial, setorial ou sustentável, se bem me recordo do que vi e li em seus livros. Para Furtado, o Desenvolvimento era um substantivo. E ponto. Isso não quer dizer que a Sudene não fizesse *Planejamento Regional* ou não propugnasse pelo *Desenvolvimento do Nordeste em Bases Regionais*.

– **O Brasil sente falta de Celso Furtado...?**

Claro que sente. Agora a obra do homem está aí. O homem foi, mas a obra ficou. A propósito do livro que estou finalizando, ouvi minha esposa dizer: “O pessoal hoje precisa ler mais, como antigamente”, e eu lhe disse: “Olha, quem lê e quem lia, vai continuar lendo. Quem não lia, não vai ler”. Qual é a primeira pergunta das pessoas que chegam aqui em minha casa, e veem a minha farta biblioteca: “O senhor já leu esses livros todos?” Eu digo: “Não! Mas sei tudo o que tem aí. E todo livro novo que entra aqui, eu tenho uma leitura mínima dele, se eu não estiver utilizando-o. Esses que estão aqui sobre essa mesa é porque estão sendo utilizados no trabalho que estou realizando neste momento. Você já entrou na casa de algum trabalhador intelectual? O que você irá ver ali estará parecido ou relacionado a um cenário como esse aqui, de aparente desordem.”

– **O senhor testemunhou a saída de Celso Furtado da Sudene (e do Brasil) ... Lembra como foi aquele dia?**

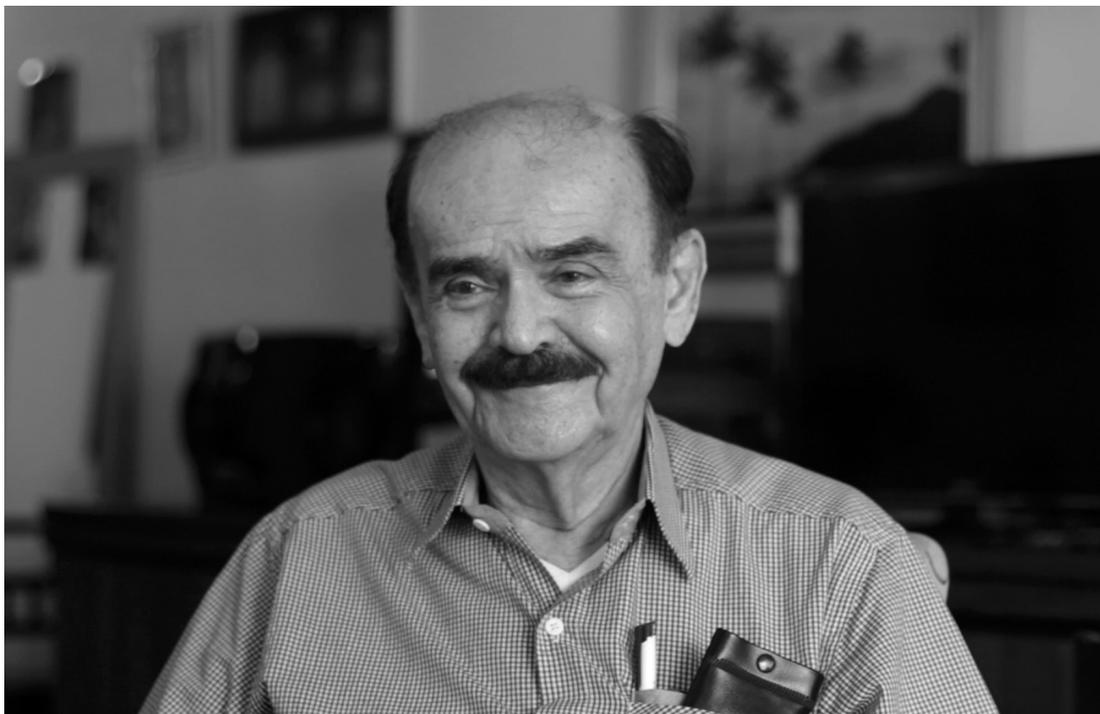
Isso aconteceu no início de abril de 1964. Não lembro o dia exato. Depois disso, ele tomou as providências narradas em *A Fantasia Desfeita*, volume II de sua Obra Autobiográfica, mais especificamente nas p. 300-306²⁴. Ali estão os motivos de sua saída. Aqui eu falo de sua *despedida física*, do que eu vi. Limpas as gavetas de seu escritório, ele foi acompanhado pelo General Expedito Sampaio, então interventor na Sudene, até o elevador do 12º andar do Edifício JK. Acompanhava-o *Othon Pires Rolim*, presidente da Associação dos Servidores da Sudene-ASS, *Otamar de Carvalho* e mais um outro

²⁴ FURTADO, Celso. “A Fantasia Desfeita”. In: **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v. (1.070 p.) Conteúdo: v.1. Contos da vida expedicionária, A fantasia organizada; v.2. Aventuras de um economista brasileiro; A fantasia desfeita; v.3. Entre o inconformismo e reformismo; Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S. A., 1997.

sudeneano, de quem não lembro agora o nome. Eu estava ali por acaso. Saía de uma reunião da ASS, quando fui convidado por Othon P. Rolim para acompanhá-lo naquela cerimônia, de cujas circunstâncias não vou esquecer. Lembro, inclusive, que as feições de Celso Furtado naquele momento estavam tranquilas, quase serenas.

José Maria Aragão*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



Uma instituição para o planejamento regional sempre tem um papel importante a desempenhar aqui no Nordeste, um deles é o de reforçar os pleitos da região, conferindo uma dimensão regional a projetos que podem ter origem estadual, mas que podem ter uma repercussão regional, nesse sentido um organismo de planejamento regional sempre será de utilidade. Agora, evidente que as prioridades hoje teriam de ser diferentes, daqueles que estiverem presentes no momento da fundação da Sudene.



* Entrevista realizada em 05/04/2017 no contexto das atividades do Procondel (Sudene – UFPE), por Angela Nascimento, mestre em Ciência da Informação, e cedida aos organizadores da Trilogia: *Celso Furtado: a esperança militante*.

Contra o *status quo*, Sudene, liberdade e desenvolvimento

Nascido em Vitória de Santo Antão, o pernambucano José Maria Aragão de Melo, doutor em Direito e Economia, com atuação técnica e administrativa em diversos órgãos públicos no Brasil e agências internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), chegou à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, atendendo, como ele faz questão de dizer, a um “chamamento” de Celso Furtado.

Aragão, funcionário do Banco do Brasil desde 1952, morava no Rio de Janeiro, quando aceitou o “chamamento” e assumiu o escritório da Sudene no Estado. No período em que esteve na Sudene, desempenhou as funções de assessor do superintendente para análise de projetos industriais, foi chefe do grupo de comércio exterior, diretor do escritório do Rio, coordenador dos projetos internacionais e diretor da assessoria técnica em Recife.

A trajetória profissional reflete-se, também, na produção intelectual visto seu interesse em abordar o tema da integração nacional. Entre os títulos publicados destacamos: “O Brasil e a integração econômica da América (1969)”; “A Harmonização de políticas Macroeconômicas no MERCOSUL: a construção de um mercado comum (1993)”; e “La esencialidad de una política de competencia para el éxito de los objetivos del Mercosur (1995)”.

Nesta entrevista, concedida à pesquisadora Angela Nascimento¹, coordenadora executiva do Procondel (Projeto de Preservação e Disponibilização do acervo do Conselho Deliberativo da Sudene 1959-2000), Aragão nos conta como acompanhou de perto os fatos que marcaram o surgimento da Sudene e fala de sua atuação como assessor

¹ Graduada em história pela Universidade Estadual de Pernambuco, especialista em arquivologia pelo Ministério de Cultura da Espanha, mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco e sócia do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

de Celso Furtado em dois momentos: até 1960 e, dois anos depois, ao regressar de Paris, para a implantação da assessoria técnica da instituição, em Recife (PE), a pedido do próprio Furtado. “A Sudene tinha crescido muito em atividade fim e necessitava melhorar o seu nível de coordenação nas diversas equipes”, recorda. Para o economista, antes da Sudene “o dinheiro federal, digamos, atingia um objetivo imediato de mitigar a fome daquelas populações privadas de maneiras de subsistência, mas em nada contribuía para mudar a face da região”. A criação da Sudene representou, na época, uma reforma administrativa de grande vulto, porque era a primeira vez que um grupo de governadores se reunia de forma orgânica em um colegiado para discutir, em conjunto, os problemas da região. “Um marco para o Nordeste”, assegura.

José Maria Aragão atuou na Sudene até 1º de abril de 1964 e presenciou os últimos momentos de Celso Furtado à frente da instituição. Desses momentos, destaca o clima de apreensão que tomou conta de todos com a possibilidade da prisão de Furtado. “Circulava a notícia de que ele seria preso a qualquer momento, e ele já tinha uma maletinha pronta com as roupas para levar para a prisão. E algumas instruções sobre quem procurar nesse caso”, conta.

Por fim, a entrevistadora o faz refletir sobre o papel da atual Sudene. Na percepção de Aragão, é importante que se tenha no Nordeste uma instituição de planejamento e ação, que confira uma dimensão regional a projetos que, inclusive, podem ter origem no âmbito estadual.

(Andreza Dantas Albuquerque)²

Entrevista

– **O senhor podia começar se apresentando, dizendo o seu nome, formação e quando o senhor começou na Sudene.**

O meu nome é José Maria Aragão, sou doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, e pós-graduado em Economia pela Universidade de Paris. Fiz os dois cursos básicos aqui em Pernambuco, tanto o de Economia quanto o de Direito. Em março

² Jornalista, Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar, pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba na condição de estágio pós-doutorado.

de 1959 estava trabalhando no Rio de Janeiro, no Banco do Brasil, do qual era funcionário, quando fui sondado por um amigo em comum, meu e do Celso Furtado, sobre o meu interesse em integrar a equipe fundadora da Sudene. Por coincidência o meu discurso de formatura de economista tinha sido baseado em trabalhos de Celso Furtado, um debate que se tornou muito conhecido entre ele e um economista inglês³, Ragnar Nurkse, da Universidade de Oxford, e esse debate estava publicado na revista da Fundação Getúlio Vargas, a Revista Brasileira de Economia. Então, baseado nesse debate eu redigi o meu discurso de formatura. O meu primeiro convite para trabalhar com Celso Furtado teve o valor de um chamamento, inclusive eu me orientava para outras outras finalidades: eu pretendia, naquela época, seguir carreira diplomática, por isso fui para o Rio de Janeiro. A oportunidade de trabalhar com ele [Celso Furtado] e integrar a equipe fundadora da Sudene teve um atrativo muito especial para mim. A Sudene, na época, era o principal assunto da imprensa nacional. Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo as manchetes dos principais diários, e os editoriais dedicavam grande espaço para a criação da Sudene, em função, sobretudo, da repetição em 1958 de uma nova grande seca aqui do Nordeste. Tinha havido em 1951 e também foi, digamos, um evento muito negativo para a economia regional, e [isso] motivou o então governo de Getúlio Vargas a criar o Banco do Nordeste, em 1952. A assessoria especial do presidente da República, de Getúlio Vargas, era constituída por nordestinos⁴.

3 O economista Ragnar Nurkse (1907-1959), nascido na Estônia, destacou-se nas áreas de economia internacional, finanças internacionais e desenvolvimento econômico. Formou-se nas Universidades de Tartu (Estônia) e de Edimburgo (Reino Unido). Nesta última, obteve o grau em Economia, em 1932. Trabalhou em Viena entre 1932 e 1934, onde publicou artigos e conheceu economistas da escola austríaca como Haberler, Mises, Hayek, Machlup, Morgenstern, entre outros. Trabalhou na Liga das Nações entre 1934 e 1945, onde esteve envolvido com diversas publicações do órgão, entre elas o anuário *Monetary Review*, a *The Review of World Trade* e *World Economic Surveys*. A partir de 1945, tornou-se professor da Universidade de Columbia (Nova Iorque). Em 1958 e 1959, foi estudar desenvolvimento econômico em Genebra, onde faleceu subitamente. A maioria de seus últimos trabalhos sobre os problemas do desenvolvimento econômico e o comércio internacional resultou das suas conferências nas cidades do Cairo, Istambul, Rio de Janeiro, Cingapura e Estocolmo, assim como seus cursos em Columbia *In Memória do Desenvolvimento*, ano 1, nº 01, 2007. Ed. Centro Internacional Celso Furtado, p. 7.

4 O entrevistado se refere aos quatro economistas do núcleo da assessoria, Cleanto de Paiva Leite (1921-1992), nascido na cidade da Paraíba, atual João Pessoa-PB; Ignácio

- **O senhor falava daquele grupo que gerou a criação do Banco do Nordeste.**

É, era uma assessoria especial do presidente da República, Getúlio Vargas, que era constituída por nordestinos, uma simples coincidência. Era liderada por Rômulo Almeida, economista baiano, e integrado, entre outros, por Jesus Soares Pereira, que depois ficou no IBGE por muito anos, por Cleantho de Paiva Leite, paraibano que foi depois diretor do BNDES e diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e Evaldo Correa Lima, piauiense que, foi também diretor do BNDES e depois foi gerente geral de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses nordestinos, naturalmente sensibilizados pelos problemas da região, sugeriram ao presidente da República a criação de um banco, que deveria ser um banco de desenvolvimento, parecido com o BNDES, com atuação nacional. Esse banco deveria ter uma atuação similar, mas restringida à área do Nordeste. Na prática, em 1954, o banco fugiu um pouco às suas finalidades. O primeiro presidente do banco foi exatamente o Rômulo Almeida, que foi quem praticamente fez a implantação do banco, organizou as equipes iniciais, e criou, na época, o Escritório Técnico do Nordeste, chamado ETENE, que deveria realizar estudos de base sobre a economia regional. Com a saída de Rômulo em 1954, o banco, de certa maneira, se desviou um pouco das suas finalidades sob a alegação de que antes de realizar a sua função como banco de desenvolvimento, teria que se capitalizar. E passou a atuar predominantemente como banco comercial.



Quando vinha a grande seca a produção de alimentos praticamente se tornava inviável e toda essa massa de trabalhadores ficava sem ter o que comer. Então, a solução encontrada era criar alguma renda para esses trabalhadores, contratando-os para a realização das obras chamadas de emergência.



de Mourão Rangel (1914-1994), nascido em Mirador-MA; Jesus Soares Pereira (1910-1974), nascido em Assaré-CE e Rômulo Almeida (1914-1988), nascido em Salvador-BA. In Os boêmios cívicos – A assessoria econômica-política de Vargas (1951-54) COSTA LIMA, Marcos (org.)

– **O que era o Nordeste naquele momento da história?**

Vargas foi sucedido pelo Juscelino, e, como todos sabem, tinha como propósito promover um progresso do Brasil numa escala muito maior do que era conhecida até então. O lema dele era ‘50 anos em 5’, como vocês conhecem. E ele começou a executar um grande programa de investimentos. Mas esses investimentos se concentraram praticamente na região centro-sul, e com isto a defasagem do nível de desenvolvimento entre o Nordeste e o centro-sul se acentuou. O Nordeste tinha praticamente 30% da população brasileira e respondia por pouco mais de 13% da renda brasileira. Com a seca de 1958, voltou a repetir-se o recurso aos métodos tradicionais de combate à seca, que, na realidade, se revelaram totalmente inadequados: consistiam, praticamente, em deslocar para as frentes de emergência destinadas às obras públicas grandes contingentes de agricultores do Semiárido, que se dedicavam a uma lavoura de subsistência, e que, com a seca, praticamente ficaram impossibilitadas de cultivar. Essa grande massa de trabalhadores não era assalariada; trabalhava sob regime de meação, ou seja, a sua remuneração consistia em ter direito a 50% da safra de algodão, que era cultivada na grande propriedade, e a ter direito a cultivar numa pequena parcela de terra alimentos destinados às necessidades básicas da sua família. Quando vinha a grande seca essa produção de alimentos praticamente se tornava inviável, e toda essa massa de trabalhadores ficava sem ter o que comer. Então, a solução encontrada era criar alguma renda monetária para esses trabalhadores, contratando-os para a realização das obras chamadas de emergência. Isso já vinha desde o século XIX, quando houve a primeira grande seca crônica, a de 1877, que motivou, inclusive, uma visita do imperador Dom Pedro II ao Nordeste, onde ele lançou a ideia do desvio das águas do Rio São Francisco, que só recentemente começa e se concretizar. Então, a repetição ao longo de várias décadas a mesma forma de tentativa de fazer face a um fenômeno climático que se repetia a cada 7, 8 anos, se revelou inadequada, realmente, como uma forma, no meu ver, algum tipo, eu não digo de desenvolvimento, mas até de impedir uma deterioração da economia das zonas atingidas pela seca.

– **Na verdade, reforço dos mecanismos de dominação...**

Na realidade, as frentes de emergência atuavam como um reforço das estruturas de propriedades existentes, porque as obras que eram

contratadas pelo governo federal e eram influenciadas por políticos, que eram grandes proprietários rurais. Com isso, o dinheiro federal, digamos, atingia um objetivo imediato de mitigar a fome daquelas populações privadas de maneiras de subsistência, mas em nada contribuíam para mudar a face da região ao não criar meios para que ela pudesse resistir de uma forma menos negativa ao fenômeno das secas periódicas. É aí que no final de 1958, gera-se no Nordeste um novo movimento, com a eleição dos prefeitos das capitais e dos governadores, nesse ano, pleiteando uma reformulação da estratégia do governo federal para o Nordeste. Foi o tema principal das campanhas políticas dos estados do Nordeste. E a oposição ganhou em vários deles: ganhou em Pernambuco, com Ciro Sampaio, ganhou na Bahia com Juraci Magalhães, ganhou no Rio Grande do Norte com Aluísio Alves. E curiosamente esses governadores, apesar de serem de oposição, se revelaram depois muito úteis para a realização do projeto da Sudene, porque os grupos políticos da região do Semiárido tinham uma forte representação no Congresso Nacional. E essa representação no Congresso Nacional evidentemente tinha uma grande influência na alocação de recursos federais para a região. Então, a definição das obras se fazia em função do prestígio dos deputados e senadores junto a diversos Ministérios, o que contribuía evidentemente para consolidar as estruturas existentes.

– **É nesse contexto, então, que surge a Sudene?**

É, em função do crescimento da repercussão do problema do Nordeste Juscelino convocou uma reunião de nordestinos no Palácio Rio Negro, em Petrópolis - o palácio de verão do presidente da República, para a qual Celso Furtado foi convidado. Ele tinha recém chegado de Cambridge, na Inglaterra, onde escreveu o seu famoso livro 'Formação Econômica do Brasil', e sido nomeado diretor do BNDES, com a função de se dedicar aos problemas do Nordeste. O Banco do Nordeste, que tinha criado o GTDN, o Grupo de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, tinha acumulado uma grande quantidade de informações estatísticas, depois de três ou quatro anos de pesquisas na região. Mas essa quantidade grande de dados estava sem tratamento analítico. E isso foi feito por Celso Furtado, designado interventor no GTDN, que era dirigido por um outro nordestino, um homem com bastante conhecimento da região, mas sem informações especializadas. Era advogado do Banco do Brasil e, depois,

foi senador pela Paraíba, Aluísio Campos. Celso, então, redigiu o famoso documento do GTDN, depois publicado como “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste”. Esse documento, praticamente, lançava as ideias básicas que vieram a presidir a fundação da Sudene. Ou seja, a estratégia da Sudene já estava definida no documento. Essa estratégia consistia basicamente em três pontos, de uma forma muito resumida: a modificação da estrutura agrária da zona semiárida através de projetos de irrigação que fossem capazes de elevar a produtividade da agricultura

do Semiárido, essa era a primeira frente de ação. A segunda frente de ação era algo similar para a zona úmida, que era ocupada com o cultivo da cana. Aí, também através de projetos de irrigação, seria possível liberar terras para o cultivo de alimentos necessários para fazer frente a grande demanda que já existia nas zonas urbanas do norte e Nordeste, e, em consequência, a precificação do processo de urbanização. A realização de uma mudança na estrutura agrária na zona semiárida provavelmente levaria a liberação de mão de obra, haveria um excedente de população em relação à capacidade de suprimento da região semiárida. Por isso se pensou em deslocar parte dessa população para projetos de colonização nos vários úmidos do Maranhão, que, naquela época, ainda estavam muito pouco povoados. Posteriormente, esses vales úmidos, por incrível que pareça, passaram a ser ocupados, predominantemente, não por nordestinos, mas por colonos que vinham do Paraná e do Rio Grande do Sul. E aí, num movimento espontâneo e não num movimento dirigido, como era o que pretendia a Sudene. O terceiro eixo de ação seria a industrialização da região através de projetos que se dedicassem, prioritariamente, ao aproveitamento de matérias primas regionais. Para isso o Projeto de Lei da Sudene previa a criação de incentivos fiscais que deveriam compensar a desvantagem relativa do Nordeste em relação ao centro-sul, como atração de projetos industriais. O centro-sul já dispunha de uma infraestrutura muito melhor do que a do



A realização de uma mudança na estrutura agrária na zona semiárida provavelmente levaria a uma liberação de mão de obra, haveria um excedente de população em relação à capacidade de suprimento da região semiárida. Por isso se pensou em deslocar parte dessa população para projetos de colonização nos vários úmidos do Maranhão, que naquela época ainda estavam muito pouco povoados.



Nordeste naquela época, gerando economias externas que possibilitariam reduzir o custo dos investimentos. Na época, era muito difícil conseguir a implantação de novos projetos industriais no Nordeste se não houvesse alguma compensação para o investidor. Essa compensação foi pensada através de incentivos fiscais, que se concentravam na isenção do imposto de importação e na destinação aos investimentos industriais de 50% dos chamados ‘fundos dos ágios’, gerado pela venda de divisas estrangeiras destinadas a importação de produtos não essenciais para a economia regional. A política cambial brasileira tinha cinco categorias de dólar, que eram vendidos a preços diferentes em função do grau de essencialidade do produto. E começava desde 18,50 cruzeiros, que era a taxa mais baixa, e poderia atingir 70, 80. Se falou de ágios... Isso se transformou numa das principais fontes de recursos do governo federal. Ele tinha uma arrecadação superior a do imposto de renda na época. Então, um dos ativos da Sudene destinava 50% dos fundos de ágios gerados pelas exportações do Nordeste ao financiamento de projetos industriais na região. Além disso, previa que 50% do imposto de renda das empresas localizadas fora da região também pudessem ser destinados a investimentos aqui no Nordeste. Todos esses investimentos teriam que passar pelo crivo da Sudene. A estratégia de industrialização teria nos incentivos fiscais, digamos, um dos seus pontos fundamentais. Esse tipo de incentivo viria a se modificar ao longo do tempo, porque, com o término do governo Juscelino, houve uma reforma cambial no governo Jânio Quadros em que foram extintas essas categorias de câmbio, e implantou-se um sistema de câmbio único, com o que o fundo dos ágios praticamente desapareceu.

- **Então veja só, quando a Sudene foi criada, ao final de 59, correto? O primeiro Plano Diretor dela só foi aprovado no final de 61. Nesse período, como ficaram os recursos para a Sudene? Como ela funcionou?**

Bom, em 1959, num primeiro momento em que se enviou o Projeto de Lei ao Congresso, foi criado por Decreto do Executivo, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, com as mesmas atribuições da Sudene, praticamente, e sem recursos orçamentários. Esses recursos orçamentários só vieram a ficar disponíveis em 1962, com a aprovação do plano em dezembro de 1961. Mas eram recursos limitados. Nesse período a Sudene se manteve com recursos resultantes de

um empréstimo do BNDES, que deveria ser quitado quando fosse aprovado o Projeto de Lei da Sudene. Mas eram atividades muito limitadas. Evidentemente, esses recursos foram utilizados praticamente para a implantação da sede da Sudene, em alguns andares alugados, e aquisição de móveis, etc. Na Sudene, os funcionários eram requisitados de outros órgãos do governo, e obtinham uma remuneração adicional na ordem de 30% do seu salário base, que seria pago com recurso desse empréstimo do BNDES. Mas eram muito poucos na época, menos de 20 funcionários, incluindo o superintendente. Essa foi a equipe que funcionou nos primeiros meses.

– **O senhor já estava lá?**

Já. Estava o Celso como superintendente, dois ou três assessores, dentre eles o Mário Magalhães, que era funcionário do Ministério da Saúde; o Jorge Furtado, que era funcionário do Ministério da Fazenda; e o Chico Oliveira, que chegou um pouquinho depois. Nessa época ele [Chico] estava em São Paulo, numa empresa privada, mas era funcionário do Banco do Nordeste, e foi requisitado ao Banco. Posteriormente, chega o Juarez Farias, nos primeiros meses de 59, maio, junho, por aí; Jader Andrade, que ia dirigir o Departamento de Agricultura; e Estevam Strauss, que era da Universidade Federal, para dirigir o Departamento de Recursos Minerais. Foi uma época em que a Sudene também teve um bom aporte de recursos externos através de missões de assistência técnica, que vieram realizar alguns estudos básicos, que se revelariam importantes para as atividades posteriores de investimentos na região. Eram missões que vinham estudar problemas de solo na zona semiárida [para] projetos de irrigação. Havia missões do governo francês, missões do governo de Israel, missão do Fundo Especial das Nações Unidas⁵, missão do governo do Japão para projetos de comercialização de gêneros alimentícios e de implantação de centrais de abastecimento. Enfim, havia umas seis ou sete missões de assistência técnica de governos, de organismos internacionais e de governos estrangeiros aqui para a cidade. A aprovação do Plano Diretor foi outra batalha, porque ainda ao tempo do Codeno existia um projeto que era considerado básico para o desenvolvimento das

5 Foi concedido um empréstimo de 974 mil dólares para explorar as potencialidades de irrigação no segmento médio do Rio São Francisco. *In A fantasia desfeita*, Celso Furtado. *In: Furtado, Celso* Obra autobiográfica. Ed. Companhia das Letras, São Paulo p. 255.

atividades da Sudene no período posterior: era o Projeto de Lei de Irrigação, que determinava a desapropriação por utilidade pública pelo menos de parte das terras que fossem beneficiadas com investimentos federais. O governo ao longo de setenta, oitenta anos de atuação contra as secas, havia conseguido acumular uma reserva de água na região semiárida, na ordem, se não estou equivocado, de 150 milhões de metros cúbicos, dos quais se aproveitavam apenas 5 milhões, pouco mais de 3% para projetos de irrigação. Então, havia um desperdício enorme de recursos. O recurso mais escasso na zona semiárida era exatamente a água, totalmente subaproveitada, depois de haver consumido muitos recursos do governo federal ao longo de décadas. A Lei de Irrigação se destinava, exatamente, a corrigir esse erro histórico, ao determinar que parte das terras beneficiadas com esses investimentos em açudagem fosse desapropriada para ser redistribuída e dedicada à produção de alimentos.

– **Um projeto interessante, mas tinha apoio político?**

Esse propósito [de aprovação da Lei de Irrigação] foi frustrado no Congresso porque as bancadas nordestinas, que obedeciam, evidentemente, aos interesses os grandes proprietários de terra na zona semiárida, foram os principais entraves a aprovação no Congresso Nacional. E o projeto terminou sendo arquivado por não ter sido aprovado na legislatura, como determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Quando um projeto não é aprovado em uma determinada legislatura ele não passa à legislatura seguinte, é arquivado. Para ser novamente apreciado ele teria que ser reapresentado. Bom, esse projeto chegou a ser aprovado na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene realizada em Teresina, e com um voto que se revelou decisivo, ainda que possa ser surpreendente, o voto do representante das Forças Armadas no Conselho, que era o coronel Afonso de Albuquerque Lima⁶, que depois no governo Quadros foi nome-

6 “A representação das Forças Armadas tomou conhecimento do anteprojeto de lei de Irrigação do Nordeste, que tem por objetivo principal regular o uso da terra e da água, nas áreas de irrigação do Nordeste. Cabe-me inicialmente após o estudos detalhados- do assunto em apreço dar todo o apoio no sentido de aprovar essa Lei, que procura de modo justo e humano. Estabelecer as bases para o arrendamento da terra, principalmente quando beneficiada por obras públicas e irrigação. Com essa corajosa e oportuna iniciativa, dá-se o primeiro passo para criar verdadeiramente a base agrícola indispensável à expansão industrial que se pretende levar a cabo no Nordeste e, até o presente momento, deixada inexplicavelmente de ser levado em

ado diretor geral do DNOCS. Isso, vamos dizer, tem uma influência muito grande no voto dos governadores, o voto do representante das Forças Armadas. Mas apesar de aprovado pelo Conselho Deliberativo com o voto dos governadores isso não garantia, como de fato não garantiu, a sua aprovação no Congresso Nacional. O primeiro Plano Diretor levou quase dois anos para ser aprovado. E antes de ser aprovado, teve uma tentativa de desfiguração do projeto no Congresso com uma Emenda Parlamentar que separava o DNOCS da Sudene.

– **Qual era a composição do Conselho Deliberativo da Sudene? Como ele funcionava?**

No Conselho Deliberativo da Sudene estavam representados todos os órgãos federais com atuação no Nordeste: o Departamento Nacional Contra as Secas, a Comissão do Vale do São Francisco, a Sudene, vários Ministérios Federais, inicialmente eram sete, e depois se acrescentou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, ou seja, havia a maioria de órgãos do governo federal, mais os governadores dos nove estados. Depois se acrescentou Minas Gerais e Espírito Santo. Isso representou, na época, uma reforma administrativa de grande vulto porque era a primeira vez que um grupo de governadores, vamos dizer, se reunia de uma forma orgânica em um colegiado para discutir, em conjunto, os problemas da região. Até então cada governador atuava individualmente defendendo o interesse de seu estado e evidentemente isso contribuía para reforçar o poder de pressão dos governadores quando se tratasse de um projeto de interesse regional. Isso não eliminava o interesse de cada governador por projetos estaduais. Isso vai se ver no desenrolar das reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene, ou seja, de interesse bem documentado, onde vez por outra acontecia de um governador encaminhar um determinado projeto que poderia não merecer a aprovação do conjunto por defender um interesse

consideração. Esta Lei, há de sofrer contestações e talvez mesmo forte oposição, porque virá modificar, em parte, os alicerces econômicos da região nordestina e, sobretudo, porque virá atingir a uma poderosa classe de grandes proprietários de terras. Entretanto, pelo modo correto e equânime como está redigida e pelos nomes dos homens que participaram de sua elaboração, temos a certeza de poder aprová-la, com a convicção de que estamos praticando um ato de grande significação para o interesse do Nordeste, em particular, e da própria Nação”. In Ata da segunda sessão da terceira reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia cinco de agosto de 1959, na cidade de Teresina. http://procondel.sudene.gov.br/acervo/ATA_E_S2_003_1959.pdf

que poderia ser legítimo, mas não era um interesse regional; era um interesse exclusivamente estadual. Quando esse interesse não era atendido, evidentemente, isso gerava protestos do governador, críticas do governador ao enfoque regional, acusado de ser centralizador, enfim, de estar interferindo na autonomia dos estados, e isso era uma coisa recorrente. Era necessário, realmente, ter uma posição firme para que o ponto de vista regional viesse a se sobrepor ao ponto de vista de cada estado individualmente⁷.

– **Então, o senhor ficou pouco tempo aqui [no Recife]?**

Fiquei quase dois anos. Em 1960 fui para o Rio e, do Rio, eu fui fazer a minha pós-graduação na Europa. Só regresssei para o Brasil em 1962. Aí o Celso me pediu que eu voltasse para o Recife para implantar a assessoria técnica da Sudene aqui. A Sudene tinha crescido muito em atividade-fim e necessitava melhorar o seu nível de coordenação nas diversas equipes. Tinha crescido muito, tinha quadruplicado o número de funcionários, ou quintuplicado, de maneira que a assessoria técnica existia no papel, mas não existia de fato. Ela foi implantada praticamente com o meu regresso ao Recife. Não, digamos, em função da minha pessoa, mas porque o Celso me pediu para que viesse. Se não fosse eu, outra pessoa teria se encarregado dessa função. Eu voltei ao Nordeste, então, e aqui permaneci até 1º de abril de 1964, quando se deu o golpe militar, depois de um longo processo de deterioração do ambiente político brasileiro, entre o fim de 1963 e o primeiro trimestre de 1964. Em 1962 a Sudene, já contando com recursos do Plano Diretor, passou a exercer um papel muito mais ativo na economia regional através do seu programa de investimentos. Foram investimentos em estradas, investimento em energia elétrica. Naquela época, só existia a primeira Usina de Paulo Afonso; hoje são quatro além de Moxotó, de Itaparica, Xingó e tem uma outra importante, não estou lembrado agora.

7 Criava-se um complexo sistema de contrapesos. Por um lado cada governador controlava os demais para que a repartição dos recursos não o prejudicasse... Meu propósito era fortalecer os governadores, expressão mais legítima da vontade popular em cada estado. E, ao mesmo tempo, introduzir o espírito regional em todos os debates e libertar a aplicação dos recursos federais da politicagem local. *In*: Furtado, Celso *Obra autobiográfica*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo p. 244 *A Fantasia desfeita*.

– **Sobradinho ?...**

Sobradinho. Naquela época existia a primeira Usina de Paulo Afonso. Cidades como Fortaleza, Teresina, não recebiam energia de Paulo Afonso, para isso, inclusive, a Sudene promoveu a criação da Usina de Boa Esperança, que deveria atender ao Piauí e ao Maranhão. Isso foi basicamente com recuso da Sudene, além do estímulo à extensão das linhas de transmissão da Chesf para atingir Ceará, Piauí e Maranhão. As condições eram inteiramente diferentes das que existem hoje. Era, de certa maneira, uma ação desbravadora, as estradas eram precárias, a energia elétrica era escassa, a educação superior era mínima. A gente teve que instituir um programa de bolsa de Agronomia, por exemplo, porque – isso está no livro do Celso – existiam, no primeiro ano, no curso de Agronomia aqui da Universidade Rural de Pernambuco apenas dez alunos, num estado carente de agrônomos, como era toda a região. A Geologia praticamente era uma especialidade que não existia aqui. A Sudene criou um programa de bolsas também na área de Geologia.

– **A gente estava falando da industrialização, das estradas, da eletrificação...**

Estou falando do novo, digamos, da realidade atual do Nordeste. Mas nós teremos que falar um pouco dos anos de 1962 e 1963. A aprovação do primeiro Plano Diretor foi outra grande batalha. Como eu dizia antes, houve tentativa de desfiguração. A mesma bancada que havia tentado obstaculizar a criação da Sudene, e criada a Sudene, tentou inviabilizar a permanência do Celso Furtado na Superintendência, esse mesmo grupo de políticos, quando se tratou de apreciar o projeto do Plano Diretor que estava no Congresso, tratou de reforçar as estruturas anteriores à Sudene, no caso o Departamento Nacional de Obras contra as Secas. E ele recuperava a sua autonomia e passava a contar também com Conselho Deliberativo similar ao da Sudene. Foi nesse momento que o Celso Furtado declarou que não permaneceria como superintendente caso essa Emenda fosse aprovada. Isso determinou, inclusive, um nocaute aqui em Pernambuco, que contou com o apoio do governador na época: em apoio ao projeto original do Plano Diretor da Sudene, o comércio de Recife fechou. Então, se uniram tanto as confederações patronais como as confederações sindicais, as confederações de trabalhadores. Foi um fenômeno politicamente novo, onde toda uma cidade paralisou as suas atividades

em apoio a um plano de desenvolvimento. Isso nunca tinha ocorrido antes na história de Pernambuco.

– **Isso foi em 1961? E como ficou a Sudene após aprovação do Plano Diretor?**

É, segundo semestre de 1961. Aprovado o Plano Diretor, mantendo as suas linhas gerais, que tinha sido elaborada pela Sudene, já estávamos aí sob um novo governo federal, que era o governo de Jânio Quadros. Isso determinou umas modificações básicas, como eu digo, em consequência da mudança da política cambial, mas de toda maneira, com a aprovação do Plano a Sudene passou a contar com mais recursos. E o novo governo, surpreendentemente, manteve o Celso como superintendente e, mais do que isso, um superintendente com mais prestígio do que no governo anterior. Celso estava em viagem ao exterior quando o presidente assumiu, e quando voltou esperava apenas transmitir o cargo ao seu substituto eventual. Eu na época dirigia o escritório do Rio⁸. Estávamos todos com as gavetas arrumadas esperando a designação do novo superintendente, quando Jânio Quadros convocou o Celso à Brasília, e não apenas o manteve como superintendente como lhe deu o nível de ministro de Estado, determinando que ele estivesse presente a todas as reuniões de Ministério, e determinando, também, ao Gabinete Civil a nomeação de um oficial de gabinete indicado pelo superintendente da Sudene para centralizar na Casa Civil as postulações do Nordeste, encaminhadas pela Sudene. De maneira que o presidente que tinha sido eleito com o apoio das grandes multinacionais e dos polos mais representativos da opinião da direita brasileira deu ao Celso Furtado um apoio tão grande, ou até maior, do que ele tinha no governo Kubistchek. Isso foi uma surpresa geral, inclusive para o próprio Celso. Essa atitude do governo Jânio Quadros, de certa maneira, confirmava uma linha desconcertante que ele impôs no seu governo, realizando uma política econômica de caráter tradicional, digamos, alinhada com o Fundo Monetário.

8 A Sudene, com sede no Recife, tinha escritórios regionais em cada uma das capitais nordestinas, além de Montes Claros-MG e no Rio de Janeiro.

– **E foi aí que Sudene se inseriu no contexto da “Guerra Fria”?**

O Brasil estava com necessidade de divisas externas para suas importações essenciais. E para realizar aportes externos esses organismos internacionais, tanto o Fundo Monetário quanto o Banco Mundial exigiam uma série de reformulações da política econômica, dentre as quais a principal era uma reforma da política cambial. Ou seja, a extinção das diversas categorias de câmbio, a instituição de um sistema de câmbio único, extinguindo uma das principais fontes de recursos do governo, que era o fundo dos ágios. Com isso, você teria que realizar uma reforma fiscal com a finalidade de identificar novos recursos para financiar os gastos federais. Bom, temos aí todo o ano de 1961. Em agosto houve a renúncia surpreendente de Jânio Quadros, logo depois da Conferência de Punta del Este, onde se lançou a Aliança para o Progresso. O ano de 1961 também marca, de certa maneira, um certo ápice na repercussão internacional da Sudene. O Nordeste, em função dos seus problemas de desenvolvimento, passou a se inserir no clima da chamada Guerra Fria, que se realizava então entre o Ocidente e o Oriente. Um polo representado pelos partidos socialistas, liderados pela União Soviética, e o outro polo liderado pelo governo dos Estados Unidos com o apoio de todos os países da chamada Europa Ocidental. Esse embate se refletia em todo mundo, e aqui no Nordeste tinha surgido com muita intensidade o fenômeno das Ligas Camponesas, que pleiteavam a reforma agrária radical na região. As Ligas Camponesas, evidentemente, eram apresentadas lá fora como um risco para a estabilidade brasileira. Na mesma época tinha havido a vitória da Revolução Cubana, e a definição de Fidel Castro por um programa socialista. Isso evidentemente aguçou a atenção dos Estados Unidos para a problemática do Nordeste. Possivelmente isso deve ter influenciado o convite do governo americano para uma visita de Celso Furtado a Washington. Essa visita se deu, não me recordo exatamente o mês, mas foi no primeiro semestre de 1961, e ele foi recebido com grande destaque em Washington, recebeu um tratamento que eu pessoalmente acho que só se dispensava a chefes de Estado. Ele foi recebido sem ser ministro. Só foi ministro no governo do João Goulart. Foi recebido pessoalmente pelo Kennedy, que dedicou a ele mais de uma hora do seu tempo. Não era nem conversa de sala, foi pelo jardim da Casa Branca. Há fotografias dos dois conversando, passeando no jardim. Isso determinou a constituição de uma missão de cerca de 40 técnicos

do governo americano, que se deslocaram ao Nordeste dois meses depois, chefiados por um ex-embaixador. [A missão] visitou todos os estados do Nordeste para identificar projetos que pudessem vir a merecer o apoio dos chamados Sistemas Interamericanos.

– **E eles decidiram apoiar algum projeto?**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tinha sido fundado recentemente, no início dos anos 1960. O banco tinha o seu capital integralizado por uma contribuição de todos os estados membros da OEA, mas essa contribuição estava subscrita, mas não totalmente integralizada. E para iniciar as suas operações o banco contava com o chamado Fundo Fiduciário para o Progresso Social, que era constituído exclusivamente por recursos do governo dos Estados Unidos. Então, ainda que fosse aprovado um projeto enquadrado nesse fundo, e este tivesse o voto de todos os diretores do banco, o diretor norte-americano tinha o direito de veto, uma vez que os recursos eram exclusivos do governo americano, ainda que administrado pelo banco. A Sudene veio a ser o primeiro órgão, não só do governo brasileiro, mas de um país latino-americano, a merecer a aprovação de projetos do BID. Esses projetos foram aprovados na primeira Assembleia dos governadores do BID, que se realizou no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1961, e se destinavam praticamente a abastecimento de água potável de cinco capitais do Nordeste e Campina Grande, projetos de habitação popular e alguns estudos básicos. Essas eram as linhas básicas. Em agosto [de 1961] realiza-se em Punta del Leste a Conferência da OEA que se destinava a aprovar um grande programa de investimentos para a América Latina. E esse programa refletia de certa maneira um novo espírito que dominava o governo americano na primeira metade do governo Kennedy, que era de promover algumas reformas básicas na América Latina, de maneira a destravar o processo de desenvolvimento. Quem ler a *Carta de Punta de Leste* vai verificar que ainda existe a recomendação de uma reforma agrária, de uma reforma bancária, de maneira que deveriam ser encampadas posteriormente pelo governo brasileiro já na administração Goulart, chamada Reforma de Base. Boa parte dessas reformas estavam previstas na *Carta de Punta de Leste*, que deveria nortear a aplicação de recursos dos chamados Sistemas Interamericanos, em toda a América Latina. Com a substituição do Jânio Quadros pelo João Goulart, existe uma nova tentativa de substituição de Celso na Superintendência da

Sudene, mas ele não só é mantido como é encarregado pelo presidente de elaborar um plano de desenvolvimento para o conjunto do país, chamado Plano Trienal, que veio a ser lançado em 1962.

- **Aí [Celso Furtado] já estava como ministro, de qualquer jeito?**
É, ele foi nomeado ministro extraordinário, porque, nessa condição, ele poderia ser nomeado pelo presidente sem intervenção do Congresso. O presidente da República tem competência para criar Ministérios Extraordinários. Já Ministérios Permanentes têm que ser aprovados por Projeto de Lei, e a situação do presidente no Congresso não era uma situação folgada. Então ele apelou para esse recurso constitucional e criou um Ministério Extraordinário com a função de planejar os investimentos federais .
- **A literatura recorre a isso, mas eu queria que o senhor que viveu de perto isso me dissesse: existiu conflito entre a Sudene e as missões americanas?**

Isso passou a existir no segundo semestre de 1962. Ou melhor, mais precisamente, em 1963, com a agudização da inflação externa, a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba. Ainda foi no governo Kennedy. O próprio governo americano passou a incluir duas correntes importantes. Uma liderada pelo Departamento de Estado que, vamos dizer, alimentava a chamada Guerra Fria. E a outra por um grupo de assessores de Kennedy, que eram originários das universidades americanas, que tinha, evidentemente, uma orientação diferente. A ida do Celso a Washington, eu diria ter resultado em uma sugestão dessa equipe de universitários que assessoravam o Kennedy. Evidentemente que o clima mudou, com o acirramento da Guerra Fria, sobretudo depois da tentativa de invasão de Cuba, que ainda foi no governo Kennedy. E depois houve a tentativa de instalação de uma base de foguetes soviéticos em Cuba. O mundo esteve quase a bordo de uma guerra. Se não tivesse havido o recuo de Khrushchev⁹ mandando retroceder o navio que transportava os equipamentos para instalação dessa base em Cuba, possivelmente... ninguém pode afirmar, mas o mundo caminhava para um conflito entre Rússia e Estados Unidos, e isso

⁹ Nikita Serguêievitch Khrushchov (1984-1971) liderou a União Soviética como Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (1953-1964) e como presidente do Conselho de Ministros (1958-1964).

evidentemente influiria em rumos da política externa americana. O governo Goulart passou a ser visto por órgãos do governo americano como um governo de esquerda, apesar de Goulart ter sido convidado a visitar os Estados Unidos, falar no Congresso Americano, passou a ser um governo não confiável para o Departamento de Estado. E isso, evidentemente, se refletiu nas atividades externas, na chamada ajuda externa. E Celso Furtado passou a

ser atacado pela imprensa de direita no Brasil como um homem de esquerda. Antes, quando esteve nos Estados Unidos, foi violentamente atacado pela imprensa de esquerda. Chegou a ser chamado de lacaio de Wall Street e acusado de estar negociando a venda do Nordeste aos americanos. Isso foi publicado no jornal que era dirigido pelas pessoas vinculadas ao antigo Partido Comunista, que se chamava 'O Semanário' e era um jornal alternativo. É, evidentemente que com o acirramento da Guerra Fria, resultante do embate entre União Soviética e Estados Unidos, isso se refletiria evidentemente em todo o programa de assistência externa do governo americano. Em Pernambuco isso se tornaria ainda mais patente com a eleição de um governador que tinha tido o apoio ostensivo das forças de esquerda, inclusive do partido Comunista, e que imprimiria a sua atuação no governo com um selo próprio. A ajuda externa passou, então, a adotar um crivo que refletia essa divisão de águas que existia na própria administração americana. Como ela era administrada boa parte pelo Departamento de Estado, e o Departamento de Estado era o órgão do governo americano que atuava em seu nome na condução da Guerra Fria, o governo americano tentou retirar ou atenuar a influência da Sudene na alocação desses investimentos. Como essa tentativa foi feita? Através de entendimentos diretos com os governadores. Então os técnicos [americanos] passavam a se entender basicamente com as administrações estaduais. E isso se reflete nas atas do Conselho Deliberativo, muito bem documentado naquele artigo do Marcos



A Sudene não abdicou das suas prerrogativas, e é necessário que se acentue isso. Ou seja, o governo americano evidentemente era livre para alocar os seus recursos onde quisesse, mas não contava com o aval da Sudene para todos os projetos que fossem executados na região.



Costa Lima.¹⁰ A Sudene não aceitou e isso se tornou muito patente num projeto de apoio a rodovias estaduais em Pernambuco.

– **Quer dizer, a Sudene não se submeteu...**

No livro 'A Fantasia Desfeita', Celso se refere expressamente a esse início de divórcio que passou a existir entre a ajuda externa e o projeto da Sudene. Mas a Sudene não abdicou das suas prerrogativas, é necessário que se acentue isso, ou seja, o governo americano evidentemente era livre para alocar os seus recursos onde quisesse, mas não contava com o aval da Sudene para todos os projetos que fossem executados na região. Por exemplo, a Sudene, nesse caso das estradas do Nordeste, das estradas de Pernambuco, chegou a atuar, vamos dizer, de maneira ostensiva salientando porque negaram os recursos, apesar de estar no planejamento, a Recife [denunciando] o caráter discriminatório que passou a haver na ajuda externa em função do posicionamento político de cada governador. Isso se reflete nas reuniões do Conselho Deliberativo. Tudo isso teria um desfecho no final de 62, início de 63, quando Celso Furtado reassume a Superintendência da Sudene, que tinha ficado, durante o período que ele foi ministro de planejamento, com o superintendente substituto, Francisco Oliveira. Já em 1962 o Celso estava muito preocupado com a situação política internacional. Ele chegou a elaborar um documento que se destinava aos candidatos ao Congresso Nacional, que seriam eleitos ao final daquele ano, em que advertia para as disjuntivas a que se deparava a economia brasileira. E ele explicava que para ele havia dois valores básicos a serem preservados: a liberdade e o desenvolvimento. Ele se insurgia contra algumas tendências que advogavam, digamos, uma revolução, liderada pelos partidos de esquerda no Brasil, e citava o caso da União Soviética, onde tais objetivos de aceleração do desenvolvimento foram atingidos, mas a custo de um alto custo em termos de liberdade individual, os *gulags*¹¹ e todas as arbitrariedades cometidas no governo de Stalin. Ele rejeitava tanto a solução revolucionária como a manutenção do *status*

10 O entrevistado se refere ao artigo "O Conselho Deliberativo da Sudene (1958-1964) escrito em 2009, por Marcos Costa Lima, In: O Nordeste e a saga da Sudene. Arquivos Celso Furtado n. 3, Rio de Janeiro: d. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, p. 223.265

11 Sistema de campos de trabalhos forçados para criminosos, presos políticos e qualquer cidadão em geral que se opusesse ao regime da União Soviética.

quo. Esse documento foi apresentado aos principais líderes políticos da época, inclusive ao presidente da República. Foi apresentado ao Santiago Dantas, que tinha sido ministro das relações exteriores na primeira etapa do governo Jânio, e foi apresentado ao Jânio Quadros, que leu o documento e disse: “Celso, você sempre idealista”. Mas o fato é que o documento não teve maior receptividade. Ou seja, os parlamentares, os candidatos de esquerda estavam muito motivados por uma possível, digamos, mudança de caráter revolucionário, e a direita querendo derrubar o governo. Essa polarização evidentemente não convinha, segundo o Celso, aos interesses nacionais. Objetivo dele com esse documento foi alertar as lideranças sobre essas alternativas, e tentar obter um compromisso mínimo, do que estava no Plano Trienal, com reformas estruturais, mas livremente negociadas no âmbito do Congresso Nacional, sem necessidade de golpe de Estado. Ele se refere que em uma reunião com o presidente da República ele leu o documento, mas não esboçou qualquer reação. Posteriormente em uma conversa informal o João Goulart disse para ele: “Celso, o Osvino¹² leu aquele seu manifesto e achou que ele estava muito bom para um golpe”. Isso está no livro dele. O general Osvino era o comandante do 1º Exército, com sede no Rio de Janeiro, que foi logo descartado quando houve o golpe militar de 1964. Então, lamentavelmente ele não foi ouvido.

– **Qual o impacto que o senhor vê do golpe militar em relação ao desenvolvimento do Nordeste?**

Como não foi ouvido, Celso se recolheu aqui em Recife e, por essa época, eu já tinha vindo para cá. Passamos, então, a tentar, digamos, reorganizar um pouco a parte interna da Sudene, mas sem grandes ilusões quanto ao futuro. A predição dele praticamente se confirmou. O bloqueio das reformas de base no Congresso, o Jango recorrendo cada vez mais ao apoio de sindicatos e a setores das Forças Armadas, numa radicalização que preocupava as pessoas que iam um pouco mais adiante, mas que veio a redundar, evidentemente, no golpe de 1964. Esse golpe, Celso, surpreendentemente, foi incluído na primeira lista de cassados. Na mesma lista em que estavam Prestes, Goulart, Brizola, todas as lideranças de esquerda. Os dois primeiros

¹² Osvino Ferreira Alves (1897-1981), general que comandou o 1º Exército de 1961 a 1964, destituído e preso, teve os direitos políticos cassados.

presidentes militares, por coincidência, tinham sido comandantes do 4º Exército aqui em Recife e tinham acompanhado as atividades da Sudene nos seus primeiros anos. Com o golpe militar, foi designado no dia 05 de abril um interventor na Sudene. Celso ainda permanecia em Recife. Esse interventor, coincidentemente, era um general que era funcionário da Sudene, funcionário da Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, um general reformado, Expedito Sampaio. Como ocorreu em todos os grandes órgãos federais, instaurou-se também um IPM na Sudene para tentar identificar os funcionários que tinham se definido mais como elementos de esquerda. Alguns deles foram afastados e outros chegaram a ser presos, incluindo o superintendente substituto, o Chico [Oliveira]. Foi preso na mesma noite em que jantou na minha casa com Celso Furtado, na noite do dia 05 de abril. Os meus pais residiam aqui...

– **53 anos depois...**

É, exatamente, que coincidência! Eu tinha uma passagem comprada para ir ao Rio de Janeiro, no dia 02 de abril, entrevistar estatísticos que iam trabalhar aqui na assessoria técnica, mas considerei que já tinha havido o golpe, e viajar naquele dia implicaria fazer uma deserção. Mas eu não queria permanecer aqui. Eu fui o único diretor da Sudene que não esteve presente à transmissão de cargo, porque eu tinha ido, a pedido do Celso, visitar o interventor designado para entregar as chaves do prédio da Sudene e marcar a hora da transmissão do cargo para o outro dia. Para isso, eu tive que mobilizar o general Otaviano Marcos, que era o presidente da Companhia de Eletrificação Geral do Nordeste, a quem eu conhecia. Eu não conhecia o general Expedito, mas ele era cunhado do general Expedito. E eu fui com o general Otaviano Marcos entregar as chaves do prédio da Sudene e marcar a data e a hora da transmissão do cargo. Ele fez uma série de perguntas e me pediu para estar presente. Disse que queria conversar comigo logo após a transmissão do cargo. Mas eu não queria permanecer aqui, e não fui. Eu interpretei esse convite como uma tentativa de pedir que eu permanecesse, e a mim não interessava permanecer. Eu tinha voltado ao Recife praticamente por uma imposição do Celso e, digamos, eu queria retomar as minhas atividades no Rio. Mas tinha essa passagem. Era dia 02, e, por obrigação, permaneci em Recife até quando Celso permaneceu. Ele embarcou para Brasília na manhã do dia 06 [de abril] e eu embarquei para o Rio de Janeiro na tarde do

mesmo dia. Levei [Celso] no meu carro ao aeroporto. O Diário de Pernambuco tinha publicado, dias antes, e eu referi isso na palestra lá na Fundação Joaquim Nabuco, um manifesto que tinha sido assinado por profissionais liberais aqui de Recife contra a intervenção federal em Pernambuco. Houve um momento em que se circulou muito a ideia de que Jango ia decretar a intervenção federal em dois estados, para cortar a cabeça de Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, e seu principal adversário. Ou seja, um governo de esquerda e outro de direita. E aí os profissionais liberais aqui assinaram um manifesto contra a intervenção federal, e a minha assinatura estava lá. O Diário de Pernambuco depois do golpe, no dia 04 ou 05 de abril publicou: “recordando”, e republicou esse manifesto, uma espécie de dedo duro para todo mundo. E o IPM da Sudene passou a chamar cada um dos que tinham subscrito aquele manifesto. No meu caso isso não me atingiu porque quando eu voltei ao Rio tratei de reassumir o Banco do Brasil, então eu já não pertencia à Sudene. Isso não me atingiu, mas muita gente foi chamada. Conta-se até um caso meio folclórico de um colega que assinou o manifesto, um jovem funcionário da Sudene e, justamente, filho do General Salvador Batista, que presidia o inquérito.

– **O filho do general?**

É, o filho do general que presidia o IPM. Então, um outro funcionário da Sudene foi convocado a depor lá no IPM, e o general perguntou para ele: “por que o senhor assinou esse manifesto?” Ele respondeu: “pelas mesmas razões que o seu filho assinou”. Saiu preso de lá.

– **Doutor José Maria me diga uma coisa, o senhor disse que levou Celso até o aeroporto no seu carro e ele foi para Brasília.**

É.

– **Tem um episódio, talvez o senhor se lembre disso, que parece que se ele fosse para o Rio ele certamente seria preso, então ele foi para Brasília... Não encontramos referências...**

No Diário de Pernambuco, naquela época, já circulava a notícia da prisão iminente dele, e ele estava pronto para isso porque ele morava aqui no Primeiro Jardim... no Primeiro ou Segundo Jardim. Era um apartamento térreo. Eu nesses dias... Eu acho que eu era um pouquinho mais esperto do que os colegas, não dormi em casa nenhuma

noite. Porque eles normalmente prendiam as pessoas à noite. O Chico foi preso à noite em casa, depois de ter jantado na minha casa. Então eu dormia fora. Morava na casa dos meus pais aqui. Desde o dia primeiro de abril, eu não dormi em casa nenhuma noite. Circulava a notícia de que ele [Celso Furtado] seria preso a qualquer momento, e ele já tinha uma maletinha pronta com as roupas para levar para a prisão. E algumas instruções, a quem procurar nesse caso. Celso tinha feito universidade no Rio de Janeiro, na época do Estado Novo, na ditadura de Getúlio Vargas. Na época do Estado Novo era repressão tanto à direita quanto à esquerda...Havia um inspetor que atuava na polícia do Rio de Janeiro e que tinha sido nomeado diretor do DOPS, e que fora encarregado da repressão durante a ditadura Vargas. E naquela época Celso era um estudante de Direito no Rio. Ele não se sentiu seguro de desembarcar diretamente no Rio, cassado, e visado pelo novo governo. Então optou por viajar à Brasília, onde ele tinha uma irmã que era funcionária do Senado, e deixar passar alguns dias antes de chegar ao Rio. E assim se fez. Nesse meio tempo ele recebeu a visita do então deputado paraibano pela UDN, que viria a ser governador da Paraíba, João Agripino. Não estou fazendo nenhuma inconfidência porque isso também está no livro dele, 'A Fantasia Desfeita'. Ele recebeu a visita de João Agripino, que era amigo dele desde os tempos de João Pessoa, na mesma faixa etária, e que foi visitá-lo em Brasília, na casa da irmã dele.

– **Deputado da direita?**

Da direita. Era deputado pela UDN. Mas dá na mesma. Foi visitá-lo e Celso expôs a situação. João Agripino era amigo pessoal do general Ernesto Geisel, que era chefe do Gabinete Militar do... não sei se era o Ranieri Mazzilli ou se já era o Castelo Branco. Creio que ainda era o Ranieri Mazzilli, o presidente da Câmara que assumiu a Presidência na época, até se eleger o Castelo Branco pelo Congresso. O general Geisel telefonou para o chefe de polícia no Rio e pediu para que deixasse o Celso tranquilo. E ele desembarcou no Rio de Janeiro sem ser molestado e lá permaneceu ainda uns 20 dias, até embarcar para o Chile, para fazer um círculo de palestras lá no IPES - Instituto Panamericano de Planejamento Econômico e Social e de lá ele embarcou para os Estados Unidos, onde tinha convite de várias universidades americanas e optou para ir, inicialmente, para a Universidade de Yale.

- **Estamos chegando ao final da entrevista e não posso de deixar de fazer essa pergunta, que eu considero importantíssima: diante desse contexto que o senhor falou e viveu, qual seria o possível papel da Sudene hoje? O senhor acha que ainda cabe, para o desenvolvimento do Nordeste, uma instituição que pense o planejamento? Como o senhor avalia isso?**

Uma instituição para o planejamento regional sempre tem um papel importante a desempenhar aqui no Nordeste. Um deles é o de reforçar os pleitos da região, conferindo uma dimensão regional a projetos que podem ter origem estadual, mas que também podem ter uma repercussão regional. Nesse sentido, um organismo de planejamento regional sempre será de utilidade. Agora, é evidente que as prioridades hoje teriam de ser diferentes daquelas que estiveram presentes no momento da fundação da Sudene. Talvez a única a ser mantida fosse a da utilização racional dos recursos hídricos, na zona semiárida, conferindo-lhe um caráter de permanência e não apenas emergencial, como tem ocorrido toda vez que tem uma grande seca aqui no Nordeste. Creio que essa dimensão ainda não foi atingida e caberia reforçá-la ainda hoje. Na zona úmida do Nordeste, evidentemente, também as coisas mudaram um pouco. Com a revalorização do preço do açúcar em relação ao que se tinha na época da Sudene, a zona dedicada ao monocultivo da cana, em lugar de ter sido reduzida como se propunha, foi ampliada. Dificilmente se conseguiria, hoje, reverter esse processo, sobretudo no âmbito do sistema democrático, porque todos esses setores têm representação no Congresso Nacional. Isso não implica dizer que essa estrutura é racional desde o ponto de vista dos objetivos da sociedade. Um monocultivo continua a ser um mono-cultivo, qualquer que seja o regime econômico. O rendimento da área cultivada no Nordeste ainda é bem inferior ao que se tem em São Paulo, o que indica a necessidade de se modernizarem os métodos de plantio da cana e de utilização das terras de melhor qualidade da zona úmida do Nordeste. Isso, talvez, devesse ser atualizado, mas a necessidade ainda se apresenta como um dos eixos a serem explorados em futuros projetos de desenvolvimento regional. O rendimento industrial do açúcar no Nordeste é equivalente ao que se tem em São Paulo hoje, mas o rendimento agrícola ainda é bem inferior. Portanto, isso indica a necessidade de maiores investimentos no sentido de melhorar o rendimento da área cultivada com cana.

Obtendo-se um maior rendimento, evidentemente que isso significa uma maior quantidade de sacarose por hectare, poderia se liberar terra para o cultivo de alimentos, ajudando a baratear o preço dos gêneros alimentícios para população urbana da região. Ok?

Carlos Miranda

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Uma coisa importante para mim foi compreender a importância do território como identidade política das pessoas. As pessoas se identificam com o lugar. Elas são mais o lugar onde vivem do que qualquer outra coisa. Celso partiu desse sentimento de pertencer, que leva a uma série de desdobramentos, que eu acho que é fundamental. E aprendi o que é pertencer quando entrei na Sudene.

”

Não dá para imaginar um Nordeste (e o Brasil) sem Celso Furtado

*Milena Barros Marques dos Santos
Cidoval Morais de Sousa*

Carlos Luiz de Miranda³ foi um aluno dedicado. Ele se entusiasma ao relembrar a excelente nota alcançada aos 23 anos, em 1961, em Desenvolvimento Econômico, disciplina da primeira turma do curso Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE) da Sudene⁴. Os conteúdos foram ministrados pelo criador e então superintendente da instituição, um dos mais destacados intelectuais do século XX, o paraibano Celso Monteiro Furtado (1920 – 2004). Mas, os ensinamentos do grande pensador não se limitaram à sala de aula; era, também, possível aprender com suas atitudes cotidianas.

Certa vez, recorda Miranda, o elevador do edifício em que funcionava a Sudene em Recife quebrou. O prédio era alto. Furtado chegara com sua pasta carregada de livros e documentos e, não teve dúvidas,

-
- 1 Jornalista, Mestranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR UEPB), Especialista em Gestão Pública, documentarista.
 - 2 Jornalista, Doutor em Geociências pela Unicamp, professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado aos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências e Educação Matemática. Colabora com o PPGCTS da UFSCar.
 - 3 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFPE); especialista em Formulação, Execução e Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável. Trabalhou na Sudene de 1961 a 1972 como especialista em Desenvolvimento Rural, tendo coordenado o Grupo de Análise e Planejamento Agrícola (GAPA). Criador e diretor executivo da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (1972-1987). Trabalhou no Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA). Organizou 12 Fóruns Internacionais anuais sobre Desenvolvimento Rural Sustentável. Implementou cursos de formação de gestores públicos, técnicos, dirigentes e lideranças. Organizador da Série de Desenvolvimento Rural e Sustentável que possui 24 volumes.
 - 4 Curso oferecido pela Sudene à maioria de seus técnicos, para que pudessem dispor de mesma linguagem sobre o desenvolvimento. Os técnicos eram profissionais de diversas formações como agrônomos, advogados, engenheiros, arquitetos e médicos.

subiu a escadaria e foi trabalhar. A lição aprendida foi de que obstáculos devem ser superados, e um importante traço da personalidade de Furtado se evidenciava em ações corriqueiras: transpor desafios. O aprendizado marcou a vida do pernambucano de Canhotinho, hoje com 82 anos, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco.

À época, início dos anos 1960, um dos desafios da Sudene se relacionava, também, com uma compreensão de desenvolvimento. Furtado, então, proporcionou à equipe formação em bases teórica e prática. Não se tratava de “formar qualquer pessoa, mas indivíduos com sentimento de pertença a uma causa, que se identificassem com os propósitos do desenvolvimento”. E foi assim que, segundo Miranda, se tornou possível, em setores como o Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene, unir questões operacionais, práticas e pragmáticas, sem se descuidar das questões políticas e teóricas. A instituição reconheceu a diversidade da região e valorizou a identidade dos territórios. Não havia receita pronta e nem única. Cada realidade exigia uma construção específica.

Esses conhecimentos, décadas depois, foram consolidados em sua experiência profissional no IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura), em diversos países da América Latina, onde trabalhou, principalmente, com políticas públicas de desenvolvimento agrário com enfoque territorial. Para o pernambucano, o pensamento de Furtado foi relevante em sua trajetória de vida e destaca como maior contribuição os ensinamentos relacionados a políticas públicas de desenvolvimento regional. “Imagine o Nordeste sem Furtado!? Seria um vazio essa história toda”. Confira, a seguir, essas e outras questões tratadas por Carlos Miranda à luz das comemorações do centenário de Furtado, em entrevista concedida em fevereiro de 2020, em Brasília, onde atualmente reside.

Entrevista

– **Como o senhor começou na Sudene? O senhor fez o curso de Técnico em Desenvolvimento? Foi aluno de Furtado?**

Eu sou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco e comecei com desenvolvimento rural na Sudene. Mais do que isso: políticas de desenvolvimento. Foi a isso que sempre demos ênfase em nosso trabalho. E uma das coisas que

tenho como marca na minha vida é ter sido aluno de Celso Furtado. Eu nunca me esqueço de uma coisa: na prova que eu fiz, concluindo a disciplina que ele dava, eu tirei 9. Numa escala de 0 a 10.

- **Então, o senhor estava muito bem. A disciplina, o senhor lembra qual era, do que tratava?**

Era Desenvolvimento Econômico. Ele falava de tudo, né? Na verdade,

o que a gente descobriu foi que estava diante de uma estratégia de desenvolvimento regional, de uma política de desenvolvimento regional. Eu não sei se houve uma turma anterior à minha. Mas eu entrei na Sudene bem no começo, era um negócio pequeno ainda, porque veio, primeiro, a Openo⁵. Não tinha nem plano diretor ainda. O texto básico era “Operação Nordeste”. Era o que estava em voga. E na realidade o que era Openo? Era uma estratégia de desenvolvimento regional. E que deu certo! Deu certo enquanto durou.

- **O seu primeiro momento da Sudene foi para trabalhar como ...**

Especialista em Desenvolvimento Rural. A gente trabalhava o que aprendia no curso de TDE.

- **O senhor se lembra de quais eram os desafios daquele momento?**

Era ter uma base teórica e prática em matéria de desenvolvimento. Eu acho que um dos grandes trabalhos que se fez foi criar o Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene. Ali a gente conseguia unir questões operacionais, práticas e pragmáticas sem se desligar das questões políticas e teóricas do desenvolvimento.



Eu acho que um dos grandes trabalhos que se fez foi criar o Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene. Ali, a gente conseguia unir questões operacionais, práticas e pragmáticas sem se desligar das questões políticas e teóricas do desenvolvimento.



5 Conjunto de políticas para o desenvolvimento do Nordeste apresentado pelo economista Celso Furtado em palestra denominada de “A Operação Nordeste”, ocorrida no ISEB, em 1959, e que tinha como propósito conquistar apoio para os estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), durante o governo de Juscelino Kubitschek.

- **Do ponto de vista político e estratégico como o senhor diferencia a Sudene do DNOCS?**

A diferença está pelo ponto de vista das políticas de desenvolvimento. Eu acho que o DNOCS não conseguiu levar à prática as políticas de desenvolvimento que a região precisava. Por exemplo, no Nordeste se pensava em Mata, Agreste e Sertão. A Sudene mostrava que o Nordeste era muito mais do que isso.

- **Qual foi o Nordeste pensado pela Sudene no tempo de Furtado?**

Eu diria, [um Nordeste] mais multifacetado, mais diversificado. A Sudene olhou muito para essa diversidade. Os meus primeiros exercícios com a diversidade foram feitos na Sudene. Eu tive dez anos de Sudene, e isso me deu uma formação muito importante, sobretudo em matéria de políticas de desenvolvimento. O grande legado da Sudene foi esse aí, trabalhar políticas de desenvolvimento.

- **Neste seu tempo, o que o senhor pode nos contar sobre o homem Furtado?**

Eu fui aluno de Celso Furtado. Minha convivência com ele foi mais intelectual do que física. Foi de muita formação que eu recebi. Eu fui me construindo com ele.

- **Tem alguma característica da pessoa dele que o senhor destaca?**

Deixe eu contar um caso, já que Otamar gosta de contar casos (*risos*). Eu aprendi uma coisa interessante. A Sudene tinha se mudado para um edifício ali na Dantas Barreto [Recife]... Uma vez Celso Furtado chegou, e você veja como são as coisas, o elevador estava quebrado. Ele não teve dúvidas – ele andava com uma pasta carregada de livros e documentos – enfrentou a escadaria. Eu não sei que andar era, mas sei que era nos últimos andares. E era muita escada. Então aí a gente vai aprendendo uma coisa, né? Os obstáculos são para a gente ultrapassar.

- **Tem outras lembranças que o senhor gostaria de compartilhar de Furtado? Algo marcante...**

A característica principal era que sempre que ele se sentia desafiado agia para superar esses desafios. Para mim isso foi uma coisa que me marcou muito. Por exemplo, essa coisa que eu estou falando de ele subir a pé a escadaria mostra que muita coisa a gente pode fazer. Veja

o momento atual que a gente vive no Brasil. Isso, se você não tiver força para superar, saber que é um momento numa trajetória, você sucumbe.

- **O senhor viveu a Sudene com Celso e a Sudene sem Celso Furtado. O senhor poderia falar um pouco sobre esses dois tempos?**

Eu fiquei [na Sudene] até 1971. Em 1971, eu fui para a Bahia. O interessante dessa ida a Bahia é que eu fui dirigir um projeto de desenvolvimento regional no Recôncavo Baiano. E o regional ensina muito a importância da diversidade. Depois, trabalhando fora do Brasil, é que eu me dei conta da diversidade. A diversidade é uma riqueza! Ninguém é condenado por ser diverso. Então, vivendo em vários países, é que eu consolidei o que eu tinha aprendido na Sudene de Celso: a importância da diversidade. Não tinha receita pronta; você tinha que construir mesmo. Cada momento era um momento de construção. Otamar fala, em seu livro, de um Grupo de Planejamento e Ação Regional, o GAPA. E recordou o que era o GAPA. Eu tive a sorte de ser responsável pelo GAPA. Foi um momento de riqueza muito grande. Aprendi, com o GAPA, que as políticas não podem ser iguais para todos.

- **O senhor disse que depois veio a compreender melhor essa coisa da diversidade quando esteve fora...**

Antes do período fora do Brasil, tive um período muito importante para mim, na Bahia, durante sete anos. Lá, a gente teve a oportunidade de criar uma empresa de desenvolvimento regional. E o que a gente fez? Primeiro, a importância da formação de pessoas, que aprendemos, todos, com Celso. Mas não de qualquer pessoa, mas de pessoas identificadas com os propósitos do desenvolvimento. Uma coisa que a gente sempre tratou durante esses sete anos foi que é mais importante você ter uma causa, ter pertença, ser ligado a esse processo, do que qualquer outra coisa. Para mim isso se consolidou na vivência internacional. É um outro ângulo de você ver as coisas, né?

- **Nesta experiência internacional Celso também, de algum modo, esteve na sua vida?**

Ele me acompanhou a vida toda, porque os livros, enfim... Por que é que eu fui para fora do Brasil? Fui trabalhar num negócio chamado IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Eu nunca imaginei que iria para o IICA. Eu optei pelo IICA, porque isso me dava a oportunidade de usar uma coisa que eu aprendi na Sudene, que foi a liberdade de trabalho. Temas, assuntos, tudo isso. Eu aprendi dessa forma. Mais do que isso. Eu exercitei dessa forma. Quando eu voltei para o IICA aqui [no Brasil], o meu trabalho foi nos estados do Nordeste. Eu nunca me afastei. O foco sempre foi esse. Eu voltei para a Bahia, trabalhei na Paraíba, trabalhei no Rio Grande do Norte, trabalhei no Maranhão. E mais, aprendi uma coisa, que eu devo à formação original, inicial, de Celso Furtado, que foi a importância da formação, que não é só de organizar pensamento, mas é formar pessoas mesmo. Quando eu falo formar, falo nisso aí. Nessa vertente. Não é só algo acadêmico. É um projeto de vida. Aprendi isso. E as coisas que fiz fora do Brasil foram em cima disso. Eu trabalhei muito em toda a América Latina. Foi praticamente em todos os países. Inclusive no Haiti, imagina.

- **Em todos eles trabalhando com políticas de desenvolvimento?**
Sim, trabalhando com políticas públicas de desenvolvimento agrário, com um enfoque territorial. Porque umas das coisas importantes para mim foi compreender a importância do território como identidade política das pessoas. As pessoas se identificam com o lugar. As pessoas são mais o lugar onde elas vivem do que qualquer outra coisa. A gente começou a trabalhar com essa questão do território e era a continuação de um trabalho que começamos na Sudene, nada diferente. Claro que você vai evoluindo, e o seu pensamento vai evoluindo, enfim. Mas essa vivência, mais de caráter internacional, foi para redescobrir as identidades, que têm a ver com o lado cultural. Então, quando eu regressei ao Brasil, voltei com o firme propósito de trabalhar a questão das identidades associadas aos lugares de origem das pessoas. Aos espaços que as pessoas ocupavam nos lugares. Por isso foi muito fácil compreender o Maranhão.
- **Por essa perspectiva...**
Compreender, por exemplo, o vizinho, o Piauí. Você encontra um camarada que diz que é primeiro brasileiro, depois ele diz o lugar de onde ele veio, o território de onde ele veio. Aí ele vai numa escala ...
- **“Eu sou lá do sítio mesmo!” (risos)**
Exatamente. Ele vai nessa escala e chega no lugar e diz “eu sou daqui”.

- **“Sou lá de Cajazeiras, de São José dos Espinharas”.**

Ser de Cajazeiras é uma identidade. Não é a do geógrafo. Outra coisa interessante, eu acho que o primeiro trabalho de regionalização do Nordeste a gente fez com, não sei se você conhece, Manuel Correia de Andrade. Quando éramos do GAPA, em busca dessa identidade, nós fizemos uma regionalização, acho que foi primeira vez na Sudene, e tratamos de aprofundar o conceito de “regional” associado aos lugares e ao pertencimento das pessoas.



Eu acho que o território continua a ser o elemento central, pelo menos para a discussão de política públicas. Eu acho que fora do território o problema é você chegar a uma identidade territorial.



- **Isso nos anos 1960 ainda?**

Anos 60, com Manuel Correia de Andrade. O que a gente fez foi uma regionalização do Nordeste. Mas o trabalho de identidade veio por outra vertente. Para mim já veio mais quando eu regresssei ao Brasil. Aí eu comecei a trabalhar com identidade. Veja uma coisa interessante. No fundo, a Sudesul não deu certo porque não tinha identidade. O Sul é o Sul.

- **Para o senhor, qual a maior contribuição de Furtado?**

Nessa trajetória toda, eu comecei a perceber que, muito mais do que as técnicas do planejamento – e as técnicas são fundamentais – teve a contribuição que Celso deu ao desenvolvimento das políticas, etc. Mas ele partiu desse sentimento de pertencer, que leva a uma série de desdobramentos, que eu acho que é fundamental. Porque eu aprendi o que é pertencer quando entrei na Sudene. Até hoje eu sou de Pernambuco, do agreste pernambucano.

- **De que padece o desenvolvimento rural hoje? De que padecem as políticas de desenvolvimento?**

Eu acho que o território continua a ser o elemento central, pelo menos para a discussão de política. Eu acho que fora do território o problema é você chegar a uma identidade territorial. Uma vez chegada à identidade territorial – porque eu trabalhei muito com isso, eu não consigo me desligar – uma coisa que aprendi na Sudene, foi que ela [a identidade territorial] pauta a vida da pessoa.

- **Para o senhor, o que não funcionou na Sudene de seu tempo teve a ver com a falta de institucionalidade...?**

A Sudene se viu compelida a criar 23 empresas de economia mista porque era possível, com essas empresas, chegar aos territórios. Outro dia eu estava falando sobre isso. Qual foi a razão de a Sudene chegar a 23 empresas de economia mista? Na época, o que é hoje empresa pública, era de economia mista. Era um tipo de economia que mesclava a importância do governo com o Estado. O que levou a isso? Foi a forma que encontraram de trabalhar território.

- **Qual é a leitura que o senhor faz das políticas públicas hoje?**

Eu acho que não tem. Você encontra ainda em alguns estados, mas são manifestações... acabou mesmo. Se você me perguntar se é possível recuperar, eu digo que é, mas não vejo [como].

- **O governo Lula-Dilma, de certa forma, resgatou o ideal desenvolvimentista?**

Não. Foi outra forma de abordagem. Embora eu reconheça todos os avanços, tudo isso aí, acho que não. Pelo menos a eleição de Dilma se deveu a isso, aos avanços. Eu tinha muita esperança e perdi.

- **O senhor acha que estamos no labirinto?**

Eu não sei. Eu não sei se é um labirinto. Falar de labirinto talvez não seja o mais adequado. Mas muita gente acha que é um labirinto. Mas eu não sei se é...

- **No seu ponto de vista, a gente ainda pode fazer alguma coisa?**

Eu acho que sim. Embora com todas essas dificuldades, com esses percalços todos, não devemos perder as oportunidades. Isso faz a gente ter uma responsabilidade, que é buscar esses passos, essas possibilidades, essas alternativas.

- **Que mensagem o senhor deixa? Olhando para o seu legado...**

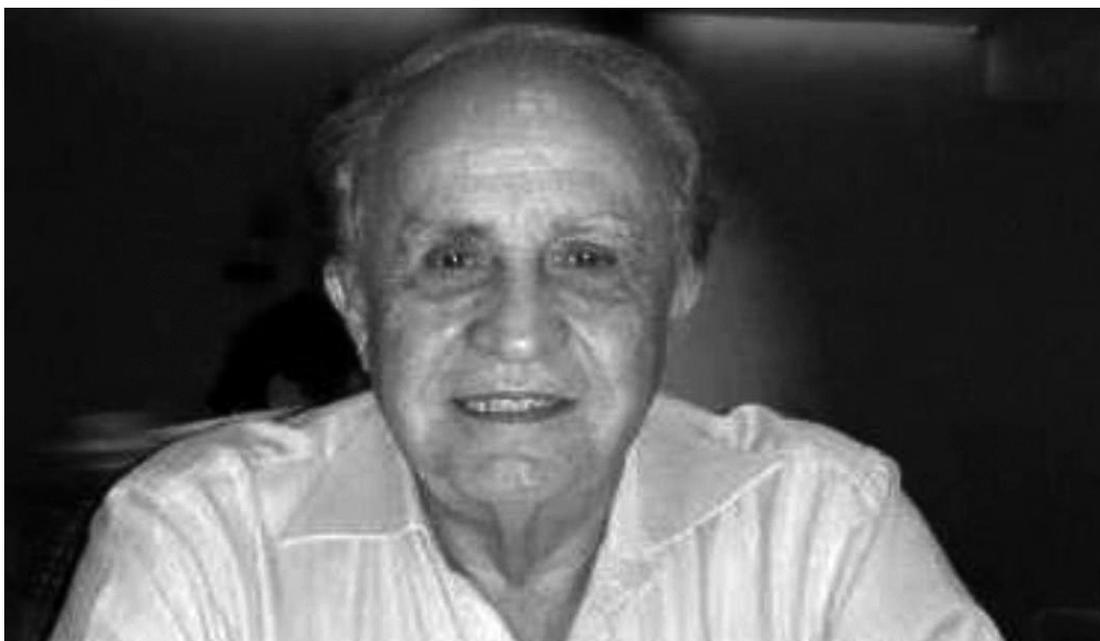
Olhando para o meu legado, eu simplesmente diria o seguinte: não seria possível a existência sem o legado de Celso Furtado, pensando no desenvolvimento, sobretudo. Imagine o Nordeste sem Furtado. Seria um vazio essa história toda.

Influências e Legados



Adalberto Arruda*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



Celso tinha uma proposta de mudança que não era de violência; era um processo de mudança, digamos assim, democrática. Ele acreditava que era possível fazer a mudança social. A análise que ele fazia no grande documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* é que o Brasil era um arquipélago econômico-social, que tinha regiões com níveis diferenciados de desenvolvimento, e que isso era ruim para a integração nacional. Era preciso solidarismo. Isso que nós chamamos hoje de solidarismo, Celso chamava de integração nacional, integração social e econômica, e dizia que essa integração só podia ser feita com uma ação forte governamental.



* Entrevista realizada em 07/11/2014, no contexto das atividades do Procondel (Sudene – UFPE), por Angela Nascimento, mestre em Ciência da Informação, e Fernando Weller, cineasta, doutor em Comunicação pela UFPE, professor e Coordenador adjunto do Departamento de Comunicação da mesma universidade, e cedida aos organizadores da Trilogia *Celso Furtado: a esperança militante*.

Celso Furtado queria mudar o Brasil promovendo a integração nacional

Adalberto Arruda Silva¹ realizou, aos 25 anos, o que considerava ser o sonho dos jovens recém-graduados de sua época, início dos anos 1960: ingressar na Sudene. Formado em Direito e motivado pelo idealismo da chamada justiça econômica, o pernambucano foi selecionado, entre mais de 250 jovens, e participou do curso de Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE)² da instituição. Dentre os professores, destaca Celso Furtado, superintendente da Sudene; Gilberto Freire; Aníbal Pinto Santa Cruz; Isaac Kerstenetzky; e Luiz Vasconcellos. A Sudene era forte administrativamente e ligada diretamente à Presidência da República. Sob a liderança de Furtado, tinha como objetivo promover a integração nacional e, por consequência, mudar o Brasil.

A proposta, recorda-se Silva, era de um processo de mudança democrática, não violenta; Celso Furtado enxergava o Brasil como um arquipélago econômico-social, com regiões em diferenciados níveis de desenvolvimento. A integração nacional seria social e econômica, e dependia de ação governamental forte para reverter a tendência de relações exploratórias entre economias fortes e fracas, com prejuízos para a região menos desenvolvida. Tratava-se de um projeto nacionalista, de grande sentido social, que galvanizava a juventude da época e defendia planejamento e, de certa forma, a estatização. Não pretendia acabar

1 Advogado (Faculdade de Direito do Recife - UFPE), Economista (UNICAP), Técnico em Planejamento e Desenvolvimento (Nível de Pós-graduação Especialização, Curso CEPAL/ BNDES/ Sudene em 1962). Atividades Profissionais: Sudene/Recife (08.1962 a 31.12.1964), Consultor de Empresas em Projetos Técnico-financeiros de Empresas, Assessoria em Direito Tributário e Incentivos Fiscais (01.03.1965/Maio 1985); Professor Universitário por contratos temporário de trabalho (UNICAP e UFPB), Técnico da Sudene (reintegrado como anistiado político, de agosto de 1985 a Dezembro de 1990. Profissional liberal e assessor técnico da FIEPE (1992/96) e Diretor da Associação Comercial de PE (2003/2013). Pernambucano. Membro da União Brasileira de Escritores (PE) e articulista de jornais.

2 TDE – curso oferecido pela Sudene à maioria de seus técnicos, para que pudessem dispor de mesma linguagem sobre o desenvolvimento. Os técnicos eram profissionais agrônomos, advogados, médicos, engenheiros, arquitetos, entre outros.

com o setor privado, e nem estatizar ou socializar toda a economia. Pretendia um tipo de experiência mista, semelhante ao que acontece atualmente na China.

A liderança técnica de Furtado também podia ser percebida nas reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), um órgão de decisões estratégicas de desenvolvimento econômico regional, com repercussão nacional, e um importante fórum político no país. Participavam das reuniões sete governadores (posteriormente nove), ministros da área econômica, representantes do Estado Maior das Forças Armadas, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. O secretário do Condel, que preparava as pautas submetidas às deliberações, era o superintendente da Sudene, naquela ocasião, o próprio Furtado, que acumulava, também, o cargo de ministro do Planejamento. Silva participou de algumas reuniões do Condel, enquanto técnico da Sudene.

Em 1964, Adalberto Silva teve parte do sonho interrompido devido ao golpe militar. Celso Furtado foi exilado. Uma injustiça lamentável, na opinião do pernambucano, exilar um homem patriota, humanista, afável, que queria o bem de todos e do Brasil. Francisco de Oliveira, um dos assessores diretos de Furtado, foi preso. Muitos outros colaboradores foram presos, torturados, demitidos ou recolhidos, como ele mesmo, que ficou 15 dias recolhido, incomunicável, para responder a uma auditoria na Secretaria de Segurança Pública sobre os conteúdos ministrados aos municípios nordestinos em atividades de capacitação da Sudene. Meses depois, no final de 1964, foi afastado da instituição por “incompatibilidade ideológica para o exercício do serviço público”. O retorno à Superintendência só ocorreu em 1985, com a Segunda Lei da Anistia, no período da redemocratização do país. Confira, a seguir, a entrevista concedida por Adalberto Arruda Silva aos pesquisadores Angela Nascimento e Fernando Weller, em novembro de 2014, no contexto das atividades do Procondel³.

(Milena Barros Marques dos Santos)⁴

3 O Procondel (<http://procondel.sudene.gov.br/>) foi o projeto de preservação e disponibilização do acervo do Conselho Deliberativo da Sudene Condel, período 1959 – 2000, realizado pela Sudene em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco entre 2013 e 2016, e tinha como meta a preservação desse acervo e a universalização do seu acesso, coordenado pelo professor doutor Marcos Costa Lima e pela professora mestra Angela Nascimento.

4 Jornalista, Mestranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR UEPA), Especialista em Gestão Pública, documentarista

Entrevista

- **Eu queria pedir ao senhor para que falasse um pouco da sua trajetória até chegar à Sudene, a origem do senhor, como é que foi a sua formação?**

Olha, eu sou formado em Direito. Terminei o meu curso em 61 e logo em seguida achei por bem iniciar um curso de Economia. Prevalencia no meu entendimento e naquela época, de uma certa forma, um valor social de que a verdadeira justiça era a justiça econômica: ter acesso aos bens econômicos que permitisse viver com dignidade e bem estar. E esse era um assunto que a sociedade discutia muito bem, discutia isso na dimensão dos chamados 'ismos' da época, e atraía muito a juventude. Eu já trabalhava num escritório de advocacia e na área trabalhista, quando aparece o edital abrindo a oportunidade de trabalhar na Sudene. Me inscrevi, apresentei um trabalho. [Tinha] mais de 250 inscritos. Participamos de um curso de seleção e treinamento. Terminamos 27, dos quais 4 ou 5, aproximadamente, eram vindos de outros estados. Fui selecionado e foi desta forma que ingressei, atraído então pelo ideal de trabalhar na Sudene, que era uma coisa muito forte para os jovens que terminavam o curso superior naquela época.

- **O senhor é nascido aqui em Pernambuco?**

Sou nascido aqui em Pernambuco. Sou pernambucano, formado na Faculdade de Direito do Recife e fazia o curso de Economia na Universidade Católica de Pernambuco, na então UNICAP.

- **Querida que falasse um pouco mais sobre a imagem da Sudene, como era a imagem da Sudene entre os jovens, entre os funcionários?**

Olha, a imagem da Sudene era muito forte. Eu acredito que o grosso, a melhor parte da juventude universitária, sonhava trabalhar na Sudene. Eu preferi trabalhar na Sudene a ingressar na carreira do Poder Judiciário, do Ministério Público. A imagem social [da Sudene] era mais forte. Eu vivenciava o idealismo da chamada justiça econômica, aquilo também me motivava. Não era a auri sacra fames, a fome sagrada por dinheiro, que talvez o Poder Judiciário e o Ministério Público proporcionassem algo mais. Não seria muito mais, porque a Sudene já oferecia condições bem favoráveis de remuneração

naquela época. Fui selecionado e pude trabalhar, então, no chamado Departamento de Assistência Técnica em Formação de Pessoal (DATFP). Participei de alguns programas, dos quais alguns me deixam a lembrança muito forte, como, por exemplo, um programa de assistência técnica aos estados e municípios. Eu tinha usufruído de conhecimentos naquele curso de desenvolvimento econômico, que foi um curso intensivo, conforme eu já disse. Começaram 94 e terminaram 27. Esse curso intensivo nos dava cadeiras de desenvolvimento econômico, de teoria do desenvolvimento econômico, tendo como professores Celso Furtado, Gilberto Freyre e Aníbal Pinto Santa Cruz, um chileno que era uma das maiores expressões, digamos assim, da escola cepalina latinoamericana. O presidente do IBGE, Isaac Kerstenetzky, na época, desculpa a pronúncia, também foi nosso professor, a exemplo de Luiz Vasconcellos, que era um técnico da FAO, da ONU, especializado em agricultura e abastecimento, que terminou ficando aqui no Nordeste e foi um dos responsáveis pela estruturação das centrais de abastecimento de todo o Brasil, que começaram aqui no Nordeste com a experiência da Sudene. Então, esse programa foi um programa forte, conforme eu dizia, onde eu pude participar de treinamento dado aos então secretários de prefeitura, que era um cargo, digamos, fixo, efetivo, estratégico para as administrações municipais daquela época, segundo a estrutura organizacional oficial vigente. Pude visitar várias cidades do interior de vários estados do nordeste: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, e ministrar aula de desenvolvimento econômico. Conto aqui uma particularidade: a minha função era dentro de uma programação, digamos assim, mais objetivamente técnica, ministrada pelo então Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, dirigido por um pernambucano, simpaticíssimo e muitíssimo competente, Diogo Lordello de Mello. Ele era responsável pela parte técnica - legislação municipal. Foi integrada a esse curso, por solicitação da Sudene em parceria com o IBAM, a cadeira de Teoria do Desenvolvimento Econômico, com o seguinte conteúdo: o que é desenvolvimento econômico; filosofia do desenvolvimento econômico; diferença entre [desenvolvimento e] crescimento econômico, que implicava em busca de cidadania, de igualitarismo, de saúde, de educação para todos; o que era a pirâmide social; mudança social; o que é o estruturalismo. E aqui, agora, eu faço uma confissão: eu fui questionado num inquérito policial

para prestar conta dessas ‘perigosas aulas’ de então dita comunização, que não tinham nada disso; era Teoria do Desenvolvimento que eu passava. Paguei o preço por essas coisas. São coisas que a gente se lembra e que a gente se orgulha, porque acredito que foi um serviço que prestei com o maior esforço, e pelo conteúdo das coisas que me eram passadas e que eu transmitia, de grande validade para a cidadania, para a educação da sociedade... Motivação e eficientização dos serviços públicos, que receberam entendimento equivocado, deformado, obscurantista das autoridades de um governo autoritário, que sucedeu a Celso Furtado, na Sudene.

- **Eu queria que o senhor falasse mais sobre esses dois momentos: o momento anterior ao golpe militar de 64, e o momento do golpe militar. Qual foi o impacto para a instituição e para essa concepção de desenvolvimento do Nordeste?**

Olha, eu acho o seguinte: a Sudene dita de Celso Furtado deve ser analisada em separado em relação a Sudene das suas demais fases. Eu diria que aquela era uma Sudene histórica. Alguns defendiam até que aqueles projetos dele ficassem na prateleira, porque havia ali, eu não diria tanto, uma formação de quadros internos que resistiram bravamente e seguiram, apesar das limitações impostas pelo poder autoritário, procurando fazer o possível, o melhor, para cumprirem a sua missão institucional. Mas diria que naquela época tinha um ethos diferenciado. Você veja que Celso tinha uma liderança muito forte. Era um homem que já tinha 12 anos de experiência internacional em órgãos das Nações Unidas e tinha uma inteligência excepcional. Posteriormente, veio a ser cogitado para o Prêmio Nobel de Economia e foi professor, durante 21 anos, da Sorbonne. Isso já é uma referência importante para dizer quem era Celso. “Formação Econômica do Brasil” é um dos livros sapienciais e mais importante da teoria econômica, produzida no Brasil. Celso tinha uma liderança muito forte, e recebeu apoio daquilo que havia de mais progressista dentro da sociedade brasileira. Ele era articulado com intelectuais, sobretudo com aqueles que formavam a linha de esquerda, que o apoiavam bastante. A gente sabe que naquela época o mundo vivenciava muita mudança, muita contradição. A gente diria que era a época dos ‘ismos’, da descolonização, digamos assim, na África. Era a época em que o socialismo soviético procurava apresentar ao mundo o que ele pretendia: uma capacidade de competir com o sistema

capitalista e oferecer progressos sociais econômicos, que, [como] depois se viu, era muito conflituoso todo esse processo. Mas, na época [o que] passava para a juventude era uma imagem de sucesso. Eu lembro, por exemplo, do livro ‘Paz no Mundo’, de Jorge Amado, que era um stalinista. Ele foi à União Soviética e voltou encantado. Eu acho até que exageradamente, apresentando a sociedade da então União Soviética como sendo uma sociedade extremamente avançada e com muitos progressos. Não diria a perfeição; não era essa a expressão que ele usava, mas galvanizava a juventude. Era a época em que Cuba, o governo de Fidel Castro, então revolucionário, tinha derrubado, aqui bem perto de nós, a ditadura sanguinária de Fulgêncio Batista... Isso também se discutia muito no Brasil. Aqui também se pleiteava reformas sociais. Nós tínhamos grandes oradores, digamos assim, que defendiam o socialismo. Cito aqui um que é meu parente, Francisco Julião. Vocês são jovens, mas Francisco Julião era um homem que assumia, digamos, a tribuna num comício público (não havia televisão) e discutia as questões sociais nacionais. Eu dou um exemplo, dentre outros. Ele, como marxista que era, moldava o discurso em cima da teoria da luta de classe. Debatia, por exemplo, a questão das prostitutas: “Brasil, 500 mil prostitutas, todas elas filhas de operários e camponeses.” Aí ele desenvolvia toda uma tese: “aquela jovem que entrou na prostituição fora a moça filha de um camponês que veio trabalhar numa família da cidade, que foi, às vezes, estuprada pelo patrão, pelo filho do patrão, e volta para casa grávida e o pai a expulsa de casa. Essa moça termina os seus dias na periferia das cidades de médio porte, de grande porte, como prostituta, extremamente explorada, com uma vida muito curta, entrando até na criminalidade.” Era isso que se discutia em palanque, coisa muito diferente da temática discutida nos palanques de hoje. A juventude era galvanizada, correta ou incorretamente por esse tema, e eu estava nesse contexto. Celso tinha uma proposta de mudança que não era de violência; era um processo de mudança, digamos assim, democrática. Ele acreditava que era possível fazer a mudança social. Reclamava, no grande documento que produziu, “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” que o Brasil era um arquipélago econômico-social, com regiões com níveis diferenciados de desenvolvimento, e que isso era ruim para a integração nacional. Era preciso solidarismo. Isso que hoje nós chamamos solidarismo, Celso chamava de integração nacional, que era a integração

social e econômica. Essa integração só podia ser feita com a ação forte governamental. Dizia que sendo o Nordeste uma economia fraca e o centro-oeste uma economia forte, as relações econômicas entre elas tendia a assumir caráter de relações exploratórias, com prejuízo para a região menos desenvolvida. A mudança, então, só seria possível com ação estatal forte. E fez uma análise muito consistente, muito bem fundamentada estatisticamente, analisando o período 48 a 56. As estatísticas disponíveis já diagnosticavam uma diferença de nível de renda per capita nordeste-sudeste de 1 para 2, e, fazendo as progressões, considerando a taxa de crescimento, a do Nordeste era muito inferior. Então, o seu projeto era um projeto nacionalista, era um projeto de grande sentido social, que galvanizava a juventude da época. Foi nesse projeto que eu embarquei e me envolvi. Dei o máximo de mim até onde pude. Fiquei na Sudene até 31 de dezembro de 64, quando fui afastado, segundo o meu processo, por “incompatibilidade ideológica para o exercício do serviço público”, por determinação do então general Cordeiro de Faria.

– **Eu queria lhe perguntar como é que foi esse processo do afastamento, e qual foi o impacto do golpe militar na vida institucional da Sudene, cotidiana e institucional.**

Olha, eu acho que foi muito forte. O projeto de Celso na Sudene era um projeto de mudar o Brasil promovendo a integração nacional. Ele, além de superintendente da Sudene, foi também o primeiro ministro de Planejamento do Brasil, que elaborou o primeiro Plano Trienal de Desenvolvimento. Celso foi convidado pelo governo parlamentarista e ficou lá, aproximadamente, um ano, acumulando as atribuições também de superintendente da Sudene, que, na época, era uma instituição extremamente forte. Bom, basta dizer que era ligada diretamente à Presidência da República. Os chamados itens de recursos constantes do orçamento da Sudene não caíam em exercício findo; ficavam sempre disponíveis para aplicação no Nordeste. Essa era uma garantia que não havia para nenhum outro dispositivo, em nenhum outro orçamento brasileiro. E nós tínhamos, também, o nosso Plano Trienal, que foi o primeiro Plano Diretor, aprovado em 1961 e, também, elaborado por Celso Furtado. Veio o sistema de 1964. Em relação à Sudene eu acho que foi muito violento, muito forte. Primeiro, a expulsão de Celso Furtado para o exílio, que foi uma injustiça lamentável. Ele era um patriota, um homem que

queria o bem do Brasil, um homem afável, um homem humanista, que queria o bem de todos... Prisão de Francisco de Oliveira e Celso Furtado expulso do país. Muitos dos seus colaboradores também foram presos. Eu quero dizer que eu também participei, fui recolhido em certo momento, 13 de agosto de 1964. Em meu birô de trabalho fui procurado por dois beleguins da Polícia Civil dizendo que o general Salvador Batista do Rego me convocou para comparecer a uma audiência na Secretaria de Segurança Pública, na Rua da Aurora. Permaneci lá 15 dias incomunicável, inclusive com os meus pais, para responder a uma audiência. Mas não apenas eu. Diversos colegas responderam a questões controversas. Eu fui acusado de comunizar a região Nordeste com aqueles cursos pelos municípios. A Sudene, que mexeu com muita coisa trazendo ideias novas, defendia a teoria do planejamento e uma certa forma a estatização. Celso montou 13 sociedades de economia mista no Nordeste, porque ele não pretendia acabar com o setor privado e nem estatizar toda a economia, e nem tampouco socializar a economia. Ele queria um tipo de experiência mista, como hoje mais ou menos acontece na China. Então criou 13 sociedades de economia mista para a eletrificação rural do Nordeste; perfuração de poços; para a pesca (Penesa do Nordeste S/A) ...Incrível! A tese era que o setor privado não tinha a capacidade técnica, econômica e organizacional para exercer esses trabalhos e a sociedade não podia esperar. O setor público tinha que assumir essa responsabilidade, quem sabe, adiante podendo passá-las de retorno ao setor privado. Essas eram as ideias de Celso. E como ele era desenvolvimentista, tinha pressa. Organizava e se dedicava a essas sociedades em tempo integral, sem a preocupação de ganhar dinheiro. E não se viu em nenhuma delas acusação de corrupção, porque as pessoas se dedicavam, e repito, dentro um ethos que tinha como Celso o referencial. Celso tinha uma disciplina muito grande e conseguia passar isso para todos os seus liderados. Alguns especialistas, servidores da Sudene, para se integrarem com as universidades ministrando cursos, só faziam isso com a assinatura pessoal dele, para evitar abusos. Ninguém poderia, digamos, liberar a seu talante, entende? Repito, [havia] necessidade, por exemplo, na área de economia. Na Universidade Católica, a cadeira de planejamento chamava cadeira de fomento econômico, porque era assim que se chamava em Portugal salazarista. A palavra planejamento era uma palavra proibida, porque era a palavra que se dizia na União

Soviética. Era um equívoco terrível! São conceitos completamente diferentes, que sociedades, mesmo capitalistas avançadas, já tinham incorporado. Mas nós estávamos atrasados para sequer nos situarmos no patamar de sociedades, digamos assim, referencialmente capitalistas na linguagem econômica. Havia um atraso econômico, tecnológico e social no Nordeste, entende? Então,

como eu ia dizendo, [sobre] esse projeto que era essencialmente desenvolvimentista, Celso dizia que o mais importante do que ter é ser, mais importante do que ser é construir, é fazer. Porque fazer é uma forma de ser. Ser e fazer estão conjugadamente, ninguém tem valor essencial pleno se não for também um construtor. Celso passava também essas lições. Pois bem, eu quero lembrar que a Sudene destinava sempre recurso para fortalecer o capital da Chesf, e, com isso, a Chesf poder ampliar a oferta de energia elétrica para a região. Celso dizia que era um insumo estratégico e era preciso se antecipar a demanda. O setor privado não tinha condição de atender a essa necessidade social, daí que o setor público tinha que ocupar esse espaço. Então [a Sudene] foi violentamente, digamos assim, agredida pelo sistema, que não compreendeu, embora, é fato, que alguns setores militares esclarecidos valorizaram a Sudene. Eu lembro que os generais que ocuparam a Sudene, já depois do governo militar, tiveram um comportamento respeitável, sem dúvida, embora num contexto global difícil e completamente diferenciado. Até porque, no dizer de alguns, a chamada “limpeza” já havia sido feita em 1964, quando foram demitidos muitos companheiros. Então foi muito forte. Mas eu faço aqui algumas confissões. O Celso não pertencia ao partido comunista, não pertencia a nenhum partido político, está certo, mas havia um núcleo do PCB [dentro da Sudene]. O PCB não tinha, naquela época, a [proposta de] ação de mudança pela violência, mas, sim, a partir de processos, digamos, democráticos, com participação no debate acadêmico, no debate pela mídia, e, sobretudo, no parlamento, de maneira firme e determinada. Mas esse setor dentro da Sudene não chegou a ser notado, não chegou no chamado Partido Comunista Brasileiro, mas foi muito forte a repressão dentro da



Celso dizia que o mais importante do que ter é ser, mais importante do que ser é construir, é fazer. Porque fazer é uma forma de ser. Ser e fazer estão conjugados, e ninguém tem valor essencial pleno se não for também um construtor.



Sudene. Digo porque a Sudene de Celso, por conseguinte, era aquela Sudene com aquele ethos, com aquela visão de querer a sociedade de economia mista, de construção, de dialismo, de unidade, de trabalho, de pensar no Nordeste no Brasil e no mundo também.

- **Eu não entendi, o senhor falou que não foi desmontado o quê?**
Não, eu quero dizer que os integrantes do chamado Núcleo do Partido Comunista da Sudene foram presos individualizadamente, mas estruturalmente o pessoal não conseguiu trabalhar. Ainda permaneceram companheiros depois de 1964, ainda permaneceram alguns companheiros dentro da própria Sudene. Foram demitidos, alguns presos, torturados, e alguns até se suicidaram por sequelas de tortura... Dou aqui o exemplo de Rivadavia Braz de Oliveira, que saiu completamente desestruturado depois de uma tortura sofrida aqui nos espaços em que essas práticas miseráveis eram exercidas. Ele se suicidou atirando-se de uma ponte do Rio Parnaíba, apesar [de ser] pai de dois filhos. Tem exemplos, também, de outros colegas que se desestruturaram psicologicamente vítimas de tortura. A prisão em si já é uma violência, mas a prisão num estado ditatorial é simplesmente uma coisa apavorante, porque você fica à mercê de qualquer beleguim torturador, cruel e endoidecido, fica à mercê dessas figuras monstruosas.

- **O senhor disse que assistia algumas reuniões do CONDEL, o senhor ia na qualidade de técnico? E assim, como é que eram?**
Olha, a estruturação da Sudene foi muito feliz, de uma certa forma, quando criou o chamado Conselho Deliberativo (Condel), que era o órgão que tomava as decisões estratégicas para a Secretaria Executiva cumprir. O superintendente da Sudene era o secretário do Conselho Deliberativo, o homem que preparava as pautas e as matérias técnicas que eram submetidas às deliberações do Conselho. Esse Conselho, sem dúvida, passou a se constituir no segundo maior fórum político do país, depois do Congresso Nacional. Veja que ele era formado por nove governadores, o estado maior das forças armadas, ministros da área econômica, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Ali eram tomadas grandes decisões de interesse do desenvolvimento econômico regional, com repercussão nacional. Era muito bom para a região a existência do Condel. Lamentavelmente a Sudene passou a não dispor, como não dispõe mais hoje em dia, das reuniões desse

Conselho. Preparavam-se as matérias já bem negociadas e, sob a liderança técnica de Celso, elas eram apresentadas ao Conselho. Era um órgão técnico da magna importância e de grande sentido para o que foi a Sudene da época de Celso. Era um verdadeiro poder que se contrapunha ao poder de Brasília. Porque o Nordeste, conforme os estudos do próprio Celso, era menos desenvolvido e transferia recursos para a região centro sul. Segundo os diagnósticos, nós tínhamos limitações de recursos naturais: 2/3 do Nordeste é cristalino e na região semiárida a precipitação pluviométrica é baixa e irregular. Em algumas regiões chove apenas 600 milímetros por ano, mas às vezes esses 600 milímetros caem em um, dois meses, e a gente fica dez meses sem chuva. E os solos também não são solos profundos; também são em grande parte cristalino. E na região da mata, também, há muitas limitações de qualidade de solo. Muito bem, se estima que naquele período de 1948 a 1956, segundo os estudos do próprio Celso, o Nordeste transferia, por mecanismo cambial, cerca de 24 milhões de dólares para apoio e desenvolvimento do centro sul do país. Mas esse não era o único mecanismo de transferência de renda do Nordeste para o sul, porque nós éramos superavitários na balança comercial, e esse superávit ficava com o governo. Ele utilizava para fazer importação de máquinas e equipamentos, ou de insumos que eram drenados para a região centro sul. Vamos mais ainda: o câmbio na época era câmbio diferenciado. Você tinha uma taxa de câmbio para importação de máquinas, uma taxa de câmbio para turismo, uma taxa de câmbio para importação de bens e consumo. A importação de máquinas era extremamente subsidiada, e esse subsídio ficava, obviamente, naquela região onde estava sendo implantado os novos núcleos de desenvolvimento industrial do país. Nós aplaudimos esse processo de desindustrialização da região Sul. No Nordeste temos, também, um núcleo de indústria forte. Esse núcleo era considerado por Celso essencial para o nosso processo de desenvolvimento, tanto para equilibrar o país, como, sobretudo, para gerar emprego. A gente hoje questiona: a indústria gera pouco emprego. Mas ela tem um efeito multiplicador muito grande na área de serviços. Na área de desenvolvimento da tecnologia a indústria tem efeitos, digamos assim, como os *forward linkages* de que falava Hirschman, *record linkages and forward linkages*, os efeitos para trás, no sentido de adquirir matéria-prima regional e fomentar, digamos, a produção de matéria-prima regional, inclusive sob a orientação tecnológica da

própria indústria; e os efeitos para frente, no que tange a oferta de bens essenciais à comunidade, no transporte desses bens e outros efeitos para frente, exceto na prestação de serviços complementares: vigilância, alimentação, transporte, consumo, renda, efeito multiplicador, etc.. Por conta disso ele propunha transferência, via os Planos Diretores, de recursos do orçamento para compensar essas perdas, que Celso fundamentava estatisticamente de forma irresponsável. Estatísticas que tinham por força da sua verificabilidade apoio no Congresso Nacional.

– **O senhor saiu em 64?**

Eu saí da Sudene em 64.

– **Depois da Sudene qual foi a atividade?**

Olha, eu vivi fora do estado de Pernambuco. Tentei montar aqui um escritório de consultoria jurídica e também na atividade econômica, mas dois dos meus sócios tiveram 48 horas para deixar a cidade, porque uma autoridade do sistema autoritário disse que não poderia garantir pela segurança física deles, tendo em vista a ação dos militares. Eu quero dizer que isso é o espaço das ditaduras. A gente quando vive da democracia não vive isso. Entendeu? Podia até declinar o nome dessas pessoas: um era o Ulrich Hoffmann e o outro Natania von Shosten, que também tinham sido dos quadros da Sudene. Eles tiveram 48 horas para deixar o Recife e o fizeram assustados, porque suas vidas estavam em risco. Também fui desaconselhado a deixar o Recife, mas terminei deixando. Fiquei dois anos e meio em São Paulo, trabalhei em Manaus, e trabalhei, também, no Rio Grande do Sul. Esse período foi muito bom num certo sentido. Dessas coisas todas reuni boa experiência. Trabalhei na Honda, em Manaus, e depois voltei e me instalei aqui em Pernambuco. Eu não me interessei em retornar ao serviço público na primeira Lei de Anistia, mas na segunda eu resolvi aderir e aceitar o processo. Retornei, juntamente com diversos outros companheiros, na segunda Lei da Anistia e tive a honra de participar da Sudene por mais nove anos, atuando, ao todo, quase dez anos e pouco.

– **E como foi essa volta?**

Essa volta se deu, repito, com a segunda Lei da Anistia, em 1985, já com a redemocratização. Eu voltei para o cargo que [já] tinha ocupado

antes, de técnico em desenvolvimento. O que é um cargo de técnico de desenvolvimento? Celso criou uma espécie de tropa de choque para o cargo de técnico de desenvolvimento. Eu tinha uma carteira especial que me dava poderes para solicitar informações a qualquer repartição pública estadual ou federal, de natureza estatística, portando-se como técnico em desenvolvimento. Eu guardo comigo essa carteira ainda como uma recordação. Então, nós pertencíamos a esse quadro. Eu retornei, mas logo depois esse quadro foi transformado. Tive a oportunidade de participar de muitas atividades com a experiência que pude reunir trabalhando para o setor privado e, também, para o magistério. [Pude] oferecer a minha contribuição complementar dentro de um contexto diferente, já na fase da democracia restaurada no Brasil, que foi para mim um motivo de honra e de satisfação, tendo me aposentado em 1992.

– **Como é que o senhor avalia a atuação da Sudene nesse período de redemocratização até os anos 90?**

Olha, como sabemos, o setor público brasileiro, nesse período de governo ditatorial e de redemocratização, não chegou a receber aquele mesmo tributo de respeito, de apoio que tinha na época de Celso Furtado. Conforme eu dizia, a proposta do Celso tinha muito de estatizante, mas reservando o seu espaço para o setor privado também desempenhar a sua função, reconhecendo a eficiência e a eficácia desses dados do setor privado. E repitamos: sempre preocupado com as soluções pacíficas dos problemas e dos conflitos sociais, sempre democráticas e sempre pelo diálogo, um diálogo evidentemente objetivo, forçado, conclusivo. Não o diálogo pelo diálogo. Agora, digo que já nesse contexto diferente a Sudene exerceu um papel muito positivo também para a região. Lamentei muito a sua desativação em 2001, resultado de equívocos, alguns da própria Sudene, e outros, sobretudo, de pessoas de fora da Sudene. Equívocos da Sudene, vou dizer um deles: nós mantivemos por muito tempo uma parceria com a Sudam, que para nós foi muito desgastante. Eu dou aqui alguns exemplos: a Sudam aprovava projetos para o setor primário, digamos, projetos agropecuários, de mais de 300 mil hectares de terra, inclusive permitia, na época, a antecipação de recursos de incentivos fiscais antes da contrapartida de recursos próprios que o empresário deveria aportar para receber esse recurso. Não era procedimento da Sudene. Aqui os projetos do setor

agropecuário, além de poucos, eram limitados em tamanho, bastante limitados. Se não me engano, inicialmente, eram 21 mil hectares; depois caiu para 12 mil hectares. E eram poucos. Nós pagávamos o preço de sempre, no Congresso Nacional, termos de apoiar, digamos assim, as propostas da Sudam. Eu recordo aqui uma atribuição que o superintendente me deu, certa vez, de ir a uma reunião em Belém do Pará. Sudene e Sudam juntas. Quando eu fiz a exposição do que eram as nossas diretrizes e as nossas medidas em relação às precauções para se administrar incentivos fiscais com mais rigor, com mais cuidado, para evitar qualquer desvio, eu fui tremendamente incompreendido e criticado pelo pessoal, sobretudo pelos empresários presentes. Senti até um clima de, mais do que anismitosidade, quase de ameaça, e resolvi sair de Belém do Pará um pouco às pressas, preocupado com a minha segurança pessoal. Eu relatei esse fato ao superintendente. Não obstante a isso, mantivemos a parceria que, em meu ver, foi prejudicial para a nossa imagem. Houve fenômenos desse tipo que pagamos um pouco pelo pecado dos outros. O grande erro do presidente Fernando Henrique Cardoso foi desativar a Sudene. Fez isso em cima de relatórios precipitados. Eu assisti uma coisa terrível na época. Foi um daqueles críticos da Sudene, o deputado federal José Pimentel, aliás, senador José Pimentel. Então do quadro do Banco do Nordeste que fez aqui essa confissão, digamos assim, vergonhosa. Quero lhes dizer que quando nos encontramos, que ele me estendeu a mão, e eu fiz questão de negar um aperto de mão a ele, ostensivamente.

– **O senhor acha que havia também uma espécie de manipulação da opinião pública, de campanha negativa em torno da Sudene? Enfim, atendendo a interesses políticos da época.**

Eu acho que sim. Os recursos eram limitados. Eu não trabalhava na área de incentivos fiscais; trabalhava numa outra área, mas acompanhava, porque se discutia muito [essas questões] dentro da Sudene. Sem dúvida isso existiu. É certo que os recursos eram limitados. Não atendiam a todo mundo. E de uma certa forma alguns grupos se insinuaram muito, de maneira muito forte, para utilizar incentivos da Sudene aprovando um, dois, três projetos... Havia a proposta dos técnicos da casa, que para cada grupo empresarial só se podia aprovar um projeto, e, tendo ele concluído esse projeto com sucesso, poderia se apoiar um segundo. Essa diretriz do aconselhamento não foi

acolhida pela alta direção da casa. Isso foi ruim para a imagem da Sudene também, entre outros fatores.

– **O senhor voltou aqui foi?**

Eu voltei aqui em 1985, depois da segunda Lei da Anistia.

– **1985. Como era esse prédio em 1985?**

Olha, esse prédio em 1985 já estava aqui. Funcionavam aqui algumas outras repartições. Não só do Banco do Brasil, [mas] repartições internacionais também. Mas, digamos, 70% [do prédio] eram ocupados pelos quadros da Sudene. Está certo? Eu quero dizer que a Sudene tinha uma estrutura muito forte. Ela tinha escritórios em todos os estados do Nordeste e a proposta inicial era, realmente, constituir-se num setor, numa sociedade de economia mista. Todas elas [sociedades de economia mista criadas pela Sudene] tinham sede aqui no prédio. Muitas delas foram desativadas, ou quase todas foram desativadas pelo governo autoritário. Mas havia muita efervescência e muita modificação na casa. Havia também muitos equívocos e muita frustração. Eu, por exemplo, faço aqui um depoimento. Eu ia ao refeitório da casa de camisa e gravata e os colegas, às vezes, vestidos descuidadamente, arrastando sandálias japonesas pelos corredores. Fui criticado pessoalmente, pela minha vaidade de querer andar de gravata dentro de uma repartição, quando aqui se devia, pelo clima, se trabalhar com maior liberdade. Eu digo: “você jamais me encontrarão aqui pelos corredores tomando um cafezinho numa xícara de plástico e muito menos como tu estás aí, com a barriga de fora e arrastando uma sandália japonesa.” Disse a eles: “jamais.” Eu era assessor do superintendente. E isso aconteceu também em incidentes, evidentemente, que foram poucos casos como esse que eu estou contando. Na generalidade, o comportamento era respeitoso e produtivo, dos companheiros da casa. Mas como eu recebi esse tipo de provocação e acinte, nessa oportunidade acho que devo fazer também esse depoimento, porque isso também existia.

– **Como é que o senhor avalia a questão do desenvolvimento regional nesse momento atual? E até fazendo, também, uma avaliação da Sudene hoje.**

Eu acho o quadro muito complexo. Eu lhes digo que eu não tenho muita clareza. Entendeu? Eu acho que nós temos ainda o problema

do desenvolvimento regional, as carências especiais da região. Eu participei do grupo de trabalho da Sudene na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988. Nós fizemos, ao meu ver, um bom trabalho, com a sistematização dentro do texto constitucional das diretrizes de se promover a redução das desigualdades regionais, e, inclusive, a inserção de instrumentos para a redução dessas desigualdades, com a hipótese de subsídio. Tudo isso está na Constituição. A sistematização das macrorregiões está na Constituição, em grande parte pelo trabalho que era dirigido pelo meu saudoso companheiro Antônio Carneiro Leão, de cuja equipe eu fiz parte trabalhando em Brasília. Agora, conforme eu ia dizendo, essa necessidade atual é complexa. Nós precisamos, realmente, de um tratamento ainda diferenciado para, sobretudo, assegurar recursos do governo federal para os projetos estratégicos da região. É inexplicável e injustificável que um projeto como a Transnordestina ainda não esteja [concluído]. Considere que o Porto de Suape é um porto sem ramal ferroviário. É inadmissível! É quase impensável que um porto com a dimensão de Suape, os propósitos de Suape, não tenha ramal ferroviário. E nós estamos sem ramal ferroviário há quase 20 anos. Depois, para a privatização para o setor empresarial, isso é inestimável. É preciso um encaminhamento mais rigoroso para esse caso, como também para o da transposição de bacias [do Rio São Francisco], processo que está atrasado, tem retoques técnicos a serem realizados. Vamos dar um exemplo: Adutora do Oeste. Aqui no estado de Pernambuco, onde há cerca de 48 municípios que precisam da água do São Francisco para terem condições de estabilidade para o abastecimento humano de suas populações... Tudo isso está atrasado, inexplicavelmente, e a Sudene sem força para agir, inobstante a boa vontade e ação, às vezes desesperada, dos superintendentes. Os governadores também passaram a assumir posições, digamos assim, conflitantes, cada um defendendo a brasa para a sua sardinha, querendo a promoção pessoal dos seus estados, perdendo a visão regional. Isso que não acontecia na época de Celso Furtado, tanto pelo contexto político como pela liderança que Celso tinha entre os governadores. E essa divisão, essa posição que, como é que a gente poderia dizer, fisiológica desses governadores, impede que os grandes projetos regionais tenham o tratamento adequado, com prejuízo para todos os estados. Esse é um contexto político.

- **Quais são as condições que o senhor imagina para que se retome essas condições dos anos 60, de Celso Furtado? O que falta hoje para que a gente tenha um projeto semelhante?**

Olha, eu tenho amigos que acham que o projeto Sudene já acabou e que ela deveria ser colocada na prateleira para ser julgada pela história. O contexto é outro, diferente. Passou a época dos 'ismos', aquela época, digamos assim, de uma utopia social, que hoje não se vive mais. Nós estamos vivendo uma época diferenciada, de economia virtual, por exemplo, que catequiza os jovens pelo inusitado da tecnologia, como se isso fosse a solução dos problemas materiais do mundo, quando em meu ver não é. Os grandes problemas materiais do mundo ainda são alimentação, energia, meio ambiente, e água, fundamentalmente. Pensar que 800 milhões de pessoas estão no mundo morrendo de fome, e que é preciso ainda produzir alimentos... Água é o que falta em São Paulo, falta no Nordeste e no mundo inteiro [temos] guerras por água. As denúncias de que no Oceano Pacífico se formam ilhas de resíduos plásticos de milhões de quilômetros quadrados, assustam. De vez em quando se pesca uma baleia cachalote... O Instituto de Desenvolvimento da França, num Congresso que houve há pouco, tomou conhecimento [que], no Equador, foi pescada uma baleia com 20 quilos de plástico no estômago. E o albatroz levando, no bico, tampas de garrafas de plástico para alimentar os seus filhos? ... Quando se abre a barriga de um filhote de albatroz na Ilha de Galápagos está cheia de tampas de garrafas plásticas... O mundo vive esses problemas e nós não podemos nos perder na metástase desses problemas virtuais, esquecendo dos problemas reais da sociedade. A sociedade vive isso. Estamos num contexto diferenciado. Essa é a minha visão do mundo.

- **Então, o senhor discorda de quem acha que a Sudene não ia ficar...?**

Eu acho que a Sudene histórica de Celso coube naquele momento. Era uma proposta correta, chamada, digamos assim, de *Fantasia organizada*, como o próprio Celso a chamou. Depois, ele publicou um outro livro onde a chamou de *Fantasia desfeita*. Mas aquela fantasia organizada eu acho que deve ficar na prateleira para ser estudada. Mas, convenhamos, também, ela teve sentido no seu contexto histórico, onde podia caber com uma força que realmente tinha, e que poderia ter sido maior, não fora o obscurantismo e o egoísmo, que

são componentes da personalidade humana, e em especial do sistema que eu chamo *auri sacra fames*, que é a fome sagrada pelo dinheiro.

– **Quando o senhor vem a esse [prédio]...**

Olha, devo dizer que a chamada Sudene histórica que eu vivenciei com aquela força da juventude, com aquela força que o americano poderia dizer, no coração selvagem da vida, aos 25 anos, não era aqui, era no outro prédio. Mas já retornando na segunda Lei da Anistia, quero dizer que esse prédio foi feito na época do governo autoritário, sem dúvida com propósitos respeitáveis, mas não sei se corretamente. A visão era para ter grandiosidade, ter expressividade, a monumentalidade de um castelo. Entrei aqui com muito respeito. É um prédio, é certo [feito], pela seriedade dos quadros que aqui encontrei, das pessoas que aqui estavam, pretendendo fazer o melhor, cumprir a missão institucional da casa.

– **Doutor Adalberto, veja só: esse esvaziamento da Sudene passa pela ausência dos antigos diretores... porque depois disso começou o Pró-Nordeste, o Pró-Terra... começaram esses projetos todos determinados pelo governo federal, e a Sudene apenas fazia o papel de mediador, talvez. É como se ela não tivesse decidindo mais, não tivesse a interlocução dos pares dentro do Conselho... Seria isso?**

É, a professora Angela levanta essa questão de projetos que vem de fora para que a casa os absorva e os conduza. Alguns, com certa aderência, digamos, regional, mas precisando receber, por parte da casa, já que essa é a sua missão, o seu detalhamento, o seu aperfeiçoamento, a sua exata adequação... projetos esses que foram empurrados de Brasília para cá. Quando se enfraqueceu, o Conselho Deliberativo da Sudene era o quê? Era a concentração de poderes em Brasília. O ministro do Interior, o ministro da Integração Regional punha no seu Gabinete aquilo que deveria ser discutido aqui no Conselho Deliberativo da Sudene. Isso foi um verdadeiro crime, que eu não



Eu tenho amigos que acham que o projeto Sudene já acabou e que ela deveria ser colocada na prateleira para ser julgada pela história. O contexto é outro, diferente. Passou a época dos 'ismos', passou aquela época, digamos assim, de uma utopia social, que hoje não se vive.



digo contra o Nordeste, mas contra o Brasil, porque desenvolver o Nordeste é desenvolver o Brasil: impedir que os problemas da região pudessem ser discutidos no Conselho Deliberativo, aperfeiçoados, e, sobretudo, aprovados para serem executados com maior motivação, com mais sentido de responsabilidade. Aquilo era ponto de honra para eles. Aquela questão de honra que estava no projeto original da Sudene quando os Planos Diretores eram elaborados e defendidos, isso, de fato, enfraqueceu o órgão. Sem dúvida, essa super concentração de poderes em Brasília enfraqueceu a região em prejuízo da ineficiência da instituição, em prejuízo dos interesses, repito, regionais e até nacionais.

- **A Sudene acreditava que com a Constituição de 88, que o senhor participou ativamente, pudesse ter um papel maior, não é? Isso não aconteceu.**

Verdade. Foi uma última tentativa de sistematizar as ações regionais, mas a Constituição Brasileira, chamada Constituição Cidadã, também trouxe fortalecimento para os estados e sinalizou para os governadores dos estados que eles podiam se afirmar isoladamente. Cada um procurou, de certo modo, defender a sua sardinha isoladamente, sem pensar no coletivo regional, com perdas para todos.

- **E hoje, como é que fica esse desenvolvimento regional?**

Olha, o quadro é complexo. Eu acho que Sudene ainda tem uma missão importante que são esses incentivos fiscais de redução de imposto de renda, ou incentivos relacionados com outros tributos que ela ainda pode administrar. Eu acho que a Sudene tem uma atribuição muito forte também na distribuição do Fundo Constitucional do Nordeste, que é administrado pelo Banco do Nordeste, e que tem que se adequar às prioridades regionais. Eu acho, entre outras coisas, o CREDAMIGO cobrava até pouco tempo uma taxa de juros muito alta, e isso não passava pelo Conselho Deliberativo da Sudene. Ora, o Conselho tinha representante também dos trabalhadores, trabalhadores no setor primário, secundário e terciário, e também dos empresários. Passasse isso no Conselho Deliberativo, os trabalhadores teriam estudado isso com mais vagar, levado o assunto a apreciação dos demais conselheiros e ajustado esse programa, assegurando benefícios adequados para esses segmentos social na utilização desse recurso, que é um recurso oficial, que o banco tem a custo zero, que é o recurso do Fundo

Constitucional, Artigo 159, Inciso 1º, se não me engano, letra B, letra C, da Constituição Federal. Recursos destacados do imposto de renda e do IPI, que são impostos federais, que se destinam aqui ao Nordeste. Precisam ocupar com mais força esse espaço, o que é difícil porque só através do Conselho Deliberativo que é possível se fazer. E o Conselho Deliberativo tem dificuldades de se reunir em virtude, digamos, do personalismo dos governadores, que a sociedade toda constata isso. Perde a região, e perde o estado, e o povo desses estados. É a minha visão. Certo?



Quando se enfraqueceu, o Conselho Deliberativo da Sudene era o quê? Era a concentração de poderes em Brasília. O ministro do Interior, o ministro da Integração Regional... cada um punha no seu Gabinete aquilo que deveria ser discutido aqui no Conselho... Isso foi um verdadeiro crime, que eu não digo contra o Nordeste, mas contra o Brasil.



- **O Conselho de antes também tinha nuances, diferenças de partidos, e mesmo assim, havia coesão. Hoje, além desse personalismo de que o senhor falou, tem as diferenças partidárias, mas os conselheiros não têm aquele interesse comum e não enxergam mais isso como um fórum. O que a instituição poderia fazer, na sua visão?**

Olha, como está se podendo fazer, digamos assim, tem um pensador que diz: “resisti brava e dignamente, resisti”, fazer o possível com dignidade como está se pretendendo fazer, e tentar avançar, serenamente, mas de forma firme, buscando ocupar esses espaços como esse, de melhor administração do fundo, de financiamento do FNE. Certo?

- **Eu queria só fazer uma última pergunta: o que o senhor acha que deveria ficar para a história? Já que a gente está fazendo o registro histórico sobre a Sudene. O que o senhor acha que deveria ficar, digamos, registrado nessa memória aqui, da Sudene?**

Eu acho que um tributo de reconhecimento ao que foi a Sudene histórica de Celso Furtado. Foi um projeto especial, elaborado para o Nordeste e para o Brasil, no sentido de melhorar a sociedade brasileira, em primeiro lugar, com a maior integração nacional. E,

também, buscando motivar as pessoas dentro de um ethos bem forte de objetivação com interesse de compromisso ético com os interesses sociais, única maneira de se mudar a sociedade. Porque é como diz José Saramago, o verdadeiro progresso não é o progresso material; é o progresso moral. E sem o progresso moral não haverá progresso material efetivo, ou satisfatório. Bom, era o que eu tinha a dizer, não sei se valeu a pena, mas...

Leonides Alves da Silva Filho*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



A Sudene foi uma instituição que ordenou o processo e criou na região um tratamento de desenvolvimento para os problemas do Nordeste. Anteriormente, o único tratamento que tinha de enfoque de política era o aumento da oferta d'água, que era o grande papel do DNOCS. A Sudene contribuiu para gerar uma mentalidade, um tratamento e uma abordagem global em termos de desenvolvimento dos problemas da região. Todo enfoque era dar um tratamento global e evitar o pires na mão, a nível do governo central.



* Entrevista realizada em 14/12/2014, no contexto das atividades do Procondel (Sudene – UFPE), por Angela Nascimento, mestre em Ciência da Informação, e Fernando Weller, cineasta, doutor em Comunicação pela UFPE, professor e Coordenador adjunto do Departamento de Comunicação da mesma universidade, e cedida aos organizadores da Trilogia *Celso Furtado: a esperança militante*.

O Nordeste e um instrumento de desenvolvimento regional

O piauiense Leonides Alves da Silva Filho é bacharel em administração pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FVG) e bacharel em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professor aposentado da UFPE. Integrou os quadros técnicos da Sudene por mais de 30 anos e durante este período ocupou diversas comissões, diretorias, foi Superintendente de Desenvolvimento Social, de Infraestrutura e Superintendente Adjunto. Também chegou a ser consultor das Nações Unidas (em Caracas e em Lima) e da Vice-Presidência da República.

No início da fundação da Sudene compôs seu Conselho Deliberativo como Secretário de Planejamento do Estado do Piauí, período que passou a conviver com Celso Furtado e a ser influenciado pelo intelectual paraibano na sua forma de pensar e de atuar sobre o planejamento e sobre a questão do desenvolvimento do Nordeste.

Durante a sua trajetória profissional o professor Leonides organizou, coordenou, apresentou e publicou diversos trabalhos técnicos e científicos em eventos (congressos, simpósios, colóquios, seminários) nacionais e internacionais, sempre envolvendo as temáticas do planejamento, do desenvolvimento do Nordeste e do papel da Sudene nesses processos. Destaques para os livros: “Sudene 50 anos: uma abordagem política, institucional e administrativa” (2009) e “Piauí: uma política de desenvolvimento” (2010). Também foi Coordenador do Movimento Acorda Nordeste (MANO) e Presidente do Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento (INAD), com sede em Recife.

Em reconhecimento a longa e profícua carreira pública, o professor Leonides recebeu várias homenagens, inclusive da Câmara Federal em 2016, pela passagem dos seus 80 anos, em razão da sua caminhada pública na Sudene e a pela sua atuação em pró do desenvolvimento do Nordeste. Recebeu, também, a Medalha do Mérito Joaquim Amazonas (2019), concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco.

A entrevista com o professor Leonides Alves foi realizada pelos pesquisadores Angela Nascimento e Fernando Weller, no contexto do Projeto Procondel (Sudene/UFPE)¹. Começou com ele discorrendo sobre o seu percurso de formação, sua chegada e trajetória na Sudene. Afirmou que é produto da instituição, mesmo considerando que passou 35 anos como professor da UFPE – ensinando disciplinas de “administração para o desenvolvimento”. Disse que participou da Fundação da Sudene, integrando seu primeiro Conselho Deliberativo e que, a partir daquele momento, passou a ter muito contato com o pessoal de vanguarda, como Celso Furtado e Naílton Santos. Terminada a gestão na Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, fez concurso e ingressou nos quadros técnicos da Sudene.

Para o professor Leonides, a criação da Sudene não foi uma vontade pessoal do presidente Juscelino Kubitschek: ele foi pressionado a criá-la em função das secas simultâneas, do contexto internacional e, sobretudo, das tensões sociais na região, destacando-se, nesse contexto, as Ligas Camponesas, comandadas por Francisco Julião, e a influência da Igreja Católica. Segundo ele, as tensões, “dentro de uma postura esquerdista”, também deixaram as elites dominantes receosas e temendo a quebra da estabilidade política e o não atendimento de seus interesses.

De acordo com Leonides, os primeiros movimentos de desenvolvimento no Nordeste se deram com a criação do DNOCS, a instalação da Chesf, a criação do BNDE (hoje BNDES) e a criação do Banco do Nordeste e, depois, a Sudene. Nessa perspectiva, explicitou que o desenvolvimento passou a ser entendido como o aumento do produto interno bruto, geração de emprego e renda “em decorrência da combinação dos fatores de produção”. Historiciza o processo sociopolítico da criação da Sudene e a vinculação de Celso Furtado com esse contexto e, também, com a política de desenvolvimento do Nordeste. Aponta que a grande contribuição de Celso Furtado foi trazer a mudança do entendimento sobre desenvolvimento que até então era visto, pela maioria dos profissionais da região, só pelo viés econômico.

1 O Procondel (<http://procondel.sudene.gov.br/>) foi o projeto de preservação e disponibilização do acervo do Conselho Deliberativo da Sudene Condel, período 1959 – 2000, realizado pela Sudene em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco entre 2013 e 2016, e tinha como meta a preservação desse acervo e a universalização do seu acesso, coordenado pelo professor doutor Marcos Costa Lima e pela professora mestra Angela Nascimento.

Afirmou, ainda, que Celso Furtado trouxe para a Sudene muito da filosofia e da ação da CEPAL e acrescentou que a sua capacidade de negociação e articulação transformou o que era predominantemente planificação estatal, em uma ação planificadora global, envolvendo a integração entre o setor público e o setor privado. Na leitura de Leonides, Furtado incutiu essas ideias no corpo técnico da Sudene (o desenvolvimentismo), mas tudo isso acabou profundamente comprometido com o golpe de 1964.

Indagado se a Sudene era um projeto avançado demais para a sociedade na época, respondeu que “era extremamente avançado e que continua sendo”. Concluiu afirmando que o papel da Sudene no desenvolvimento do Nordeste foi de “contribuir para gerar uma mentalidade, e um tratamento, e uma abordagem global em termos de desenvolvimento dos problemas da região”.

(João Morais de Sousa)²

Entrevista

– **A gente queria começar assim: o senhor contando a sua história, a sua formação, como o senhor chegou à Sudene, como foi a sua longa caminhada, para começar.**

Muito bem, inicialmente eu agradeço a oportunidade de estar aqui para conversar sobre o que para mim é extremamente gratificante: a Sudene. Eu sou produto daquela instituição, embora eu tenha também trabalhado na universidade (UFPE) como professor de administração para o desenvolvimento durante 35 anos. Eu sou da Sudene e da universidade. Já que você me pediu para dizer alguma coisa, vamos lá. Depois de ter terminado o curso de Administração na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, eu fui para o estado do Piauí. Eu sou de lá. E lá nós criamos a Secretaria de Planejamento. Fui secretário da Fazenda, de Administração, do Planejamento. Tinha,

2 Sociólogo, doutor em Sociologia e Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Publicou livros e artigos sobre coronelismo, poder local, ensino de ciências sociais, o universo da seca, turismo e educação. Estuda, atualmente, as relações entre arte, cultura popular, cidadania e desenvolvimento sustentável

por consequência, muito relacionamento com a Sudene. Porque na condição de Secretário de Planejamento eu era o representante do Estado no Conselho Deliberativo. Todo mês eu vinha aqui, tinha muito contato, o tempo todo, com Celso Furtado, com os outros diretores antigos, altamente competentes, como Naílton Santos, Juarez Farias, Marcos Lins... Todo esse pessoal de vanguarda. Mas [eu vinha] na condição de conselheiro, defensor dos interesses do estado do Piauí.

- Então, doutor Leonides, nesse momento o senhor era do Conselho, mas como e quando o senhor passou para o outro lado do campo, por exemplo?

Quando houve a mudança política do governador, que eu trabalhava para o governador vencedor, que embora fosse meu amigo também, o famoso político nacional Petrônio Portella Nunes, eu resolvi fazer uma experiência de desenvolvimento global e escolhi a Sudene. A Sudene estava em concurso, em duas etapas. Na etapa I, nós tínhamos que apresentar um trabalho para julgamento, e eu apresentei um trabalho sobre desenvolvimento agrário no Nordeste. Passando na primeira etapa, eu então fiz a segunda e também fui aprovado, mas a gente só era admitido se fizesse um curso de técnico em desenvolvimento, de seis meses. Era a condição final para admissão. E aí eu cheguei à Sudene, inicialmente, como técnico. Mas nessa conversa eu gostaria de enfatizar os aspectos políticos institucionais e administrativos da instituição e tentar tirar algumas lições, já que é um depoimento com ênfase histórica. O primeiro aspecto que eu gostaria de ressaltar é que a Sudene não surgiu por uma mera vontade do presidente Juscelino Kubitschek. O presidente foi induzido a criar uma instituição de desenvolvimento regional para o nordeste. Por quê? Na década de 1950, havia uma fermentação social no Nordeste, incontrolável. Nós tínhamos aqui, comandados por Francisco Julião, as Ligas Camponesas, que faziam uma grande mobilização social. As tensões sociais aumentavam, secas periódicas assolavam a região, a Igreja se movimentou no sentido de tentar forçar uma tensão maior do governo federal para o Nordeste, e, ao lado disso, havia uma fermentação nacional e internacional no sentido de começar a tratar os problemas sob o enfoque do desenvolvimento. Desenvolvimento entendido como aumento do produto interno bruto, e, simultaneamente, geração de emprego e renda em decorrência da combinação

dos fatores de produção. Então vejam: o primeiro sinal de instituição de desenvolvimento do Nordeste foi a criação da Chesf por Getúlio Vargas, em 1945, e que foi instalada em 1948, tendo como sede o Rio de Janeiro. O primeiro presidente da Chesf foi Apolônio Sales. A Chesf, em 1954, lançou a primeira grande usina: inaugurou Paulo Afonso, com 180 MW. O governo foi muito criticado, na época, porque achava que tinha feito um investimento de mais para consumo de menos. Em seguida, no plano internacional, foi criada a Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina, em 1948. E aí se iniciou todo um processo de tratamento dos problemas econômicos dentro de um enfoque de desenvolvimento. A Cepal tinha uma abordagem do processo que na época se chamava planificação do desenvolvimento. A ação planificadora era centrada basicamente na intervenção do Estado; não era na atividade privada. Mas as tecnologias se desenvolveram enormemente. No Brasil, em junho de 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (na época, BNDE), que surgiu como uma grande instituição de desenvolvimento. Um mês depois, em julho de 1952, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil, a primeira instituição de desenvolvimento regional. Já havia o DNOCS, mas [atuando] dentro do enfoque de aumento da oferta da água, sem uma preocupação de desenvolvimento. Ao lado dessas duas instituições, secas simultâneas aconteciam na região e as Ligas Camponesas cresciam rapidamente dentro de uma postura esquerdista, que era moda, e que hoje já não é mais. Então, as elites dirigentes começaram a ter receio do que estava acontecendo porque o não atendimento de certas pretensões socioeconômicas da região poderiam pôr em risco a estabilidade política nacional, já que nós tínhamos e temos, de certa forma, 1/3 da população brasileira. Aí, aparece a Igreja católica. Os bispos promoveram uma reunião em Campina Grande, em 1956, e saiu uma carta registrando os principais fatos, exigindo uma posição do governo. Como decorrência da reunião de Campina Grande, também foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - o GTDN. E quem foi presidir esse grupo foi um grande paraibano chamado Aluísio Campos. Nesse tempo, 1956, Celso Furtado não estava no Brasil. Ele era secretário geral da Comissão Econômica para a América Latina no Chile. O presidente do BNDES era o Cleantho de Paiva Leite. Esse pessoal todo eu convivi com eles. Cleantho, então, convidou Celso para vir para o Brasil assumir uma diretoria do BNDE. Celso Furtado deixou a Cepal e admitiu vir para o BNDE numa

condição: de que na diretoria do banco ele tratasse, prioritariamente, dos problemas do Nordeste. Surgiu, aí, a vinculação de Celso com a política de desenvolvimento do Nordeste. Rapidamente, ele despontou lá da parte técnica e assumiu o GTDN. Desde então, passou a receber diretamente do presidente Juscelino Kubistchek determinações para tratar e encaminhar estudos do Nordeste. O quadro do Nordeste piorava assustadoramente. Em 1958, por iniciativa do deputado pernambucano, olindense, Barreto Guimarães³, juntamente com a Igreja, houve a reunião dos bispos em Salgueiro, reunião muito agitada. Tem documentação sobre isso. E a partir dessa reunião...⁴

– **Agitada por quê?**

Extremamente agitada dentro de um contexto de tensão, de exigências, de demonstração de que a instabilidade socioeconômica da região estava incontrollável. Logo em seguida, teve uma seca enorme também em 1958. Em janeiro de 1959, para não entrar em muitos detalhes históricos, o presidente Juscelino convocou uma reunião, que foi realizada no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Convocou governadores, políticos, [e] fez uma análise inicial de todo o quadro. Precisava tomar medidas urgentes, e convocou Celso Furtado. Celso fez uma exposição e apresentou as primeiras conclusões do GTDN. O presidente Juscelino determinou rapidez nos estudos e a apresentação de uma política para o desenvolvimento do nordeste o quanto antes. Acontece que a pressão sobre o presidente passou a ser extremamente forte. Em fevereiro do mesmo ano, ele convocou uma segunda reunião e, desta vez, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Para essa reunião ele convocou, inclusive, um membro da Igreja, o querido Dom Helder Câmara; convocou também os governadores, ministros, deputados, senadores. E nessa reunião, com base em sugestões do Celso Furtado, ele lançou a Operação Nordeste, conhecida como Openo. Era uma operação, não era um instrumento

3 José Antonio Barreto Guimarães (1923-1997) foi deputado estadual em Pernambuco, Vice-governador, secretário de Estado, prefeito de Olinda e Conselheiro do Tribunal de Contas Estadual.

4 Na realidade, o Encontro de Salgueiro foi realizado pela Comissão da Área das Secas da Assembléia Legislativa de Pernambuco, sob o comando do Deputado Barreto Guimarães. Vide artigo <http://procondel.sudene.gov.br/ArtigosDetalhes.aspx?Id=1003>. Já o Encontro dos Bispos aconteceu, o primeiro, em Campina Grande-PB, de 21 a 26 de maio de 1956; e o segundo, de 24 a 26 de maio de 1959, em Natal-RN.

operativo para a promoção do desenvolvimento. Simultaneamente, ele criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - Codeno⁵, e designou Celso como secretário executivo. Qual é a primeira lição que eu gostaria de destacar para efeito de análise para pesquisadores e estudiosos? É que o Nordeste conquistou um instrumento de desenvolvimento regional. Não foi uma dádiva política. Graças a tensão social e a fermentação que estava havendo naquela quadra, o governo foi induzido a partir para a criação de uma instituição, numa tentativa de acalmar a região e evitar problemas maiores. Mesmo porque, na época, o governo era extremamente criticado. Ele estava no auge da construção de Brasília, de centralização das ações governamentais prioritariamente em Brasília, o que era verdade. E, simultaneamente, ele estava concentrando políticas especiais em São Paulo, principalmente na instalação da indústria automobilística, que surgiu também por essa época. De forma que aí o Nordeste conquistou esse espaço, criando a Sudene.

- **Doutor Leonides, então essas coisas aconteceram: encontro dos bispos, encontro em Salgueiro, Codeno, Openo, o Decreto para criar a Sudene. O senhor estava onde, se formando no Rio? Como é que a juventude estava vendo isso, percebia essa movimentação?**

Angela, na época eu comecei o curso de administração no Rio em 1956 e terminei em 1959. O nosso paraninfo, por coincidência, foi Celso Furtado, que eu não o conhecia. Acontece que eu sempre me interessei por esses aspectos. Eu fui do segundo curso de administradores formados no Brasil. Não havia isso no Brasil. Havia o técnico em administração do DASP, do Departamento Administrativo do Serviço Público. Então, eu comecei na Fundação e sempre me interessei bastante por esses aspectos econômicos. Existia no Brasil uma instituição considerada de esquerda chamada ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, com grandes nomes nacionais: Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré, um sociólogo famoso internacional chamado Guerrero Ramos. Havia lá no ISEB um jornal chamado *Semanário*. Para a minha sorte, eu fui aluno do Guerrero Ramos, do

5 O Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – Codeno foi instalado em 25 de abril de 1959, no Teatro Santa Isabel, no Recife-PE, com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek.

Aurélio Buarque de Holanda, autor do dicionário. Eles eram professores da Fundação Getúlio Vargas. Numa das aulas o Guerrero disse: “meu filho, você tem vocação de jornalista. Nós temos lá um jornal que está meio abandonado”. Eu digo: “eu não entendo disso professor”. “Não, mas não tem esse negócio de entender, não. O jornal é do Instituto. Tem um jornalista tal que orienta. Eu estou precisando de alguns alunos que no jornalismo a gente chama foca”. Então eu fui para o *Semanário*, e ali eu aprendi. Na época pesada do país, na época mais militarizada, esse jornal foi extinto etc. e tal. Mas aí eu era uma espécie de repórter amador. Por conta disso, eu vivi todos os problemas ligados à administração fazendo o curso, e, também, como uma espécie de estagiário do *Semanário* na Fundação. Ainda por conta disso eu tive incursões na UNE, União Nacional dos Estudantes, que não foi na época do Clemente⁶. O Clemente é mais novo do que eu. Ele chegou depois. Na UNE, uma época lá, eu estava respondendo, acho que como secretário geral, e convidei o governador do Piauí para ir lá fazer uma palestra. Não disse a ele que era do Piauí. Presidi a reunião, muito debate, muita crítica... O nosso governador era de uma linha de esquerda forte, tanto é que foi cassado muito rapidamente. No meio da coisa ele disse: “vem cá, você é do Piauí?” Eu digo: “sou”. Quase que eu dizia: “sou do Piauí, e daí?” Então ele disse: “olha, quando você terminar o curso me passe um telegrama. Eu te mando uma passagem, e você vai então a Teresina conversar comigo. Eu assumo no dia 1º de janeiro”. Por conta dessa conferência que eu convidei o governador para ir fazer, abriu assim... Aí eu cheguei à Sudene [também] por conta disso. Então, eu fui conversar com o Chagas Rodrigues⁷, que já faleceu, e lá eu virei tudo, [até] dono da Rádio Clube de Teresina, que atualmente é quem retransmite a Globo, e estive lá em alguns cargos. Na verdade, tem coisas na vida gente... Eu fui funcionário da Rede Ferroviária Federal durante 90 dias, porque eu passei no concurso, assumi, mas aí o governador [do Piauí] me chamou. Eu conversei com ele e ele me convidou logo para ir lá: queria estruturar a Secretaria de Planejamento. A Sudene começava essa onda. Acabava de ser criada, estava quentinha. E a

6 Clemente Rosas, técnico da Sudene (1963-1964 e 1985-2001).

7 Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1922 - 2009) Governador do Piauí (1959-1962), Deputado Federal pelo Piauí (1951-1959; 1963-1969); Senador pelo Piauí (1987-1995).

gente, para vocês terem uma ideia - é interessante, também, como lição na vida - tem que fazer opções, às vezes arriscadas, mas tem que fazer. Na Rede Ferroviária eu ganhava o triplo do que o Estado iria me pagar como secretário. O governador disse: “eu vou tentar a tua disposição com o Renato Feio”, que era o presidente da Rede na época. Mesmo ele sendo ligado ao João Goulart, ligadíssimo, presidente que eu conheci também pessoalmente, ele não conseguiu que eu ficasse à disposição. E eu cheguei no Palácio, e o governador disse: “está aqui a negativa contra a sua disposição.” Eu: “governador, não tem problema, eu vou pedir demissão”. “Você vai pedir demissão?” “Vou. Governador, eu sou muito novo para estar preocupado com a aposentadoria”, foi a minha resposta para ele. Pedi demissão da Rede. Agora, não fiz à toa. Foi dentro de uma concepção de planejamento global e de longo prazo. Eu digo: “na Rede Ferroviária eu vou ficar o tempo todo fazendo cálculo de custo de transporte ferroviário. E vou me aposentar aí. Aqui não. Em terra de cego quem tem um olho é rei. Eu vou criar a Secretaria de Planejamento, vou participar da reunião da Sudene, quer dizer, vou estar em reuniões com o BNDE atrás de financiamento, Banco do Nordeste... É outro mundo”.

– **O senhor tinha quantos anos?**

Tinha 23 anos e meio, eu me formei com 23 anos.

– **Então eu posso dizer, talvez, que o senhor foi o conselheiro mais jovem a participar das reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene - Condel?**

Eu acho que sim. Eu convivi com gente importantíssima: o general Afonso de Albuquerque, da ala esquerda do Exército; um grande amigo dele que também acabou sendo superintendente da Sudene, que foi o general Euler Bentes Monteiro, um dos melhores superintendentes que a Sudene teve... Ao lado de Celso Furtado, eu reputo os dois melhores superintendentes da Sudene: o general Euler e o general Nilton, este último sem comparação. De forma que eu cheguei na casa assim, no meio daquele bando de gente sabida... Tudo governador e eu ali ouvindo. O Chagas Rodrigues vinha muito pouco à instituição.

–**Chagas Rodrigues era quem na Sudene?**

Ele era conselheiro, governador do estado do Piauí.

– **Então o senhor vinha representando ele?**

É, eu vinha representando o Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, governador do Piauí. E o secretário executivo do Conselho era o Osmário Lacet. Eu tive muito com ele. Eu não tenho segurança, mas eu acho que foi na segunda reunião do Conselho. Eu estou em dúvida agora se foi na reunião do Conselho ou na reunião do Codeno, que o doutor Celso esteve lá, e lá eu conheci o Osmário, dei apoio, etc. e tal. Foi por aí. Agora, voltando à Sudene e as lições do ministro Celso Furtado. Como ele começou a operar? Chegou aí não havia nenhum entendimento de desenvolvimento. A maioria dos profissionais da região e até do Brasil não tratava o problema do desenvolvimento dentro de um enfoque global; só dentro do viés da economia. Então o doutor Celso partiu para alguns princípios básicos. Celso era um padrão extremamente austero. Ele falava com as pessoas de cima para baixo, guardava uma certa distância. É um depoimento pessoal. No JK⁸, por exemplo, quando ele entrava no elevador, se tinha quatro pessoas, o elevador subia direto para o 13º andar e só depois voltava distribuindo o pessoal. São coisas que não estão escritas. Então, isso não significava pernosticismo, orgulho. Era o estilo do cara. Até que a gente aceitava isso com muita tranquilidade. Mas, evidentemente, que ele começou: “eu tenho que conhecer o Nordeste”. Foi a estratégia. “Então para eu conhecer o Nordeste, eu tenho que fotografar o Nordeste”. Aí passamos a ter o brutal programa de levantamento aéreo fotogramétrico feito na época por uma empresa que não existe mais chamada Cruzeiro do Sul. Então, o grande trabalho inicial foi hidrológico, geológico, cartográfico, para a gente ter mapas e cartas que pudessem planejar e intervir sobre a realidade. Dentro disso a segunda linha foi: “tem que ter gente para fazer as coisas”. Foi outra grande lição. Ele vinha da Cepal e aí se articulou com ela. A Sudene montou um programa de formação chamado de TDE (Técnicos em Desenvolvimento Econômico). Qual era o objetivo da Cepal aqui no início? Qual era o objetivo disso? Celso queria que o advogado, que o economista, que o agrônomo, que o engenheiro, quando tratasse o problema do desenvolvimento tratasse dentro de um enfoque global. O enfoque dele era criar um engenheiro do desenvolvimento e não um fazedor de estrada, às vezes sem nenhuma preocupação com o escoamento adequado [da

8 Edifício JK, segunda sede da Sudene, na Av. Dantas Barreto, 315, Santo Antônio, Recife-PE.

produção]. Então, tinha o engenheiro do desenvolvimento, o economista do desenvolvimento, o advogado do desenvolvimento, e não advogado com mentalidade de promotor, que ele não admitia. Ele dizia: “gente, advogado é para resolver problema, não é para me dizer o que eu não posso fazer! Vocês têm que ser profissionais de fazer as coisas”. Então, eu sou produto desse curso. O Salmito⁹,

que foi superintendente, fez o curso; o doutor Clemente Rosas foi meu colega de turma no curso... Então, faz levantamento aéreo fotogramétrico, treina pessoal e dá bolsa de estudo para as universidades que interessam à Sudene. A Sudene passou a dar bolsa de estudo para todos os alunos de Economia, de Agronomia, de Geologia, que eram as áreas consideradas mais prioritárias de curto prazo. Ele foi muito criticado no início por não ter dado prioridade à Educação. Não é verdade. Ele dizia o seguinte: “em um primeiro momento eu preciso ter quem planeje a Educação. Como se faz educação? Qual é o diagnóstico da educação?” Então ele montou, também, vários cursos de planejamento e programação educacional. Veio gente do mundo todo aí. Eu lembro, assim, de uns dez cursos de planejamento ao lado do de desenvolvimento. Agora, na estratégia montada, o outro segmento que ele adotou foi criar o mínimo de infraestrutura que pudesse trazer empresários. Por exemplo, nós não vimos um hotel de quatro estrelas no Nordeste em 1960, nenhum. Então Celso procurou construir estradas básicas, garantir o mínimo de aparelhamento dos portos para poder dar vazão à produção... quer dizer, ele procurou fazer o possível para que o Nordeste tivesse condições mínimas de infraestrutura, para iniciar um processo sustentável de desenvolvimento.



Qual era o objetivo dado pela Cepal aqui no início, qual era o objetivo disso? Ele [Celso Furtado] queria que o advogado, que o economista, que o agrônomo, que o engenheiro, quando tratasse o problema do desenvolvimento tratasse dentro de um enfoque global.



- **Doutor Leonides, o senhor acha que o projeto da Sudene era um projeto avançado demais para a sociedade da época, ou não?**

Era extremamente avançado. Por que avançado? E por que continua avançado? Não existe no Brasil e, se duvidar, no mundo, uma

9 Valfrido Salmito, nono superintendente da Sudene (1978 – 1984).

instituição como foi a Sudene! Principalmente na sua concepção. Na hora que você coloca governadores, ministros da área econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste... você junta tudo num bolo só - o processo decisório nacional e regional - e você obriga esse Conselho a desenvolver um raciocínio de desenvolvimento?! ... E Celso fazia isso com uma maestria impressionante! Cada reunião que a gente tinha com ele era uma aprendizagem de laboratório!

– **O senhor disse que a Sudene foi um projeto muito avançado para a época. É possível imaginar a Sudene sem o Celso Furtado?**

Quanto a concepção da instituição, eu gostaria de fazer o seguinte comentário: a Sudene, sob o ponto de vista jurídico, é um ente único, composto por um Conselho e por uma Secretaria Executiva. Eles não existem separadamente, como se tentou fazer recentemente. Um dos principais avanços da instituição, quando ela teve um Conselho basicamente político e uma Secretaria Executiva, serviu para nos dizer: “olha, não adianta fazer determinadas proposições porque não vai haver suporte político”. Isso não significava limitar nossa capacidade técnica de realizar diagnósticos, prognósticos, objetivos e metas. Mas alertava para o seguinte: a gente podia fazer, podia propor avanços, mas sabendo que teria que desenvolver uma estratégia especial para isso. Por outro lado, dentro da mesma instituição, os políticos sabiam que era um grande problema inicial que a gente tinha com eles: faziam determinadas proposições que não tinham nenhuma sustentação em termos de desenvolvimento. Então, nós delimitávamos, dávamos referencial para os políticos de um modo geral, e eles também nos davam. Esse processo interativo foi altamente benéfico. Por outro lado, tinha algo extremamente complicado de administrar e que exigia uma grande capacidade de negociação e articulação: a Sudene tem uma dupla vinculação. Ela é subordinada ao Poder Executivo, mas não é integralmente subordinada, porque era subordinada, também, ao Conselho, que é composto por governadores eleitos por voto direto. Então, o superintendente tem que fazer, o tempo todo, uma articulação entre a área política do Conselho e a área política de todos os estados, partindo do pressuposto de que os estados são personalidades jurídicas e de direito público autônomos, não subordinados à Sudene. Compõe o Conselho, mas a Sudene não tinha poder de mando. Nós

ganhámos muito espaço quanto a um possível poder de mando pela competência técnica; nós tínhamos muito mais condição técnica de orientar os estados. Hoje, não. Os estados têm muito PHD's, tem muito mestre, belas universidades, grandes centros de pesquisas. Então, a postura de uma instituição desse tipo tem que ser diferente. A estratégia inicial da Sudene foi muito produto da filosofia e da ação da Cepal. Celso veio de lá com toda essa filosofia, discernimento, competência, inteligência, capacidade de negociação, capacidade de articulação... Ele transformou o que era, predominantemente, planificação estatal em uma ação planificadora global, considerando a integração entre o setor público e o setor privado. E teve um grande mérito: ele incutiu em cada um de nós, com muita veemência, com muita competência, a postura de desenvolvimentistas. Tanto é que em um dos livros dele ele botou bem no início assim: “aos companheiros da Sudene, peregrinos da ordem do desenvolvimento.” Lindo isso, não é? Ele era o grande líder de todos nós e nos chamava de peregrinos, de forma que eu acho que, sem ele, poderia ter havido uma Sudene, mas não uma Sudene de desenvolvimento como ela foi durante muito tempo. Dentro dessa conotação do modernismo dela, como decorrência dessa articulação, nós tivemos outro aspecto que normalmente a área acadêmica, por exemplo, não menciona e alguns até resistem a admitir. Como se trata de um depoimento, para não gerar dúvida de pesquisa, eu vou abordar o assunto. A Sudene foi a primeira experiência de planejamento sistematizado do Brasil. Quando eu dizia isso em minhas conferências, inicialmente havia um choque. Veja, a Sudene é de 1959, o cargo de ministro de Planejamento no Brasil é de 1962. Então, o planejamento nacional institucionalizado veio depois da Sudene. E o que nós profissionais chamamos planejamento? Veja, eu como professor, de vez em quando, fazia a seguinte pergunta: “planejar é elaborar plano?” Inicialmente, 90% dos alunos respondiam que sim. Não é não! Planejar não é elaborar plano. Planejar é você iniciar um processo com estudos, pesquisas, diagnósticos, prognósticos, estabelecimento de objetivos, fixação de metas, estimativa de recursos, definição de estratégias, montagens de esquemas operacionais, acompanhamento, controle e avaliação, retorno dentro do processo, não para o processo. Aí, alguém nas conferências dizia: “mas professor, e o plano SALTE, do presidente Dutra, saúde, alimentação, transporte, energia, foi de 1958; e

o Plano de Metas do Juscelino, não são exemplos de planejamento?” Dentro do conceito de planejamento, não é. Foi algo transitório, que teve como produto o Plano de Metas. Aí acabou, desapareceu, porque não era objetivo continuar o processo. Nós tivemos, sim, algumas experiências dentro do conceito de planejamento estadual. Por exemplo, a Codepe¹⁰, em Pernambuco, é anterior à Sudene e, na Bahia, também houve uma Comissão de Planejamento Econômico, criada em 1955, também antes da Sudene, mas foram experiências localizadas. Nós tivemos a sorte aqui de ter Celso Furtado, que foi nomeado Ministro Extraordinário de Planejamento em 1962. A Sudene, que já era forte, subordinada diretamente à Presidência da República, passou a ter, além do seu superintendente, o ministro de Planejamento do país. Foi quando o meu estimado amigo Chico Oliveira¹¹, com quem eu convivi bastante, assumiu a Sudene na prática. O Celso vinha pouco aqui. O Ministério do Planejamento era no Ministério da Fazenda, lá no Rio de Janeiro, na avenida Antônio Sales, mais ou menos no centro da cidade. De forma que a gente, pela pujança da Sudene, tinha relacionamento direto com o ministro do Planejamento. Os nossos planos diretores, que eram elaborados pela instituição e negociados no Congresso, tinham um trânsito absoluto. Por quê? Porque o Ministro aprovava. Estava elaborando com a gente mesmo, e ficava tudo mais fácil.



A Sudene foi a primeira experiência de planejamento sistematizado do Brasil. Quando eu dizia isso em conferência, inicialmente, havia um choque. Veja, a Sudene é de 1959. O cargo de ministro de Planejamento no Brasil é de 1962. Então, o planejamento nacional institucionalizado veio depois da Sudene.



¹⁰ Criado em 1952, a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - CODEPE, órgão consultivo do Governo Estadual e de assistência às iniciativas de desenvolvimento econômico e modernização do Estado, que deu origem ao Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco - Condepe, que juntamente com a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - Fidem e a Fundação Instituto de Administração Municipal - Fiam, foram incorporados e formam hoje a Agência Condepe/Fidem. http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/exibir_noticia?groupId=19941&articleId=35475356&templateId=18792964

¹¹ Superintendente-Adjunto da Sudene (1959-1964), vide entrevista nesta coletânea às páginas 74-108

– **Como é que o senhor avalia o impacto do golpe militar de 1964 na Sudene e no projeto de desenvolvimento do Nordeste?**

Na Sudene, o impacto inicial, evidentemente, foi muito complicado e desastroso. Nos três dias subsequentes ao golpe eu estive com o doutor Celso Furtado no apartamento dele ali em Boa Viagem, perto do Pina, num prédio bem baixinho. Estive lá com ele algumas vezes e com José Maria Aragão. Quer dizer, ele teve personalidade para ficar. Enfrentou o auge da confusão e, seis dias depois, foi à Sudene, seis horas da tarde, e passou a instituição para o general da Reserva, Expedito Sampaio. Bom, o impacto. Nós tínhamos uma brutal equipe técnica. Ele saiu pela porta da frente, respeitado pela área militar, tomou o avião e foi-se embora para o Chile, sem ser corrido e perseguido, nesse momento. Depois, ele foi cassado, por outros motivos, inclusive. Então, o grande impacto: a desarticulação completa da instituição. Muita gente desapareceu logo por conta, antes de ser, digamos, identificada. Muita gente foi presa e, evidentemente, houve uma desarticulação completa na instituição. Se você perguntar: “e professor, o senhor estava lá?” Eu estava lá, eu vi as coisas. Um depoimento interessante, que normalmente eu acho que ninguém acha em livros: no dia da revolução, dia 31 de março de 1964, eu estava no corredor e vi aquele pânico. Não sei o que lá, tanque ‘assim’ na rua, e eu ia para o Gabinete dele (Celso), para tentar saber de alguma coisa. Ele saiu do Gabinete e foi ao corredor. Tinha um colega nosso, que era o tesoureiro, Robério. Muita gente ainda o conhece por lá. Celso chegou perguntando: “cadê o Robério?” Gente, parece que eu estou vendo! E deu uma ordem: “Robério pague a todo mundo!” Naquele tempo não tinha esse negócio de banco, não. Era tudo na tesouraria. A gente ia receber em dinheiro. Celso disse: “Pague todo mundo, porque a gente não sabe o que vai acontecer. Vamos resguardar os nossos funcionários”. E ainda recomendou: “gente, receba o dinheiro e vá para casa. E evite aglomerações”. Muito bem, isso eu vi. Aí os colegas começaram a desaparecer todos.

– **Que horas mais ou menos foi isso?**

De manhã, foi quando ele saiu do Gabinete e mandou pagar todo mundo. Depois, ele saiu da Sudene e foi para o Gabinete do Arraes. Eu digo isso porque eu morava no Lido Hotel. É bom saber problemas da história, não é? Eu morava no Lido Hotel, que era ali na Riachuelo, e estava na porta vendo a confusão. Não sabia o que era aquilo direito.

Quando menos espero, uma e meia da tarde, o Arraes já tinha sido preso. O Celso passou na frente e ainda me bateu a mão. Passou ele, e eu acho que estava com o Chico Oliveira. Não tenho certeza... Essa desarticulação institucional gerou pânico e a Sudene virou, durante uma época, terra de ninguém. Chegava alguém: “você está preso”, e levava. A gente procurava, mas a pessoa já não estava mais na sala. Os jovens não viveram isso, mas a gente que viveu... Eu era chefe da Divisão de Assistência Financeira Internacional. E o pior: haveria uma reunião do FMI no Rio, dez dias depois [do golpe] e a Sudene estava designada para participar. Aí eu estou lá embaixo e a Clélia Reis, que era a secretária, recebe uma ligação da Maria Inês... Parece que era a secretária do Celso. Aí ela diz: “olha, estou aqui com a convocação, não sei o que lá, manda o diretor aqui”. Eu digo: “olha Maria Inês, não tem diretor aqui não, sumiu tudo”. “Mande fulano”. “Não tem ninguém Maria Inês”. Aí esse general que eu não conhecia pegou o telefone e disse: “o que o senhor é aí?” Eu digo: “sou técnico aqui, chefe da Divisão...” “Suba”. Lá no JK. Subi. Ele: “o que é isso aí?” “General, reunião do Fundo Internacional...” “Você está a par disso?” Digo: “estou em termos, mas quem estava designado para ir representar a Sudene era o doutor José Macedo Lins”, que era o diretor. Desapareceu espontaneamente. O vice era José Rômulo Rodrigues, que tinha desaparecido também. E ele disse: “então o senhor vai para a reunião”. “Eu?” Eu não era nada, eu era um chefe. Disse: “não, o senhor assume lá”. A primeira vez que eu assumi alguma coisa lá na Sudene foi designado, de fato, por esse general. Era um cara cotado, assim, decente. Então, aliás sobre isso vale a pena um comentário por dever histórico de justiça. A Sudene teve muita sorte com os generais que estiveram por lá. Muita sorte mesmo, porque os militares, ao lado de tudo aquilo terrível para o país, eles são formados para defender a pátria. Eles admitem, evidentemente, que tudo aquilo faz parte de uma defesa nacional. Então, o general Euler Bentes, o general Tácito de Oliveira, o general Evandro Moreira de Souza e Lima, olha, sustentaram posições e foram fundamentais para que não acontecesse coisa pior lá na Sudene. Eu me lembro do general Euler, que era general de divisão e depois virou general de Exército, tinha autoridade junto ao general Justino Alves¹². Eu vi várias vezes ele proibir que se prendesse qualquer pessoa dentro

12 General Justino Alves, na época dos acontecimentos narrados pelo entrevistado, tinha sido nomeado comandante do 4º Exército, sediado em Pernambuco, em

da Sudene. Proibiu, telefonou para o general. E eu vi, sabe por quê? Eu sou testemunha ocular da história. Eles prenderam um funcionário meu. Chegou o capitão para prender alguém e o menino era assim meio metido a besta, aí eu disse: “não, o senhor não vai prender não, o senhor só prende se for com ordem do superintendente”. “Nós temos autoridade, eu levo o senhor também”. Eu disse: “bom, a força você leva”. Mas aí eu peguei o telefone, pedi permissão a ele e falei: “general Euler, está sendo preso aqui fulano, fulano, e fulano”. Aí ele disse: “mande esse oficial subir aqui”. O oficial subiu e ele enquadrou o cara. Telefonou para o Justino Alves e disse assim (essa eu ouvi também, porque eu era muito ligado): “general, na casa que eu dirijo quem manda sou eu”. Era um general falando para outro general. “O senhor vai prender quem o senhor quiser quando o funcionário sair na porta, quando terminar o expediente, às seis horas, que ele sair para casa. Aí o senhor prende. Eu não tenho nada com isso. Mas dentro da instituição só acontecem as coisas eu autorizando”. Bom, como a instituição resistiu a isso? E ela não soçobrou de vez, mas houve uma desarticulação brutal. O doutor Celso criou uma filosofia de desenvolvimento em todos nós. O dirigente saiu, mas quem ficou conseguiu segurar o barco. O Clemente Rosas desapareceu. Tinha sido da UNE e, de certa forma, pagou o pato, coitado. Depois, foi reintegrado na forma da Lei e se aposentou como procurador da Sudene, um excelente profissional! Todo pessoal da assessoria técnica, recursos humanos, o pessoal de recursos naturais, cada um nas suas áreas, quando era convocado para uma discussão, para uma reunião, que havia muitas e continuou havendo, mantinha a filosofia do doutor Celso Furtado, que nós havíamos aprendido e ele havia incutido na cabeça de todos nós, de que aquilo é que era o desenvolvimento.

- **E o senhor que ficou na Sudene não viu assim que houve um silêncio depois que ele foi embora? Porque a gente não encontra nada nos jornais, os jornais não registraram nada...**

Sim.

- **Tem um silêncio.**

Você diz em termo de poderia ter havido uma reação?

substituição ao general Humberto Castelo Branco, que na ocasião havia sido transferido para assumir a chefia do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro

– **Sim.**

Não, não houve reação porque a filosofia era de sufoco da área militar. Não havia nenhuma capacidade organizada... nenhuma reação. Os jornais eram todos censurados. Quem faz uma pesquisa nos jornais da época não pode concluir que nós estávamos de acordo, [já] que éramos chamados de “as viúvas de Celso Furtado”.

– **Ah, eles diziam isso?**

Diziam com a gente. Porque quando a gente abordava o assunto e lamentava, em pequenos grupos e grupos maiores, a gente era apelidado de ‘viúvas do Celso Furtado’. Você está entendendo agora, não é? Nós não podíamos fazer nada, ninguém podia fazer nada no país, num determinado momento. De forma que, agora, ele foi, mas as ideias, o comportamento, a postura, a estratégia, ficaram com a gente. E a gente continuou fazendo.

– **Doutor Leonides como era a relação da Sudene com o mundo exterior, com outros países, com as pessoas estrangeiras, era muito forte?**

Extremamente forte, principalmente no primeiro momento, o do doutor Celso... E logo em seguida, também, dentro da estruturação que ele mesmo tinha feito, a gente fez um convênio com a França, e estudamos todo o Vale do Jaguaribe, no Ceará, antes da construção de Orós.¹³ Estudamos tudo. Fizemos um enorme convênio com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO e toda essa onda de Petrolina surgiu com a Sudene. A gente criou projetos pilotos, um em Mandacarú, o outro não me ocorre exatamente... um de cada lado do rio.

– **Bebedouro**

Bebedouro, obrigado, o outro projeto é Bebedouro. Começou com a FAO por meio de convênio¹⁴. Eu conduzia essas coisas. Com o

¹³ O entrevistado se refere ao Açude de Orós, que teve sua construção interrompida em 1922 e retomada em 1958. Dois anos depois ainda em obras, no dia 26 de março, o reservatório com 700 milhões de m³ mais a vazão do rio Jaguaribe, rompeu causando a catástrofe de Orós. Por determinação do presidente Juscelino Kubitschek, o obra foi retomada e inaugurada em 11 de janeiro de 1961.

¹⁴ O artigo A transformação do Vale do São Francisco nos anos 1960 de Sérgio Marques Cavalcanti Filho, permite uma visão das mudanças no Semiárido <http://procondel>.

governo da Alemanha nós fizemos convênios nas áreas de geologia, hidrologia e cartografia. Chegou uma época aqui que a gente tinha 80 alemães, medindo queda d'água, fluxo d'água, para ver como é que ia se comportar no caso de seca, vazão, tudo isso. Com o governo de Israel a gente pegou uma missão para fazer um estudo no sul do Piauí, sudoeste do Piauí, sobre hipóteses de irrigação. Quando o presidente Kennedy lançou 'Aliança para o Progresso' em 1961, o presidente Juscelino Kubitschek já havia lançado a Operação Pan-americana em 1958¹⁵, dentro de uma filosofia de articulação da América Latina. Com essa proposta, Juscelino enviou uma carta ao então presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower (1953 - 1961). No bojo da Aliança para o Progresso nós realizamos aqui, em todos os estados, uma programação intensa nas áreas de educação (que era prioridade), agroindústria, agricultura etc. A Sudene foi designada pela presidência da República como agência responsável pela execução do programa da Aliança para o Progresso no Nordeste. Eu tive relação direta com esse projeto, mas inicialmente foi o diplomata Samuel Pereira Guimarães. Eu era o adjunto dele, mas ele depois foi embora, negócio de carreira do Itamarati e tal. A Sudene, na época, não trouxe outro diplomata e me designou para continuar. A Lei não exigia que fosse um diplomata, aí eu fiquei lá. Ou seja, havia um grande relacionamento na área, tanto no que a gente chama tecnicamente de assistência técnica estrangeira bilateral, de país a país, como a assistência técnica multilateral com as Nações Unidas, via UNESCO.

– **Eu queria encaminhar para uma última pergunta que é assim: como é que o senhor avalia o papel da Sudene hoje? E que Sudene seria possível no contexto atual?**

Nós temos que ter cuidado para responder uma pergunta como essa, porque, antes disso, nós precisamos partir de alguns pressupostos. Primeiro, um país com essa dimensão tem uma grande diversificação. O crescimento do país e do próprio Nordeste faz com que os

sudene.gov.br/ArtigosDetalhes.aspx?Id=1033.

¹⁵ “A Operação Pan-Americana - OPA é uma das iniciativas da diplomacia brasileira que podem ser consideradas fundamentais para a compreensão das inflexões da ação internacional do Brasil e do processo de amadurecimento e ampliação dos horizontes da sua visão de mundo.” *In* Há cinquenta anos a Operação Pan-americana, Lessa, Antônio Carlos. https://www.scielo.br/scielophp?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200001

governadores estejam mais preparados para enfrentar um conjunto de problemas. Então, nós precisamos de uma instituição regional de desenvolvimento para tratar dos assuntos sub-regionais do Nordeste, ou de qualquer macrorregião. Por exemplo, a transposição das águas do São Francisco. Um dos grandes erros do governo é está dando um tratamento setorial a um problema que é global e espacial. Esse programa tinha que ser de uma agência regional, ou seja, é um programa sub-regional. A Transnordestina, outro exemplo, tratado setorialmente pelo Ministério dos Transportes. Pior do que tudo isso é a falta de um programa espacial, global, para o Semiárido, que corresponde a 51% da região Nordeste. Ou seja, uma série de distorções... E tem mais: a instituição de que se está precisando é uma instituição que tenha, não mais grandes economistas, grandes articuladores políticos. Os estados e as universidades estão cheios de técnicos competentes. O que nós temos é que ter uma instituição que tenha competência para articular esse povo, no sentido de induzi-los em um único sentido.

– **O senhor enxerga isso possível hoje?**

Acho possível. É lento, mas é possível. Tanto é que eu ainda estava lá e defendi a tese, e não tive muito êxito, de nós passarmos a formar negociadores. Nós não temos negociadores, nós não temos articuladores. Quando eu digo não temos, não é bem assim. Todo político, em princípio, é um negociador. Mas falo de um negociador de outro tipo, de articulação de liderança. Como nós não temos uma instituição regional de desenvolvimento, as universidades fazem uma coisa, os governos fazem outras, os Ministérios fazem outras... Eu falo disso nas minhas conferências, mas aí o sujeito entra logo e diz: “é saudosismo, não tem sentido, as coisas mudaram...” Não é isso. O que eu falo é de uma instituição regional de desenvolvimento, que pode ser a Sudene... Não sei. Mas que desenvolva algumas expansões no campo sub-regional e articule lideranças técnicas, nos diversos níveis da região. Eu gostaria de dizer, para encerrar, que quando outro grande economista, chamado de monetarista da direita, Roberto Campos¹⁶ assumiu o Ministério do Planejamento ele fez o que qualquer um

¹⁶ Roberto de Oliveira Campos (1917 – 2001), economista foi presidente do BNDES (1958 – 1959), Ministro do Planejamento (1964 -1967), Senador por Mato Grosso (1983 – 1990) Deputado Federal pelo Rio de Janeiro (1991 – 1999).

teria que fazer. Eu, às vezes em conferência, sou criticado por dizer isso. O que foi que o Campos fez? Aquela mania que a gente tinha de ser único, tinha o ministro do Planejamento e tudo, desapareceu. Todos os grandes objetivos são nacionais, não são do Nordeste. Os objetivos e metas do Nordeste têm que apresentar uma desagregação dos objetivos e metas nacionais. Dentro desse enfoque, vamos dizer, Campos, na inflação desesperada, partiu para o equilíbrio orçamentário: eliminação de subsídios, controle salarial, economia de mercado. Isso significou o seguinte: nivelou o Nordeste para baixo, porque na época que ele fez isso o governo não deu prioridade a região. Nós passamos a ser tratados iguais a qualquer um. Os nossos planos regionais de desenvolvimento, que eram altamente prioritários, aprovados pelo Congresso, foram progressivamente esvaziados e nós passamos a ser um capítulo da história dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Daí porque no meu livro 'Sudene 50 Anos' eu evitei fazer a abordagem substantiva. Por exemplo: a educação passou de tanto para tanto, o produto cresceu de tanto para tanto, digamos, os anos de vida passaram de tanto para tanto. Isso aí todo mundo está dizendo. Eu concentrei esse livreto nos aspectos institucionais que eu abordei aqui mais ou menos, políticos e institucionais. A partir dessa centralização aconteceu o que todo mundo diz ainda hoje: esvaziamento da Sudene.

– **A gente gostaria que o senhor pudesse resumir qual foi o papel da Sudene no desenvolvimento do Nordeste e quais são os desafios hoje.**

A Sudene foi uma instituição que ordenou o processo e criou na região um tratamento de desenvolvimento para os problemas do Nordeste. Anteriormente, o único tratamento que tinha de enfoque de política era o aumento da oferta d'água, que era o grande papel do DNOCS, que ele cumpriu bem o seu papel. A Sudene teve a sua função de contribuir para gerar uma mentalidade, um tratamento, uma abordagem global, em termos de desenvolvimento, dos problemas da região. Essa foi a grande contribuição. Em todo o Nordeste você ainda encontra profissionais gerados pela Sudene e ex-funcionários da instituição em postos chaves da administração pública no Nordeste e no plano federal. O papel de uma instituição, e nós estamos carentes de uma instituição regional, é atuar nesses espaços sub-regionais, com programas da magnitude da Transnordestina, da transposição,

na questão do algodão. O problema do algodão não é só da Paraíba; é da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí. Não pode ser a abordagem de melhoria genética do algodão como tratamento puramente estadual. O governo precisa criar uma agência de desenvolvimento regional. Agora, para encerrar, uma afirmativa quase manchete jornalística: a Sudene não interessa ao governo federal. Choca. Por que não interessa? Porque se nós tivermos uma Sudene forte, com 11 governadores atualmente - os 9 do Nordeste geográfico mais Minas Gerais e Espírito Santo - você cria uma força política que, embora muitos sejam da base de governo, na hora de discutir alguns interesses entre as regiões eles vão se aglutinar e se estabelecer como um grupo político sobre o governo para assumir o processo decisório. Ora, a estratégia militar é dividir para se fortalecer. É muito mais fácil chamar o governo do Rio Grande do Norte sozinho: “olha, eu quero tanto”, “eu vou te dar tanto”, tudo o que o Celso tentou evitar e conseguiu. Todo o enfoque era dar um tratamento global e evitar o pires na mão, em nível do governo central. Agradeço a você Fernando, pela oportunidade, e a você, Angela, por esse esforço que você está fazendo, impressionante. Eu digo o seguinte: eu convivi com você no início desse processo. Tivemos várias reuniões. Você não sabe dimensionar a contribuição que está dando. Não é para nós do Nordeste, não. Você está dando [uma contribuição] em nível nacional, e um instrumento de pesquisa acadêmica para gerar efeito de demonstração, inclusive em outro estado. Agradeço aos companheiros ali, o Alan, os companheiros da técnica toda, e continuo a disposição. Muito obrigado.

Paulo de Tarso*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“ Celso Furtado não se convencera de que o problema do Nordeste era apenas acumulação de água, obras contra as secas; havia de se fazer um esforço de planejamento. Ao invés de cada estado ficar lutando por recursos, com os seus projetos específicos, nós venceríamos a região como um todo. Era melhor para o país o desenvolvimento da região como um todo do que a eterna “ajuda” por ocasião das secas. O relatório de Furtado mostrava que se houvesse uma ação articulada, uma ação coordenada, em que otimizássemos a aplicação dos recursos, haveria de ser melhor. E esse relatório, praticamente, implicava na necessidade da criação de um órgão para implementar aquelas políticas, aqueles programas, aqueles objetivos. E esse órgão veio a ser a Sudene. ”

* Entrevista realizada em 14/12/2014, no contexto das atividades do Procondel (Sudene - UFPE), por Angela Nascimento, mestre em Ciência da Informação, e Fernando Weller, cineasta, doutor em Comunicação pela UFPE, professor e Coordenador adjunto do Departamento de Comunicação da mesma universidade, e cedida aos organizadores da Trilogia *Celso Furtado: a esperança militante*.

Os desafios da promoção do desenvolvimento do Nordeste

Paulo de Tarso de Moraes Souza é advogado e técnico em Desenvolvimento Econômico. Nascido no Piauí, formou-se em Direito pela Faculdade do Ceará no ano de 1962, mesmo ano em que ingressou na Sudene para participar de um curso (Técnico em Desenvolvimento Econômico), como parte do processo seletivo para trabalhar na Instituição. Aprovado, passou a integrar os quadros técnicos da Superintendência, onde trabalhou de 1963 a 2009, ocupando, inclusive, diversos cargos: foi chefe da Divisão de Coordenação de Incentivos Fiscais, Chefe do Departamento de Projetos Especiais, Chefe do Setor de Aplicação dos Artigos 34/18 e Assessor da Superintendência. Mesmo quando ficou à disposição do Governo do Piauí, na condição de Secretário da Fazenda, continuou a participar do Conselho da Sudene, como representante do seu Estado.

A entrevista com Paulo de Tarso ocorreu no dia 07 de novembro de 2013, na sede da Sudene em Recife (PE), no contexto das atividades do projeto Procondel - Projeto de Preservação e Disponibilização do Acervo do Conselho Deliberativo da Sudene (1959/2000), e foi conduzida pelos pesquisadores Angela Nascimento e Fernando Weller. Na oportunidade, foram abordados temas como: memórias sobre o primeiro contato do entrevistado com Celso Furtado e a Sudene; como foram os anos de funcionamento da instituição durante a ditadura militar, o processo de redemocratização e a extinção e recriação da nova Sudene.

Paulo de Tarso nos conta que o golpe militar de 1964 trouxe mudanças para a Sudene, sendo a principal delas a exoneração, cassação dos direitos políticos por 10 anos e exílio do seu superintendente, o economista Celso Furtado. O advogado vê Furtado como um estadista, uma liderança que não tinha pequenez político-partidária, “não queria saber em quem fulano votava. A posição dele era de estadista, de ver à frente, administrador do mais alto quilate”, afirma. Na percepção de Paulo de Tarso, os técnicos exerceram um papel fundamental para que o período de 1964 a 1985, na Sudene, não tenha sido só de fracassos. Paulo de Tarso

nos conta que o golpe militar de 1964 trouxe mudanças para a Sudene, sendo a principal delas a exoneração, cassação dos direitos políticos por 10 anos e exílio do seu superintendente, o economista Celso Furtado. O advogado vê Furtado como um estadista, uma liderança que não tinha pequenez político-partidária, “não queria saber em quem fulano votava. A posição dele era de estadista, de ver a frente, administrador do mais alto quilate”, afirma. Na percepção de Tarso, os técnicos exerceram papel fundamental para que o período de 1964 a 1985, na Sudene, não tenha sido só de fracassos.

Quando perguntado sobre a nova Sudene, destaca que atuou junto ao movimento para recriação do órgão, mas quando o projeto foi sancionado pelo Presidente da época (Luiz Inácio da Silva, em 2004), houve mudanças: foi criada uma nova instituição e não recriada a que tinha sido extinta, como fora discutido e pactuado. Segundo ele, há um grande fosso entre a Sudene de Juscelino e a recriada por Lula. A nova Sudene, na prática, não possui os meios e, sobretudo, força política para promover o desenvolvimento do Nordeste.

(Andreza Dantas Albuquerque)¹

Entrevista

- **Eu quero começar perguntando ao senhor um pouco da sua origem antes de chegar à Sudene: como é que foi a sua formação? O senhor nasceu aonde?**

Eu sou nascido numa cidade do Piauí chamada Parnaíba, que por muito tempo foi a cidade mais importante do estado, e fica no litoral. O meu estudo foi no colégio particular chamado Ginásio São Luiz Gonzaga e, depois, meu pai que era maranhense, querendo me encaminhar para o mundo dos negócios, me estimulou a fazer o curso de técnico em contabilidade lá em São Luiz. Mas a minha vocação mesmo era para o Direito. Eu o convenci e à minha família para vir fazer aqui no Recife, no Colégio Salesiano, o curso científico, que dava as condições para fazer o curso de Direito. Mas meu

¹ Jornalista, Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar, pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba na condição de estágio pós-doutorado.

pai, que gostava muito de comércio, me colocou numa situação que para a idade, 16 anos, era duro. Morava em uma pensão em frente ao Colégio Salesiano e à noite dava continuidade ao curso de técnico em contabilidade, na Faculdade de Ciências Econômicas. Então, eu, um jovem do Piauí, vim para um centro mais adiantado do Nordeste, que era o Recife, em 1956, para fazer, ao mesmo tempo, um curso científico e o curso de técnico em contabilidade. Mas fiz e terminei em 1958. Quando fui passar as férias, concluído o curso de técnico comercial e sem concluir o curso científico, meu pai me animou para fazer vestibular lá no Piauí mesmo. Fui aprovado para Direito, se não me engano, em terceiro lugar. No ano seguinte, meu pai, que tinha sido militar, do Colégio Militar, me animou para ir servir o Exército como aluno de um curso que é preparado para universitários, chamado CPOR - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. E eu fui para o Ceará estudar na Faculdade de Direito, onde vim a me formar em 1962. Em meados de junho desse ano, houve um processo seletivo para a Sudene, que, àquela época, já era o órgão mais importante da região. Criada em 1959, selecionava alunos de todas as faculdades de Engenharia, Agronomia, Direito, Economia. E eu vim, por felicidade ou sorte, não sei, a ser um dos raros escolhidos num concurso seletivo para universitários de todo o Brasil.

– **Conte-nos como foi a seleção para a Sudene?**

Naquele tempo, o processo para admissão no serviço público era uma seleção pública que convocava os estudantes, que estavam se formando, para fazerem o curso de Técnico em Desenvolvimento Econômico. O Celso Furtado tinha sido da CEPAL² e trouxe essa ideia de lá. Nós fazíamos um curso em tempo integral, quatro, cinco meses, com estudantes de todo Brasil. Eu me recordo que teve um que veio do ITA³, Ulrich Hoffman. Outros vieram de Minas Gerais e alguns de vários estados do Nordeste. Eu tive a felicidade, pelo Ceará, de ser um dos aprovados. Do meu estado, o Piauí, foram aprovados dois grandes amigos, com os quais passei a morar juntos, no hotel Glória: Leonides Alves da Silva Filho⁴ e Delili Guerra Macedo. Duas raras inteligências desse país. O Delili foi secretário de Planejamento

2 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

3 Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

4 Vide entrevista nas páginas 201-223

do Piauí, foi secretário no Amazonas, chegou a ser ministro adjunto da Previdência Social. E o Leonides foi presidente de uma empresa de planejamento, que era como se fosse a Secretaria de Planejamento, e, depois, diretor de Cooperação Internacional da Sudene. Também foi, e por muitos anos, superintendente adjunto de Planejamento da Sudene.

– **O senhor tinha alguma imagem da Sudene antes de ingressar no órgão? Ou o senhor veio a conhecer a Superintendência no momento em que participou da seleção?**

Não, nós conhecíamos pela divulgação que era feito por Celso Furtado, pelas autoridades. Eu me recordo que ele, no processo de criação da Sudene, organizou, junto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), um encontro importantíssimo em Garanhuns⁵, ligando todas as Federações de Indústrias do Brasil. A CNI, com o pessoal da Sudene, juntaram empresários de todo o Brasil e foram para aquele hotel⁶ importante de Garanhuns, que ainda hoje existe, e o encontro foi tão, digamos, apaixonante, que a maior parte dos empresários passaram a ser defensores intransigentes da Sudene. Celso Furtado reuniu as equipes técnicas da Sudene e órgãos regionais (DNOCS, Banco do Nordeste e tudo). Meu pai, que era ligado à Federação das Indústrias, também veio a esse encontro. Para a minha felicidade e honra, veio o nome dele nos anais como representante do estado do Piauí. O meu tio era presidente da Federação das Indústrias, José de Moraes Correa. Então eu tinha ligações com o setor empresarial, o setor industrial.

– **Das histórias vividas na Sudene, há alguma lembrança especial que queira nos contar?**

Eu já trabalhava na Sudene quando recebi a provocação de um deputado, político piauiense, amigo de Juscelino Kubitschek, para que eu encontrasse o discurso que o presidente tinha feito aqui no Recife, justamente no Teatro Santa Isabel, criando o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, que foi criado antes do Conselho Deliberativo da Sudene. O presidente Juscelino estava escrevendo as

⁵ <http://procondel.sudene.gov.br/NoticiaDetalhes.aspx?id=1078>

⁶ Sanatório Tavares Correia, hoje Hotel Tavares Correia o Seminário foi instalado na Difusora de Garanhuns

suas memórias. Apesar de toda a assessoria, de todos os amigos, ele não tinha o discurso na íntegra. Então, eu fui ao Instituto Histórico daqui, ao Arquivo Público⁷, dirigido pelo professor Potiguar Mattos, que tinha sido o meu professor de história no Colégio Salesiano. Então, eu tive facilidade em receber todos os jornais e consegui a íntegra do pronunciamento. Mandei para ele. Para minha surpresa, quando as memórias estavam publicadas, eu recebo em dois volumes com autógrafo do próprio presidente Juscelino.

– **Qual foi a importância desse discurso?**

Eu acredito que ele lançou as bases para o desenvolvimento do Nordeste. Mostrou que queria mesmo já ao final do seu governo mudar a política que até então se seguia. Celso Furtado não se convenceria de que o problema do Nordeste era apenas acumulação de água, obras contra as secas. Havia de se fazer um esforço de planejamento. Juscelino tinha instituído em 1956 um grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. Celso Furtado pegou o material e, sozinho, praticamente, redigiu o que se chama relatório Furtado, ou relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Ainda hoje tem aspectos atuais nesse documento, porque mostrava que o Nordeste precisava de uma ação integrada. Ao invés de cada estado ficar lutando com os seus recursos, com os seus projetos específicos, nós venceríamos a região como um todo. Era melhor para o país o desenvolvimento da região do que a eterna “ajuda”, por ocasião das secas. O relatório de Furtado mostrava que se houvesse uma ação articulada, uma ação coordenada, em que otimizássemos a aplicação dos recursos, haveria de ser melhor. Esse relatório, praticamente, implicava na necessidade da criação de um órgão para implementar aquelas políticas, aqueles programas, aqueles objetivos. E esse órgão veio a ser a Sudene, que, diga-se de passagem, tem o lado governamental, público, de Juscelino, mas nós não podemos esquecer o lado da sociedade civil. Os encontros dos Bispos em 1956, na cidade de Campina Grande-PB, e, depois, em 1959, na cidade de Natal-RN, sob a liderança de Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Salles, do Rio

⁷ Certamente o entrevistado conseguiu o discurso do presidente Juscelino no acervo do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, que possui a segunda maior hemeroteca do país. Potiguar Figueiredo Matos (1921-1996), foi diretor do órgão de 1991 a 1996.

de Janeiro, conseguiram sensibilizar o presidente Kubitschek, que era um presidente democrata, um presidente aberto, e que via na crítica, nas observações, nas sugestões da Igreja católica uma saída para integrar órgãos do governo federal, que muitas vezes tinham aplicações inadequadas, ou desviavam-se dos seus objetivos maiores. Então, eu acredito que tanto o grupo de trabalho como a visão de estadista do presidente Kubitschek e o funcionamento da sociedade civil, igreja católica, sindicato, estudantes, a juventude, conclamavam para retirar do país aquilo que era considerado o maior problema: a distância gritante entre o sul desenvolvido, que alguns apelidavam de 'Sul Maravilha', a ilha de prosperidade, ao lado das ilhas de miséria. Ao invés de ficarmos trabalhando e cultivando o antagonismo, o presidente Kubitschek, com base no relatório de Furtado e nessas reuniões da Confederação Nacional das Indústria e do trabalho do Codeno, preferiu formular uma proposta de uma nova política para a região e encaminhá-la ao Congresso Nacional.

- **O ano de 1963, ano do seu ingresso na Sudene, era um período muito conturbado na política nacional. No ano seguinte teve o golpe militar. Como é que o senhor vê a Sudene dentro dessa história conturbada da política brasileira dos anos 1960 e 1970?**
Na época do parlamentarismo, o presidente Goulart precisou da participação do superintendente da Sudene e o convocou para formular o Plano Trienal, o Plano Nacional de Desenvolvimento, o plano de um país. Ficamos com o superintendente adjunto Francisco de Oliveira, que cumpriu o seu papel, deu seguimento ao trabalho de Furtado. Como era natural, depois de Celso Furtado ter criado e feito funcionar o Ministério Extraordinário para o Planejamento, terminada a sua missão, e com o presidencialismo de volta por plebiscito, Celso retornou à Sudene. Voltou com autoridade, com seriedade, dedicação, com o historicismo, com todo aquele carisma. Mesmo com toda essa força e esse prestígio, o órgão teve consequências, assim como o Brasil todo. Tivemos o confronto entre dois grupos. De um lado, um grupo que gostaria de implantar aqui algumas posições ou reformas; e, de outro, a sociedade ainda conservadora, principalmente no centro sul, que não suportava mudanças. Mas a Sudene, em si, continuou cumprindo o seu papel, fazendo os seus esforços, fazendo os seus estudos, o que é mais importante, tentando dar continuidade na aplicação dos recursos públicos.

– **E o que mudou na Sudene depois do Golpe de 1964?**

O movimento ou o golpe militar de 1964 trouxe, é evidente, mudanças, que eu chamaria a nível nacional, e mudanças que vieram a ter repercussão aqui (na Sudene). A sua pergunta deve ser mais específica para nós. Nós perdemos um grande estadista, um grande dirigente, um grande líder, o homem que concebeu o nosso órgão, Celso Furtado. Como está explicado nas suas memórias, ele não aceitou a deposição de Arraes. Houve um encontro no Palácio do Campo das Princesas em que se tentou que Arraes aceitasse um papel de obediente, de comportado, de submisso às forças da revolução. E Miguel Arraes, Celso Furtado ao lado dele, em plena madrugada de 31 de março, preferiu arrostar uma cassação e uma prisão, indo para Fernando de Noronha, do que manter-se no cargo sem as condições, sem aquela força outorgada pelo povo em voto legítimo. Então, a maior mudança que nós tivemos, a primeira grande mudança, foi a perda de um superintendente com a liderança, com o prestígio, com a grandeza, com a competência de Celso Furtado, que não tinha pequenez político partidária, não queria saber em quem fulano votava. A posição dele era de estadista, de ver à frente, administrador do mais alto quilate. Outra mudança foi que logo depois, para acomodar um militar, o Marechal Cordeiro de Farias, pegaram órgãos que eram vinculados à Presidência da República, juntaram tudo e deram um nome: Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Com isso, esse ministério passou a ser o órgão a quem a Sudene se reportava. E o Marechal se reportava ao presidente. Essa alteração, provavelmente foi feita mais para articular um Ministério para o Marechal Cordeiro de Farias do que para retirar força da Sudene. Mas eles talvez não tenham percebido, mas o certo é que perdeu a política de desenvolvimento regional, perdeu aquela ligação da Superintendência com a Presidência da República, que dava autoridade para que o órgão pudesse, sempre que tivesse necessidade, recorrer ao maior magistrado do país, o presidente da República. Como Celso Furtado fez nos governos de Juscelino, de Jânio Quadros e de João Goulart.

– **E na redemocratização, como é que o senhor vê?**

Nós estamos dando um pulo com a sua pergunta da fase militar, do autoritarismo para a fase da abertura. Eu apenas diria que a fase militar não foi só de fracassos, não foi só de fraquezas, foi de lutas

permanentes. Mesmo que aqui viesse a ser dirigido por militares e eles chegassem com ideias concentracionistas, ou ideias vinculadas ao Estado, mas eles eram convencidos pelos técnicos, pelo pessoal que aqui estava e passavam a ser defensores da região. Então, eu aproveito e peço desculpas por não ter dado o passo adiante logo para a redemocratização para dizer que os anos de 1964 a 1985, ou seja, do regime militar, não foram só de fracassos, não foram só de esvaziamento, não foram só de pontos negativos, como muitas vezes a academia, a imprensa, alguns políticos, alguns técnicos dizem. Pelo contrário, houve momentos áureos aqui dentro, com posições de crescimento da Sudene.

- **O senhor não acha que isso se deve ao fato de que aqui, pela influência que o doutor Celso Furtado exercia nos seus quadros, com qualidade, e com os planos diretores tão bem amarrados, os militares não tinham como mudar isso? E eles seguiram porque era muito consistente o que estava estabelecido na região? O senhor não acha que isso tem a ver com esse passado, independente do regime de exceção ou não?**

Acredito. Você está dando a explicação. Eu acho que era consistente. Você está dizendo os planos, e eu dizia, e o pessoal também. Apesar de termos tido uma mudança muito grande, nós que estávamos jovens, como você, entrando nos quadros, tivemos ascensão em função das substituições. Então, a sua colocação foi muito inteligente. Ela coloca que [o sucesso da Sudene também pós golpe] deve-se a, digamos, a programação, a lógica, a racionalidade da coisa, e, sobretudo, eu também digo, ao pessoal preparado, que não dependia de partido político, não dependia de pistolão e de quem indica. A conjugação desses fatores fez com que houvesse um momento de luta, de resistência. Agora, essa resistência ocorreu de várias formas. É evidente que vinculados a um Ministério, e eles lá formulavam a política econômica diretamente junto à Presidência da República, nós fomos, muitas vezes, apunhalados! O termo é esse e eu não retiro: apunhalados por decisões de política econômica contrária aos interesses do Nordeste. Eu tive ocasião de escrever, de falar e de chamar a atenção. Vou dizer que o Brasil não estudou, suficientemente [a Sudene]. Nossa academia... Qualquer dia desse eu vou escrever uma série de temas para ela [academia] refletir. Quando houve o Ato Institucional número 5 - esse sim foi o golpe dentro do golpe. [Até então] o movimento militar era como

muitos deles se justificavam: apenas um processo até a eleição de 1965, que tinha sido prometida por Castelo Branco, e que não foi cumprida. O próprio Juscelino Kubitscheck, que era um candidato para 1965, concordava e admitia. Em 1968, exatamente no dia 13 de dezembro, surgiu o Ato Institucional Número 5. Ele surgiu porque havia dentro do Exército um movimento nacionalista ligado ao general que era o nosso Ministro, Albuquerque Lima, e que confrontou com um outro grupo do Exército. E o confronto foi de, digamos assim, total extermínio do grupo do general Albuquerque Lima e do general Euler Bentes. Ocorreu no dia 13. O negócio foi uma operação e foi contada pelos próprios generais para a gente. Eles quiseram confrontar com o governo central. O governo central deu o troco. Baixou o AI5, um ato que era de maior força da revolução. Era a revolução sobre a revolução: mais força ainda! E o ministro da Fazenda, Delfim Neto, uma figura muito inteligente, genial, que ficou do lado dos que ganharam, nos dias 29 e 30 de dezembro de 1968, baixou uma série de atos econômicos que o Nordeste ainda não estudou suficientemente, que foram verdadeiros arrombamentos, um verdadeiro tsunami em termos de política econômica. O nosso ministro pediu demissão, o superintendente pediu demissão. Foi um verdadeiro cataclisma. Então retiraram todos os recursos e orçamentos. Tiraram o fundo de participação dos estados que beneficiava mais o Norte-Nordeste: baixaram de 20% para 12%. De 20% para 12% a gente pensa que é 8%, mas corresponde em percentual a 40%. Se fosse 20% para 10% era 50%. Baixou para 40%, no dia 29 e 30 de dezembro. No dia 1º de janeiro já devia cumprir todo um corte de recursos. Isso gerou muitos recursos para o poder central. E deu aquele crescimento enorme que o Brasil teve de 9% e 10%, porque concentrou tudo nas regiões Sul e Sudeste. Tudo! Então, prova de que o processo de desenvolvimento regional, como se falou na época; assuntos dos incentivos, que houve extensão para as áreas desenvolvidas, como se falou no planejamento, é uma verdadeira guerra. E você colocou muito bem quando disse que o que ficou de herança de Celso Furtado foi um planejamento, uma lógica, uma metodologia de trabalho, e um grupo técnico, profissional, que deu consequência, digamos, às políticas.



O que ficou de herança de Celso Furtado foi um planejamento, uma lógica, uma metodologia de trabalho, e um grupo técnico, profissional, que deu consequência, digamos, às políticas.



- **Na sua opinião, qual deveria ser a solução para promover o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste? Como é que deveria ser essa política?**

A pergunta é muito interessante, muito importante, porque ela foca no cerne da questão. Os governos precisam ser mais sérios, os governantes precisam cumprir mais os compromissos de campanha. Nos meus documentos eu pegava as frases dos presidentes da República: os incentivos fiscais serão reservados às áreas problemas, o Norte e o Nordeste. Depois esses mesmos presidentes, assessorados por maus tecnocratas de São Paulo, do Sul, faziam Decretos estendendo os incentivos para as outras áreas. Então, o que precisa existir é na cúpula, lá na Presidência da República, uma compreensão de que, para corrigir os desequilíbrios entre as regiões menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas, há que haver em todas as decisões de governo, a preocupação se aquela decisão não irá prejudicar determinada região.

- **Eu queria perguntar qual é a reflexão que o senhor faz entrando no prédio da Sudene hoje, vendo o estado em que esse prédio se encontra, o simbolismo que tinha esse lugar na época?**

Eu peço desculpas para não ir ao âmago da questão, porque tenho recomendação médica, mas me faz mal ver o tratamento que a Sudene, os servidores, estão recebendo. Então, na realidade, quem viu aqui era uma efervescência, era uma movimentação, era a juventude toda e a sociedade uma vez por mês se reunindo em torno dos governantes, dirigentes, ministros, às vezes presidente da República. Nós nunca mais vimos. Eu acho que está havendo não só em relação ao prédio, mas também em relação as reuniões aqui no Recife, algum preconceito, alguma má vontade, e até falta de visão dos envolvidos, a partir de governadores de Estado, ministro, presidente da República. Porque nós não podemos ter mobilizado tantos deputados para a aprovação do projeto, e eu tenho nos meus arquivos, foi de 360 votos a o... para nada. Não existe! Todos os partidos, todos os lados se deram a mão para a retomada da Sudene. E o que é mais grave: essa retomada pedida pelos bispos na reunião que comemorou os 50 anos do Encontro dos Bispos, eu fui um dos que sugeri e estimulei, lá em Campina Grande, eu estava lá. Por coincidência, me encontrei

com o relator do projeto, Zezéu Ribeiro⁸, que me disse que tentaram na última hora que o projeto não fosse aprovado, no fim de 2006. Um grupo de assessores do Ministério da Fazenda e Planejamento chegou lá querendo adiar o projeto. O relator foi ao presidente da Câmara, que naquele tempo era o Inocêncio Oliveira. Ele pegou o telefone vermelho, que é um que liga e o presidente atende, e disse: “Presidente, é para aprovar, ou o senhor tem alguma ordem para não aprovar?” E ele disse: “não, pode aprovar.” E o Inocêncio botou em votação e foi aprovado. Ganhamos com elogio, cada deputado votava e fazia um elogio pela decisão de retorno da Sudene. Está nos anais do Congresso, e eu tenho também nos meus documentos. Quando chegou a hora da sanção a Presidência, o assessoramento da Presidência, alguns ministros, procuradores, ministro da Fazenda e do Planejamento, pegaram pontos cruciais, fundamentais, e levaram ao presidente para que ele vetasse.

– **Qual presidente?**

Lula. Aquele que tinha prometido recriar, que tinha dito que queria vê-la forte, e que abraçou aqui o prédio em 2002. E esse abraço foi uma coisa histórica, julho de 2002. José de Alencar fez um brilhante pronunciamento, inclusive citou o meu nome e o de Adalberto como grandes defensores da instituição. Por incrível que pareça, na hora de fazer o seu pronunciamento, recorde-me bem, o então candidato a presidente, Lula perguntou para uma pessoa que era para ter elaborado, não chegou o pronunciamento, aí deram a exposição de motivos de 1959, de Juscelino Kubitschek. E o discurso do Lula foi apenas a leitura. Foi a leitura da exposição de motivos de 1959, ou seja, fazer voltar o espírito de Juscelino, fazer voltar o espírito de intervenção federal e união dos estados, no Nordeste. E na hora de assinar o projeto de recriação da Sudene, não sei o que passou na cabeça dele, nunca tive explicação. Ao invés de colocarem o que foi prometido nos discursos, não foi feito assim. Disseram no texto: fica instituída a Sudene, como se fosse feita uma coisa nova. Se era recriação, é: fica restituída. Se é recriada, é: fica recriada. Pois fomos às

8 José Eduardo Vieira Ribeiro (1949-2015), Conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia (2014-2015), Deputado Federal pela Bahia (2003 – 2014), Vereador em Salvador (1993-2003), foi relator do Projeto de Lei Complementar Nº 76/2003, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

discussões e descobrimos que essa nova instituição é para não ter que arcar com os compromissos, com o passivo financeiro do passado. E nós criamos um *gap*, um fosso entre a Sudene de Juscelino e essa nova que tem todos os nomes, toda a estrutura, toda a concepção, semelhante àquela de 1959.

– **Para encerrar, como é que o senhor define a Sudene hoje?**

Eu a defino como uma instituição que parece que Brasília, a Presidência da República, arrependeu-se do compromisso de campanha de 2002. Ao encaminhar o projeto teve a aprovação com os vetos. A Constituição manda que os vetos sejam apreciados e votados em 30 dias: Artigo 66, Parágrafo 4º. O Congresso Nacional com os deputados, senadores, estão desde janeiro de 2007 até hoje não apreciaram os vetos, e nem votaram os vetos. Mais grave: a comunidade a qual eu pertencço, os profissionais do Direito, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, professores, meu colegas de Direito Constitucional, juristas em geral do país, praticantes da sociedade civil, juventude do Brasil, todos nós, imprensa brasileira, que por um detalhe ou outro faz um escarcéu, faz um movimento danado... Uma nação que reprime ou condena pessoas por pequenas infrações regulamentares, ou de leis trabalhistas, ou de trânsito... Agora mesmo, multas enormes... E todos os deputados e senadores, que assumem as suas funções, juram cumprir a Constituição Federal e estão descumprindo várias vezes, sistematicamente. E nós brasileiros aceitando e nos acomodando. E para que eu não fique no meio destes eu tenho por e-mail, por conversa, por contato... Ainda há poucos dias, com o presidente da OAB, toquei no assunto e venho tocando em todas as oportunidades, mas o certo é que você pergunta: a Sudene de hoje está aguardando recursos, meios, pessoal, autoridades, prestígio, tratamento condigno com a sua função, com a sua atribuição? Nós falamos muitas vezes aqui em regime militar, mas eu me lembro de um momento quando se discutia determinado assunto sobre problemas em relação a Brasília e um general nos dizia: “quem dá as missões tem que dar os meios”. O Brasil tem dado à Sudene as atribuições, tem



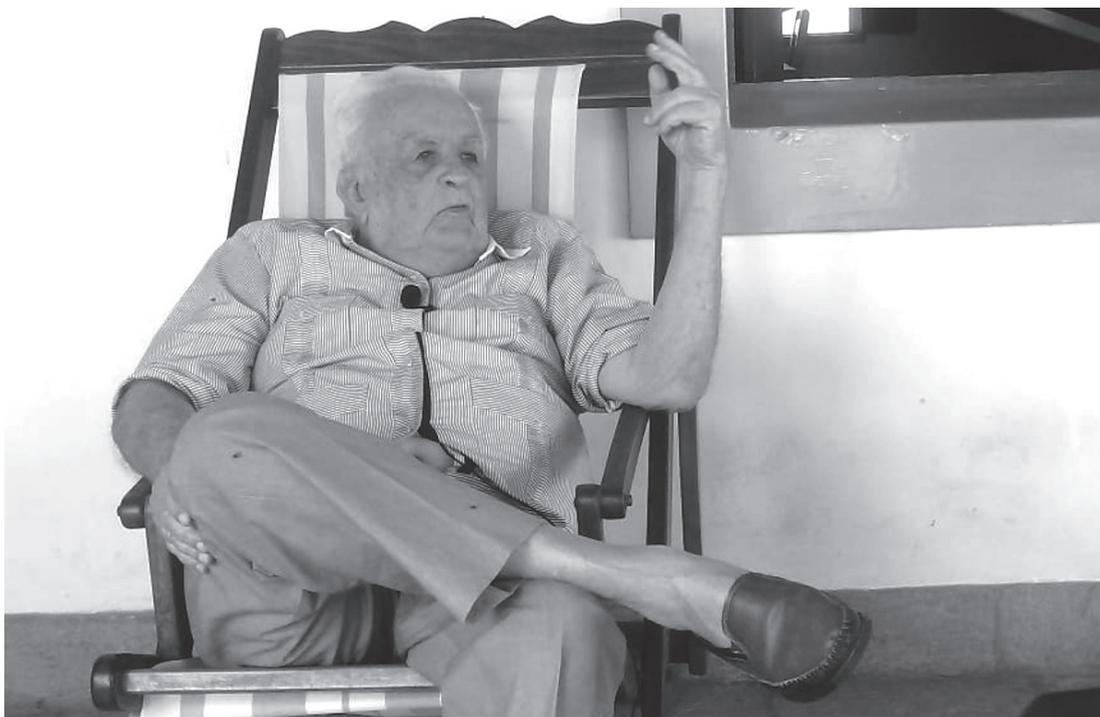
Como a Sudene está aqui? Um bocado de heróis, heróis anônimos... Estão com missões muitas vezes superiores, com atribuições, com um papel importante no papel e na lei, mas sem os meios, sem autoridade, sem os recursos e, sobretudo, sem a decisão política para promover o desenvolvimento do Nordeste.



dado as missões, mas não tem dado os recursos, os meios, sobretudo os humanos, porque uma casa que foi de 3 mil, 2 mil e tantos técnicos, hoje é uma casa de menos de 200 profissionais. E não seria difícil, não seria impossível nós, pelo menos numa fase emergencial, termos aqui os maiores cérebros do Brasil. Bastaria repetir o que Juscelino e Celso fizeram: colocar uma lei permitindo que a Sudene tivesse funcionários à disposição de outros órgãos, e dado alguma compensação financeira. Então, existe solução, existe gente no CNPq, no BNDES, no IBGE, no Ministério de Planejamento e da Fazenda, que poderia vir para cá ajudar o superintendente. Porque a pergunta foi feita a mim, mas o superintendente já tem dito, Paulo Fontana, da Bahia, Paes Landim, que foi daqui, saiu, chamou a atenção com relação a falta de pessoal para o cumprimento das missões. Então respondendo eu diria: como a Sudene está aqui? Um bocado de heróis, heróis anônimos, estão com missões muitas vezes superiores, com atribuições, com um papel importante no papel e na lei, mas sem os meios, sem autoridade, sem os recursos e, sobretudo, sem a decisão política para promover o desenvolvimento do Nordeste.

Manelito Vilar

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Em primeiro lugar, eu não sou contra a seca. Tem que estabelecer uma estratégia de convivência com ela. A água que Deus manda já é suficiente para armar os projetos de desenvolvimento. No global, a base mudou a partir da Sudene, a partir da leitura do Dr. Celso Furtado... Isso aí a Sudene virou de cabeça para baixo. Agora, precisa passar um tempo. Uma sucessão de gerações operando nesse patamar para consolidar o caminho definitivo do Nordeste

”

Celso Furtado, a Sudene e o Semiárido: enfrentando a seca social

Andreza Dantas Albuquerque1
Walter Wasconcelos2

Aos 83 anos, Manoel Dantas Vilar Filho, o Manelito, como prefere ser chamado, nos recebeu em sua casa, na Fazenda Carnaúba, em Taperoá (PB), onde vive desde 1971, quando retornou a morar na Paraíba, e de onde saiu aos 11 anos para estudar no Recife, capital do Estado de Pernambuco. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), trabalhou no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e na Sudene, foi professor da UFPE, compôs o grupo para instituição da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA), sendo seu último cargo público a direção do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), em 2005.

A face mais conhecida de Manelito é a do criador. Desde seu retorno a Taperoá, na década de 1970, passou a dedicar-se à pecuária e à criação de caprinos e ovinos, com raças nativas e adaptadas ao Semiárido Nordeste. A sabedoria e a teimosia de seu proprietário fazem da Fazenda Carnaúba um exemplo de convivência com o Semiárido.

Manelito aceitou o convite do *Projeto Editorial 100 anos Celso Furtado* para uma conversa sobre sua experiência na Sudene e da sua proposta de fazer da gestão do INSA um legado para a reversão de uma leitura caricatural e negativa do Nordeste, inspirada na proposta de desenvolvimento de Furtado. Assim, a entrevista aqui apresentada foi mediada

1 Jornalista, Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar, pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba na condição de estágio pós-doutorado.

2 Graduado Engenheiro Agrônomo pelo Centro de Ciências Agrárias-Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2005), Especialista em Agroecologia pelo Centro de Formação de Tecnólogos Campus III da UFPB (2008), Mestre em Zootecnia na área de Forragicultura pelo Programa de Pós-Graduação em Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias - Campus II da UFPB (2011).

pelos seguintes temas: Reminiscências dos primeiros contatos do entrevistado com Furtado; Relação acadêmica e técnica de Manelito com Furtado; Leitura do entrevistado quanto ao legado Furtadiano; Pertinência das proposições de Furtado para os desafios dos tempos atuais; O entrevistado, Furtado e o desenvolvimento regional.

O ano de 1959 é um marco para o Nordeste. Diante do descontentamento com as ações do Governo Federal para a região, surge no cenário político o economista nordestino, Celso Furtado, com a missão, o comprometimento e o apoio do presidente Juscelino Kubitschek, de propor uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.

Naquele ano, Manelito estava cursando o último ano de Engenharia Civil na UFPE quando se começou a discutir a criação da Sudene. *“De mente acessa e atento ao que estavam discutindo”* o aspirante a engenheiro articulou uma palestra com o Dr. Celso Furtado na Escola de Engenharia, do Recife. Na ocasião, Furtado explanou sobre o grupo de trabalho que vinha se dedicando a um estudo sistemático sobre as doze frentes de ação para o Nordeste. Naquele primeiro encontro, foi a leitura da seca apresentada por Celso Furtado o que mais despertou o interesse do jovem Manelito. E o que dizia Furtado: o problema da zona semiárida do Nordeste não era a falta de chuva e sim a existência de uma economia inadequada ao meio e extremamente vulnerável ao período de seca. *“Essa teoria e essa exposição do Dr. Celso de abordagem da seca, essencialmente, era a mesma coisa do meu pai nos meus ouvidos”*, destaca Manelito.

A lei de criação da Sudene foi enviada ao Congresso em fevereiro de 1959, mas só foi aprovada em dezembro, com a posse de Furtado vindo a ocorrer em Janeiro de 1960. Manelito recorda os bastidores dessa espera:

“A aprovação da lei de criação da Sudene no Parlamento estava sendo sabotada pela bancada do Ceará, porque estava previsto que a Sudene seria no Recife, e os cearenses queriam carregar para Fortaleza. Resumindo, era isso. Resultado, terminei o curso, me formei, e nada



“Meu pai fazia um açude por fazenda. Eram três, essa e mais duas. Para resolver o problema de água para beber, né? Porque açude era antieconômico. Aí de repente toma três anos de seca seguidos, seca tudo de uma vez. Então, metade da água de um açude se perde por evaporação. É a forma mais antieconômica, menos eficaz de resolver problema de abastecimento d’água”.



da Sudene. Aí eu fui embora, menino, bem novinho, fui para Brasília, antes da inauguração. E ficou um colega meu, que tinha mais de meio sangue de doido, encarregado de me avisar da evolução real, da Sudene no Nordeste. Ele, inclusive, me telegrafou para eu voltar, antes de acontecer isso. Aí ele me avisou antes de a Sudene ser consolidada, aí eu vim e fui trabalhar no DNOCS. Passei oito meses em Serra Talhada na residência do DNOCS. Era uma vaga no Recife e outra em Serra Talhada. Aí fui embora para o Sertão de Pernambuco, nas terras dos Ferreiras, os primos de Lampião”.

O tempo no DNOCS só fazia aumentar a afinidade de Manelito com a proposta da Sudene. *“Quando eu era estudante de Engenharia o DNOCS tinha tudo o que um engenheiro pretendesse. Fazia estrada, construção civil, mas a primeira coisa que peguei na vida foi com o nome: Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Será que o Hemisfério Norte só encontrou o caminho de produzir e prosperar depois do ‘Departamento Nacional de Obras Contra a Neve?’ É engraçado. Aí eu dizia: O que é que era a favor?”.*

O DNOCS é o órgão federal mais antigo em atuação no Nordeste, criado em 1909 sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas. Comandado por engenheiros, entre a década de 1940 e 1960 atuava em dois grupos, um voltado a produção de estudos de hidrologia, pluviometria e águas subterrâneas no Semiárido; e outro grupo que estava interessado em resolver os problemas da seca de maneira prática, comandando, assim, as políticas de açudagem e organizando as frentes de trabalho. Essa era a política do governo federal para o Nordeste, principalmente nos períodos de estiagem.

“Meu pai fazia um açude por fazenda. Eram três, essa e mais duas. Para resolver o problema de água para beber, né? Porque açude era antieconômico. Aí de repente toma três anos de seca seguidos, seca tudo de uma vez. Então, metade da água de um açude se perde por evaporação. É a forma mais antieconômica, menos eficaz de resolver problema de abastecimento d’água”. Recorda-se.

Manelito nos conta que durante os oito meses de espera pela abertura da Sudene ficou atento a tudo que era publicado por Furtado para saber com quem estaria tratando: *“quando a Sudene abriu, contratou uma leva de quatro técnicos. Eu era um deles. Porque eu estava lá na porta. Você há de convir, a expectativa criada com a criação da Sudene, entende? Furtado reverteu a filosofia da água, revogou uma leitura secular da seca, baseado em água, né? A seca do Nordeste, é muito mais*

uma crise na oferta de alimento na região do que na oferta de água. Expandir a fronteira agrícola da região até a Amazônia maranhense, para garantir o abastecimento do gênero básico. E adaptar a agricultura da zona seca, à seca. Significa a pecuária, como era desde a manjedoura de Belém. A atividade predominante na Zona Seca é a pecuária. Então aqui no Nordeste você faz uma leitura equivocada de 300 anos, de irrigar. Produzir no Nordeste, só com irrigação. Faz 300 anos, e não acharam a água ainda”, ressalta Manelito.

A proposta da Sudene para a região Nordeste confrontava com o pensamento das autoridades locais, que temiam as mudanças proposta por Furtado e o corpo técnico da Superintendência. A ideologia dos grupos dominantes era que a culpa para o atraso da região estava no clima; já para Furtado, a verdadeira crise era provocada pela seca era social.

A seca era a razão de ser do DNOCS, assim o atrito entre o órgão e Furtado foi inevitável. Sobre essa questão Manelito recorda a pressão sob Furtado para uma definição de como a Superintendência iria atuar com relação a política de açudagem que era empregada pelo DNOCS e apoiada pelos governadores da região. *“Eu lembro que havia uma pressão enorme em cima da Sudene, para definir uma política de açudagem. A leitura hidraulicista da seca. Aí Furtado disse: A Sudene só vai definir uma política de açudagem para o Nordeste quando estiver definida a política de águas”.*

Para Furtado, a seca tinha se transformado em uma indústria, e, compreendendo isso, a proposta da Sudene tinha como objetivo utilizar de forma mais justa as áreas a serem irrigadas com dinheiro federal. Isso estava previsto na Lei de Irrigação proposta em 1959 e que não chegou a ser aprovada pelo Congresso, por não ter apoio dos políticos nordestinos.

Como nos conta Manelito: *“O governador do Ceará, Parsifal Barroso, danado da vida porque a Sudene não definia a posição de açude. Repare que uma das primeiras coisas que a Superintendência fez foi criar a CONESP, Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações, para furar poço por todo canto. A maioria é salobra, então tinha outra coisa, dessalinizador. Ou seja a teoria Celso Furtado colocou de cabeça para baixo, de*



Eu lembro que havia uma pressão enorme em cima da Sudene, para definir uma política de açudagem. A leitura hidraulicista da seca. Aí Furtado disse: 'A Sudene só vai definir uma política de açudagem para o Nordeste quando estiver definida a política de águas'.



abordagem ao Semiárido, em relação ao DNOCS. Eu achei muita graça”, diverte-se ao relembrar os fatos.

Na Sudene, Manelito atuou na área de Saneamento e Abastecimento D'água, desde sua criação até o golpe de 1964. Desta fase o agropecuarista recorda que o setor que ele trabalhava foi fechado pouco antes do golpe, assim: *“Eu não fui expelido, não, porque eu já tinha saído. Eu estava no Sertão, fazia parte, mas na área de Saneamento e Abastecimento D'água que tinha sido fechado por um general doido, do Quarto Exército, na Sudene”*. Sobre o Furtado superintendente, Manelito o descreve como sendo um gestor bem articulado, afinado. *“Perguntava a três, quatro pessoas, mas era ele quem resolvia tudo. E é aí que está a grande virtude. Todos os documentos da Sudene eram escrito por ele. Era bem afinado. Tudo era de uma forma articulada. Partia daqui para chegar no chão. Isso eu tentei fazer lá no instituto (INSA) e consegui”*, enfatiza.

Manelito teve uma carreira bem sucedida como Engenheiro, após seu período na Sudene, exerceu a função de Professor na Universidade Federal de Pernambuco, mas a morte de seu pai o fez retornar à Fazenda Carnaúba, em 1971, para dar continuidade às atividades agropecuárias que eram desenvolvidas por seu Manoel Vilar, falecido em 1969.

A Fazenda Carnaúba, administrada por Manelito e seus filhos Inês e Daniel, é um exemplo de como é possível conviver com a semiaridez da região e viver economicamente no Semiárido sem travar uma guerra contra a escassez de chuva ou as características do solo. O caminho da pecuária apropriada por Manelito se distingue no cenário nordestino por resgatar e valorizar a rusticidade das cabras “nativas” adaptadas a sobreviver no ambiente seco, mas de vegetação rica e de grande potencial para a pecuária de forma sustentável.

A forma de conduzir a pecuária na Carnaúba foi fortemente inspirada na matriz do pensamento de Celso Furtado para a região, pois para Manelito “a exposição de Dr. Celso era igual à conversa de meu pai, nos ouvidos da gente”. A experiência de vida de Manelito como engenheiro, professor, agropecuarista e, principalmente, como estudioso do Semiárido, o levou ao comando do Instituto Nacional do Semiárido, que durante sua criação homenageava Celso Furtado.

O INSA, que recebeu o nome de Celso Furtado, foi criado em 2004 como órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Manelito foi convocado a dar forma ao Instituto e viu no convite a oportunidade de devolver ao Nordeste o protagonismo de seu desenvolvimento. Assim, ao mesmo tempo em que a proposta do INSA se fundamentava

nas bases da antiga Sudene, lançava as bases tecnológicas para a reversão de uma leitura caricatural e negativa do Nordeste.

O Instituto foi pensado para atuar como núcleo de pesquisa consistente sobre as lavouras xerófilas; centro de pecuária de múltipla função do Nordeste, para pesquisa complementar e difusão regional de genética apropriada e educação pública saudável sobre o Semiárido. Sobre a criação do INSA-CF Manelito ressalta que a sua primeira batalha foi trazer a sede da Instituição para a zona seca da região semiárida. *“Eu disse a Dr. Arraes (Miguel Arraes, então Deputado Federal de Pernambuco): ‘Chega de botar as instituições do Semiárido à beira d’água’. O SEPASA, que era o Serviço do Semiárido da Embrapa, estava previsto para ser em Campina Grande, na redação dos documentos iniciais. Foram botar na beira d’água do São Francisco, em Petrolina. Quando eu assumi o INSA fui enfático: ‘então trate de botar numa terra, na zona seca de Campina Grande. Eu quero que tenha o mínimo de água’. Uma manobra do Dr. Arraes sediou em Campina Grande, tirou da beira d’água, isso foi conflito meu, mas não tinha nem orçamento, nem quadro de pessoal. Para você ter uma ideia, que eu não imaginava nunca, eu me rendi a ele (Arraes), e a Cássio, para arrumar a fazenda. ‘Sede dele dentro de uma sala? Estou fora!’”*

Manelito ficou na direção do INSA até a seleção do primeiro diretor do Instituto em 2007. Seu trabalho a frente do Instituto teve o reconhecimento do então superintendente da ADENE, José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos, órgão que antecedeu a atual Sudene: *“Outro dia eu vinha numa avião de Fortaleza para Recife, e o superintendente da ADENE, que foi a instituição intermediária entre a Sudene e a nova Sudene. Dentro do avião, ele observando minha roupa, minha farda (fazendo referência ao conjunto de calça e blusa azul, seu traje de todas as ocasiões), ele sentou junto de mim, aí ele disse: ‘É Manelito, eu vejo. Eu estou acompanhando, com muita atenção, o que você está fazendo, e escrevendo e dizendo. Nesses termos, o INSA é o embrião da nova Sudene, nos termos em que você está colocando, é o embrião da verdadeira Sudene’”*, relata com orgulho.

Perguntamos a Manelito sua percepção sobre as questões atuais do Nordeste, o que é que permanece sem solução na região, no sentido de pensar o Semiárido? Avançou em alguma coisa? *“Avançou a partir da Sudene. A leitura ‘hidraulicista’ da seca arrefeceu. Ainda hoje, está gravado no meu celular, o pessoal de uma dessas instituições de TV perguntou: ‘O senhor é um visionário?’ Em primeiro lugar, eu não sou contra*

a seca. Tem que estabelecer uma estratégia de convivência com ela. A água que Deus manda já é suficiente para armar os projetos de desenvolvimento. No global, a base mudou a partir da Sudene, a partir da leitura do Dr. Celso Furtado. A irrigação artificial deixou de ser o procedimento excludente para produzir no Nordeste. Isso aí a Sudene virou de cabeça para baixo. Agora, precisa passar um tempo. Uma sucessão de gerações operando nesse patamar para consolidar o caminho definitivo do Nordeste. Veja, a lavoura irrigada era excludente. Isso acabou. Pecuária era o caminho. Eu tive muito a ver com isso na Sudene. Agora, eu quero ficar quieto em casa. Nem que sejam pessoas simpáticas, como vocês, para fazer isso, eu não quero”.

Então, todo aquele diagnóstico de Furtado ainda é válido para o Nordeste de hoje, perguntamos: *“Vale demais! Eu me lembro, inclusive, das quatro perguntas do tal comitê de busca (Referência ao processo de seleção do diretor do INSA), armado no Ministério da Ciência e Tecnologia em Brasília. Eu pedi que acrescentasse mais uma questão: o que é que os candidatos a diretor acham dos Planos Diretores da Sudene e se vê algum sentido para a utilidade atual que ele poderia ter. Embaralhou todo mundo”.*

Finalizamos com a questão: para os desafios que a gente tem, Furtado faz falta? *“Já não faz tanta. Repare como eu estou dizendo. Já não faz tanta. Porque a equação teórica ele arrumou. Daí para frente...”*

Nota dos editores:

A entrevista foi realizada em 19 de fevereiro de 2020, uma das últimas concedidas por Manelito Vilar, que faleceu em 28 de julho de 2020, dias após o fechamento da trilogia lançada em 26 de julho. A Manelito, nossa gratidão e respeito.

Tania Bacelar

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Quando se fala em Furtado, eu acho que tem uma característica que é a do intelectual com o pé no chão. Ele sempre me passou isso. “A realidade precisa estar junto de mim”. Ele não é um intelectual que só produz por deleite pessoal ou para o avanço da ciência. Ele mete a mão na massa, trabalha com a realidade e que quer mudar a realidade.

”

Celso Furtado: um intelectual com o pé no chão

*João Morais de Sousa
Andrea Carla de Azevêdo*

A Professora Tania Bacelar de Araújo é pernambucana do Recife. Doutorou-se em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço, pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbone (1979). Tem mestrado pela mesma Universidade em Política e Programação do Desenvolvimento (1977). Possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade Frassinetti do Recife (1966) e em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco (1967). Exerceu vários cargos públicos. Iniciou-se com atuação destacada no quadro de técnicos da Sudene (1966 a 1995) em áreas de economia e planejamento, principalmente para as causas do Nordeste. Depois, atuou como assessora técnica do Ministério do Desenvolvimento Agrário, professora visitante da Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, da França. Foi, também, Secretária Nacional de Políticas Regionais e Coordenadora do Grupo de Trabalho Interministerial e encarregada de propor a recriação da Sudene e Sudam (2003). Além disso, atuou como Secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife, Diretora do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco e Secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco.

A professora Tania Bacelar é sempre lembrada pela forma desprendida, generosa e dedicada à formação. Orientou dezenas de alunos

-
- 1 Sociólogo, doutor em Sociologia e Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Publicou livros e artigos sobre coronelismo, poder local, ensino de ciências sociais, o universo da seca, turismo e educação. Estuda, atualmente, as relações entre arte, cultura popular, cidadania e desenvolvimento sustentável.
 - 2 Jornalista, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2012); Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ (2017); Doutora em Governança, Conhecimento e Inovação pela Universidade de Coimbra – FEUC/UC/COTUTELA, Portugal (2018). Atualmente está como Investigadora Visitante em Estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais, na Universidade de Coimbra.

no mestrado e doutorado na UFPE. E participou de outras dezenas de bancas de graduação e pós-graduação. Incansavelmente, sempre aceitou todos os convites. Mesmo com a agenda lotada, sempre encontrou um jeito para participar de abertura de semestres, de semanas acadêmicas de diferentes cursos e, inclusive, eventos organizados pelos alunos. Ela atende a todos como o mesmo encanto e determinação. Ao longo de sua trajetória acadêmica, no Departamento Geografia da UFPE, participou de vários congressos, fóruns, seminários, encontros, colóquios, conferências (nacionais e internacionais), discutindo temáticas como a do desenvolvimento do Brasil, do planejamento regional e das políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Essas temáticas estão registradas na sua intensa e qualificada produção acadêmica. São dezenas de livros, artigos em revistas e periódicos nacionais e internacionais, artigos em jornais e documentários. Ao longo de sua trajetória acadêmica lecionou várias disciplinas como: Formação Econômica e Territorial do Brasil, Estado e Economia, Estado e Políticas Públicas, Estado e Políticas Regionais, Análise Regional, Análise e Planejamento Regional.

Como reconhecimento a sua trajetória pública, Tania Bacelar recebeu dezenas de prêmios, entre eles: Título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Católica de Pernambuco (2019); Título de Professora Emérita pela UFPE (2019); Prêmio Personalidade Econômica de Ano pelo COFECON (2018); Título de Cidadã Piauiense pela Assembleia Legislativa do Piauí (2016); Ordem do Mérito dos Guararapes – Grã Cruz, Governo do Estado de Pernambuco (2012); Economista do Ano – Setor Público, Ordem dos Economistas do Brasil (2009); Ordem Nacional do Mérito Científico classe Comendador, Ministério da Ciência e Tecnologia (2004); Medalha do Mérito Nilo Coelho, Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (1997).

Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco, mas continua a desenvolver atividades na pós-graduação e no apoio institucional à gestão universitária. Também desenvolve atividades na CEPLAN (Consultoria Econômica e Planejamento).

Tania Bacelar é considerada, por muitos estudiosos, como herdeira de Celso Furtado no que tange a sensibilidade de pensar políticas públicas e estratégias de planejamento e desenvolvimento regional, sobretudo, para a região Nordeste. Na tarde do dia 04 de março de 2020, em Recife, ela recebeu a nossa equipe, de forma terna e afável, em seu

escritório, na CEPLAN, para esta entrevista sobre o legado de Celso Furtado. Foi uma entrevista leve, esclarecedora e esperançosa.³

Quando perguntada sobre a influência de Celso Furtado em sua trajetória profissional e de vida ela destacou o exemplo do “intelectual com o pé no chão”, no sentido de que a realidade não é para estar distante do estudioso, do planejador. A realidade é para está sempre junta e fazer parte desse processo. É para ser transformada. Ela lembra que isso é difícil para quem é da academia. E que Celso Furtado fez isso com maestria. O pensamento dele tem a formulação ancorada em conceitos e em debates teóricos, mas traz junto a leitura da realidade, não só para entendê-la, mas para transformá-la. Assim, seu pensamento tem a realização prática, disse Tania.

Outro legado de Celso Furtado que Bacelar aponta como influência na sua vida foi o do intelectual político. "Isso também é muito difícil para quem é da academia. Ele me inspirou nas várias experiências em que atuei no ambiente político", afirma. Segundo ela, das proposições de Celso Furtado a que mais influenciou na sua formação foi a Sudene, onde começou a trabalhar pouco depois da cassação dos direitos políticos e do exílio do economista. "Se perguntassem a Furtado quais das suas contribuições ele considera a mais importante e simbólica, acredito que ele escolheria a Sudene, uma proposta ousada e muito inovadora para a época. É o principal exemplo de que ele conseguiu entender a realidade para mudá-la", ressalta. Bacelar destaca o capítulo sobre a seca no GTDN como sendo o mais brilhante do mestre. "Furtado inverte o diagnóstico do problema do Nordeste. O problema do Nordeste não era a seca, nem a falta da água, nem as irregularidades das chuvas. Muitos Semiáridos no mundo não tinham os problemas sociais que o Semiárido nordestino apresentava. Ele subverte, assim, o diagnóstico das elites nordestinas que afirmavam que a política pública para resolver este problema teria que ser política hidráulica", pontua. De acordo com Bacelar, Furtado sustentava que o problema não era a seca enquanto fenômeno ambiental, mas as estruturas socioeconômicas organizadas historicamente no Nordeste e como elas condicionam as pessoas e a economia, a exemplo do latifúndio pecuário.

3 Participaram da entrevista, além dos autores: Cidival Morais de Sousa (coordenador da coleção Celso Furtado: a esperança militante), Andreza Dantas Albuquerque (Pós-doutoranda do PPGDR/UEPB) e o cinegrafista Mahatma Gandhi (ASCOM UEPB).

Também mostra que a política hidráulica estava errada. Ao invés de resolver se ampliava o problema. Furtado afirmava que não se resolve o problema da falta d'água acumulando água. Tania Bacelar lembra a saída apontada antes pelas elites nordestinas com a criação do DNOCS, e pergunta: acumular água aonde? Os açudes e barragens estavam sendo construídos dentro das grandes propriedades, aumentando o poder dos donos. Furtado compreendeu logo que a grande tragédia da seca era a tragédia social; a tragédia humana.

Para Bacelar, um dos elementos que contribuiu para Furtado se sensibilizar com problemática da seca foi, enquanto sertanejo, ter convivido com uma grande seca, na adolescência. Isso, segundo ela, o politizou, "porque ele queria compreender como era que se dava aquele processo em que pessoas eram obrigadas a viver numa situação de miséria e exploração, inclusive migrando de um lugar pra outro em busca de sobrevivência".

Bacelar lembra, ainda, que o traço principal de Celso Furtado enquanto Intelectual político foi a "ousadia forte". Ele defendia um projeto de mudanças, de transformação da realidade que contrariava o projeto de conservação defendido pelas elites nordestinas. Foi esse traço que, segundo ela, o levou ao exílio. Outra característica de Furtado, na Leitura de Bacelar, era a exímia capacidade de conversar e negociar. "Furtado negociava sem negociar o principal. Ele chegou ao setor público para servir e respeitá-lo, e não para se locupletar"

Quando questionada sobre a Sudene atual, foi pragmática: "é um projeto que ainda não disse a que veio". Quanto a pertinência e atualidade de Furtado como teórico para o entendimento da realidade atual, ressalva que muitas reflexões feitas por ele se referiam a um outro momento histórico do Brasil e do mundo: "O momento atual é portador de outros desafios, como o fenômeno da globalização. Furtado foi um homem do seu tempo, mas foi, também, um intelectual que não se coloca em caixinhas. A abordagem multidisciplinar é o grande desafio da ciência contemporânea. E ele já foi um precursor". Bacelar conclui a entrevista dizendo que sua utopia é ver um mundo sem a desigualdade que se tem hoje, especialmente a regional e humana. Acredita que o mundo tem andado para trás nesse ponto: "a concentração da riqueza é absurda"!

Segue a entrevista na íntegra com o aprofundamento dos pontos citados acima e outras questões. Boa leitura.

Entrevista

- **Gostaria que a senhora falasse um pouco das suas lembranças e das suas impressões de Celso Furtado.**

Conheci de longe, adolescente, quando ele estava na campanha para construir a Sudene. Eu era adolescente, estudante, e a gente começava a conhecer Furtado pelos jornais, debates, ideias. Quando entrei na Sudene, em 1966, ele já estava exilado. Na França, eu fui aluna dele numa disciplina, Teoria do Desenvolvimento. Eu lembro que era uma sala imensa da Sorbonne, um auditório enorme, lotado de africanos e latino-americanos. E ele dando aulas para nós, na época, falando francês com sotaque paraibano. Depois, ele foi da minha banca. Ele não foi meu orientador, ele era de outra unidade na universidade onde eu estudei [Sorbonne], mas eu consegui convidá-lo para a minha banca de defesa da tese de doutorado. Quando ele voltou ao Brasil a gente teve vários momentos de interação, quando ele já estava ministro [da Cultura, do Governo Sarney], em alguns debates, reuniões... então, não foram tantos contatos pessoais.

- **Desses momentos, que características a senhora pode destacar do homem Furtado?**

Quando se fala nele, eu acho que tem uma característica que é a do intelectual com o pé no chão. Ele sempre me passou isso. “A realidade precisa estar junto de mim”. Ele não é um intelectual que só produz por deleite pessoal ou para o avanço da ciência. Ele mete a mão na massa, trabalha com a realidade e que quer mudar a realidade. É um traço que o marca. Um intelectual que atua no ambiente político, o que não é muito fácil para quem é da Academia, para quem tem uma produção intelectual, como ele tem, e ao mesmo tempo ter uma atuação no ambiente político. Ele tem essa marca que me sintoniza com ele porque eu também tive experiências no ambiente político, e não é fácil.

Da atuação dele ali no ambiente político eu acho que tem um traço de ousadia muito forte porque o projeto que ele defendia, como eu já disse, era um projeto de mudança, não era de conservação da realidade, mas de transformação da realidade. Eu sempre admirei muito a capacidade dele de negociar. Eu acho que quando você está atuando no espaço político, a capacidade de conversar e de negociar é central. Política, para mim, é conversa. E é construção do que é

possível fazer naquele momento, né? E para fazer a construção, você tem que negociar. Tem o famoso vídeo sobre Furtado no qual Conceição dá um depoimento que eu achei fantástico. (O vídeo) diz que Furtado negociava sem negociar o principal. Eu acho que isso é uma marca importante. Quando se vai para a negociação política você tem que saber até onde pode negociar, e o que é tão importante para o projeto e para as ideias que você está

defendendo, que é um ponto inegociável. Um exemplo disso que eu sempre dou é a negociação dos incentivos fiscais, que foi uma marca da Sudene e que não era uma proposta de Furtado. Nem no GTDN, nem no primeiro Plano Diretor da Sudene. O artigo 34 foi criado no primeiro Plano Diretor no Congresso. E quem botou o artigo 34 foi um deputado das oligarquias pernambucanas, conservador, que tinha visitado a Itália e tinha visto a experiência lá e trouxe a ideia do modelo dos incentivos para cá e Celso Furtado negociou o artigo 34, que cria o sistema na sua estrutura básica. Você tinha o optante, que é quem iria pagar o Imposto de Renda, mas não vai. Você deve ao Leão mas ao invés de pagar você deposita 50% do valor no Banco do Nordeste, para financiar projetos. Então era a figura do optante. E você tinha o empreendedor, que era quem iria receber aquele apoio financeiro. Então o modelo, o arcabouço, já estava no artigo 34 e na ideia da criação de um sistema de incentivos para a promoção do desenvolvimento industrial. Na época, era incentivo só para a indústria de transformação. Aí Celso Furtado negocia, o artigo 34 não existia na proposta dele, mas aparece na proposta que foi aprovada pelo Congresso. Foi negociada no Congresso. Aí o artigo 34 tem duas restrições. O sistema é criado, mas o optante não pode ser quem recebe. Era uma negociação. Por que ele faz essa negociação? Porque era para que no Nordeste florescesse um setor industrial de empresários nordestinos. Ele queria patrocinar uma indústria rigorosa no Nordeste, mas que tivesse um protagonismo dos industriais nordestinos importantes. Tinha um sonho político por trás disso, que era substituir, na política, o peso das oligarquias agrárias por



Eu sempre admirei muito a capacidade dele de negociar. Eu acho que quando você está atuando no espaço político, a capacidade de conversar e de negociar é central. Política, para mim, é conversa. E é construção do que é possível fazer naquele momento, né? E para fazer a construção, você tem que negociar.



uma classe empresarial industrial supostamente avançada, ou pelo menos mais avançadas que as oligarquias rurais. Então ele tinha uma visão política por trás da proposta econômica. Ele consegue botar essa cunha: quem opta não é quem recebe os incentivos. A segunda cunha é que tinha que ser empresa nacional, porque ele também tinha um sonho do empresariado local, nacional, então não poderia ser multinacional. Ela poderia renunciar, mas ela não poderia se beneficiar. No artigo 18, depois o sistema passa a se chamar 34/18, já com Celso Furtado fora da Sudene, já no segundo Plano Diretor, em 1965, depois do Golpe. Aí poderia ser qualquer empresa, quem opta pode receber, e pode ser empresa nacional ou multinacional.

– **A Sudene de Furtado teria morrido ali?**

Acho que os incentivos morreram ali. Quando ele botou essas duas cunhas, o sistema de incentivos não deslanchou. Ele aceitou a proposta, mas as duas cunhas que ele colocou não viabilizaram o sistema que foi proposto.

– **E o que ficou dele?**

O que ficou dele no plano era o essencial. Noventa por cento do primeiro Plano Diretor era a proposta essencial dele na época, investimentos em infraestrutura, no que ele chamava de “pré-condições”. Quando a gente lê o primeiro e o segundo Plano Diretor, que foram muito influenciados pelo GTDN, o essencial da ação da Sudene era infraestrutura econômica, de Saúde, Educação, de Pesquisa ... um dos departamentos mais fortes da Sudene no primeiro Plano Diretor era o Departamento de Recursos Naturais. Então 90% era colado no GTDN. Essa invenção dos incentivos era uma criação *ad hoc* do que ele tinha proposto, mas foi negociado por ele. Eu acho que esse é um belo exemplo de como você negocia, viabiliza o que você acha que é mais importante, mas aceita o que as outras pessoas estão propondo. Então eu acho que essa marca é importante.

– **A senhora falou do intelectual pé no chão, do político que sabia negociar sem abrir mão do principal...**

A terceira [característica] eu diria que é o exemplo de homem público. No Brasil eu acho que a gente é muito carente desse exemplo, de alguém que chega ao setor público respeitando a coisa pública. Não é para se locupletar; é para servir à coisa pública. Se você me

perguntar de alguém que, no exercício da função pública, para mim é uma referência, é ele. Tem piadas muito interessantes, tem causos muito interessantes, de quem conviveu com ele. Não é o meu caso. Por exemplo: Chico de Oliveira conta histórias de dividir o quarto quando viajava com ele, para não pagar duas diárias. “Pra quê duas diárias? Não tem duas camas no quarto? Nós não podemos dormir no mesmo quarto?” São pequenos gestos que mostram o respeito daquela pessoa ao bem público. O dinheiro é público. Se eu gastar dois, podendo gastar um, eu estou desperdiçando dinheiro público. O pessoal da Sudene inicial tem exemplos cotidianos de lições que ele dava de como lidar com o dinheiro público, respeitando o dinheiro público. Eu acho que no Brasil isso é um exemplo muito importante.

– **A senhora disse há pouco que uma coisa que marca o intelectual Furtado ‘é o pé no chão’. O pensamento na sua dimensão prática ...**

Tem a formulação teórica, mas tem a leitura da realidade e tem o projeto de mudança da realidade. Quando a gente lê Furtado tem sempre as três coisas. Ele está ancorado em conceitos. E tem o lado acadêmico em conceitos, em debates teóricos. Tem a realidade e o acadêmico até ali sempre vai. Mas ele ia mais fundo e dizia: “o conhecimento para mudar a realidade, não só para entender como a realidade é”. Tem muito acadêmico que para aí, né? Na Academia, no fazer entender melhor a realidade já é uma contribuição. Mas ele ia além na contribuição. A realidade é assim e poderia ser diferente. Aí já embute o projeto de transformação.

– **Das proposições furtadianas, quais a senhora destacaria como as mais importantes na sua formação?**

Na minha, a Sudene. Depois que ele saiu eu trabalhei vários anos na Sudene. Mas eu acho que se perguntasse a ele, das contribuições dele qual ele acharia a mais simbólica, eu acho que ele escolheria a Sudene, também. Acho que é uma proposta ousada, para aqueles tempos, e muito inovadora. Ali é um exemplo que ele conseguiu entender a realidade, e queria mudar a realidade. Pra mim, o capítulo mais brilhante do GTDN é o capítulo sobre a seca. Ele inverte o diagnóstico. Porque até ali o problema do Nordeste era a seca. E ele disse que o problema do Nordeste não é a seca. E nem a seca é o problema do Semiárido. Não é a falta da água nem a irregularidade da água, o

problema do Semiárido. É que tem muitos Semiáridos no mundo que não tem os problemas sociais que o Semiárido nordestino tinha. Ele subverte, usando uma palavra forte, o diagnóstico das elites nordestinas da época, que o problema do Nordeste era a seca, e que a política pública para resolver era a política hidráulica. Aí ele vai em cima das duas vertentes dominantes. O problema não era a seca enquanto fenômeno ambiental; o problema está nas estruturas socioeconômicas organizadas nesse território onde tem as secas.

O problema não é a ocorrência da irregularidade. Como é que se organizam as pessoas e a Economia, para conviver com esse fenômeno natural? É aí onde está o problema. Ele mergulha fundo onde era o latifúndio pecuário do Semiárido e mostra que a política hidráulica está errada. Ao invés de resolver, ela estava ampliando o problema. Porque é resolver a falta d'água acumulando água. Mas vai botar água onde? Então ele vê que os açudes estão dentro das grandes propriedades, aumentando o poder dos donos. E a grande tragédia da seca era a tragédia social da seca. A tragédia humana. Foi o que politizou Celso. Ele era um sertanejo que conviveu com uma grande seca, na adolescência e se politizou ali. Ele queria entender como é que aquilo acontecia porque as pessoas eram obrigadas a viver numa situação daquela. Então esse capítulo é brilhante porque ele vem com um conhecimento diferente, com uma abordagem diferente, e, politicamente para mim, é o capítulo que marcou a reação política contra ele. A reação política contra ele tem a ver com este diagnóstico, porque fazer o Nordeste industrial muita gente queria. Então o primeiro eixo do GTDN não tinha grandes resistências. Agora o segundo eixo, que era mudar a estrutura econômica do Semiárido, e diversificar a Zona da Mata, encontrou reações enormes contra ele.



O problema não era a seca enquanto fenômeno ambiental; o problema está nas estruturas socioeconômicas organizadas nesse território onde tem as secas. O problema não é a ocorrência da irregularidade. Como é que se organizam as pessoas e a Economia, para conviver com esse fenômeno natural? É aí onde está o problema.



- A senhora poderia destacar a importância de Furtado para a sua formação ?

Eu acho que o compromisso dele com o Nordeste. Mas não é com o Nordeste abstrato. É com o Nordeste das pessoas, do nordestino, de

quem vive aqui. De quem consegue viver aqui. Na época dele, uma grande parte da população nem conseguia viver aqui. Tinha que ir embora para poder viver. Então esse compromisso dele, num intelectual, para mim, é um exemplo incrível. Talvez a identidade do que tem sido um dos meus objetos de estudo que é o Nordeste e alguém que estudou com uma abordagem que me serve de referência, né? Não tem como não servir.

– **Problematizando um pouco mais ... Essas mudanças que Furtado faz em relação à interpretação do Nordeste confronta com a concepção do DNOCS, com a proposta do DNOCS? A Sudene de Furtado desempodera o DNOCS?**

Com certeza. O DNOCS foi apropriado pelas oligarquias. A proposta dele (Furtado) tirava poder das oligarquias. Ele propunha aumentar o poder dos industriais para diminuir o poder das oligarquias e propunha diversificar a Zona da Mata e reestruturar aquela organização sócio produtiva que existia ali. Então, era muita ousadia junta. Agora o momento que o Brasil vivia não deixava de ser favorável, porque era a era Juscelino, e o Brasil queria ser um exemplo de industrialização no mundo. Acho que isso o beneficiou em estar operando tudo isso num contexto que era muito rico na história do Brasil. Os 50 anos em 5 de JK. Era ali que ele estava operando, né? Não era um Brasil em crise, era um Brasil pungente naquele momento. Claro que muito mais no Sudeste e no Sul, que era elemento de denúncia central dele. “A industrialização é muito boa. Mas é muito boa no Sudeste, e é contra o Nordeste”. Ele também denuncia e arranja dificuldades. Mas é muito interessante que na aprovação da lei da Sudene e do primeiro Plano Diretor, não era a elite paulista que era contra. Quem fez estudo de Ciência Política sobre aquele momento mostra que os principais opositores dele eram nordestinos. A bancada conservadora nordestina reagia mais que a elite paulista, que depois se beneficiou da Sudene. Quando o Sistema 34/18 deslança, Furtado já não estava na Sudene, é que o optante veio a receber o dinheiro. O Brasil já estava naquela fase da Indústria operando em escala nacional. Aí você transbordou as empresas de lá para cá. Eram empresas do Sudeste, empresários do Sudeste que usavam os incentivos para vir para o Nordeste. Então, de certa forma, eles sacaram ali que aquilo não era tão ruim para eles. Então os opositores eram a elite conservadora nordestina.

– **34/18 teria criado os coronéis urbanos?**

Não, não por isso. Onde o 34/18 funcionou mais parecido com aquela primeira restrição de Furtado foi no Ceará. Tem uma tese de Valdeci [Monteiro dos Santos]⁴ que compara a industrialização no Ceará, em Pernambuco e na Bahia. E você vê que grande parte da indústria no Ceará foi de empresários cearenses. Tanto que no Ceará a classe industrial cearense usou os incentivos, se modernizou e depois tomou o poder. A era Jereissati, a era dos anos 60, é filha da Sudene. Porque aquilo tem, por trás, uma renovação da produção industrial e o modelo cearense é mais parecido com incentivo fiscal para mudar a estrutura, e criar um pouco do que Celso Furtado queria; uma outra elite industrial, mais progressista. Não é a ARENA, é o PSD. Então é mais parecido o Ceará com o que ele queria do que Pernambuco e Bahia, que são filiais de grandes empresas do Sudeste. E nem aqui nem na Bahia teve uma renovação tão grande da elite industrial, né?

– **E o Furtado planejador? A contribuição de Furtado para o planejamento do Brasil? A senhora poderia falar um pouco sobre isso?**

É uma contribuição muito importante porque ele acredita no planejamento. A Sudene também era uma instituição de planejamento. Para usar o dinheiro que ele conseguiu, ele fazia um plano. Ele conseguiu que Juscelino criasse uma instituição, e conseguiu o dinheiro, e era muito dinheiro. O arranjo institucional que ele fez na Sudene foi muito ousado. Para mim, uma das coisas mais interessantes que ele fez foi a criação da Sudene. Até porque a Sudene, que depois vingou, era uma estrutura burocrática. A Sudene de Furtado não era uma instituição burocrática, ela era uma instância política. Porque na criação da Sudene de Furtado, mais importante do que a estrutura da Secretaria Executiva, era o Conselho Deliberativo. Então, na cabeça dele, a Sudene era Conselho Deliberativo (CONDEL). Para que o Conselho Deliberativo tomasse uma decisão precisava de uma equipe técnica que subsidiasse essas decisões. Aí precisava de uma estrutura administrativa. E para operar o que fosse decidido, precisava, também, de uma estrutura administrativa. Mas ela não era

4 A Indústria Incentivada no Nordeste: Os Exemplos das RMs de Salvador; Recife e Fortaleza. Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional. Recife: MDU/UFPE, 1994.

a principal, era auxiliar. O principal era o lócus político de interação, uma coisa ousada, que o Brasil não tem, que é uma instância interfederativa. O pessoal da Ciência Política estuda isso com muita propriedade. Ela é uma instância interfederativa, num país que não tem esta cultura. A cultura é cada um se segmenta. A União é uma coisa, o estado é outra, o município é outra. Aí ele vai e cria um lugar para sentarem todos os governadores com ministros do Governo Federal. Então, aquilo era uma instância decisória interfederativa num país que não tem cultura de gestão interfederativa até hoje. E a estrutura técnica era uma ordem. Tanto que ele nunca quis fazer prédio. Enquanto ele foi superintendente a Sudene funcionava num prédio alugado e, quando ele voltou [do exílio], o choque que teve foi “parece a sede da ONU!”. E dizia: “Isso aqui é sinal de decadência!”. Ter aquela estrutura, para ele, era sinal de decadência, desviou-se do que era para ser. Virou uma burocracia. Quem organiza isso é o plano. Aí a defesa do planejamento é central na estratégia dele. E é muito interessante como ele monta as estruturas de planejamento na Sudene. A Assessoria Técnica era a cabeça do planejamento e cada departamento tinha um órgão de planejamento. E aquilo funcionava com um sistema interno de planejamento. E vários programas que ele fazia com os estados, o planejamento era o eixo norteador. Então ele tinha uma célula na Sudene, mas tinha células nos estados para dialogar com o plano. Tudo tinha que primeiro dizer “Nós vamos fazer o que?” “Por que vamos fazer isso?” “Vai gastar quanto?” “Quem é que vai fazer isso?”. Então isso é que era o plano. A noção de planejamento é central na proposta dele.

- **Em “Brasil: a Construção Interrompida” de 1992, Furtado diz que precisamos saber se temos futuro como nação, que conta na construção do devir humano, ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico e formação de um Estado Nação. Qual é a atualidade do pensamento de Furtado?**

Pra mim era uma das obras mais pessimistas de Furtado. Ele não era um pessimista, mas um otimista. Mas aquele livrinho era muito pessimista. Já estava perto de morrer, acho que foi na década de 90. E “Brasil: a Construção Interrompida” é de um amargor muito grande. São frases muito duras, né? E a ideia é como se o projeto de Brasil tivesse se inviabilizando. Então ele percebe isso. Um momento de ameaça do que foi o projeto de Brasil do século 20. E com todas as

dificuldades o Brasil tinha se tornado uma potência mundial no século 20. Então tinha uma energia positiva ali no século 20 que deu o Brasil que deu. Era uma potência econômica de pé de barro. Mas aquilo ajudava a construir um projeto de nação. E tinha um rumo. O Brasil queria ser uma potência industrial, esse era o rumo. E o mundo, na época, era isso. Um mundo que queria ser industrial. Potência era sinal de pungência industrial. Foi isso que o Brasil engatou. O problema da gente é como a gente organizou isso do ponto de vista social. E o diagnóstico que ele faz é o mesmo: a gente conseguiu isso, mas tem os pés de barro. E no final do século ele percebe muito bem que parecia que o Brasil estava pegando um desvio. Então aquele livro merece ser lido e refletido, a cada momento, pois ele pára e faz uma espécie de balanço: “fizemos isso, mas não é fácil primeiro construir a nação brasileira. É fácil construir a potência econômica brasileira, mas não basta ser potência econômica para ser uma nação. Para ser uma nação, é preciso que os nacionais se beneficiem do fato de ser potência”. Então a dimensão social precisa ser contemplada. E ali o Brasil estava claudicando, né? Mas era pior. Eu acho que ele já pressentia que o mundo estava mudando e que o Brasil estava perdendo a direção do seu projeto. Porque este é o nosso drama de hoje. Ali, bem ou mal, tinha esta unidade de fazer do Brasil uma potência industrial relevante. Só que a indústria de transformação no mundo foi completamente transformada nas novas tecnologias. Então todo o esforço que a gente fez, está se perdendo. O Brasil está se desindustrializando porque a Indústria do século 21 não é a Indústria do século 20. E a gente não conseguiu engatar a Indústria brasileira na Indústria do século 21. Parece que ele pressentiu ali que a gente tinha dado um passo em falso. Que o mundo estava indo numa direção daquilo que era o miolo do nosso projeto do século 20, que estava terminando, e a pergunta era “Qual é o projeto do século 21?”. No século 21 temos uma economia de serviços, a economia do conhecimento. E isso não está na agenda do Brasil, infelizmente. Então a gente nem é mais industrial e está voltando a ser primário exportador e num



O Brasil está se desindustrializando porque a Indústria do século 21 não é a Indústria do século 20. E a gente não conseguiu engatar a Indústria brasileira na Indústria do século 21. No século 21 temos uma economia de serviços, a economia do conhecimento. E isso não está na agenda do Brasil, infelizmente.



modelo que o mundo também rejeita. O modelo tradicional, conservador, explorador da Natureza. Tudo o que no debate mundial sobre o que é desenvolvimento não é. E o Brasil se firmando como potência agrícola, produtora de soja, produtora de carne a qualquer custo social, a qualquer custo da Natureza. Isso é um horror. Para quem tinha um sonho que a Nação fosse contemporânea, decente. Então aquele livro eu acho que é um sinal de alerta. Se ele tivesse vivido, talvez hoje ele fosse uma das pessoas que pudesse estar refletindo com a gente. “E aí, agora a gente faz o quê?”. Mas ali ele pressentiu. Aquilo é um livro fino, mas de uma intensidade enorme.

- **A senhora falou da ousadia de Celso Furtado e eu imagino que a elite deve ter esperneado. Juscelino Kubitschek dava cobertura a Celso Furtado nessa ousadia, ou em alguns momentos ele lutou só?**

Eu não vivi junto dele neste tempo, né? Eu só entrei na Sudene em 1966 e já não era JK. Neste tempo eu era estudante. Então, na minha vivência, não tenho depoimento sobre isso. Mas, do que eu li de pessoas que conviveram na época, Rômulo de Almeida, Chico de Oliveira, que viveu essa aventura, né? O depoimento central é de que Juscelino apoiava. Agora, Juscelino estava acima dele em outro patamar de negociação. Talvez, em alguns momentos, Juscelino não tenha dado o apoio que ele precisava. Mas o depoimento predominante é que ele [Furtado] contava com JK nas horas essenciais e ele [Juscelino] foi um aliado importante no projeto dele [Furtado]. Mas Juscelino depois entrou em confronto com o projeto mais conservador que existia no Brasil. Tanto que ele também foi defenestrado.

- **A gente está falando da atualidade do pensamento de Furtado. O que a senhora destacaria mais para entendermos a realidade de hoje utilizando Furtado como teórico?**

Para trazê-lo, hoje, primeiro tem esse desafio que já citei, né? Muitas das reflexões que ele fez eram sobre um outro momento do mundo, e um outro momento do Brasil. Então, se a gente quiser transportar Furtado não é bom errar. Ele raciocinou para um momento que não é o momento que a gente está vivendo. O momento atual é portador de outros desafios. Estamos precisando de outro Furtado. Estamos precisando de alguém que tenha a capacidade dele, e vários alguém, porque a bronca é tão séria que não é um alguém que vai dar conta.

Ele foi um homem do tempo dele, que deu um aporte inovador para os desafios daquele momento. A gente está vivendo um outro momento e temos que ter reflexão nossa, de quem ainda está vivo, para pensar esse novo momento, que não é fácil. Mas tem premissas com as quais ele trabalhou, que eu acho que a gente deve se inspirar nele. Eu não acho que ele deva ser abandonado. Ele continua uma referência, e eu acho que a gente precisa ir nessas referências para pensar o hoje. Por exemplo: a abordagem Multidisciplinar é central em Furtado. Ele não era um economista. Aliás, ele nem fez curso de Economia. Chamam ele de economista. Ele foi advogado e ele era um cientista político e um analista econômico, e era muita coisa. Um homem que estudava Literatura, um profundo conhecedor ... um intelectual. Um intelectual a gente não consegue botar numa caixinha. As caixinhas são da burocracia. Ele é muito mais do que isso. A abordagem Multidisciplinar é o desafio mais contemporâneo até hoje, do que na época dele. Ele já era um precursor. Então a dimensão ambiental, para falar numa [questão] que ele não trabalhou profundamente, porque na época dele não tinha a dimensão que tem hoje. O Aquecimento Global não era agenda da época dele. É uma agenda de hoje que faz com que, para pensar o que ele pensou, para pensar um projeto de desenvolvimento para o Brasil não se pode desconsiderar a dimensão ambiental. E a gente consegue, vasculhando na obra dele, identificar que a leitura dele da seca não é arraigada na dimensão ambiental. Ele diz que a dimensão ambiental existe, é um fator restritivo, mas é a dimensão socioeconômica que precisa mudar. Isso é uma leitura multidimensional, tá certo? A dimensão cultural que está em Furtado. Não é à toa que ele foi ministro da Cultura. E como é que um economista é ministro da Cultura? Não era economista no Ministério da Cultura, era um homem que ao pensar, ao refletir, ao propor, a dimensão cultural estava presente. A dimensão da ciência e tecnologia. A compreensão de que o conhecimento era uma variável estratégica. E se vê na descrição dele em “Formação Econômica do Brasil”, como ele lida com a dificuldade que o Brasil carregou no século 20 todo porque não gerou conhecimento próprio, e para fazer os 50 anos em 5 de JK, importou conhecimento. A rapidez fez com que ao invés de o Brasil ser um país em que a indústria já nasce produzindo conhecimento, ela importa máquinas e equipamentos. Mas na reflexão de Furtado você tem a preocupação com a fragilidade que isso importa. Faz ligeiro, mas faz capenga. E faz

capenga porque a reflexão não veio de dentro. E quando eu importo a máquina eu estou importando uma realidade diferente da minha. E estou num país que tem mais gente do que países avançados que tinham pouca gente, que criaram máquinas para pouca gente. Aqui eu tenho que criar máquina para muita gente. Então essa reflexão é fundamental. Eu acho que tem elementos de Furtado que são referências que a gente não pode dizer não. Ele estudou outro momento e por isso eu não vou visitá-lo?. Eu acho que a gente sempre revisita para ir buscar a substância, onde é que está a contribuição principal para refletir sobre desafios novos. Então novos desafios que a gente tem ... o mercado de trabalho hoje é um novo desafio. Não é só a gente que não consegue acessar. Na época dele as pessoas não conseguiam acessar, e não conseguiam sobreviver. Hoje as pessoas, em sua grande maioria, estão acessando de um jeito completamente diferente. Todo mundo “uberizado”, ninguém tem nenhuma referência. Nós estamos subvertendo o mercado de trabalho de um jeito ... no mundo, não é só no Brasil. E no Brasil estamos fazendo isso na dosagem brasileira. São problemas novos, desafios novos que no tempo dele nem passava pelo juízo o que seria, por exemplo, “uberização”. Chegar aqui na frente do meu prédio e ter um bando de rapazes e de moças, de moto, de bicicleta com aquelas coisas nas costas. Então é uma coisa nova, que está desafiando os movimentos de organização dos trabalhadores. Você lê as pessoas que estão refletindo sobre o movimento sindical ... aquilo que eles faziam não é mais adaptável. Vai organizar como? Tem perguntas novas, que a gente tem que resolver, e que Furtado nem chegou junto porque não eram questões centrais no tempo dele.

– **Qual era a preocupação dele com a formação / educação de seu corpo técnico?**

O tema aí é Furtado e a Educação. Tem muita gente que diz que Celso Furtado não valorizava a Educação. Eu acho que esse tema é muito interessante, Furtado e a Educação. Aí eu vou dar o meu depoimento. Eu entrei na Sudene como auxiliar de pesquisa. Eu fazia dois cursos ao mesmo tempo: Ciências Sociais e Economia. Ciências Sociais à tarde e Economia à noite. Então [como é que], não valorizava a Educação, mas tinha um Departamento de Recursos Humanos? A Sudene de Furtado tinha dois departamentos muito fortes: Recursos Humanos e Recursos Naturais. Quem não pensa em Educação, não

pensa em gente. É preciso analisar o que era o Departamento de Recursos Humanos. Acho que dava uma tese interessante, “Furtado e a Educação”, olhando o que ele fez na Sudene. Muita coisa se perdeu e ninguém sistematizou. Então, para voltar para mim, eu foquei nesse Departamento de Recursos Humanos. E sabe qual era o trabalho? A Sudene era a Capes da época, mas para graduação. Porque naquela época o Nordeste não tinha graduação. Então uma das deficiências do Nordeste era gente qualificada. Para fazer a Sudene foi difícil, tinha que fazer o TDE. Tinha que investir em gente. Você fazia um curso e os melhores qualificados entravam na Sudene. Então, uma pessoa dessa não valorizava a Educação? Como foi que ele recrutou? Não foi com bilhete de deputado. Depois [de Furtado] é que virou bilhete de deputado. Era fazer o TDE, um curso intensivo de desenvolvimento, e os melhores qualificados iam trabalhar na Sudene. Quando eu entrei na Sudene tinha duas pesquisas precisando de gente: uma em Saúde, onde eu também trabalhei, que era para mapear onde estava a oferta de serviço de saúde, e a outra era o que eu chamo “a Capes da graduação”, que era uma bolsa que a Sudene instituiu para estimular os jovens a fazerem curso superior. Dava uma bolsa para o menino sair lá do interior e fazer Geologia, por exemplo, ou escolher um curso daquilo que o Nordeste precisa para se desenvolver. Onde é que estão os especialistas em Geologia, em Mineração? Engenharia de Minas, Economia, Sociologia? Para esses cursos a Sudene dava uma bolsa para a pessoa vir, estudar e terminar a Graduação. Eu conheço muita gente que diz até hoje “Só me formei porque tive a chance de ter aquela bolsa”. Naquela época não tinha Pós Graduação. Pós Graduação a gente fazia no exterior. Era difícil fazer a Graduação! Sabe o que a gente fazia como pesquisador? Ia na casa dos meninos. O candidato à bolsa era fiscalizado. A gente saía numa Rural Willys para visitar a família para ver se realmente aquela pessoa precisava daquela ajuda. Não era uma coisa gratuita. Era uma coisa dada com um objetivo: ela tinha que fazer o curso, mas a gente tinha que ir lá saber se o menino realmente morava num lugar pobre, se a família realmente não tinha condição, se ele realmente era merecedor. Eu fiz essa pesquisa. Eu acho que uma pessoa dessa valoriza Educação. A crítica era “mas não valorizava Educação básica”. Aí eu sugiro uma entrevista com quem trabalhou com ele na educação básica. Ele tinha um programa muito interessante de apoio às secretarias de estado, porque a Educação não era do Governo Federal. A

Educação básica era do Estado e Município. Então, qual era a ideia da Sudene inicial? Era fortalecer as estruturas que ofertam a Educação Básica. Quais são as estruturas? Estaduais e municipais. Teve um programa da Diretoria de Educação que se relacionava com as secretarias de educação para formar gente para fazer o planejamento educacional, para melhorar o ensino básico, onde estava a responsabilidade do ensino básico. Não era para trazer o ensino básico para a Sudene. Era usar o dinheiro da Sudene para qualificar os estados e contribuir para melhorar as estruturas do ensino básico. Então eu acho que aí tem um componente de educação.

– **Mais ou menos como era feito com os outros setores...**

Então, a Sudene, com essa visão, de sistema, de articulação dos estados, foi quem montou os NAEs que virou SEBRAE. Foi quem montou as CEPAs, que era a Unidades de Planejamento Agrícolas de todos os estados. Fazia cursos. Eu fui professora de vários cursos. Fazendo o quê? Trazíamos o pessoal que trabalha com agricultura nos estados e fazíamos um curso na Sudene, um curso intensivo. O aluno vinha só para estudar, tinha que ser dedicação exclusiva. Dava-se uma bolsa para complementar a vinda dele para cá, e ainda dava outra quando ele voltava. Para que ele não chegasse no estado, na volta, formado para entrar na CEPA, chegava brilhante, atualizado, e o secretário puxa para ser assessor dele, e não tinha a gratificação que a Sudene dava. Então era uma gratificação para ele montar a unidade para a qual ele tinha sido capacitado. Isso não é pensar Educação? Isso não é formar quadros de conhecimento? Mas acho que esse é um debate porque ele está sendo acusado de não valorizar a Educação.

– **E quanto a relação de Furtado com a Cultura?**

Também, não é à toa que ele foi ministro da Cultura. Mas na Sudene de Furtado a valorização da Cultura está na ARTENE, que era uma subsidiária da Sudene para promover o artesanato. Um dos potenciais que ele via no Nordeste vinha da Cultura. E ele criou a ARTENE, que na época dele era uma instituição muito interessante, porque tinha toda uma política de promoção do artesanato. Era uma empresa onde a Sudene tinha uma participação acionária, tinha vida própria, e era de comercialização. Veja que coisa inovadora naqueles tempos! A promoção de um ente que não é somente público, para organizar o grande problema do artesão. E qual é? Ele sabe produzir, mas não

tem acesso ao mercado. Então, o diagnóstico que ele fez mostra que tem um potencial que vem da Cultura, que é riquíssima, mas o pessoal vive na miséria. E por que vive na miséria? Porque quem ganha dinheiro é quem comercializa, portanto o nó está na comercialização. Aí, ele cria uma agência para organizar a comercialização, para romper com esse ciclo que quem tinha acesso ao mercado era a elite. Ela recebe por R\$ 4 e vende por R\$ 30, ou até por R\$ 50.

– **E ele criou outras subsidiárias ...**

Várias. Era uma modelo gerencial novo. Ele não queria inchaço mesmo. A Sudene para ele era um negócio enxuto. Era um negócio de organização, de diálogo, mas precisava fazer as coisas. A CONESP, por exemplo. Tinha que perfurar poços onde tivesse que perfurar. Aí ele cria uma empresa para perfurar poços. Mas era um negócio fora da Sudene. Quando cumprisse a missão, acabava. Tanto que ela acabou e já tinha uma empresa para perfurar poço. Não precisava mais do Estado

– **Ele estava antecipando o processo de incubação..**

Incubava. Incubava para depois soltar, né? E aconteceu isso. Tanto que várias desapareceram e já tinha o dinamismo da própria vida econômica e tinha criado elementos para substituir aquilo. Mas era um modelo de gestão que foi outro ponto interessante, que é pouco estudado. O modelo de governança, como se chama hoje, que estava na cabeça de Furtado era muito inovador para a época.

– **Por quanto tempo o pensamento de Furtado conseguiu prevalecer na Sudene?**

Eu diria que uns 10 anos. Entrei em 1966, e, da minha vivência, eu acho que a semente que ele plantou foi tão bem plantada que ela germinou mesmo num outro contexto, completamente diferente. Já eram generais que dirigiam. Mas eu ouvi de um general que foi superintendente a seguinte frase: “Me disseram que eu iria encontrar aqui um antro de comunistas, mas eu encontrei um antro de idealistas”. Era a obra de Furtado. Era o jeito com o qual ele concebeu a instituição. Era um bando de idealistas. Então, eu diria da minha vivência que, os anos meus iniciais ainda estão muito impregnados das ideias dele, das propostas dele. Eram tão ousadas, tão inovadoras que a turma tinha comprado a ideia. Pessoas como Carlos Miranda, que

vocês entrevistaram, como Otamar, que viveram mais cedo do que eu estavam lá ainda, eram desdobramentos daquelas sementes que ele (Furtado) tinha deixado lá. Quando você planta boa semente, ela não morre, não. Ela vai germinando. Ela pode não germinar do jeito que você queria, mas vai germinando. Uma instituição pública é um ente vivo. Depois vem a Sudene dos incentivos e foi esta que terminou morrendo, né? Então eu acho que tem três fases da Sudene: a fase de Furtado, a fase pós Furtado, já no regime militar, mas onde várias sementes ainda germinavam, e a fase que perde recursos e que fica pendurada nos incentivos, que foi reapropriada pelos interesses da elite. Já é uma Sudene se preparando para morrer. Eu diria que é a Sudene dos anos 80, por aí.



Quando você planta boa semente, ela não morre, não. Ela vai germinando. Ela pode não germinar do jeito que você queria, mas vai germinando. Uma instituição pública é um ente vivo. Depois vem a Sudene dos incentivos e foi esta que terminou morrendo, né? Então eu acho que tem três fases da Sudene: a fase de Furtado, a fase pós Furtado, já no regime militar, mas onde várias sementes ainda germinavam, e a fase que perde recursos e que fica pendurada nos incentivos, que foi reapropriada pelos interesses da elite. Já é uma Sudene se preparando para morrer. Eu diria que é a Sudene dos anos 80, por aí.



– **E a atual?**

A atual é um projeto. Não disse a que veio.

– **O que a senhora acha hoje dos estudos regionais? Do desenvolvimento regional...**

Se tem uma coisa nova, que não é da época de Furtado, é o grau de globalização que existe hoje. O grau de globalização que a economia mundial alcançou tem um certo descolamento do território. A lógica da Globalização é uma lógica territorial que não é a lógica com a qual nós, pobres mortais, trabalhamos. Aí tem um certo distanciamento. Mas o que eu vejo é que as nações continuam. As empresas se globalizaram, mas as nações continuam. Então tem uma escala pós-global que ainda é nação. A China, por exemplo, é um projeto de nação. Não é um projeto de globalização abstrato. A China quer ser uma potência mundial e está recuperando a nação. Aliás, no dia em que Mao morreu eu morava na França e eu vi na tv uma frase de um senhor que

tinha passado pelo caixão de Mao, estava sentado no chão e o repórter chegou perto dele e disse: “O senhor está chorando por quê?” O que foi que Mao legou à China? Ele disse: “Mao recolocou a China de pé”. Ele não falou do Socialismo. Ele disse: “Mao recolocou a China de pé”. Veja aí o conceito de nação na frase dessa pessoa. Eu acho que nessa escala de nação, que era uma preocupação de Furtado, a gente não está delirando. Ainda tem um espaço para discutir a consolidação da nação brasileira. Aí eu estou com ele. Agora, dentro da nação, eu hoje vejo os estudos regionais. [Clélio] Campolina está fazendo estudos regionais, é outro maluco, né? E ele foi embora para o mundo para ver como o mundo está tratando isso. E a relação entre os novos modelos de desenvolvimento, e as sub-regiões, é enorme. As políticas regionais hoje não estão fora de moda. Eu não acho que a gente vai perder emprego, não. Eu acho que a gente continua tendo espaço. Agora, é com moldes e desafios diferentes daqueles que a nossa geração trabalhou. Mas eu continuo estimulando meus alunos a não jogar a toalha. Para fazer o que eu não poderei fazer porque os desafios são diferentes. As políticas regionais estão se transformando, se aproximando dessa dimensão de inovações científico-tecnológicas. Têm uma relação muito mais forte hoje de política de inovação e política regional, que não tinha na nossa época. O jeito de fazer as coisas, mudou. Porque o conhecimento humano está mudando. Está mudando até quem faz. Quem vai fazer é a inteligência artificial, o robô ou não sei o quê, que dirá o jeito de fazer. Eu acho que tem um campo novo aí. Não é mais o nosso desafio, não é mais aquela literatura que a gente recomendou. Agora a temática eu acho que é atual. As duas, né? Tanto a consolidação da nação como a dimensão da desigualdade regional. A gente não estuda região só por estudar região. A diversidade regional é um dos nossos temas. Mas a desigualdade regional é um dos nossos temas e ele está atualíssimo. [Vocês] não estão desempregados.

– **Sua utopia?**

Minha utopia é um mundo sem a desigualdade que a gente tem hoje. Regional e humana, sobretudo. Eu acho que, nesse ponto, o mundo andou para trás. A gente está num momento do mundo onde a concentração da riqueza é tão absurda, que não cabe todo mundo. E é esse o grande desafio que o Papa Francisco está botando o dedo na ferida. E eu estou com ele. A chamada economia de Francisco Como

concepção, ainda não está formulada, mas como problema, esse é o problema. As hordas de imigrantes, coisas que a gente está vendo no mundo inteiro. O mundo tem meios para não ter isso. Então, eu acho que ele está certo. Uma utopia minha é ver se isso dará certo.

Angelo Oswaldo

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Como intelectual, Celso Furtado sempre abordou a questão cultural como um dos pontos seminais da vida do país e do seu desenvolvimento socioeconômico. Não só na obra acadêmica, mas também na militância política... A partir do prisma cultural, ele compreende e narra o percurso e enfatiza o papel da cultura na construção possível do futuro. O legado de Celso Furtado como ministro é o entendimento de que, sem se fundar na cultura, o desenvolvimento se torna frágil e vulnerável, incapaz de responder à realidade do país e de sua população.

”

Sem cultura, o desenvolvimento se torna frágil e vulnerável

Cidival Morais de Sousa¹

Milena Barros Marques dos Santos²

Angelo Oswaldo de Araújo Santos³ conheceu Celso Monteiro Furtado em 1974, em Paris. Furtado – paraibano de Pombal (1920-2004), exilado desde 1964 do Brasil pela ditadura militar – era professor da Sorbonne e fora convidado a integrar uma banca de defesa de doutorado na capital francesa. Angelo Oswaldo, como é mais conhecido no mundo político-cultural, compartilhava o entusiasmo de numerosas pessoas que queriam ver o intelectual em ação. O paraibano não comportava apenas a fama de grande economista. Ele era também, dentre outras coisas, advogado, jornalista, escritor, servidor público, planejador, criador da Sudene, historiador. Um homem de pensamento e ação, um teórico do desenvolvimento socioeconômico, um homem de cultura e, de certo modo, um estadista. A Angelo Oswaldo, o homem discreto e reservado, de observação culta e fascinante lembrava um poema de João Cabral de Melo Neto: conciso e surpreendente.

1 Jornalista, Doutor em Geociências pela Unicamp, professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado aos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências e Educação Matemática. Colabora com o PPGCTS da UFSCar.

2 Jornalista, Mestranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR UEPB), Especialista em Gestão Pública, documentarista.

3 Jornalista, escritor, curador de arte, advogado e gestor público. Nasceu em Belo Horizonte, MG, em 1947. Na gestão de Celso Furtado no Ministério da Cultura (1986-88), foi secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), chefe de Gabinete e ministro interino. Exerceu os seguintes cargos: prefeito municipal de Ouro Preto, MG (1993-96, 2005-08, 2009-12), presidente do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM (2013-14) e secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais (1999-2002, 2015-2018). É membro da Academia Mineira de Letras e da Academia Brasileira de Arte, sendo sócio do IHGB e IHGMG.

Pouco mais de uma década depois, Furtado e Oswaldo trabalhariam juntos no Ministério da Cultura. O momento era delicado: fim do período de ditadura militar no Brasil; impedimento e morte do presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves; posse, como presidente, do então vice-presidente José Sarney; criação do Ministério da Cultura e deslocamento de seu primeiro ministro, José Aparecido de Oliveira, para o governo do Distrito Federal. O sucessor de Aparecido no Ministério, Aluísio Pimenta, não deu certo e Celso Furtado foi indicado ao cargo de ministro da Cultura em janeiro de 1986. Na opinião de Oswaldo, Furtado levou confiança, equilíbrio, sobriedade e responsabilidade ao Ministério da Cultura. Era um homem de ação que sabia pensar o Brasil. Os meios culturais reagiram positivamente. O pensador paraibano consolidou o Ministério da Cultura. A partir dos esboços de José Aparecido, Furtado definiu um organograma simples e objetivo, clarificou vertentes e orientou a administração direta e indireta, de forma lúcida e afirmativa. Destacou quatro eixos de atuação para o desempenho da pasta: patrimônio cultural; ação dinâmica da cultura; dimensão social da cultura; e a comunicação e o intercâmbio internacional.

A questão cultural, em Furtado, na compreensão de Oswaldo, era um dos pontos seminais da vida do país: cultura e desenvolvimento deviam ser percebidos como vetores de um mesmo processo. Chamava atenção para a cultura nas escolas, nos presídios e nos asilos, destacava o advento da transformação tecnológica, analisava a globalização, apontava disparidades regionais e a necessidade de compreender os desafios das cidades e dos territórios. A atuação política de Furtado, nas lembranças de Angelo Oswaldo, sempre esteve voltada para a causa republicana e democrática, para superação da miséria e valorização da originalidade do Brasil como povo e país. Inovou ao se preocupar com a dimensão da cultura no cotidiano dos cidadãos e mostrou que o caminho da reconstrução, após duas décadas de regime autoritário, seria mais difícil e penoso sem a luz da cultura a guiar um processo de participação e envolvimento da sociedade. Como ministro da Cultura, seu legado foi o entendimento de que o desenvolvimento sem se fundar na cultura se torna frágil e vulnerável, incapaz de produzir mudanças na realidade do País.

Direto de Ouro Preto, na primeira semana de maio de 2020, em meio à Pandemia de Covid-19, Angelo Oswaldo aceitou dar entrevista ao *Projeto 100 anos de Celso Furtado*, recebendo perguntas e devolvendo as respostas por e-mail. Confira, a seguir, a íntegra da entrevista

Entrevista

- **Como foi que o senhor conheceu Furtado? Como se deu sua aproximação com ele? Pode nos contar / relatar algum fato desse período?**

Conheci Celso Furtado em 1974. Eu morava em Paris, como estudante, e fui chamado por Linda Nemer, amiga mineira que fazia doutorado, para comparecer a uma defesa de tese em Nanterre, a fim de ver Celso Furtado. Cheia de entusiasmo, ela falava da emoção de assistir, pela primeira vez, o grande intelectual exilado em ação. Compartilhando essa expectativa, acompanhei-a a Nanterre, para onde acorreram numerosas pessoas que desejavam, de igual modo, ver e ouvir Celso Furtado, integrante da banca examinadora de um doutorando. Ele foi o centro das atenções. Pude cumprimentá-lo, ao final, manifestando-lhe minha admiração. Mais tarde, quando de sua volta ao Brasil, logo tivemos várias oportunidades de reencontro. Era um homem extremamente discreto e reservado, mas dotado de *humour* e pronto a enfeixar, em poucas palavras, uma observação culta e fascinante sobre os mais diferentes assuntos. O casamento com minha amiga Rosa Freire d'Aguiar e a nossa amizade com o historiador Francisco Iglésias nos aproximaram sempre mais. Recebi o casal em Belo Horizonte e Ouro Preto em várias oportunidades, na época em que ele teve uma atuação decisiva no processo de transição política, ao final do regime autoritário.

- **Para o senhor, quem era/foi o homem Furtado (para além de sua obra, o ser humano Furtado)?**

Eu o vejo como um dos maiores pensadores do século XX, no espaço latino-americano e no contexto mundial do seu tempo. Ele não comporta um rótulo, como muitas vezes querem atribuir-lhe, por ter sido muito mais do que o economista largamente reconhecido. O advogado, tenente da FEB, jornalista, escritor, servidor público, ministro de Estado, planejador, criador da Sudene, diplomata, historiador e professor foi um homem de pensamento e ação, um teórico do desenvolvimento socioeconômico, um homem de cultura e um estadista, no sentido de ter contribuído para o aprimoramento das instituições públicas e o descortino de uma nova visão das realidades, em especial do Brasil. Gosto de dizer que Celso me lembra um poema de João Cabral de Melo Neto, conciso e surpreendente.

Parece seco tal como o agreste, mas tem a generosidade da cacimba que sacia e refresca. Nada nele excede, nada é supérfluo. A figura esguia e hierática, o rosto bem talhado, o olhar firme, tudo nele irradiava um impacto. Rosa Freire d'Aguiar, entre o charme e a extroversão, culta e informada, com a sensibilidade de uma jornalista de texto literário e tradutora premiada, transformou a vida de Celso, a partir de 1978. Sem perturbar-lhe o ensimesmado do intelectual em permanente reflexão

e as reservas do temperamento sóbrio, quase austero, ela trouxe-o para a claridade e extraiu-lhe o prazer da alegria, exercido a dois em perfeita harmonia. Ele demonstrava admirar o sorriso de Rosa e o sabor de sua palavra ágil e pertinente. Depois da morte de Celso, Rosa Freire d'Aguiar dedicou-se, de modo esplêndido, a levantar e publicar a obra completa e os inéditos, como faz agora com a correspondência, o que mantém o grande autor presente, acessível e estudado. O Centro Celso Furtado, criado no Rio de Janeiro, deve-se ao zelo e ao desvelo de Rosa.



Gosto de dizer que Celso me lembra um poema de João Cabral de Melo Neto, conciso e surpreendente. Parece seco tal como o agreste, mas tem a generosidade da cacimba que sacia e refresca. Nada nele excede, nada é supérfluo. A figura esguia e hierática, o rosto bem talhado, o olhar firme, tudo nele irradiava um impacto.



– **O que mais lhe tocou na obra de Furtado e em que ela lhe influenciou, digamos, politicamente?**

A minha geração, que emerge nos anos 60 e 70, teve em Celso Furtado uma referência maior. Ele foi cercado de entusiasmo, admiração e respeito, pela atuação na Sudene e pela reflexão crítica sobre o drama da América Latina. Lembro-me de José Aparecido de Oliveira, o primeiro titular do Ministério da Cultura e secretário particular do presidente Jânio Quadros, dizer que a varredura janista parou diante de Celso Furtado, o único alto dirigente da gestão Juscelino Kubitschek convidado a permanecer no governo oposicionista que se empossara, em razão da autoridade moral, intelectual e política do criador da Sudene. Celso foi criticado, fustigado e agredido pela direita, mas nada atingiu-lhe a aura de quem fazia o certo na hora certa e antecipava o futuro, ao reverter a geografia da pobreza e elucidar o simulacro do subdesenvolvimento. Entrei na UFMG em

1967, e entre todos os universitários ele era o autor mais lido, citado e comentado. Celso Furtado nos ensinou a pensar o Brasil.

- **Antes de trabalharem juntos, a obra de Furtado chegou a influenciar suas ações ou existe um Ângelo político antes e outro depois de Furtado?**

A confiança por ele depositada em minha atuação no Ministério da Cultura conferiu-me um papel inesperado e extraordinário, que repercute ainda agora em cada dia da minha vida.

- **Como foi que o senhor foi convidado a trabalhar com ele? Pode contar um pouco dessa trajetória?**

Quando ele assumiu a pasta da Cultura, em janeiro de 1986, após a sua posse, fui entregar-lhe o cargo de secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN, hoje Instituto, era então uma Secretaria do Ministério. Celso disse que eu devia continuar, por ser uma pessoa da área do patrimônio cultural e conhecer bem o Ministério, ali me achando desde a sua criação por José Aparecido de Oliveira, na sequência de ele haver sido também o primeiro secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais e criador do Fórum Nacional dos dirigentes estaduais do setor. E me pediu que acumulasse, interinamente, a chefia de seu gabinete, até que viesse do Rio um amigo convidado para o cargo. Poucos dias depois, indicou meu nome ao presidente da República para ser nomeado ministro interino, já que teve que voltar à Bélgica, a fim de despedir-se oficialmente do cargo de embaixador brasileiro junto à Comunidade Europeia. E explicou: “No meu tempo de DASP, o chefe de Gabinete respondia pelas funções políticas da pasta; o secretário geral, pelas questões administrativas”. E rompeu a nova praxe, pondo-me como seu substituto interino.

- **O senhor, que era um homem público vinculado à cultura, olhando para aquele momento, o que Furtado trazia de novo?**

O primeiro ano do Ministério da Cultura (1985) foi tumultuado. A nova pasta viu-se logo fragilizada, desestabilizada. Seguiram-se o impedimento e morte do presidente Tancredo Neves, o deslocamento do ministro José Aparecido de Oliveira para o governo do Distrito Federal, pelo presidente José Sarney, as dúvidas na escolha do sucessor e o insucesso da gestão do ministro Aluísio Pimenta,

em meio a uma saraivada de críticas. Celso Furtado trouxe confiança, equilíbrio, sobriedade, responsabilidade. Os meios culturais reagiram positivamente à sua nomeação. Um grande intelectual e um homem de ação, assim era saudado, ainda que, para alguns desavisados, sempre numerosos, parecesse estranho um economista na pasta da Cultura. Celso lembrava, então, que Keynes, o notável economista inglês, teve no governo britânico importante atuação exatamente no campo cultural. Todos esperavam, contudo, que como um mestre da economia e ex-ministro do Planejamento viesse enfim a tornar realidade a sonhada lei de incentivo à Cultura, batizada de Lei Sarney. É que originalmente o projeto foi apresentado ao Senado pelo presidente, quando ali representava o Maranhão, embora sabendo que os congressistas não tinham direito de propor iniciativas com impacto financeiro para a União. O ministro Pimenta não conseguira concluir um novo texto a ser enviado ao parlamento. Em 2 de julho de 1986, ao fim do primeiro semestre, a Lei Sarney era sancionada, após aprovação pelo Congresso, tendo sido concebida por Celso Furtado.



Celso Furtado trouxe confiança, equilíbrio, sobriedade, responsabilidade. Os meios culturais reagiram positivamente à sua nomeação. Um grande intelectual e um homem de ação, assim era saudado, ainda que, para alguns desavisados, sempre numerosos, parecesse estranho um economista na pasta da Cultura.



– **As propostas de Furtado lhe chocaram, encontrou resistência lá dentro do Ministério, do Governo?**

Celso Furtado foi o consolidador do Ministério da Cultura. José Aparecido traçou um esboço e não teve tempo de concretizar uma estrutura. Aluísio Pimenta não conseguiu empalmar o desafio. Furtado rapidamente definiu um organograma simples e objetivo, clarificou as vertentes e orientou a administração direta e indireta, de maneira lúcida e afirmativa. Um das inovações foi a preocupação com a dimensão da cultura no cotidiano dos cidadãos e da sociedade, a cultura para além das belas letras e das belas artes, como convencionalmente é vista. Praticou conceitos modernos e antecipadores, que depois só foram retomados e reavivados pelo ministro Gilberto Gil.

– **A equipe que vocês montaram tinha sintonia com as ideias furtadianas?**

Celso Furtado reunia-se periodicamente com os dirigentes, estava sempre presente e empolgava as pessoas com um discurso claro e preciso. Tinha um carisma ímpar. Ele destacou quatro eixos de atuação para o desempenho do Estado: o patrimônio cultural, a ação dinâmica da cultura, a dimensão social da cultura e a comunicação e o intercâmbio internacional.



Celso Furtado era um gestor atento e aplicado. Tinha consciência do significado de uma pasta ministerial para a Cultura como instrumento para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e o fomento à criatividade.



– **Como era o Furtado Ministro/gestor?**

Celso Furtado era um gestor atento e aplicado. Tinha consciência do significado de uma pasta ministerial para a Cultura como instrumento para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e o fomento à criatividade. Participou dos debates que ofereceram expressivo contributo à Constituição de 1988, na qual há um robusto trecho dedicado à Cultura. Promoveu o diálogo com o exterior, projetando o país que se redemocratizava e se abria ao mundo, com uma cultura rica, retemperada pela experiência da ditadura e pronta para novos voos. Recordo a audiência a um grupo de representantes da Espanha, que tratava de parceria para a revitalização de um centro histórico brasileiro a ser então escolhido. O ministro prontamente afirmou: “Só pode ser João Pessoa, a única capital brasileira fundada no tempo do domínio espanhol, com o nome de Filipeia de Nossa Senhora das Neves”. Quando levei-lhe a solicitação do Itamaraty de um nome da cultura para receber a Ordem de Rio Branco, de imediato afirmou: Lígia Clark. Resposta que os meios artísticos da época talvez ainda não dessem com tanta convicção. No ano seguinte, o ministro indicou a doutora Nise da Silveira. Era sintonizado com o que havia de melhor no país.

– **Que síntese o senhor poderia fazer das proposições de Furtado para o desenvolvimento da Cultura no País?**

Celso Furtado sabia pensar o Brasil. Quando assumiu o Ministério da Cultura, ele já havia começado a escrever suas memórias, o esplêndido

painel autobiográfico que vai da fantasia organizada à fantasia desfeita. Nessas páginas, está evidente que a cultura é a origem e a força motriz dos lances que compõem o processo histórico e as possibilidades do desenvolvimento real do país. A partir do prisma cultural, ele compreende e narra o percurso e enfatiza o papel da cultura na construção possível do futuro. O legado de Celso Furtado como ministro é o entendimento de que, sem se fundar na cultura, o desenvolvimento se torna frágil e vulnerável, incapaz de responder à realidade do país e de sua população.

- **Em algum momento o senhor escreveu que a fama de Furtado “Impedia que as pessoas vissem, coexistindo no cientista econômico, o intelectual, o humanista, o escritor, o homem de cultura, o intérprete sensível das realidades do país e do Terceiro Mundo”. Pode nos falar um pouco sobre isso? Isso atrapalhou o projeto Furtado para a cultura?**

O principal problema enfrentado pelo ministro Furtado foi a pressão e a ganância com que certos setores da produção cultural, sobretudo no campo do espetáculo, se arvoraram em prestidigitadores da Lei Sarney. O insucesso na obtenção de patrocínio naqueles momentos iniciais levou a duras – equivocadas e superficiais, entendo eu – críticas ao mecanismo criado pelo ministro e sua gestão pelos órgãos da pasta, bem como à mobilização nervosa de artistas. Confundia-se cultura com showbiz. Por sobre as iniciativas pioneiras do ministro, prevaleceu nas manchetes o acirramento de ânimos sobre o dia a dia da lei de incentivos. Pouco mais tarde, todos ficariam perplexos com a canetada do presidente Fernando Collor pondo fim tanto à Lei Sarney quanto ao Ministério.

- **Olhando os dois momentos de Furtado Ministro (Planejamento e Cultura) o que o senhor acha que fez diferença na ação política do pensador paraibano?**

Vejo como traço comum aos dois desempenhos o compromisso com o Brasil, com o nosso povo e a nossa cultura. Na definição das metas trienais do governo João Goulart e no triênio em que estruturou e implementou a primeira política pública de cultura de iniciativa do governo federal, Celso Furtado foi um brasileiro a serviço da causa republicana e democrática voltada para a superação da miséria e a valorização da nossa originalidade como povo e país. Seu pai, o

desembargador Maurício Furtado, era um estudioso da cultura popular e escreveu um livro no qual recolheu preciosos registros do folclore paraibano. Certamente como ele, Celso buscou sentir e respeitar a alma do povo brasileiro. O fato de ser nordestino foi preponderante na sua opção pelo estudo do subdesenvolvimento e a participação luminosa na CEPAL, em Santiago do Chile, ao lado do argentino Raúl Prebisch.

- **O senhor também disse/escreveu que “as políticas públicas de cultura encontram na sua gestão (Furtado) uma fonte de ideias, conceitos e atitudes coerentes em favor do desenvolvimento da cidadania e da qualidade de vida, a partir de um eixo transcendente, indispensável ao indivíduo e à sociedade”. Pode nos falar um pouco mais sobre isso, detalhar, dar exemplos...**

Celso Furtado chamava a atenção para a cultura nas escolas, nos presídios e asilos, destacava o advento de transformações tecnológicas, analisava a globalização, apontava as disparidades regionais e a necessidade de compreensão do desafio das cidades e dos territórios. O acesso à criatividade era para ele a primeira reivindicação. Apoiou o trabalho no campo da cultura afro-brasileira e da cultura indígena e contemplou as vanguardas, como fez numa visita histórica ao Teatro Oficina, em São Paulo. Sabia que o caminho da reconstrução, após duas décadas de regime autoritário, seria mais difícil e penoso sem a luz da cultura a guiar um processo de participação e envolvimento da sociedade. Os textos de Furtado são, de fato, uma fonte generosa para políticas públicas que se baseiem no fortalecimento da inteligência e da sensibilidade dos cidadãos brasileiros.

- **Como o senhor sintetiza a relação cultura-desenvolvimento na compreensão de Furtado? Como gestor o senhor chegou a colocar em prática alguma proposição furtadiana?**

Como intelectual, Celso Furtado sempre abordou a questão cultural como um dos pontos seminais da vida do país e do seu desenvolvimento socioeconômico. Não só na obra acadêmica, mas também na militância política. Dois anos antes de ser ministro, em 1984, ele havia falado aos secretários de Estado de Cultura, em seminário realizado em Belo Horizonte, para destacar a relevância da cultura no mundo contemporâneo em globalização e as particularidades da reconstrução democrática do país, após anos de censura e repressão ao ânimo

criativo dos brasileiros. Ele sempre compreendeu cultura e desenvolvimento como vetores de um mesmo processo.

- **Furtado está fazendo falta, particularmente nesse momento crítico da nossa vida política? O senhor poderia imaginar o que ele diria desse momento?**

De Vargas a Lula, Furtado viveu intensamente e atuou como protagonista na história do Brasil. Ele participou de projetos inovadores de Getúlio e JK e saudou o advento de Lula, que foi visitá-lo na rua Conrado Niemeyer, no Rio, logo após a eleição, em 2002. Morreu dois anos depois, pelo que foi poupado das amarguras desde então acumuladas no trânsito da História. Não merecia que o país ao qual tanto se dedicou escrevesse essas páginas medíocres e terríveis que fazem a crônica do ano do seu centenário.

- **O senhor ainda tem esperança? Que lições de Furtado podem nos iluminar nessa conjuntura?**

Celso gostava de dizer, e sempre me recordo, que era um “optimista”, pronunciando o “p” da velha grafia. Essa é mais uma lição que nos deixou. Ainda que seja longo o amanhecer, e as trevas persistam, não podemos desacreditar na luz que logo voltará a raiar.

- **Economia criativa?**

Um dos temas que marcaram a gestão de Celso Furtado na Cultura foi a ênfase conferida à economia criativa. Ele encomendou e publicou, pela pasta, um estudo da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, sobre a economia da cultura, demonstrando a sua força na realidade do país. O potencial de crescimento sinalizava positivamente para a criação de empregos e geração de renda, pelo que o ministro economista evidenciou que o desenvolvimento, na via do terceiro setor, só tinha a ganhar com os investimentos na cultura. A partir dele, a questão ganhou prioridade em todas as pautas.

Do Brasil para o Mundo



Oswaldo Sunkel*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“
Eu acho que o pensamento de Celso ainda é absolutamente válido. É uma leitura obrigatória para qualquer pessoa interessada em desenvolvimento hoje. Eu certamente gostaria de perguntá-lo sobre tudo isso que vem acontecendo nos últimos 20 anos, que está reconfigurando completamente o mundo, com grandes transformações geoeconômicas, políticas e demográficas... Celso insistiu muito na possibilidade de que os países da América Latina tenham um pensamento e uma cultura de desenvolvimento que vêm de dentro.”

* Entrevista realizada em 10/06/2014, na sede da Cepal em Santiago, no Chile, por Jean Henri Benoît de Mulder Fuentes, no contexto das atividades do Procondel (Sudene – UFPE) e cedida aos organizadores da Trilogia: *Celso Furtado: a esperança militante*.

Um intelectual indispensável para entender o mundo das últimas décadas

Jean De Mulder Fuentes¹

Oswaldo Sunkel nasceu em Puerto Montt, Chile, em 1929. Estudou Economia e Administração na Universidade do Chile e fez pós-graduação na ECLAC e na London School of Economics and Political Science. Desde 1952 está ligado à CEPAL e à Universidade do Chile, entre 1975 e 1986 ao Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex, e desde 1987 à Development Research Corporation (CINDE), da qual é presidente desde 1991. Para a ECLAC trabalhou em muitos países da América Latina, especialmente no México, Brasil, Chile, Panamá e América Central. Foi fundador e Diretor do Escritório da Cepal no Brasil entre 1959 e 1961, e ingressou, desde sua criação, em 1962, no Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), no qual dirigiu o Programa de Formação e, posteriormente, o Projeto de Pesquisa em Desenvolvimento; ele então criou e liderou a Unidade de Desenvolvimento e Meio Ambiente do ECLAC/PNUMA (1978-1987).

Em 1987 foi nomeado pela ECLAC e pelo Ibero-American Cooperation Institute Director of Ibero-American Thought - Journal of Political Economy e de 1988 a 2002 atuou como Conselheiro Especial do Secretário Executivo da CEPAL. Na Universidade do Chile iniciou sua atividade acadêmica em 1955 na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas tornando-se Professor. Também foi co-fundador e Professor-Pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais (1967-1973), Coordenador do Programa de Desenvolvimento Sustentável (1994 - 2001), Diretor do Centro de Análise de Políticas Públicas (1997-2001) e Fundador e Diretor do Instituto de Assuntos Públicos (2001 - 2003).

¹ Doutor em ciência política pela UFPE, pesquisador do Núcleo Desenvolvimento & Região do Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE e pesquisador bolsista da FACEPE (Fundação de Amparo a ciência e Tecnologia do governo do estado de Pernambuco).

Na Development Research Corporation presidiu entre 1990 e 1994 o FÓRUM 90, um programa conjunto do CIEPLAN, CPU, Instituto de Ciência Política da Universidade Católica e FLACSO sobre Transformação Democrática do Estado e da Sociedade Civil; e desde 1997 é Responsável, com o Presidente do Diálogo Interamericano, do Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina (PREAL). Em 1975 foi nomeado Professor do Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex (1975 - 1986). Ele também foi professor visitante da FLACSO e da Universidade Católica do Chile em Santiago, o Colégio do México, a Universidade de Paris, o Max Planck Gesellschaft, e as Universidades do Texas em Austin (Tinker Chair), Duke, Califórnia (Los Angeles) e Flórida (Bacardi Eminent Scholar Chair).

De 1969 a 1975 foi membro do Comitê Conjunto de Estudos Latino-americanos do Social Science Research Council e do American Council of Learned Societies of the United States. Em 1992 foi eleito Membro Número da Academia de Ciências Sociais do Instituto do Chile. Em 1994 recebeu o Prêmio Kalman Silvert, a maior distinção da Associação Latino-Americana de Estudos. Em 1995 foi nomeado Membro Correspondente da Academia Colombiana de Ciências Econômicas; em 1996 foi eleito membro do Conselho Consultivo Científico Internacional da UNESCO. Durante 1997-1998 foi Presidente do Comitê Organizador da V Conferência Bienal da Sociedade Internacional de Economia Ecológica.

É autor e coautor de mais de 30 livros e cerca de 150 artigos publicados em diversos países e idiomas sobre inflação, desenvolvimento econômico, história, socioeconomia, relações internacionais, integração latino-americana, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Seu livro mais conhecido é *O Subdesenvolvimento latino-americano e a Teoria do Desenvolvimento*, com Pedro Paz, Século XX, México, publicado originalmente em 1970, com mais de 30 edições.²

Oswaldo Sunkel, ingressou na Cepal no início dos anos 1950, após terminar o curso de formação cepalina, foi para Europa como bolsista das Nações Unidas. Retornou dois anos depois e assumiu a formação da Cepal, substituindo Jorge Ahumada, que saía em missão para Colômbia.

Anos depois, a convite de Celso Furtado, junta-se ao grupo de economistas, eles dois mais Juan Noyola e Óscar Soberón, para elaborar um estudo sobre a economia mexicana, ali permanecendo durante quatro anos.

2 Fonte: Cepal <https://www.cepal.org/es/equipo/osvaldo-sunkel>

De volta a Santiago, foi indicado para gerir o escritório da Cepal no Rio de Janeiro. Era o ano de 1958 e Celso Furtado voltava de Cambridge, com o livro *Formação Econômica do Brasil* recém publicado, e assumia uma diretoria no Banco de Desenvolvimento Econômico, ainda sem o social, renunciando a seu cargo nas Nações Unidas. Sunkel viu o movimento que “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, a Operação Nordeste, o Codeno e, meses depois, a Sudene provocaram no Brasil. Organizou o primeiro curso de formação de profissionais do desenvolvimento, condição primeira para fazer parte dos quadros daquela nova instituição e, para tanto, viajou o Nordeste, de avião, de carro, de ônibus, e viu “fisicamente” a pobreza e a miséria.

Como Celso Furtado, pôs em prática a teoria da relação centro-periferia. Acredita na atualidade da obra furtadiana e a considera absolutamente indispensável para qualquer pessoa que queira compreender a história das últimas décadas.

Entrevista

– **Como era su visión de America Latina? Y del desenvolvimiento para la región? Nos gustaría saber, para tener conocimiento de las ideas de Celso Furtado, como fue su llegada. Lo dejo para que se explique.**

Bueno, yo en realidad conocí a Celso Furtado cuando él ya estaba en la Cepal. Él lleva varios años allí³, cuando yo llegué a la Cepal en el año 1951, o 1952 como estudiante. La Cepal se creó en el año 1948, se formó con un grupo de jóvenes economistas latinoamericanos, entre los cuales trajo a Celso Furtado, con Noyola⁴ de México, con Regino Boti⁵ de Cuba, con Jorge Ahumada de Chile. En fin, un grupo muy importante de gente bien formada en esa época en que generalmente venían de universidades extranjeras, y con muy buena formación. El

3 Celso Furtado foi para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal em 1949, convidado pelo mexicano Gustavo Martínez Cabañas (1911 -2003), primeiro secretário executivo (1949-1950), permanecendo por nove anos.

4 Juan Noyola Vasquez (1922 -1962), trabalhou na Cepal entre 1950 e 1959 e chefiou a missão Cepal em Cuba 1959-1960, ao término, permaneceu no país e criou a Junta Central de Planificação, permanecendo até sua morte.

5 Regino Boti (1923 -1999) Ministro da Economia de Cuba (1959-1960).

chileno Jorge Ahumada⁶ que creó un curso de la Cepal, el primero de esos cursos se realizó no recuerdo bien si en el año 1950, o 1951 y a ese primer curso fue al que llegué yo. Yo llegué a la Cepal como estudiante, un estudiante que todavía no terminaba mi formación universitaria, mi carrera en la Universidad de Chile. Llegué como estudiante y estuve un año prácticamente en un curso que daba Jorge Ahumada, lo daba él solo, era básicamente un curso de lecturas y discusión, fundamentalmente, y con algunas exposiciones, con algunos de los economistas más destacados de la Cepal, por supuesto. Mi primera impresión de Celso fue el de un expositor, uno de los miembros más importantes de la Cepal, que hacía unas clases en el curso. Yo después terminé ese curso, y me dieron una beca, para estudiar en el extranjero, una beca de Naciones Unidas, que se daba al mejor estudiante del grupo. Era un grupo pequeño éramos 11 o 12.

– **Era pequeño, pero los mejores...**

Era cada uno muy extraordinario, y todos de diferentes países. Después terminé ese curso, me fui a Inglaterra, donde estuve dos años, y además viajando por varias universidades europeas, visitando Europa, visitando varios lugares. Hago esta introducción porque recién a mi regreso, yo estaba en la disyuntiva después de dos años de hacer un magister pensaba en el doctorado, cuando recibí una carta de Jorge Ahumada. Me decía, “yo me voy a ir a Colombia, a una misión y quiero que vuelvas para hacerte cargo de los cursos”. Yo tuve que decidir si hacia mis estudios superiores, y decidí volver a la Cepal porque en aquella época, comienzos de la década de los 1950, las investigaciones sobre el desarrollo económico eran lamentablemente algo casi desconocido, solamente había un seminario sobre lo que se estaba publicando en Latinoamérica, no se había oído hablar de la Cepal por supuesto, entonces yo regresé y me hice cargo del curso que daba la Cepal.

– **Profesor, cual su vínculo con él (Celso Furtado)?**

Yo me hice digamos, compañero, amigo, alumno, discípulo de Celso en esa época, en el año 1956. Celso fue destinado a México, para organizar un grupo y hacer un estudio de la economía mexicana, y ahí

6 Jorge Ahumada Corvalán (1917 – 1965) foi um destacado economista chileno, trabalhou na Cepal entre 1950 e 1960.

me llamó, para que fuera a trabajar con él, en ese grupo. Él estuvo 4 años, y ahí después de hacer el estudio de México. El informe sobre México era un informe técnico, que no le gustó al gobierno mexicano. Porque ya Celso defendía en aquella época que la crisis del desequilibrio estructural del sector externo de la economía latinoamericana, que tendía sistemáticamente a un déficit en la balanza de pago con exceso de importaciones y déficit de exportaciones, y que entonces las devaluaciones que ocurrían en México daban en una deficiencia estructural económica, y eso el gobierno mexicano rechazó ese estudio. Ese informe produce en conflicto entre la Cepal y el gobierno mexicano: Furtado quería que ese estudio se publicara en la Cepal, pero el gobierno mexicano no se lo permitió. Y entonces, ahí Furtado renunció⁷ a Cepal. Yo me quedé en la Cepal. A esas ya nos habíamos hecho muy amigos, colaboré mucho con él en su estudio, allá en México, jugábamos tenis juntos, era un buen jugador de tenis, él después estuvo en Europa, un año en Cambridge, en Inglaterra.

– **Estuvo en Inglaterra y después profesor?**

Después, Celso regresó a Brasil y a mí, después de volver de México a Santiago, me designaron jefe de la oficina de Cepal en Río, donde colaboré mucho con Celso en la etapa digamos formativa de la Sudene. Estoy hablando de Furtado en la Cepal a fines de los años 1950, hasta 1959 más o menos. Después de Cambridge él regreso a Brasil, Roberto Campos organizó su entrada al Banco de Desarrollo Económico, y Furtado trabajó durante un año ahí, y produjo este primer libro, el informe sobre el Nordeste y las relaciones entre el Norte y el Sur de Brasil, la relación digamos centro-periferia brasileña y fue un informe que tuvo un enorme impacto, por el cual se creó la Sudene.

– **Sabemos profesor, que usted estaba encargado de la oficina de Brasil de la Cepal, conoce muy bien usted la temática del Nordeste?**

Bueno, esa primera temática, tuvo resultado cuando estaba trabajando en Cepal sobre el tema de las estratégicas de proyecciones y

7 Na realidade, Celso Furtado licenciou-se da Cepal, e a convite do economista inglês Nicholas Kaldor e com uma bolsa da Fundação Rockefeller, estudou em Cambridge, em 1958, quando escreveu *Formação Econômica do Brasil*. In *Diários Intermitentes*, Rosa Freire D'Aguiar, Companhia das Letras, 2019 e Obra autobiográfica, Celso Furtado, Companhia da Letras, 2014.

de planificación económica, hubo una serie de estudios que estaba haciendo en varios países latinoamericanos, sobre proyecciones, análisis del pasado, presente, diagnósticos, planificaciones y proyecciones de análisis económico para el futuro de nuestros países, entre los cuales también se hizo uno para Brasil. En realidad, son recuerdos que digamos me vienen en **la memoria** (medida) ahora que estoy conversando con usted. Recuerdo dos o tres motivos por los que se generó un interés especial con Celso. Uno fue un motivo político nacional: en el Nordeste comenzaba a haber influencias de grupos revolucionarios, y eso fue, en circunstancias en que acababa de ocurrir una revolución cubana, el Che Guevara andaba en Bolivia, y había en Brasil mucha preocupación sobre el tema de la pobreza y la posibilidad de que pudiera haber movimientos revolucionarios. Hubo una gran influencia norteamericana que después también se manifestó en la Alianza para el Progreso. La segunda yo creo que fue directamente el interés, una cosa más general. Yo creo que en aquella época comenzó un interés creciente por el desarrollo regional. En general en América Latina, el desarrollo regional pasó a ser un tema de significación, y lógicamente el caso brasileño, el subdesarrollo del Nordeste en contraste con el desarrollo de Sao Paulo. Pero además, yo creo que en el caso de Celso en particular, el Nordeste era el objetivo, Celso nació en Paraíba, estudio en Recife y él era nordestino además físicamente, el tipo humano de Celso era el tipo humano que se ve en el Nordeste de Brasil. Entonces, tenía su corazoncito en el Nordeste. Y había también el interés del gobierno por tratar de equilibrar el desarrollo brasileño, de todo el desarrollo fuera en la región de Sao Paulo. De ahí surge su idea de crear la capital de Brasil en Brasilia, en el interior, o sea el desarrollo del interior y en particular, del Nordeste, el famoso polígono de la seca, que era una preocupación muy grande. El interés de Celso por el Nordeste en el Banco de Desarrollo, la Operación Nordeste, se produjo entonces, el libro⁸, y nosotros desde el escritorio de Cepal colaboramos en esa tarea. Posteriormente cuando ya se había creado la Sudene, Celso le pidió a Cepal que organizara un curso de formación de futuros posibles funcionarios de la autarquía, y me lo encargaron a mí, porque yo estaba

8 Provavelmente o entrevistado se refere a “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste”, com estudos do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

a cargo de los cursos de capacitación en la Cepal de Río de Janeiro. Organizé, en Recife un curso de desarrollo económico, que duraba aproximadamente tres meses, tenía una serie de componentes, un curso introductorio sobre desarrollo económico, con cuestiones muy básicas, cuentas nacionales, proceso de desarrollo económico, formación de capitales, equilibrio externo, etc. El curso introductorio que yo daba, y después había una serie de otros cursos, que recuerdo ahora, un curso muy importante de formulación y evaluación de proyectos, recuerdo a un alumno de ese primer curso, Antonio Baltar, lo recuerdo mucho porque era una persona ya mayor. Bueno, yo me fui a Recife y residí allí durante mas o menos tres meses, previo al curso, porque la idea de Celso era que yo recorriera todos los estados del polígono de las secas, desde Bahía hasta el Maranhão. Me designaron un secretario que no recuerdo su nombre, Celso trajo gente de muchos lados, recorrimos físicamente todos los estados del Nordeste, que eran parte del espacio cubierto por Sudene que organizó previamente un concurso, para que postularan a personas de los distintos estados, que tuvieran méritos e intereses, en trabajar en la nueva dirección que se creaba. Ese periodo prácticamente tuvo mucho rechazo, y se hacía mucha batalla en la creación de este nuevo organismo, los que lo rechazaban, los que querían incorporarse, una batalla para tener el privilegio de ser funcionarios y una de las tácticas que diseñó Celso para evitar un poco la avalancha de presiones fue realizar este curso, para así poder decir estos señores son los mejores alumnos, del curso preparatorio entonces yo los voy a elegir. Y de ahí salieron después con la experiencia del curso hace años salieron una serie de expertos brasileños cuyos nombres no recuerdo ya, pero que de vez en cuando me los encuentro cuando voy a Brasil.

Entonces, yo fui por todos los estados recorriendo durante dos o tres semanas, entrevistando personas, entrevistamos 150 personas, y fuimos entrevistando y en la medida en que fuimos entrevistando fuimos seleccionando dos o tres de cada estado como candidatos para el curso. El curso se realizó a fines, y esto debería verificarlo, a fines del año 59, yo recuerdo haber celebrado mis 30 años en Recife durante el curso. Y bueno, realizamos el curso con este grupo, resultó ser un grupo muy grande, eran como 60 alumnos, fue muy interesante, recoger las experiencias de lo que decía la gente de los distintos estados, y posteriormente Celso, bueno, hicimos una evaluación final del curso, de los alumnos que participaron en ese curso, por lo menos unos 20

quedaron efectivamente, fueron convocados ya para ser funcionarios de la Sudene. No me acuerdo de los nombres, pero Baltar⁹ era uno de ellos, era un señor ya de bastante edad, y después resulto ser un gran experto en los proyectos. Recorrí todo el norte, toda la zona, y aprendí muchísimo de lo que era la pobreza, realmente no puedo olvidarme, íbamos en el avión de una capital a la otra, no era fácil porque no había conexiones muy frecuentes, y precisamente para llegar a Piauí, había solo un avión semanal, que volaba de Fortaleza a Piauí, pero era un avión semanal y en Piauí después de dos días no había absolutamente nada que hacer, no había nadie mas que entrevistar, era pobrísimo, de manera que nos volvimos en autobús, de Piauí a Fortaleza, y ese fue yo diría mi primer encuentro con la miseria, la pobreza extrema, y ahí en el autobús íbamos 30 pasajeros, 20 por lo menos era gente que emigraba, que salía de Piauí para irse a Fortaleza y después al sur, Eldorado para ellos. Y una de las cosas que no voy a olvidar jamás, la pobreza se manifestaba físicamente, cuando el bus llegaba a algún lugar y paraba, creaba lo que uno ve en las películas de la India, de África, ver a los niños y a los viejos ciegos, deformaciones físicas, demacrados, la pobreza física, la expresión física de la pobreza y de la miseria. Y recuerdo que al mediodía el bus paraba en algunos de los pueblos entre Fortaleza y Piauí, y ahí se daba el almuerzo, en unas tiendas que eran como restaurante, y el almuerzo era un plato de arroz con huevo frito, yo observé que mucha de la gente que estaba ahí no se comía el huevo, me pareció extrañísimo, le pregunté a mi secretario, el dijo que no conoce no sabe lo que implica, obviamente no tenían gallinero, no había una cosa de ese tipo, en sus lugares de origen, a mi me impresionó pero era efectivo que los huevos quedaron ahí, no se los comieron.

- **Profesor cual sería la vigencia de Celso sobre todo hoy, en su pensamiento en el desarrollo latinoamericano, posicionado y globalizado, cual sería su pensamiento y también el pensamiento de los economistas, de aquella época, si lo convirtiéramos a un momento actual. Cuales serian las ideas**

9 Antônio Bezerra Baltar (1915-2003) Engenheiro, professor, urbanista e político, foi suplente de senador, foi aposentado pelo Ato Institucional Número Um. De 1965 a 1977 foi para Santiago do Chile a convite da Cepal, em 1990 foi eleito professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco.

principales que serian de importancia para Celso Furtado, para los cepalinos, parecería ser que la relación que la Cepal tiene que trabajaba con tanta intensidad por el desarrollo regional continuar haciendo una de sus gestiones.

Sin duda, en primer lugar la obra de Celso es una obra definitiva clásica, del pensamiento sobre el desarrollo en general, del mundo, del pensamiento sobre el desarrollo de América Latina, en ese lugar Celso Furtado es una figura de la misma estatura de Prebisch ¹⁰que Urquidi¹¹ en México, de los grandes pensadores de América Latina, tiene su pensamiento calificando la formación y la relación del país con el mundo, va teniendo con los holandeses, con el África, con Inglaterra, con Francia, con EE UU, como se va planteando a lo largo de la distinta configuración del mundo, y va de alguna manera como reproduciendo como una especie de espiral, donde el gran enfoque centro periferia sigue siempre estando en el eje del pensamiento. Y eso vinculado con la estructura social, económica y política interna, e incluso la dimensión cultural que él agregó en los últimos libros que él escribió: en realidad, el desarrollo es un proyecto cultural, y también no ha logrado formar todavía, un el dialogo (entre el desarrollo económico y como proyecto cultural). Yo creo que el pensamiento de Celso sigue absolutamente vigente, es una lectura obligatoria, para cualquiera que esté interesado en desarrollo hoy en día, y ciertamente me gustaría muchísimo preguntar todo esto que está sucediendo en los últimos 20 años o algo así, que se está reconfigurando completamente el mundo, con las grandes transformaciones geoeconómicas, políticas, demográficas, la incorporación de media humanidad, a la modernidad en China y Asia, el balanceo de los ejes de poder y la economía mundial hacia Asia y el proceso de Europa y EE UU, todo eso está digamos, si uno piensa como Celso, estas cosas se hacen perfectamente bien hoy en día, y sigue estando presente esta necesidad de tener pensamiento propio, esa es otra cosa en que Celso insistió muchísimo, la posibilidad

10 Raul Prebisch (1901 – 1986) foi secretário executivo da Cepal de 1949 a 1963 quando deixou a instituição a pedido do Secretário Geral da ONU, U Thant, para assumir o cargo de Secretário Geral da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento onde ficou até 1969).

11 Victor Luis Urquidi Bingham (1919–2004) Economista mexicano, 1941 ingressou no Departamento de Estudos Econômicos do Banco de México. Trabalhou também no Ministério das Finanças e Crédito Público e na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

de un pensamiento propio, que los países de América Latina tengan una cultura de desarrollo que venga desde dentro. Hay un libro mío por ahí¹², el desarrollo desde fuera o desde dentro, y me parece que también es una forma de poner la idea de un foco propio autónomo, autentico, racional, sociocultural y político, para ahí realmente hacer un proceso de desar-

rollo moderno. De manera que yo pienso que el pensamiento de Celso es absolutamente vigente, y absolutamente indispensable para cualquier persona que quiera entender todo lo que ha estado pasando en las últimas décadas. Esa fue un poco mi cercanía con Celso, y después durante un largo tiempo casi a unos pocos años de su muerte, nos encontrábamos con alguna frecuencia en conferencias, en visitas que él hacia o que yo hacía a Brasil, en reuniones después en Paris mucho tiempo después, se desarrolló una amistad muy grande con él. Lo respeto por su capacidad, por su trabajo, su personalidad, verdaderamente potente, un pensador prácticamente con una gran trayectoria.



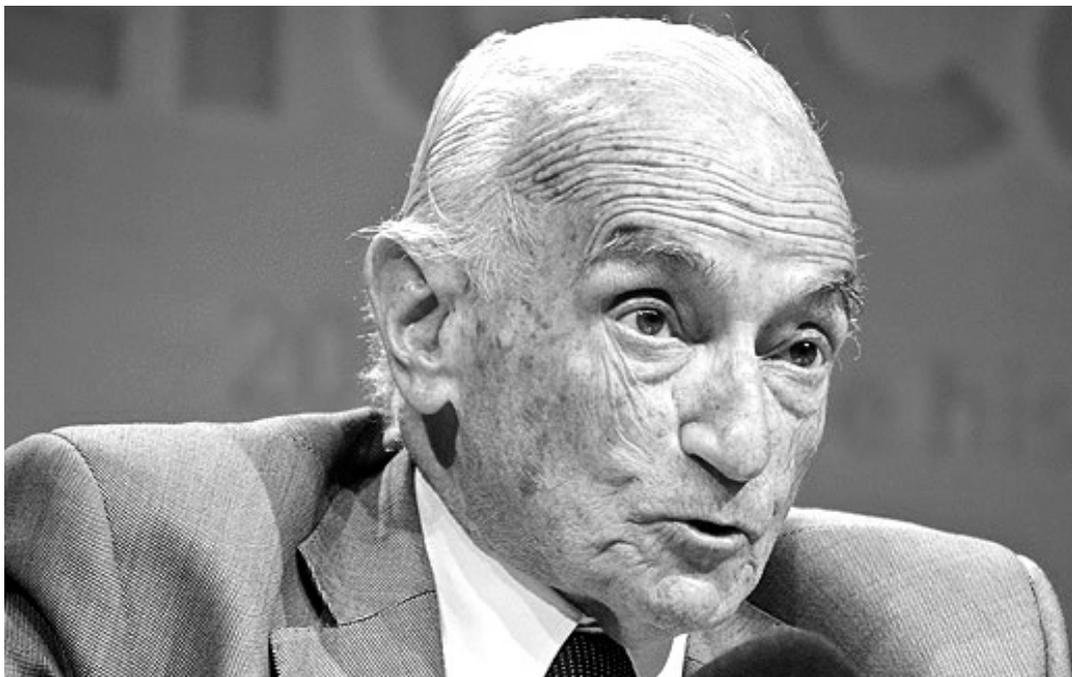
De manera que yo pienso que el pensamiento de Celso es absolutamente vigente, y absolutamente indispensable para cualquier persona que quiera entender todo lo que ha estado pasando en las últimas décadas.



¹² El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina, Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1991. Osvaldo Sunkel.

Aldo Ferrer*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Eu diria que todo esse pensamento de Celso foi e é de absoluta validade, sobretudo agora que vivemos sob a influência do pensamento neoliberal e conservador. Você vê as coisas de forma diferente e [sabe que] os resultados foram muito ruins... E aí reaparece novamente a validade do pensamento de Celso, de Prebisch, Oswaldo Sunkel, do estruturalismo latino-americano... Então, o trabalho de Celso tem uma validade permanente. E as suas ideias voltarão à primeira fila assim que recuperarmos o bom senso.

”

* Entrevista realizada em 08/10/2015, em Buenos Aires, Argentina, por Jean Henri Benoît de Mulder Fuentes, no contexto das atividades do Procondel (Sudene – UFPE) e cedida aos organizadores da Trilogia: *Celso Furtado: a esperança militante*.

As ideias de Celso Furtado estão voltando à primeira fila

Jean Henri Benoît de Mulder Fuentes¹

Aldo Ferrer(1927-2016) foi um dos economistas argentinos e latino-americanos contemporâneos mais destacados, estudioso dos efeitos da globalização, dos impactos nacionais e regionais do neoliberalismo econômico. Preocupado com as questões sociais e o desenvolvimento de América Latina, Ferrer escreveu livros clássicos como “Historia de la globalización”, “Historia de la economía argentina”, “El futuro de nuestro pasado”, entre outros. Professor emérito da Universidade de Buenos Aires, foi o primeiro Secretário Executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), é membro do Grupo “Fénix”, que procura pensar a economia argentina a partir de uma perspectiva crítica do paradigma neoliberal, que dominou fortemente a América Latina. Foi Ministro da Economia da Província de Buenos Aires e da Nação, Presidente do Banco da Província de Buenos Aires e da Comissão Nacional de Energia Atômica e Embaixador da República Argentina na França.

O professor Ferrer em sua formação de economia foi aluno de Raul Prebisch no último ano em que ele lecionou na Universidade de Buenos Aires (1948). Recorda que desenvolveu com ele, nesse período, uma boa relação pessoal aluno-professor. Mais tarde, primeiro nas Nações Unidas e, depois na CEPAL, os contatos foram retomados, consolidando uma amizade, que duraria até a morte de Prebisch, no final dos anos 1980. O encontro com Celso Furtado, como descreve na entrevista abaixo, aconteceu, também, nas Nações Unidas e, de certa forma, mediado por Prebisch, que se fazia acompanhar de Celso, na ocasião. E amizade entre os dois (Ferrer e Furtado) também foi respeitosa e duradoura. Ao longo

¹ Doutor em ciência política pela UFPE, pesquisador do Núcleo Desenvolvimento e Região do Departamento e Ciência Política da UFPE e pesquisador bolsista da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE

da vida, nosso entrevistado se dividiu entre dois universos tensos: o ensino e a pesquisa e a atividade pública, assumindo importantes cargos, como já mencionados acima.

A entrevista que aqui reproduzimos aconteceu no apartamento de Aldo Ferrer em Buenos Aires, em setembro de 2015, e foi realizada no contexto do Procondel, projeto de preservação e disponibilização do acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da Sudene no período de 1959 a 2000 (na época eu era bolsista do projeto e cursava doutorado na UFPE). O projeto, realizado em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, objetivava a preservação do acervo e a universalização de seu acesso, visando gerar subsídios para análise, discussão e formulação de novos conhecimentos, de políticas públicas e fixação de diretrizes de desenvolvimento regional².

Na entrevista, Aldo Ferrer repassa a origem de sua amizade com Celso Furtado em New York, no ano 1950, na Organização das Nações Unidas (ONU). Ambos, eram dois jovens economistas que trabalhavam na ONU: Aldo Ferrer, na secretaria geral da ONU, e Celso Furtado, na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), com sede em Santiago do Chile. Ferrer compartilha com Celso Furtado uma visão comum dos países da América Latina, enquanto sociedades nascidas no contexto da escravidão, da concentração da riqueza e da fragmentação social.

O entrevistado demonstra sua admiração por Celso Furtado ao lembrar de quando este esteve à frente da Sudene, da sua preocupação com os problemas do desenvolvimento brasileiro e latinoamericano e da visão crítica assumida nas leituras do processo de globalização. A ambos unia a compreensão de que a economia não pode ser compreendida dissociada dos aspectos sociais, culturais e políticos. E essa visão se manifesta na participação dos dois no Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), desde a sua criação.

Em perspectiva histórica, Aldo Ferrer sublinha a importância que Celso Furtado atribui ao desenvolvimento e crescimento econômico para os economistas estruturalistas, e do papel insubstituível do Estado nos processos de desenvolvimento capitalista com justiça e inclusão social. Aldo Ferrer e Celso Furtado dedicaram muitos anos de suas vidas a estudar como os mercados internos latinoamericanos não funcionam em condições de igualdade e de livre concorrência. É nesse contexto que Ferrer, mais uma vez, destaca a atualidade do pensamento de Furtado.

² <http://procondel.sudene.gov.br/>

Entrevista

– **O senhor poderia nos contar como conheceu Celso Furtado?**

Bem, eu conheci Celso Furtado em Nova York. Acho que foi em 1951. Eu era um jovem economista [e trabalhava] na Secretaria Geral das Nações Unidas, e Celso [também] era um economista muito proeminente da CEPAL, que viajava com frequência com o próprio Raúl Prebisch, que, na época, era secretário executivo da CEPAL. Prebisch [como já dito] viajava com Celso com frequência para Nova York e, nessa viagem, que ele fez para a sede das Nações Unidas, eu conheci [Furtado]. Começamos a falar de temas da América Latina, Brasil e Argentina. Desde então estabelecemos uma relação fraternal. Sempre tive Celso como referência, como professor, e ele me honrou com sua amizade. Encontrei Celso muitas vezes em cursos quando ele estava no exílio, na França. Ou seja, nos vimos várias vezes desde aquele nosso primeiro encontro em Nova York. Acompanhei seu trabalho com grande interesse. De fato, foi seu livro *Formação Econômica do Brasil* que me inspirou a escrever a história da economia argentina, sob a mesma perspectiva de Celso no caso do Brasil, em períodos históricos, analisando a situação interna e o contexto global, e a relação entre uma coisa e outra. Então, Celso sempre foi para mim uma referência na economia e, certamente, um grande amigo.

– **Professor, o que o senhor me diz sobre a atualidade do pensamento de Furtado? E sobre a Sudene, que foi o primeiro órgão de planejamento, não só no Brasil, mas na América Latina ...**

Bem, sem dúvida, a Sudene foi um órgão de planejamento regional e, como você salienta, foi um precursor desse instrumento de governança para o desenvolvimento regional. Foi uma grande contribuição e certamente inspirou tais organismos. Na Argentina, quando fui ministro da economia da província de Buenos Aires entre 1958-60, criamos uma agência que foi inspirada, em certa medida, por essas ideias de Celso [Sudene]; uma agência de planejamento regional da província de Buenos Aires. Na província de Chubut também preparamos um plano de desenvolvimento para a região. Então, essa ideia de Celso de planejamento, que certamente foi válida ao nível da economia nacional, também é um instrumento muito importante de políticas regionais. Pensando [agora] na contribuição de Celso, eu diria que a forma como ele abordou os problemas, ao tentar vê-los em

perspectiva histórica e global, foi e ainda é absolutamente válida. É claro que os objetivos de Celso para o desenvolvimento industrial, a inclusão social, a soberania, o direito de nossos países escolherem seu próprio caminho, a possibilidade de fazê-lo, o pensamento de integração latino-americana, de pensar sobre a grande pátria, na qual os países membros da América Latina integram e cooperam, e contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento nacional... Eu diria que todo esse pensamento de Celso foi e é de absoluta validade, sobretudo agora que vivemos sob a influência do pensamento neoliberal e conservador. Você vê as coisas de forma diferente e [sabe que] os resultados foram muito ruins, reaparece novamente a validade do pensamento de Celso, de Prebisch, Oswaldo Sunkel, do estruturalismo latino-americano... Então, o trabalho de Celso tem uma validade permanente. E as suas ideias voltarão à primeira fila assim que recuperamos o bom senso.



Na Argentina, quando fui ministro da economia da província de Buenos Aires entre 1958-60, criamos uma agência que foi inspirada, em certa medida, por essas ideias de Celso [Sudene]; uma agência de planejamento regional da província de Buenos Aires. Na província de Chubut também preparamos um plano de desenvolvimento para a região.



- **Bem, professor, o senhor, junto com Prebisch, com Oswaldo Sunkel, com Aníbal Pinto, com o próprio Celso Furtado, formou uma equipe. Na CEPAL ou em diferentes agências recebeu pressões para garantir que essas políticas não fossem implementadas, e, se sim, de onde partiram?**

Primeiro tenho que esclarecer que na CEPAL fui um economista que não estava no núcleo dos economistas de Santiago do Chile, mas estava muito próximo a eles. Não fiz parte desse grupo cepalino; eu era um economista latinoamericano identificado com a tarefa desenvolvida pela CEPAL, que deu o apoio necessário a Prebisch. Ele, sim, despertou resistência, digamos, em alguns grupos americanos, que tentaram dissolver a CEPAL. Foi o presidente Vargas que deu apoio importante a Prebisch para argumentar contra esses grupos e essas correntes tradicionais de opinião que viam a América Latina como a periferia dos Estados Unidos e da Europa; que defendiam que AL teria que ser especializada na produção de produtos primários e que a indústria era uma tarefa para os países desenvolvidos. Todo esse movimento conservador

foi enfrentado com o pensamento crítico gerado na CEPAL, sob a liderança de Prebisch. E Celso Furtado, nesse contexto, foi um dos principais protagonistas. Certamente houve pressões, mas a CEPAL resistiu e está lá, consolidada e contribuindo para o desenvolvimento da América Latina.



Hoje você não pode pensar em desenvolvimento sem levar em conta a sustentabilidade ambiental. Isso também está no trabalho de Celso. Ele incluiu essa perspectiva em sua abordagem do desenvolvimento latinoamericano.



- **Professor Ferrer há muito tempo o senhor vem discutindo a política ambiental da região. Vemos que esta é uma questão urgente. O que o senhor nos diz desse tema?**

Bem, eu acho que Osvaldo Sunkel é, provavelmente, o economista [cepalino] que trabalhou mais profundamente sobre a questão do meio ambiente. Essa é um desafio que tem alcançado relevância global. Hoje você não pode pensar em desenvolvimento sem levar em conta a sustentabilidade ambiental. Isso também está no trabalho de Celso. Ele incluiu essa perspectiva em sua abordagem do desenvolvimento latinoamericano. Isso agora se tornou uma questão muito mais urgentemente do que era quando o pensamento surgiu, no final dos anos 1940 e 1950. Esta questão ainda não tinha adquirido a relevância internacional que adquiriu depois, mas é, sem dúvida, parte do problema do desenvolvimento latinoamericano e do terreno nacional de cada país.

- **Professor, qual é a sua visão, neste momento, da América Latina e, particularmente, do Brasil, onde as políticas neoliberais estão sendo fortemente adotadas? O que o Brasil deve fazer? O que deve retornar a Argentina para uma visão mais inclusiva? Como disse Celso Furtado, crescimento não é sinônimo de desenvolvimento...**

O Produto Interno Bruto pode ser determinado por fatores circunstanciais, como o aumento dos preços das commodities, eventos internacionais ou investimentos estrangeiros que impulsionam o crescimento de alguns setores, mas desenvolvimento é muito mais do que isso. Desenvolvimento é a incorporação da ciência e da tecnologia, é a inclusão social, é a formação de recursos humanos, é a integração do território, é o acúmulo de sabedoria das instituições, é sinergia...

Furtado, como os outros economistas da corrente estruturalista, sempre marcou a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Pode haver crescimento até mesmo do emprego e crescimento do PIB, mas não desenvolvimento no sentido de que a mesma estrutura sub-industrial permanece com grandes diferenças nos níveis de produtividade, com baixa capacidade de incorporar ciência e tecnologia. Então, o crescimento pode ocorrer mesmo por razões externas, como o aumento dos preços das commodities, ou a chegada de uma

empresa estrangeira para explorar recursos naturais, numa determinada região; isso pode levar a algum crescimento no emprego e no PIB, mas o desenvolvimento é muito mais do que isso. Desenvolvimento, eu insisto novamente, é inclusão social, é formação, é industrialização, é ocupação do território, aumento da produtividade, políticas públicas e estados capazes de mobilizar recursos domésticos que possibilite a incorporação de conhecimento, ciência e tecnologia no âmbito de uma estrutura produtiva. Uma coisa, portanto, é o crescimento e outra é desenvolver. E nesse sentido Celso foi categórico e eu marco a linha que separa os dois conceitos.



Desenvolvimento, eu insisto novamente, é inclusão social, é formação, é industrialização, é ocupação do território, aumento da produtividade, políticas públicas e estados capazes de mobilizar recursos domésticos que possibilite a incorporação de conhecimento, ciência e tecnologia no âmbito de uma estrutura produtiva. Uma coisa, portanto, é o crescimento e outra é desenvolver.



– **Grato, professor, por sua entrevista...**

Bem, agradeço a vocês e ao projeto [PROCONDEL], ao professor Costa Lima por essa entrevista, essa conversa. Claro que para mim é uma grande satisfação participar de uma atividade que relembra a figura extraordinária de Celso Furtado e sua contribuição permanente para o crescimento latino-americano e o projeto latino-americano de independência, soberania, desenvolvimento, afirmação de nossa presença no mundo. Eu sou grato que você me deu a oportunidade de participar desta atividade.

Gonzalo Martner Fanta*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

A reconstrução de uma visão a médio e longo prazo da América Latina deve partir do Brasil, eu acredito, porque o Brasil é o centro da economia latino-americana. Atualmente é necessário um maior intercâmbio no âmbito das organizações multilaterais como a Cepal, a Corporação Andina de Fomento e o próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento... É um momento em que a integração latino-americana vai retomar o dinamismo, creio eu, pela mudança das circunstâncias e pelo que vem sendo semeado no tempo com mais diálogo, convivência, capacidade de discutir...Será um momento de maior intercâmbio no domínio das ideias, das estratégias na América Latina.

”

* Entrevista realizada em 1º/12/2015, na Universidade de Santiago, Chile, por Jean Henri Benoît de Mulder Fuentes, no contexto das atividades do Procondel (Sudene – UFPE) e cedida aos organizadores da Trilogia *Celso Furtado a esperança militante*.

Cooperação e diversificação econômica na América Latina

Jean Henri Benoît de Mulder Fuentes¹

Gonzalo Martner Fanta, chileno, doutor em Economia pela Universidade de Paris, viveu na França de 1976 até os anos finais da década 1980, quando retorna ao Chile para juntar-se ao movimento pelo fim da ditadura militar de Augusto Pinochet.

Aos 16 anos Gonzalo exilou-se na Venezuela, com seus familiares, pois seu pai, Gonzalo Martner Garcia, então ministro do Planejamento do governo do presidente Salvador Allende (1970 e 1973), precisou abandonar seu país devido à repressão do governo Militar. Escolheu a França para cursar Economia por influência de Celso Furtado, amigo de seu pai dos tempos da Cepal, que em uma passagem por Caracas, em 1974, os visitou e recomendou a Sorbonne, Universidade em que lecionava, como ideal para Gonzalo cursar Economia. O reencontro com Furtado aconteceu em 1976, desta vez na condição de aluno e professor, em um curso que introduzia a economia da América Latina para os alunos da Universidade de Paris.

No seu currículo, Gonzalo teve passagem pela Cepal, como consultor e uma importante atuação política no Chile, como um dos fundadores do Partido para a Democracia (PPD), atuando pelo fim do ditadura Pinochet. Presidiu o Partido Socialista chileno, nos anos 2000. Entre 2008 e 2010 ocupou o cargo de Embaixador do Chile na Espanha.

Desde 1994, atua como professor da Universidade de Santiago do Chile. O professor Martner é autor de uma extensa bibliografia que discute temas como Estado, política e economia. A obra mais recente foi publicada em 2018, “Economía: Una introducción heterodoxa”, propõe um debate em torno de duas questões emergentes na América Latina:

¹ Doutor em ciência política pela UFPE, pesquisador do Núcleo Desenvolvimento e Região do Departamento e Ciência Política da UFPE e pesquisador bolsista da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE

as limitações da teoria econômica neoclássica; e a atualização das teses mais clássicas de desenvolvimento.

Na entrevista Gonzalo nos conta particularidades do professor Celso Furtado, que ele descreve como extremamente cordial e atencioso. Discorre sobre a Cepal que, segundo ele, “cumpriu um papel importante no sentido de incentivar os governos da América Latina na reflexão sobre a equidade e sobre o uso do boom das matérias primas na geração de políticas eficazes para reduzir as desigualdades”.

Gonzalo diz acompanhar de perto os problemas políticos do Brasil, dado a importância do país para a América Latina. “O Brasil é um dos atores globais. Para todos é chocante ver que o emergente Brasil, player global, passa a ser um país em crise, um país emergente em recessão” frisou.

Perguntado sobre o cenário atual, Matner Fanta enfatiza que é preciso que os governantes realizem ações de curto prazo, considerando as características dos desafios dos países da região: “Estamos em níveis de aumento de desemprego, pobreza, recessão...Não há capacidade de se ter visão de médio e longo prazo”, pontua. Sobre o futuro é enfático: “a reconstrução de uma visão a médio e longo prazo da América Latina deve partir do Brasil, eu acredito, porque o Brasil é o centro da economia latino-americana”, conclui.

Entrevista

- **Gostaríamos que você comentasse sobre sua formação acadêmica, suas atividades acadêmicas e políticas, e, principalmente, sobre a influência de seu pai em sua formação e a relação dele com Celso Furtado.**

Sou doutor em Economia pela Universidade de Paris, me formei em Paris I (Sorbonne). Tendo estudado na Aliança Francesa em Santiago, parecia bastante lógico ir estudar na França. Em 1973, meu pai era ministro do presidente Allende, e o foi durante os três anos de seu governo, até ser deposto pelos militares chilenos. Eu tinha 16 anos e tivemos de ir para o exílio, primeiro na Venezuela, onde meu pai foi exilado. Em 1974, Celso Furtado passou por Caracas, onde vivíamos, e então meu pai me disse: “Filho, venha comigo para conversar com um amigo.” Eu já estava com 17 anos, e conhecia Celso somente de nome. Tivemos uma reunião muito agradável. Bem, meu pai tinha

trabalhado na Cepal por muito tempo, até 1970. Enfim, meu pai teve bastante vínculo com Celso Furtado e toda a equipe da época, Raúl Prebisch² e todos da Cepal. Raúl Prebisch foi a grande figura da Cepal durante os anos 1950 e 1960, também o chileno Aníbal Pinto³, e vários outros. No entanto, só tivemos esta conversa com Celso Furtado em Caracas. Lembro-me muito bem de onde Celso estava hospedado. E a pergunta era, dado que ele era um professor da Universidade Paris I - se ele recomendava ou não que essa universidade fosse uma opção de estudo. Eu tinha feito meus estudos de bacharelado francês em Caracas. Ele recomendou fortemente como uma boa universidade. Como você sabe, depois de maio de 1968, a universidade foi dividida, chegou a ter 13 segmentos, se não me engano, onde antes havia apenas uma universidade. Então, Paris I tomou o nome da Escola de Direito, juntamente com a Escola de Ciência Política. Havia uma escola de Direito tradicional e junto com ela a Faculdade de Economia. Ou seja, ali estava a tradição em ciências econômicas, como falavam na França na época. Raymond Barre, que foi primeiro-ministro da França, foi professor lá. Foi assim, então, que houve este primeiro encontro com Celso Furtado. Logo, se bem me lembro, em 1976, Celso Furtado dava um curso de economia latino-americana na Sorbonne, e lá, naquele curso, nos reencontramos. Foi um curso eletivo, mas para a faculdade, obviamente, este curso tinha que ter elementos descritivos da América Latina. Os alunos do curso, em geral, tinham uma visão muito distante da realidade da América Latina. Então, era um curso que tinha essa dimensão de introduzir a realidade econômica, política e social da América Latina e, ao mesmo tempo, é claro, desenvolver teorias, porque Celso Furtado foi um dos autores que estavam a meio caminho da corrente da teoria da dependência.

2 Raul Prebisch (1901 – 1986) Foi secretário executivo da Cepal de 1949 a 1963 quando deixou a instituição a pedido do Secretário Geral da ONU, U Thant, para assumir o cargo de Secretário Geral da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, onde ficou até 1969.

3 Anibal Pinto Santa Cruz (1919–1996) Ingressou na Cepal nos anos 1950, foi diretor da Cepal/ILPES no Rio de Janeiro (1960–1965), foi diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico e dirigiu a Revista da Cepal de 1986 até sua morte.

- **E Celso Furtado, professor? Discutia, debatia, pedia opiniões, era mais exigente com os alunos latino-americanos ou não... Como ele era, então?**

Como eu dizia, aqueles foram os meus primeiros contatos com Celso Furtado, na condição de estudante - eu tinha 18 anos. Ele sempre foi extremamente cordial e atencioso. O curso abordava de forma mais panorâmica, uma introdução à América Latina e à economia latino-americana. Celso Furtado falava um francês muito correto. Este curso foi eletivo, mas tinha uma grande quantidade de alunos. Bem, no estilo francês de ensino universitário, alguns cursos têm conferências pertinentes mais trabalhos dirigidos, e outros são cursos eletivos, que podem ter até 500 alunos. Neste curso de economia latino-americana de Celso Furtado, era um grupo menor, e então havia diálogo. Claro, o diálogo se dava mais com os estudantes latino-americanos, por razões óbvias, e os estudantes latino-americanos não eram muitos na classe. Era um curso que tinha a característica de poder ser exaustivo, para introduzir a um jovem estudante francês de economia a América Latina, que é uma realidade histórico-econômica, digamos, muito particular, muito diferente do habitual. Inclusive, nos estudos na França, havia bastante ênfase na África e no que se chamava de Terceiro Mundo. Estamos falando de um país que foi um império, que teve colônias na Ásia e na América (Guiana). Então, o curso de Celso Furtado buscava ser panorâmico, abrangente, introdutório e tentava descrever a situação da América Latina naquela época.

- **Nas aulas ele se referia ao Brasil, comentava algo?**

Eu não tive nenhuma oportunidade de conversar com ele sobre o caso específico do Brasil. Eu diria que ele não estava muito interessado em focar seus ensinamentos no Brasil, porque o foco era mais amplo do que a América Latina. Sobre a sua percepção da realidade brasileira, eu não tive a oportunidade de conversar.

- **E qual era a situação da América Latina naquele momento (1976)?**

Não nos esqueçamos que em 1974 é gerada uma mudança drástica, drástica no sentido de que tem marcado ao longo das décadas seguintes a economia mundial: é a época das taxas de inflação, em que as regulações macroeconômicas keynesianas e as instituições de Bretton Woods entram em crise e vão ter um papel na América Latina. É a era

das ditaduras na América Latina. A do Brasil já havia começado nos anos 1960. No ano que eu tive o curso com Celso Furtado, o golpe já estava na Argentina e ia chegar no Uruguai e no Chile em 1973. É um momento em que começa a mudar a visão da América Latina e uma introdução do regime neoliberal onde ele ainda não existia. Isso está começando a ocorrer no Chile, quase como um laboratório. Então, nesse contexto, o curso de Celso Furtado foi um dos que ainda estavam no contexto da política desenvolvimentista e, certamente, com a experiência brasileira por trás, que era a que ainda marcava a intenção de um desenvolvimento mais autônomo no contexto da economia mundial da época.

– **Sobre a teoria de Celso Furtado e o Pensamento Latino-americano de Desenvolvimento, o que nos diz?**

Então, eu diria que a obra de Celso Furtado se inseria entre duas correntes: a teoria cepalina e a teoria da heterogeneidade da economia estrutural; a relação centro-periferia e a teoria da dependência econômica, que também tinha um enfoque sociológico e político. Depois, nessa linha, veio Fernando Henrique Cardoso⁴. No meio disso está o famoso livro de Cardoso com Falaetto, “Desenvolvimento e dependência na América Latina”, que marcou, juntamente com uma série de autores, uma certa abordagem que Prebisch havia chamado de centro-periferia. Raul Prebisch estabeleceu a ideia da tendência à deterioração dos termos de troca, e que a manutenção da especialização apenas na extração de recursos naturais gerava um desequilíbrio, que iria produzir um empobrecimento sucessivo da economia através da compra de produtos industrializados mais caros e a venda de matérias-primas cada vez mais baratas em termos relativos. Essa abordagem foi substituída, ou completada, com a introdução de uma dinâmica não somente econômica, mas também geral, que outros autores chamavam de teoria dos sistemas-mundo, onde havia também uma subordinação política que se traduzia numa lógica imperial. Muito concretamente, o papel dos Estados Unidos nos anos 1960, como sabemos, era não somente de primeira economia mundial - o que continua sendo - mas também de domínio majoritário. As instituições de Bretton Woods

⁴ Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro. Foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

estavam operando sob seu selo original. Isso começou a mudar a partir de 1961, com a substituição do dólar pelo padrão-ouro.

- **Professor, há algum espaço para uma instituição de desenvolvimento na América Latina hoje? Qual é a conjuntura atual do desenvolvimento da América Latina?**

Bem, sim, há. Estamos agora em uma nova era na América Latina, no sentido econômico. O *boom* das *commodities* de 2003 e 2004 em diante, como sabemos, foi fortemente impulsionado pela maturação da economia chinesa. A economia chinesa torna-se, no início do século, a segunda maior economia do mundo, e começa a ter um tipo de expansão com efeitos impressionantes sobre a América Latina, de enorme importância, acho que não previstos por ninguém. No caso dos países com atividade de mineração forte, como Chile e Peru, e também do Brasil, no caso do minério de ferro, isto resultou em uma volta impactante dos enclaves de mineração a serem os fatores-chave da dinamização global da economia. O Chile tinha feito uma abertura para o exterior que tinha implicado quase no desaparecimento da sua indústria tradicional, mas tinha havido uma certa diversificação de suas exportações, especialmente no âmbito agrícola. A década passada, a década do *boom* das matérias-primas, significou o retorno do cobre ao eixo das exportações, mas também de grande parte da economia regional no setor norte do país, e, de forma mais geral, seu impacto não tanto no emprego, mas sim no PIB e no conjunto das atividades associadas, impulsionadas pelo setor de mineração. Esta re-primarização das economias de mineração foi acompanhada de processos radiantes e similares em áreas onde o impacto chinês foi mais forte, como no setor agrícola, principalmente na Argentina. A economia argentina, que sempre foi uma economia agro-exportadora, teve um *boom* impressionante. Talvez não tanto nas suas áreas mais tradicionais, tais como a carne e trigo, mas sim na soja, que como sabemos é muito importante para a alimentação animal. Na China, houve uma mudança de hábitos alimentares com um aumento no consumo



A economia chinesa torna-se, no início do século, a segunda maior economia do mundo, e começa a ter um tipo de expansão com efeitos impressionantes sobre a América Latina, de enorme importância, acho que não previstos por ninguém



de carne, e a soja teve, então, uma demanda impressionante e um aumento significativo no seu preço.

– **Brasil, dinamismo econômico, preço das commodities, petróleo...**

O Brasil teve a dupla influência dos preços dos minérios e dos preços agrícolas. O Brasil é uma economia muito mais complexa, com uma base industrial significativa e, portanto, certamente houve outros fatores que explicam a mudança de ciclo. Mas no caso chileno é claro, e também no caso da Argentina, do Peru, e na região andina em geral, isso veio acompanhando de mudanças na demanda global também das matérias-primas e do petróleo. Os países produtores de petróleo da América Latina, principalmente a Venezuela, tiveram o seu próprio ciclo de preços elevados. Hoje vivemos uma enorme queda de preços de praticamente todas as matérias primas, que não determinam a totalidade da dinâmica econômica, mas uma parte muito significativa. Então, a América Latina retorna à sua velha questão: se não se especializa, porque isso parece entrar em um ciclo de baixa, nunca se pode prever exatamente o que acontece com os preços. Nesse sentido, houve uma quebra da ideia da tendência de deterioração dos termos de intercâmbio, porque aqui houve um ganho em termos de intercâmbio muito notório pelo impacto por parte dos países emergentes, especialmente a China. Bem, mas este ciclo terminou. Foi uma década que alguns países usaram mais do que outros, em geral, nenhum país latino-americano investiu em ciência e tecnologia, e muito poucos em educação e infraestrutura. Estes novos excedentes não ajudaram como poderiam ter feito, de modo a preparar uma fase de maior diversificação. A famosa pergunta da América Latina: como diversificar a economia de modo que não tenhamos uma economia dependente unicamente dos ciclos de preços de matérias-primas? Esta volta a ser a pergunta de sempre.

– **O que fazer, então?**

Quer dizer, como nunca, volta a ser indispensável a reflexão sobre políticas industriais, ciência e tecnologia, polos territoriais de desenvolvimento. A temática e a linguagem dos anos 1950 e 1960 voltam a aparecer. O Chile, por exemplo, que tinha um crescimento de 5 a 6%, passa neste cenário a uma taxa de crescimento de 2%. No caso do Brasil, eu entendo que será uma recessão que vai durar um par de

anos. Dada a dimensão e importância do Brasil, ele também empurra fortemente para baixo países em sua área de influência, especialmente a Argentina. Assim, o continente como um todo se vê arrastado pela dinâmica chinesa, pela dinâmica brasileira, pela dinâmica europeia e norte-americana. Em suma, pelas grandes correntes da economia de hoje em dia, a América Latina provavelmente vai passar por uma fase prolongada de crescimento baixo, onde nossos países serão forçados a repensar sua diversificação. Todos eles são agora, basicamente, economias de serviços, mas que, no entanto, se inserem na economia mundial não tanto pelos serviços quanto por estes bens primários, que são, em alguns casos, o petróleo, em outros casos produtos agrícolas, em outros produtos minerais, mas há também um setor moderno, industrial, que alguns países, pontualmente, desenvolveram na última década, e que agora deve ser a base para o crescimento futuro. Agrega-se a essa dimensão algo que evidentemente não se pode deixar de considerar, que é a dimensão ambiental: por um lado, a importância das destruições locais de recursos e as deteriorações do meio ambiente, mas também pelos compromissos assumidos pelos governos sobre as alterações climáticas, as emissões de gases de efeito estufa.

– **O que dizer, hoje, de questões como dependência e integração latino-americana, crise europeia e o exemplo asiático?**

Então, mais do que nunca as estratégias econômicas da América Latina tornam-se mais complexas e mais necessária, e por sua vez a interdependência latino-americana, pelo menos no campo das ideias. Sabemos que as instituições estão em crise. Sabemos que as instituições de interesse estarão em crise, sabemos que a integração, pelo menos nesta fase do *boom* das matérias-primas, não avançou, que por sua vez o clima político na América Latina foi se deteriorando, se polarizando entre países da Alba⁵, países de políticas neoliberais, países intermediários. Não houve um empurrão para a integração, e ao mesmo tempo, o grande modelo de integração que sempre tivemos em vista era o modelo de integração europeu, e esse modelo entrou numa crise profunda, onde o centro e a periferia europeia colidem, como nestas situações muito graves que países como a Irlanda,

5 Alternativa Bolivariana para as Américas, bloco formado por Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua e Dominica, além do interesse de países como Equador e São Vicente e Granadinas de ingressar nesse bloco.

Espanha, Grécia e Portugal enfrentaram. Portanto, há uma crise muito profunda dos mecanismos de integração, mas também há necessidade - mais uma vez, como nunca antes - de repensar estratégias que nenhum país pode hoje, na América Latina, pensar separadamente. Além disso, a própria noção de América Latina tem sido posta em questão nestes tempos, especialmente para a política brasileira que tem colocado ênfase na América do Sul. De alguma forma, a diplomacia brasileira considera o México e a América Central como parte do bloco dos EUA. E tem colocado ênfase política, diplomática e econômica sobre a América do Sul. Eu acho que é um erro. Nós no Chile sempre dissemos que o México é um país muito importante, apesar de obviamente ser vizinho dos Estados Unidos, e que a maior parte de suas exportações tenha como destino os Estados Unidos, e que esteja fortemente integrado aos Estados Unidos, que continua a ser a maior economia do mundo. Não obstante, o México tem um destino comum com a América do Sul, nem que seja tão somente por ser etapa obrigatória das migrações. O próprio México é obrigado a ter uma política para a América do Sul, apesar de também não ter feito questão disso em uma determinada época. De modo que a América Latina - América do Sul, México e América Central, continua a ser uma unidade, com problemas comuns significativos, e ao mesmo tempo com a importante necessidade intelectual de pensar essas estratégias de desenvolvimento com as quais o mundo asiático - provavelmente sem muita elaboração e com muito menos "Cepais" - mostrou ao mundo, dos anos 1960 em diante, com os quatro Tigres Asiáticos, e depois China e Índia, ser possível, em uma geração, passar de situações de subdesenvolvimento a avanços incríveis em todas as áreas. Um país como a Coreia do Sul era muito mais pobre do que a Argentina ou o Chile ou o Uruguai em 1960, e hoje em dia está entre as 10 economias mais ricas do mundo. Em uma ou duas gerações, a Ásia tem mostrado que é possível passar a níveis de prosperidade muito mais amplos, com políticas que foram sistemáticas, audazes e que produziram resultados impressionantes. O chamado "milagre econômico japonês" também foi um dos fatos mais marcantes da história contemporânea. Então eu acho que a América Latina tem muito a olhar para a sua recente experiência e aprender com a Ásia, para sair do marasmo atual: recessão ou crescimento lento, e decadência destes polos de dinamização que foram essas matérias-primas, o petróleo, a mineração e o setor de produção de alimentos.

- **Como pesquisador e ator na história política, social e econômica do Chile, qual é a sua percepção, passados tantos anos, do papel da Cepal neste momento, no contexto do desenvolvimento na América Latina? Dada a dinâmica de formações a que você se referia, qual seria o papel que a Cepal deve enfatizar?**

A Cepal cumpriu um papel importante no sentido de incentivar os governos da América Latina na reflexão sobre a equidade e sobre o uso do *boom* das matérias primas na geração de políticas eficazes para reduzir as desigualdades. Os relatórios recentes da Cepal vão nessa direção. A ideia é diminuir as diferenças



A Cepal cumpriu um papel importante no sentido de incentivar os governos da América Latina na reflexão sobre a equidade e sobre o uso do boom das matérias primas na geração de políticas eficazes para reduzir as desigualdades. Os relatórios recentes da Cepal vão nessa direção. A ideia é diminuir as diferenças



A Cepal realizou uma série de estudos detalhados sobre os importantes impactos que tiveram os chamados “programas de transferência condicionada” para os setores mais pobres, que efetivamente tiraram da pobreza milhões de latino-americanos. Esta foi uma fase em que houve progressos muito significativos na redução da pobreza na América Latina e, de alguma forma, algumas suaves diminuições na desigualdade. Suaves, claro. Sendo o ponto de partida, como sabemos, uma gigantesca desigualdade no nosso continente. Então, eu creio que, nisso, a Cepal desempenhou um papel significativo. Agora, a Cepal está retomando o que foi chamado na época de “estratégia de transformação produtiva”, a obra de Fernando Fajnzylberg⁶, que foi um dos pioneiros a este respeito; agora, efetivamente, a diversificação das economias da América Latina - e nisso estão novamente as reflexões da Cepal -, volta a ser o eixo, não porque o tema da diminuição da pobreza e da brecha distributiva devam ser abandonadas, mas porque agora, mais do que nunca, é necessário não só ver como os excedentes que estão disponíveis serão utilizados, mas sim - dado que esses excedentes desapareceram - como se volta a dinamizar a economia dentro

6 Fernando Fajnzylber Waissbluth (1940 -1991) Economista chileno, foi diretor de programa de Comércio Exterior durante o governo Salvador Allende, exilou-se no México até 1986, onde ocupou cargos em organismos internacionais. Ao retornar ao Chile ocupou a Diretoria de Desenvolvimento Industrial da Cepal.

de uma lógica estritamente produtiva. O tipo de especialização, o tipo de sinergia, o tipo de confirmação de estruturas industriais, e provavelmente também uma grande ativação. Eu não vejo a possibilidade de mais diversificação econômica na América Latina a não ser com mais cooperação econômica. A ideia de que cada país podia se conectar com a Ásia e com a China em suas especializações de exportação específicas, e que só isso bastava para manter o dinamismo econômico, é uma ideia que tinha fundamento. No entanto, as bases dessa lógica desapareceram. A cada dia que passa, o dia que em estamos conversando, hoje, pelo terceiro dia consecutivo, o mercado acionário chinês fecha. O descrédito da própria informação sobre as medições econômicas é cada dia maior. Estes são sintomas de um problema maior. A China está efetivamente reorientando sua economia, está se voltando para seu mercado interno, para a expansão do consumo, e deixa de ser uma economia que se baseia em taxas impressionantes de investimento. Em um período de 30 anos de expansão, onde os chineses mudaram completamente sua infraestrutura de uma maneira impactante, e se transformaram no grande exportador de todos os tipos de produtos de pouco desenvolvimento industrial até produtos cada vez mais sofisticados. Então, o fundamento da dinâmica econômica da América Latina e este tipo de busca de cada um por seus nichos específicos, que teve resultado por mais de uma década, não existe mais.

– **Como fica o Brasil, por exemplo, enquanto ator global, entre a ortodoxia fiscal e a hegemonia do capital financeiro?**

Eu conheço e acompanho o que acontece no Brasil, pois basta olhar para o mapa para perceber a importância do Brasil na América Latina. O Brasil é um dos atores globais. Para todos é chocante ver que o emergente Brasil, player global, passa a ser um país em crise, um país emergente em recessão. Tem sido impressionante ver isso e também ver a magnitude dos problemas políticos que estão enfrentando no Brasil, mas sempre tende a emergir da crise a capacidade de refletir como repensar a dinâmica econômica. Provavelmente, o principal desafio para o Brasil é o de gerir o curto prazo. A velha discussão sobre a ortodoxia fiscal versus o estímulo fiscal keynesiano de curto prazo. Eu entendo que isso é uma discussão que está ocorrendo agora no Brasil. Logo, o imenso condicionamento que o capital financeiro internacional atual faz sobre a economia e sobre os governos... Eles

dizem, “se você se comportar de uma certa maneira, especialmente em matéria fiscal, eu mantenho os ratings na avaliação financeira”. Então, “se você é ortodoxo e se comporta bem, eu digo que aqui não existe uma crise financeira”. Mas isso geralmente acontece e pode produzir situações de recessão ou de diminuição nas taxas de crescimento, o que acaba por não resolver nada. E no final, o capital financeiro emigra do mesmo jeito. Neste momento, a conjuntura é uma, onde há uma saída significativa de capitais da América Latina, e de capitais especulativos que com taxas de juro mais elevadas de hoje, e provavelmente dos próximos anos, nos EUA, abandonam os países da América Latina. Grandes projetos nos setores de matérias-primas tendem a diminuir. E, portanto, o capital mais volátil, como o capital produtivo estrangeiro, tende a perder o interesse na América Latina. E as rotinas dos governos devem ser de menos cautela sobre o que vai acontecer ou não, sobre o comportamento dos fluxos financeiros e do capital internacional. Não se trata de negligenciar este fator, mas o mundo é o que é, e não se pode fingir que ele não existe. Mas, obviamente, os governos precisam reativar a curto prazo. Keynes já dizia: “no longo prazo, estaremos todos mortos”. Então, no curto prazo, estamos em níveis de aumento de desemprego, pobreza, recessão... Manifestadamente, não há capacidade de se ter uma visão de médio e longo prazo.

– **Como você vê o futuro da América Latina?**

A reconstrução de uma visão a médio e longo prazo da América Latina deve partir do Brasil, eu acredito, porque o Brasil é o centro da economia latino-americana. Atualmente é necessário um maior intercâmbio no âmbito das organizações multilaterais como a Cepal, a Corporação Andina de Fomento, o próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento, todos os quais têm fortes departamentos de estudo, mas também no nível das universidades e também, provavelmente, das empresas multi-latinas, que são empresas latino-americanas, algumas delas com um caráter global, e que também precisam se rearticular com outra visão, que nada mais é do que ocorreu na Ásia, com a interação do poder público, e que foi essencial nos grandes conglomerados asiáticos. Tudo isso está em fase inicial, mas é provavelmente o que vai acontecer nas próximas décadas na América Latina. É um momento em que a integração latino-americana vai retomar o dinamismo, creio eu, pela mudança das circunstâncias e pelo que vem sendo semeado no tempo com mais diálogo, convivência, capacidade de discutir, etc.

Será um momento de maior intercâmbio no domínio das ideias, das estratégias na América Latina.

- **Professor, em nome do projeto Procondel-Sudene e a Universidade Federal de Pernambuco agradeço sua valiosa contribuição.**

A ideia é que continuemos a desenvolvendo o intercâmbio, os vínculos. Se não fizermos isso dentro da universidade, pelo menos façamos isso no resto das entidades que têm que continuar se preocupando com o destino de nossos países. Muito obrigado por esta entrevista.

Immanuel Wallerstein

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Enquanto o neoliberalismo está sob os holofotes, é defendido em todos os lugares e implementado até mesmo na América Latina, ousou afirmar e prever que em uma década, esse modelo da moda hoje parecerá completamente obsoleto e que as ideias de Celso Furtado voltarão a encontrar seu lugar.

”

O cepalismo e Celso Furtado¹

Immanuel Wallerstein²

Estamos reunidos aqui para falar sobre desenvolvimento desigual, mas serei breve, porque, em grande parte, o que tenho a dizer sobre esse assunto está de acordo com o pensamento de Celso Furtado, cujas análises ainda são fundamentalmente relevantes.

Em vez de fazer uma análise de seus escritos, que já foi feita aqui, eu preferiria refletir sobre o contexto em que Celso Furtado trabalhou. Ele obteve seu doutorado no final da Segunda Guerra Mundial e toda sua vida científica ocorreu neste período pós-guerra, durante o qual ele também desempenhou um papel de alguma importância. Participou intensamente das atividades iniciais da CEPAL e escreveu um livro particularmente notável sobre esse assunto: *Fantasia Organizada*. Neste livro, C. Furtado enfatiza o grande jogo político que presidiu a implementação da CEPAL. Ele nos conta como os governos, especialmente o Brasil, o México e a Argentina, contando com o apoio dos cidadãos de seu país, tiveram que lutar contra o governo dos Estados Unidos para criar essa instituição, cuja existência parece hoje tão óbvia. Claro que não foi o caso na época, pois tínhamos precisamente o que aconteceu com o CEPAL: o desenvolvimento de outra perspectiva analítica, o “cepalismo” como pode ser chamado e no qual Celso Furtado desempenhava um papel fundamental.

Lembro aqui as ideias centrais do “cepalismo”. Obviamente, trata-se da dualidade centro/periferia como um conceito para estruturar, visualizar e analisar a economia-mundo. O que isso significa? Na minha opinião, isso pode ter vários significados: primeiro, o comércio internacional não tem efeitos neutros; em outras palavras, esse comércio,

¹ Le cépalisme et Celso Furtado. Publicando originalmente em *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1998, n° 33-34, p. 69-71. Tradução: Fábio Pádua dos Santos

² Historiador e Sociólogo, Fernand Braudel Center, Binghamton University, EUA, Presidente da Associação Internacional de Sociologia

como está estruturado, tem efeitos de grande importância na economia-mundo e no desenvolvimento desigual. Segundo, essa antinomia implica que é preciso pensar em termos de mudanças estruturais para modificar essa situação de desenvolvimento desigual; por fim, e isso mostra o quão original é sua abordagem como economista, C. Furtado nos mostra que a história importa e é fundamental. Tendemos a não nos surpreender que Furtado tenha feito história econômica, mas isso não é óbvio e a maioria dos economistas rejeita absolutamente tal abordagem, considerando-a sem importância. No entanto, neste contexto, assume todo o seu significado e se encaixa, na minha opinião, nesse todo que chamo de “cepalismo”. Ele explica que se pode pensar em criar, em construir um desenvolvimento nacional no qual o Estado é inevitavelmente chamado a desempenhar um papel importante. Por fim, isso implica que é necessário pensar na distribuição de bens no mundo e em cada país, que essa é a essência do esforço político e econômico que gostaríamos de promover.

Essas ideias nasceram entre as décadas de 1940 e 1950 e deram a volta ao mundo, mas que mundo? Um mundo em plena expansão, o mundo dos gloriosos trinta anos, um mundo claramente marcado por um sistema de dominação dentro do qual o capitalismo poderia se beneficiar de uma ascensão fabulosa, um mundo onde os Estados Unidos detinham um poder hegemônico sem limites e onde, obviamente, eles organizaram as coisas mais ou menos como queriam. Mas, ao mesmo tempo, este mundo viu o desenvolvimento sem precedentes dos chamados movimentos antisistêmicos: movimentos comunistas, movimentos social-democratas na Europa Ocidental, movimentos de libertação nacional na Ásia, na África, movimentos nacional-populares na América Latina, etc. Todos esses movimentos tinham um elemento comum, a saber, o compromisso com a luta contra o desenvolvimento desigual. Assim, paralelamente ao florescimento do capitalismo, esses movimentos estavam em plena expansão e, naturalmente, se aproximavam, de uma maneira ou de outra, das teses da CEPAL, não na teoria, mas na prática. No entanto, na década de 1960, a extensão desses movimentos começou a assustar, então pensamos em abrandá-los e fizemos isso de várias maneiras. em particular pelos golpes de estado, dos quais o Brasil foi um dos primeiros a sofrer e de maneira duradoura. Isso permitiu à França receber o Sr. Furtado por um tempo, uma pequena compensação quando o povo brasileiro não estava na situação mais feliz. Também é necessário, juntamente com os vários golpes de estado em

todo o mundo durante e após a década de 1960, observar, a partir de um certo momento, o início da autoexplosão desses movimentos de libertação, esses movimentos antisistêmicos. Seria inútil insistir no que 1968 representava; lembrarei simplesmente que entramos, no final da década de 1960 e no início da década de 1970, em um período de estagnação, de regressão na economia-mundo, entramos no ciclo de desemprego, o de menos lucro industrial e em uma segunda fase do ciclo financeiro. Como destacou o Sr. Destaing, nos anos 80 testemunhamos a dívida do Terceiro Mundo, mas também a dos Estados Unidos e, em particular, das grandes empresas. Uma espiral descendente, bastante normal, mas significativa, que deu origem a uma contraofensiva ideológica, a miragens em que predominam as ideias – forças de mercado e o papel do FMI. Também causou o declínio do “cepalismo” mesmo dentro da CEPAL. O que aconteceu com os grandes conceitos pregados por C. Furtado na década de 1950 hoje? Eles parecem condenados ao esquecimento porque, para ser franco, essas não são ideias da moda.

Essas ideias, os fatos que evocam, estão um pouco esquecidas, mantendo sua precisão e valor. É como se tivéssemos esquecido a história, primeiro esquecido a existência de ciclos normais, essas funções inerentes à economia-mundo capitalista. Os ciclos que ocorreram ao redor do mundo, que tiveram consequências ideológicas, obedecem ao “efeito Kondratieff”. Após um período de expansão, há sempre um período recessivo, que deve ser lembrado. É também um esquecimento dos traços de longa duração dessa economia-mundo e talvez uma crise tanto do *desenvolvimentismo* quanto do sistema capitalista. Há um elemento sobre o qual o Sr. Furtado talvez tenha sido um pouco otimista demais: era a possibilidade dos governantes de um Estado como o Brasil, colocar em prática, apesar de suas boas intenções, o que eles queriam alcançar em termos de desenvolvimento nacional, porque inevitavelmente eles só podiam enfrentar forças muito profundas e vigorosas. Era menos simples do que se pensava na década de 1960, e essa é provavelmente a lição a ser aprendida com os fracassos.

Mas enquanto o neoliberalismo está sob os holofotes, é defendido em todos os lugares e implementado até mesmo na América Latina, ousado afirmar e prever que em uma década, esse modelo da moda hoje parecerá completamente obsoleto e que as ideias de Celso Furtado voltarão a encontrar seu lugar.

Utopias furtadianas



Luiz Gonzaga Belluzzo

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Celso Furtado tinha muito claro que precisava usar a imaginação. Certa vez ele se confessou positivista. Eu escrevi, aqui, uma orelha do livro dele, em que ele diz: “Eu sou positivista, não a caricatura que circula hoje em dia, mas a ideia de que o Homem tem meios para transformar o mundo. Construir um mundo melhor, que esses meios estão ordenados pela Ciência, decorrem do avanço formidável do conhecimento científico.

”

Celso Furtado, um economista que apela para imaginação!¹

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo nasceu em Bariri, município do interior do Estado de São Paulo, a 29 de outubro de 1942. Antes de ingressar no ensino superior foi seminarista da Companhia de Jesus. Com estes antecedentes, e por desejo do pai, acabaria se graduando, no ano de 1965, em Direito, na Universidade de São Paulo. O estudo das leis, contudo, foi devidamente temperado pelo contato com as ciências sociais da famosa Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da mesma USP. A aproximação que aí tivera com a economia seria intensificada em um curso de Desenvolvimento Econômico, promovido pela CEPAL, que Belluzzo concluiria em 1969. Sua formação se completaria com o doutoramento na Unicamp, em 1975 – o resultado seria “Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política” (São Paulo: Brasiliense, 1980). Profissionalmente, foi docente colaborador na mesma Unicamp, aí se tornando professor titular, junto ao recém emancipado Instituto de Economia [IE], no ano de 1986.

A despeito de sua proximidade de (e sua inocultável simpatia por) Keynes – em 2016 publicou “O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo” (São Paulo: Contracorrente) –, com os seus colegas do IE (entre os quais pontificavam João Manuel Cardoso de Mello, Luciano Coutinho, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antônio Barros de Castro, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, José Carlos de Souza Braga e Wilson Cano) dedicou-se, sob a forte influência de Celso Furtado, ao estudo da economia brasileira, a partir de uma base teórico-metodológica que incluía Karl Marx (e Friedrich Engels), o citado John Maynard Keynes, Joseph Alois Schumpeter, Michal Kalecki e Hyman P. Minsky.

Ao lado de suas atividades acadêmicas, não demorou a também intervir no debate público, para além dos muros da Unicamp, assessorando o PMDB entre meados dos anos 1970 e o início dos anos 1990. Neste tempo

1 Versão revista e adaptada, pelo autor, especialmente para este projeto, de aula/depoimento realizada no Instituto de Economia da Unicamp, em maio de 2019. O original está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=93gAH_wAs78

foi Secretário de Estado em São Paulo, primeiro, de Ciência e Tecnologia, durante o governo Quéricia, depois, de Economia e Planejamento, durante o governo Fleury. Também passou pelo Ministério da Fazenda, durante o governo Sarney, entre 1985 e 1987, quando o Brasil – afogado em uma inflação cavalgar legada pela ditadura empresarial-militar – talvez tenha conhecido o seu melhor plano de estabilização, pelo menos, do ponto de vista de sua concepção.

Juntamente com outro economista, o amigo João Manuel Cardoso de Mello, foi um dos fundadores das Faculdades de Campinas (FACAMP). A partir de 2001, passou a ter seu nome registrado no influente “Biographical Dictionary of Dissenting Economists”. Apenas quatro anos após, ganharia o Prêmio Juca Pato de “Intelectual do Ano”. Por muitos anos, foi conselheiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E já por bastante tempo tem sido articulista dos mais lidos e também consultor editorial da mais séria revista semanal do país, “Carta Capital”. Atento ao que se passava não apenas no Brasil, mas também para além dele, publicou em 2009 “Os antecedentes da tormenta: origens da crise global” (Campinas: Ed. Unesp; FACAMP) – referência para quem quisesse entender as turbulências que assolaram a economia mundial em 2007.

Belluzzo também gosta de futebol. E é notório torcedor do alviverde. Em 26 de janeiro de 2009, acabou eleito presidente do Palmeiras para um mandato de dois anos. Encontrando o clube endividado, mergulhado em problemas e um time pouco competitivo para disputar os campeonatos de 2009, o economista arregaçou mangas. Ainda naquele ano, após equilibrar contas e apagar incêndios, Belluzzo foi atrás de um novo estádio para o clube, que, mais tarde, viria a resultar na Arena Allianz Parque. Mas, em setembro de 2010, meses antes de encerrar seu mandato, acabou precisando afastar-se devido a um infarto. Continua ardoroso torcedor do Palmeiras, mas já não mais tão próximo das confusões do futebol.

Ao longo dos últimos anos, sem interromper sua produção intelectual – em 2019 publicou, com Gabriel Galípolo, “A escassez na abundância capitalista” (São Paulo: Contracorrente) –, também veio a presidir o Conselho Curador da “Empresa Brasil de Comunicação” (EBC), que opera a “TV Brasil”, a fazer consultoria de economia para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a integrar o Conselho Deliberativo do “Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento”.

Aliás, Belluzzo conhece a obra de Furtado como pouquíssimos. No depoimento que oferece a seguir ensina que “a grande virtude de Celso

Furtado é essa concepção de desenvolvimento como um fenômeno que procura entender [...] a dinâmica das estruturas”. Ele “vai mostrando como as configurações da economia mundial vão se transformando e vão mudando a posição dos países envolvidos. Celso [Furtado] partia da totalidade para observar as singularidades”.

Evidentemente, Belluzzo não para por aí. Nas próximas linhas poder-se-á constatar não apenas uma justa compreensão das lições do “mestre” (como Maria da Conceição Tavares interpelava a Furtado), mas também sua grande simpatia pelo pensamento furtadiano e – talvez, involuntária, mas, sem dúvida, naturalmente – sua identificação com as causas abraçadas pelo grande economista paraibano.

(Ivo Marcos Theis)²

Depoimento

– A mim coube falar sobre Celso Furtado. E nós, eu e os mais velhos, tivemos a oportunidade de conviver com ele. Ele era um brasileiro que nos faz falta. Porque, antes de ser um intelectual, Celso Furtado era um homem público, um servidor público. Vocês sabem que ele foi responsável pela criação da Sudene, que foi Ministro do Planejamento do Governo João Goulart, que fez o Plano Trienal, que naquela ocasião contemplava as reformas que o Brasil precisava fazer, como a reforma urbana, a reforma financeira [...] Eu conversava muito com ele e ele tinha problema com *Keynes*. Muita gente tinha. Mas, generoso e inteligente como ele era, ele aceitava minhas observações [...] Mas, ele tinha uma sólida formação histórico-cultural. A grande virtude de Celso Furtado é essa concepção de desenvolvimento como um fenômeno que procura entender o que o professor João Manoel [Cardoso de Mello] chamou de dinâmica das estruturas. O que significa a dinâmica das estruturas?

² Economista, PhD em Geografia Humana pela Eberhard-Karls Universität Tübingen (Alemanha), docente pesquisador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), editor da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional.

– Celso Furtado, a partir do [Raul] Prebisch, nosso fundador da CEPAL, que ele dizia ter uma visão estrutural sincrônica, se imaginou desenvolvendo essa ideia do Prebisch de centro-periferia de uma forma diacrônica. Ele dizia que o Prebisch olhava sincronicamente os vários momentos da relação centro-periferia. E que ele colocou isso numa perspectiva diacrônica.

Ou seja, histórica. E ele fez isso magnificamente bem na *Formação Econômica do Brasil*. Porque vai mostrando como as configurações da econômica mundial vão se transformando e vão mudando a posição dos países envolvidos. Celso partia da totalidade para observar as singularidades. Eu até brinquei uma vez com ele, conversando na casa de [Maria da] Conceição [Tavares], que ele era um tanto hegeliano, que olhava a totalidade para desvendar o fenômeno singular. Aliás, isso é uma capacidade, uma forma de ver que quase todos os economistas desconsideram ao se engalfinhar com modelos formais. Não estou falando contra o formalismo, até porque eu tenho uma boa formação matemática, de Bertrand Russell, Gödel etc. Foi essa a abordagem histórico-cultural que Celso Furtado desenvolveu a partir de Prebisch, em seu famoso estudo de 1949. O estudo de 1949 é uma ruptura, que nasce em Prebisch, por conta da crise atravessada por países periféricos depois do período de 1929, 1930 etc. Vocês sabem que Getúlio [Vargas] recebeu Prebisch. Sabiam? Junto com quem? Celso Furtado. E Roberto Campos. Você vê que os liberais daquele tempo eram mais ilustrados do que esses com os quais convivemos hoje. Roberto Campos esteve em Bretton Woods. Vocês sabiam disso? Não? Ele era funcionário da Embaixada Brasileira e estava fazendo o mestrado dele, cuja tese foi inspirada pela Teoria dos Ciclos de Gottfried [von] Haberler. É preciso entender que nesse momento há certo consenso partilhado por gente que não se considerava da mesma corrente, intelectuais, burocracia pública etc. Vou ler uma passagem de *Fantasia Organizada*. Vocês já leram? Não precisa dizer que leram se vocês não leram, não tem problema nenhum. Vocês vão ler. *Fantasia Organizada* – e eu abri aqui – é a história da construção



Furtado dizia que Prebisch olhava sincronicamente os vários momentos da relação centro-periferia. E que ele colocou isso numa perspectiva diacrônica. Ou seja, histórica. E ele fez isso magnificamente bem na *Formação Econômica do Brasil*.



do que mais tarde viria a se chamar “desenvolvimentismo”. Eu acho o nome pobre para designar o que é.

– Mas, em *Fantasia Organizada*, Furtado escreve uma espécie de livro de memórias. Ele recupera a trajetória desta corrente que mais tarde iria se instaurar no Brasil, na busca do que ele chama de ruptura com o existente. Eu não vou dar uma aula acadêmica, porque eu não tenho mais paciência para isso. Mas, há uma conversa dele com o professor Eugênio Gudín, [...] um engenheiro ultraconservador que passou a se dedicar à Economia. [Gudín] escreveu [...] *Elementos de Economía Monetária*, um livro “wickselliano”. Não tão ruim porque, em geral, os livros dos conservadores não sabiam explicar direito o que é o dinheiro. Aliás, isso está na origem da Economia Clássica. Mas, [Knut] Wicksell, um economista sueco, [...] pai da Escola Austríaca, coitado, não imaginou que tivesse essa descendência tão terrível. Mas, ele escreveu um livro chamado *Interest and Prices*, em que procurou explicar as relações do dinheiro com a Economia Real. E Gudín pegou a trilha de Wicksell – que dizia: “infelizmente vamos ter que considerar esse negócio do dinheiro”. Vem lá dos pós-ricardianos a ideia de que a poupança financiava o investimento. Primeiro, você poupava, depois você investia. Mas, Wicksell dizia: “Há um problema aqui, há um negócio chamado banco, que tem a capacidade de financiar na frente”. O banco, tendo essa capacidade de adiantar liquidez mediante operações de crédito, teria que se comportar, para não romper esse equilíbrio entre o consumo presente e o consumo futuro (investimento). Não preciso dizer a vocês que a ideia de equilíbrio, naturalidade e cálculo individual conformam toda a base da Economia Clássica e a Ortodoxia Contemporânea. Equilíbrio, cálculo individual, racional e a naturalidade do sistema econômico. O que quer dizer naturalidade? Isso corresponde às leis naturais. Isso vem desde Adam Smith, passa por [David] Ricardo, vem para os pós-ricardianos etc.

– Eugênio Gudín, a partir deste paradigma, sustentava que o Brasil não poderia ser um país industrializado. Eu posso dizer para vocês o que ele disse para Celso Furtado, numa reunião privada? Algo terrível. Talvez a gente encontre, hoje, gente ainda pior. Gudín dizia que o Brasil não poderia se industrializar porque era um país de mestiços, não poderia arcar com esse projeto que exigia gente qualificada, dotada de conhecimento, que sabia inovar etc. Um país de mestiços

deveria mesmo produzir café. Vocês estão me olhando espantados, mas é verdade.

– Se vocês pegarem o debate de Gudin com Roberto Simonsen, o famoso Debate Simonsen-Gudin, e prestarem atenção ao que Gudin estava dizendo, se darão conta que ele estava dizendo isso, de outra maneira. Ele não podia dizer, porque o debate era público e ele não diria assim diretamente, mas ele pensava exatamente assim. Aliás, digamos que uma boa parte do *establishment* brasileiro não mudou de opinião. Eu fiz esse introito só para ler o que ele [Celso Furtado] diz de Gudin: “O Brasil não era apenas um país condenado a viver na agricultura, era também um país de solos pobres”. A terra era pobre, e ele a comparava com a pampa argentina, que era naturalmente fértil. Ele achava que a industrialização era um fenômeno natural, e que o Brasil estava naturalmente indisposto com esse projeto.

– Celso diz o seguinte: “O professor Gudin me disse um dia, em tom de reprimenda: *Você apela demasiadamente para a imaginação em suas análises. Devia ter sido romancista, não economista*”. Celso diz o seguinte, na *Dialética do Desenvolvimento*, eu não gosto, mas isso é um problema meu. Não vou ficar falando disso. Vou falar do que é crucial. Então, ele diz o seguinte. Vejam que sujeito interessante. Isso é 1949! No momento em que ele está divulgando um estudo do Prebisch! Ele diz o seguinte: “Ao invés de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me a adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista”. Ele não se considerava um economista. Ele se considerava um servidor público, um homem interessado nos problemas brasileiros. “A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica...”, como eu disse para vocês, “assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista, geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. Quando comparava o comportamento do sistema na época em que o centro principal era a Grã-Bretanha com o da época em que esse centro passou a ser os Estados Unidos, ele se limitava a fazer a interface dos dois cortes sincrônicos”.



Ele não se considerava um economista. Ele se considerava um servidor público, um homem interessado nos problemas brasileiros



– Essa observação é muito importante, porque Celso desenvolveu, na verdade, [...] a dinâmica histórica com mudanças nas posições dos elementos que faziam parte desse sistema global. O pessoal fala hoje de globalização. Mas, o fato é que no momento em que Celso escrevia, o fenômeno do subdesenvolvimento era estudado como decorrente do movimento das estruturas globais.

– Primeiro, a hegemonia inglesa, depois, a crise da hegemonia inglesa, nos anos 1920 e 1930, e o papel crescente dos Estados Unidos. Ele diz: “Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos” – eu acho que todas essas palavras são importantes – “no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira”. E o atraso era realmente clamoroso, social e econômico do Brasil. A gente não pode exagerar nas tintas em relação ao atraso. O atraso era assustador.

– No entanto, ele foi capaz de ver isso. Porque ele estava vendo o momento de ruptura com esse atraso. Começa lá nos anos 1930, sobretudo, em 1937. Vocês me perdoem, mas tem que observar, com o Estado Novo, com as políticas [...] Se vocês lerem – eu tive a oportunidade de ganhar de um amigo, funcionário do Banco do Brasil (apontando para uma pessoa presente); ele está rindo aqui porque acabou na mão dele – os relatórios do Banco do Brasil de 1930 a 1939. É uma coisa de uma lucidez, de uma clareza, de uma intencionalidade, do ponto de vista da ruptura com os fazendões atrasados. E a tentativa de encaminhar o país na cena da industrialização, que, na verdade, serve ... O que Celso pensa, tanto na *Formação Econômica do Brasil* – cujo prefácio eu fiz; não sei se vocês receberam, foi distribuído para vocês; receberam, né? Não vou repetir aqui aquilo que escrevi no prefácio – mas, a *Formação Econômica do Brasil* já é uma visão que está marcada por essa perspectiva. Vai da colônia ao início do século XIX. Do capitalismo à coisa do assalariamento, do assalariamento ao fim da escravidão, aí passa para os anos 1920 e 1930, aí vai em frente. É uma construção em que se espraia essa dinâmica histórica. Eu acho que isso é importantíssimo porque, nós, aqui na Unicamp, começamos a desenvolver o debate sobre o Brasil a partir dessa perspectiva da Cepal, com Celso Furtado. Ele foi importantíssimo, assim como foram outros. Mas, o fato é que o que ele está dizendo – por isso é que se chama *Formação Econômica do Brasil* – é

[que é] impossível se entender uma formação econômica e social sem [se] ter uma ideia sobre a gênese de desenvolvimento e desfecho. Se vocês olharem depois os outros livros que ele escreveu, como *Teoria do Subdesenvolvimento*, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, *Análise do Modelo Brasileiro*, vocês vão ver que ele está permanentemente na busca de prosseguir nessa empreitada. Tem uma linha de continuidade. Tem alguns livros que são melhores, outros que são piores. Isso é normal. Por exemplo, eu acho que *A Dialética do Desenvolvimento* tem problema. Isso é outra coisa. Eu dizia para ele. Não é porque eu dizia, porque eu me dava muito bem com ele. E ele gostava muito da gente. Mas eu tenho divergências, né?

– Agora, ele, na verdade, construiu um paradigma de análise histórica e de dinâmica da economia capitalista, o que é considerado uma inovação. Infelizmente, eu vejo hoje as discussões sobre globalização. No outro livro que ele escreveu mais recentemente, há um capítulo sobre globalização. O que é, na verdade, muito interessante, porque ele desdobra a partir da primeira globalização, que era o final do século XIX. Parece que houve uma globalização ali, né? Muito peculiar. E essa globalização, na verdade, deu origem na redefinição estrutural da economia global. Não sei se vocês estudam isso aqui. Mas, o final do século XIX foi o sinal da emergência da Alemanha e dos Estados Unidos, como rivais, muitos parecidos, mas como rivais que destronaram a Inglaterra. Mas, que nascem – e isso é que é interessante – das relações entre uma economia pioneira industrialmente e as economias retardatárias da Europa. Mas, o estilo de articulação proposto pela economia dominante favoreceu a industrialização dos rivais. É o que ele vai mostrando durante toda a obra dele: essas interrupções e essas mudanças que o macroeconomista é incapaz de acompanhar, não vai perceber.

– Quando ele analisa, por exemplo, a questão dos termos de intercâmbio. O que são os termos de intercâmbio? É o fenômeno da diferença entre a produtividade dos países centrais e a dependência na periferia do papel da demanda externa na formação da renda. Aliás, a *Formação Econômica do Brasil* está prenhe disso. Celso tem uma abordagem muito interessante entre essa mudança estrutural, o fim da escravidão e o assalariamento, porque aí o processo de formação da renda muda.

– Eu me lembro aqui de um debate que nós tivemos na Unicamp. Uma corrente achava que a escravidão era compatível com o desenvolvimento industrial (falando com uma pessoa presente). Não sei se vocês se lembram disso? Lembram? Não vou falar o nome aqui. Na verdade, ao contrário de Celso, esse professor não entendeu bem o que era a Revolução Industrial como mudança das relações sociais. E que mudança da relação social? É o assalariamento. Você tem que pagar uma renda monetária para o trabalhador. E o trabalhador se transforma num demandante dos seus produtos. Uma coisa elementar, porque a Revolução Industrial muda completamente a dinâmica das economias. E muda também aqui. A despeito de exportadores de produtos primários. Devemos ao Wilson Cano, a quem eu presto minha homenagem aqui, a ideia do complexo do cafeeiro.

– Eu estava conversando com ele... Há, às vezes, uma subestimação do papel do complexo cafeeiro na criação de condições – e Celso analisa bem – para a emergência da indústria. Porque o complexo cafeeiro tinha capacidade de gerar uma certa divisão do trabalho. O sistema financeiro, por exemplo, incumbido de financiar o café, o sistema comercial, a construção das ferrovias, né?

– É que vocês são muito jovens. Vocês não têm muita clareza – eu imagino, e não são obrigados a ter – sobre o papel dos cafeeiros paulistas, com todas as restrições que a gente possa ter [em relação] a eles, na condição do sistema de transporte de São Paulo, que era um sistema ferroviário, infelizmente, destruído, posteriormente, mas que era muito importante. E isso deu os primeiríssimos passos, os primeiríssimos, no setor incipiente de bens de capital. Por exemplo, o senhor Bardella tinha uma empresa, o pai dele, um italiano, [que] veio para cá e fez uma empresa que fazia equipamentos para reparos nas ferrovias.

– Quem conheceu bem, e eu via bem isso viajando para o interior de trem, você tinha enormes centrais para reparações, que demandavam componentes, às vezes, peças da indústria incipiente brasileira. Então, a ferrovia teve uma importância grande na diversificação da economia cafeeira, assim como o comércio também teve. As chamadas [...] casas de comercialização do café, os bancos, as ferrovias...

– Nesse complexo cafeeiro, você tem o surgimento de uma indústria leve. Ou seja, o Matarazzo produzia banhas, depois passou a produzir tecidos, velas, sabão, que a professora Liana Aureliano chamou, em sua tese de doutoramento, de industrialização restringida, a indústria que estava ligada à expansão do sistema cafeeiro. O Celso Furtado percebe muito bem como isso ocorre, e como se transforma mais tarde. Porque Furtado percebeu, como o professor João Manoel percebeu, que o crucial para botar uma industrialização capitalista é [...] montar seu setor de bens de capital. E isso foi feito. Quando é que a CSN foi negociada? 1944. Aí a industrialização brasileira deu um salto e Celso Furtado vai lá e registra isso corretamente. Aí é uma mudança fundamental. Em cima disso, a industrialização pôde prosseguir. E Juscelino pôde fazer o que fez. O Brasil teve a maior concentração de empresas produtora de equipamentos pesados para energia elétrica – por exemplo – no mundo! Mais do que os Estados Unidos. Hoje não tem mais. Isso é só para ilustrar a conversa.

– O que eu quero mostrar para vocês é que é imprescindível, na observação do desenvolvimento da economia brasileira, ter claro que você está lidando com a dinâmica das estruturas. E as dinâmicas das estruturas nunca são lineares. Vou usar uma palavra aqui - vocês me perdoem usar – que costuma ser contraditória. Celso Furtado tinha muito claro que precisava usar a imaginação. Certa vez ele se confessou positivista. Eu escrevi, aqui, uma orelha do livro dele, em que ele diz: “Eu sou positivista, não a caricatura que circula hoje em dia, mas a ideia de que o Homem tem meios para transformar o mundo. Construir um mundo melhor, que esses meios estão ordenados pela Ciência, decorrem do avanço formidável do conhecimento científico”. Olha só como ele era um positivista autêntico, legítimo. “Quando descobri a ideia de planejamento social fiquei maravilhado, e disse: *Aqui está o caminho. Temos que sair por aqui*”. Vocês sabiam disso? “Para aplicar a inteligência, para ordenar a cidade, tem que ter um plano, e então me pus a estudar o planejamento”.

– Olha só o que ele fala. Se Furtado se entregasse apenas às dinâmicas das estruturas, podia argumentar: “Não há o que fazer. Temos que esperar que essa totalidade se desenvolva”. Não! Ele olhava isso como uma oportunidade para a ação humana. Ele não era positivista. Ele

achava que era, mas não era. Ele era muito mais um marxista, sem saber. O marxismo ainda do tempo dele [...] Era assim, digamos, marxismo positivista, né? Ele achava que você tinha determinismos. Vocês desculpem eu falar isso, a coisa mais injusta, mais iníqua com Marx é dizer que ele era determinista. A história dele está cheia de incertezas, cheia de momentos em que a ação humana é que tem que resolver. Então, é isso o que pensa Celso Furtado, no conjunto de sua obra. Por exemplo, naquele livro que ele publicou, *O Brasil Pós-“milagre”*, que é um livro muito interessante. E o melhor deles, que é *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Esse livro é muito interessante. *O Brasil Pós-“milagre”* também merece uma leitura cuidadosa.

– E o livro dele sobre a cultura? Porque Celso foi Ministro da Cultura do governo [José] Sarney. Vocês sabiam disso? Sabiam. No governo, ele convivia muito conosco e começou a dar uma importância cada vez maior à cultura. A cultura não no sentido elitista, né? A cultura no sentido da disseminação, do debate entre as pessoas, para que compreendessem o ambiente histórico em que viviam [...] Furtado passou a perceber que o desenvolvimento em si mesmo não conduzia, necessariamente, a uma mudança cultural. Não, necessariamente.

– Aliás, eu preciso dizer para vocês [...] Eu não gostaria de falar, mas vou ter que falar [...] Nós hoje estamos observando o fenômeno da regressão cultural. Não estou dizendo que é um fenômeno que atinge todos os brasileiros, mas uma boa parte deles. E esses fenômenos acontecem. E ele tinha muito claro que era importante ter projetos culturais muito envolventes para a população como um todo. Ele via isso como uma dimensão da democratização.

– Então, dizia o [Theodor] Adorno: “Não há liberdade sem compreensão”. Vocês sabem quem é Adorno. Na *Dialética do Esclarecimento* ele dizia: “Não há liberdade sem compreensão”. Ou seja, a compreensão é aquela que o Homem desenvolve para se mover no seu espaço de sociabilidade, no seu espaço social. Você precisa ter compreensão, perceber onde está enfiado. Ele [Celso Furtado] se preocupava muito com isso. Eu lembro que tivemos uma conversa na casa do doutor Ulysses Guimarães, a quem Luciano Coutinho, João Manuel e eu servimos, modestamente, nos anos 1970 e 1980, até ele morrer. Celso fez uma digressão sobre a importância da cultura. A importância não da

cultura – vou repetir – no sentido elitista, dos cultos versus incultos. Não era isso. Era a cultura como você entregar ao outro uma capacidade de se questionar, de reconhecer, o que é fundamental para a sociedade, reconhecer o outro como interlocutor válido. Ele falou: “Olha, eu estou preocupado com o Plano Cruzado”.

Furtado não era de dar lições. Era de conversar. “Eu estou preocupado porque vejo que, na verdade, houve uma mobilização excessiva, meio apaixonada”.

– Gudin tinha razão, Furtado seria um bom romancista, já que escrevia bem. Mas, ele respondeu que não iria abandonar o uso da imaginação para pensar a situação dos países periféricos.

– Eu vou encerrar aqui.

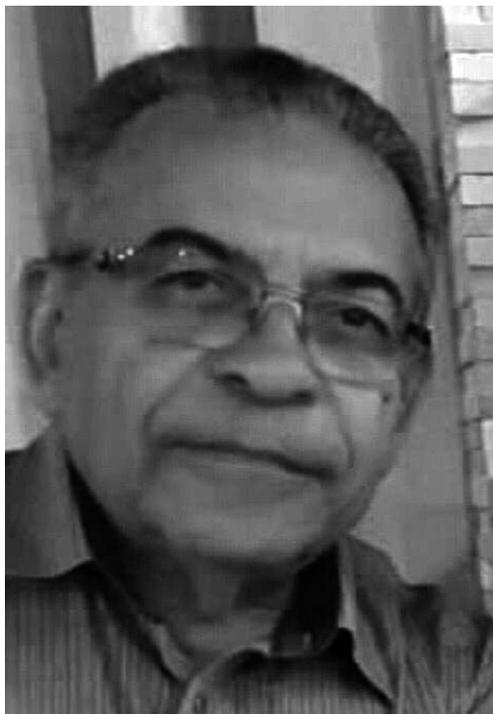


Gudin tinha razão: Furtado seria um bom romancista, já que escrevia bem. Mas, ele respondeu que não iria abandonar o uso da imaginação para pensar a situação dos países periféricos.



Jorge Santana

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Foi somente sob a forte pressão dos movimentos sociais, dos mais destacados líderes religiosos, do empresariado industrial sediado no Sudeste, da imprensa regional e nacional e dos governadores mais antenados com o desenvolvimento socioeconômico do País e do mundo, que o projeto foi aprovado pelo Congresso (em dezembro de 1959). Uma vez instalada, a Sudene passou a atemorizar também “os donos do poder”, como ficou patente desde os primeiros atos do regime discricionário instalado no País nos anos 60.

”

O poder sem donos: 40 anos de uma utopia¹

Jorge Santana²

Epígrafe desafiadora

Na versão preliminar do seu livro *“Elegia por uma re(li)gião”* (de 1978), o saudoso Francisco de Oliveira pôs em relevo uma epígrafe desconcertante: *“A Sudene era inviável, desde sempre e para sempre”*. Por algum motivo ela não constou da versão final impressa. Mas o fato é que produziu comoção e estranheza em quem a leu, sobretudo por saber que o autor fora um dos cabeças daquela Instituição, no seu nascedouro. É certo que o livro comprova a hipótese inconveniente que, embora mantida sob reserva, não deixou de provocar interminável questionamento.

Duas obras, no entanto, ajudam a dar razão a Chico de Oliveira: a Instituição-Sudene (pelo menos na forma assumida 60 anos atrás) era mesmo inviável. *“Os donos do poder”* (de Raimundo Faoro, editada em 1958) e *“O poder dos donos”* (de Marcel Bursztyn, datada de 1984) põem luz nessa questão. Na verdade, a pretensão da Sudene era constituir um *“poder sem donos”* – porquanto coletivo, plural, impessoal –, uma espécie de cunha na estrutura político-institucional brasileira (feita de centralização impositiva e autoritária, conduzida pelo estado e pelo mercado, no contexto nacional, e de localização legitimadora e paternalista, no âmbito dos estados federados). Ela tentou criar e ocupar uma fresta de poder entre o centralismo estatal e socioeconômico e o caciquismo local e patriarcalista. Como pôde essa quase fantasia conquistar adesão, enraizar-se no imaginário regional e perdurar quatro décadas (de 1959 a 2001), incrustada no sistema de governo no País?

1 Depoimento em evento comemorativo dos 60 anos da criação da Sudene, promovido pela UFPE – Campus Caruaru-PE

2 O autor deste depoimento, trabalhou na Sudene, ao longo de 28 anos (1966-1994), e na UFPE, por 32 anos (1978-2010), como professor do Departamento de Geografia, sempre lidando com a temática da Questão-Nordeste e do Planejamento Regional.

Prioridade Presidencial

Em verdade, a Sudene materializaria o braço regional do projeto de modernização nacional do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que a sociedade brasileira amplamente acolhera e respaldara. Cabia-lhe promover uma transformação estrutural da economia do Nordeste e, por derivação, do seu quadro social. Mas, para tanto, impunha-se um inovador arranjo no aparato e nos processos de gestão, de modo a fazer a Região emparelhar-se ao desenvolvimento em curso no País, bem como à forma de governar então adotada. É que a opção presidencial de gerir o plano de “*fazer em cinco anos o que demandaria cinquenta*”, mobilizava “*grupos de trabalho*”. Com isso, dispensava a necessidade de interminável e desgastante reforma administrativa. Daí por que o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN repetiu sua própria fórmula, propondo a Sudene sob a lógica de uma estrutura orgânica mínima e uma autoridade política respeitável.

De duas fontes derivou o poder dessa Instituição (criada pela Lei nº 3692, de 15.12.1959). Antes de tudo, da *vinculação direta* ao Presidente da República (que a incluía no rol das suas prioridades e destacara como objeto da sua particular atenção). Depois, e o que se mostrou mais valioso, do *colegiado intergovernamental*, composto pela representação de ministérios e órgãos federais e pela participação dos governadores da Região (segundo, aliás, sugerira, seis anos antes, o saudoso Rômulo Almeida, em “*Planejamento do Combate às Secas*”). Eis a razão do prestígio e poderio da Sudene, nos seus primórdios. E era tamanho esse poder, que, desde sempre, assustou “*o poder dos donos*”, no contexto do próprio Nordeste.

A peleja da criação da Sudene teve dois argutos analistas: Amélia Cohn, autora do livro “*Crise Regional e Planejamento: o processo de criação da Sudene*”, publicado em 1976, e Otamar de Carvalho, a quem se deve o indispensável estudo, editado em 1979 e reeditado em 2014, sob o título de “*Desenvolvimento Regional: um problema político*”. Tal embate forçou o Presidente a criar a “*Operação Nordeste*” em defesa do seu projeto, que se arrastava no Congresso Nacional. Ali, a representação política da Região era expressiva, mas temerosa de perder sua capacidade de influir nas prometidas ações da nova entidade. Foi somente sob a forte pressão dos movimentos sociais, dos mais destacados líderes religiosos, do empresariado industrial sediado no Sudeste, da imprensa regional e nacional e dos governadores mais antenados com o desenvolvimento

socioeconômico do País e do mundo, que o projeto foi aprovado pelo Congresso (em dezembro de 1959). Uma vez instalada, a Sudene passou a atemorizar também “os *donos do poder*”, como ficou patente desde os primeiros atos do regime discricionário instalado no País nos anos 60.

Em função de um Projeto

O surgimento da Instituição regional (transcendendo os limites de um mero órgão) resultou de um *Projeto regional* (claro, inovador, mobilizador e de caráter normativo). Por sua vez, esse projeto decorreu da *invenção do respectivo espaço regional*, isto é, do Nordeste histórico, vontade coletiva, distinto do cartografado pelo IBGE, e bem mais vasto. Com efeito, ao invés de compreender apenas Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além de partes do Piauí e Bahia (o Nordeste do IBGE, desde 1940), a Região passou a incorporar os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do Norte de Minas Gerais.

Anos depois dessa “*aventura calculada*” do GTDN, Jos Hilhorst teorizou, no livro “*Planejamento regional, enfoque sobre sistema*” (publicado em 1975), que o “*tamanho ótimo*” de uma região objeto de ações governamentais peculiares deve corresponder a um território “*suficientemente pequeno para ter viabilidade administrativa, e suficientemente grande para ter densidade política*”. No caso do Nordeste, aquela grande aposta visara precisamente ao ganho político, à força representada por cerca de 48% das Unidades Federativas do País de então (10 dos 21 Governadores) e outro tanto dos congressistas brasileiros (157 dos 326 Deputados e 10 dos 21 Senadores).

Originalidade da Sudene

A propósito, vale aqui transcrever a minuciosa e precisa análise de Celso Furtado, em livro de 1981, “*O Brasil pós-milagre*”, onde deixou claro que “*já era evidente nos anos 50... a necessidade de criar, no quadro do federalismo brasileiro, um instrumento que canalizasse e expressasse uma vontade política nordestina... Tratava-se de abrir espaço no Estado*

nacional para que esse terço da população brasileira, que vivia na região nordestina, exercesse no plano político a influência que lhe correspondia.³

“A fórmula que se encontrou” – segundo Furtado – “consistiu na adesão voluntária dos governadores da região a um órgão deliberativo destinado a gerar uma vontade política regional e a exercer essa vontade dentro do governo federal... Não se tratava apenas de lidar com as questões específicas da região, mas também de estar presente nas instâncias que definem a política global do País, a fim de que nenhuma decisão maior fosse tomada sem ter em conta seus efeitos na região economicamente mais débil...”

“O que se objetivou com a instituição da Sudene” – enfatizou Celso Furtado – “foi a criação de um contrapeso, no âmbito do poder executivo, a essa influência (das regiões em que se concentra o poder econômico), o que somente seria conseguido se o novo órgão expressasse uma autêntica vontade política, tivesse acesso à informação e participasse do processo decisório...”

“Outro ponto em torno do qual houve consenso” – acentuou Furtado – “foi o de que o Presidente da República estivesse representado no Conselho da Sudene por um membro de seu gabinete, ou seja, por um ministro de estado dedicado a tempo integral aos problemas da região. A fórmula que prevaleceu foi a de ligar o Superintendente desse órgão ao chefe do executivo sem, contudo, outorgar-lhe formalmente o estatuto de ministro de estado. A experiência mostrou com clareza” – e vale aqui frisar – “que a autoridade do superintendente decorria do peso político do órgão, sendo sua ligação direta ao Presidente da República uma condição necessária, mas não suficiente. Sem esse peso político, que decorria da composição do Conselho, a capacidade de ação do superintendente se diluiria face à resistência das estruturas administrativas ministeriais...”

Para Celso Furtado (que vivenciou toda essa experiência como Superintendente da Sudene e, por certo tempo, acumulando o cargo de Ministro do Planejamento), *“logo ficou claro que a significação real da reforma que vinha de ser iniciada estava em conseguir restituir efetividade ao princípio federativo, emergindo o Nordeste como entidade política ‘sui generis’. Em outras palavras: somente se reforçasse a posição*

3 Em contrapartida, a contribuição econômica do Nordeste era não somente pouco expressiva, como, sobretudo, muito oscilante, ano a ano, seja pelas recorrentes crises climáticas, seja pelas brutais variações mercadológicas dos seus produtos básicos (açúcar, cacau e algodão, fundamentalmente).

dos Estados, como órgãos executores dos investimentos federais e como elementos ativos de uma nova entidade política em que cristalizasse uma vontade regional, conseguiria a Sudene defender a região contra o avanço do tecnocratismo no executivo federal, o qual é por definição concentrador de poder, pois tudo subordina à racionalidade econômica. A fim de contrapesar o poder econômico concentrado no Centro-Sul fazia-se necessário ativar o poder político regional, e este tinha nos governadores, eleitos diretamente pelo povo, sua expressão mais legítima, por ser a mais independente do peso das oligarquias rurais”.

“Portanto” – conclui Celso –, “a reforma institucional somente teria êxito se lograsse criar dentro do próprio executivo federal um contrapeso à influência dos grupos econômicos concentrados no Centro-Sul. Esta a razão pela qual os debates no Conselho da Sudene assumiram a forma de deliberação parlamentar, com transparência da informação e visibilidade das opiniões expressadas. Esses debates, com a repercussão que tinham na imprensa, iam contribuindo para formar uma opinião pública regional, atuando os governadores com frequência como autênticos líderes da região”.

Linhas centrais do Projeto

Quanto ao Projeto Regional – configurado como *Plano Diretor* estratégico, a ser implantado por etapas quadrienais –, centrava-se em “ações regionais” propriamente ditas, articuladas e complementadas por “ações regionalizadas”.⁴ As “ações regionais” correspondiam aos esforços extraordinários para a execução das *quatro linhas centrais da Política de Desenvolvimento Econômico* proposta pelo GTDN: (i) criação de um centro autônomo (quer dizer, completo e integrado) de expansão manufatureira; (ii) modernização da economia agrícola das faixas úmidas; (iii) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas (de modo a torná-la mais resistente ao impacto das secas); e (iv) colonização

4 As “ações regionais” são de caráter integrador dos esforços, assentam-se em circums-crita base territorial das operações, têm compromisso administrativo não-ordinário, e constituiriam atribuição da Instituição-Sudene. As “ações regionalizadas”, de natureza setorial (a exemplo de educação, saúde, saneamento, habitação, segurança etc.), têm abrangência nacional (em princípio, especialmente indistintas) e seriam de responsabilidade ordinária e permanente dos governos da União e dos Estados, cabendo às suas respectivas entidades, conquanto operando em sintonia com a Instituição regional.

das terras úmidas da hinterlândia maranhense (em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida). Tratava-se de radical mudança da estrutura econômica do Nordeste. Tal era o foco, a alma do Projeto regional, a carga da Sudene.

Das ideias-força à força política

Essas “ideias-força” do Projeto conseguiram congregiar as mais expressivas “forças sociais” do Nordeste (líderes religiosos, representados pelos mais combativos Bispos católicos, governadores dos mais destacados estados da Região ⁵, lideranças de movimentos rurais em luta pela reforma agrária, corifeus da burguesia industrial e, dentre outros, grupos organizados de intelectuais e estudantes). Aderiram também “forças sociais” de fora do Nordeste (como líderes de importantes segmentos industriais e formadores de opinião sediados no Sudeste do País). Daí se gestou a “força política” necessária para a execução do ambicioso Projeto. Contudo, sua vulnerabilidade residia num ponto-chave: até quando persistiria a co-alizão de “donos do poder” e “poder dos donos”? Em outros termos, até quando teria espaço e fôlego “o poder sem donos” da Sudene e, obviamente, o Projeto modernizador que a justificava? Como a história não tardaria a comprovar, até que as duas forças, entre as quais ela atrevidamente se metera, se tivessem servido da sua seiva reformista e convertido sua contribuição em mísera “modernização conservadora”.

De todo modo, a Sudene “ganhou foros jamais atribuídos a uma instituição pública no Brasil...” (assim anotou Otamar de Carvalho, na obra citada). De fato, e como por descuido, conseguiu-se dotá-la de uma surpreendente pletora de instrumentos. Ela contava com *instrumentos normativos* de peso (a começar da sua própria lei de criação, das leis de cada uma das etapas do seu Plano Diretor, bem como dos dispositivos legais de articulação executiva das “ações regionais” e “regionalizadas”).



Em outros termos, até quando teria espaço e fôlego “o poder sem donos” da Sudene e, obviamente, o Projeto modernizador que a justificava? Como a história não tardaria a comprovar, até que as duas forças, entre as quais ela atrevidamente se metera, se tivessem servido da sua seiva reformista e convertido sua contribuição em mísera “modernização conservadora”.



5 Cid Sampaio (1959-1963), em Pernambuco, e Juracy Magalhães (1959-1963), na Bahia, por exemplo.

Ela detinha *instrumentos financeiros* sem paralelo (dentre os quais, recursos orçamentários, parcela fixa e não redutível da renda tributária da União, parcela de recursos do Fundo dos Ágios, recursos cambiais, incentivos fiscais, incentivos financeiros, recursos de apoio à pesquisa e recursos de apoio a situações emergenciais). Ela dispunha de inusitados *instrumentos administrativos* (desde a autonomia gerencial e o trabalho conjunto com o então DASP – para mobilizar os recursos humanos requeridos temporariamente, o que lhe permitia manter pequena a própria estrutura burocrática). Enfim, ela se valia de *instrumentos operacionais* singulares (facultando-lhe firmar contratos e convênios de cooperação técnica e financeira com entidades estrangeiras e internacionais, e concentrar suas atividades em grupos de trabalho específicos e temporários).

Rede de atores

Logo o enfrentamento dos desafios centrais do Nordeste reclamou da Sudene a montagem de uma *rede de entidades regionais* distintas dela, embora a ela vinculadas. A execução das linhas-mestra do Plano Diretor assim o exigia. Foram, então, constituídas: a Usina Siderúrgica da Bahia – *Usiba*, a Centrais de Abastecimento do Nordeste S. A. – *Canesa*; a Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste – *Caene*; a Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança – *Cohebe*; a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste – *Cerne*; a Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações – *Conesp*; a Empresa de Pesca do Nordeste S. A. – *Penesa*; a Empresa de Artesanato do Nordeste – *Artene*; a Companhia de Colonização do Nordeste – *Colone*; a Companhia Nordestina de Serviços Gerais – *Conesg*; e os Núcleos de Assistência Empresarial (*NAE*) e de Promoção de Exportações (*Promoexport*), entre outros.

Algumas dessas entidades serviram de modelo para a criação de empresas de abrangência nacional (a exemplo do sistema *Ceasa* e da *Sudepe*) e foram, a seu tempo, extintas. Outras foram absorvidas, explícita ou implicitamente, por iniciativas ou políticas nacionais (como a *Caene*, pelo *BNH*, e a *Cohebe*, pela *CHESF*). As demais resistiram até serem tragadas pela voragem da crise de patrocínio, na esteira da debilitação política e operacional da Sudene.

Lenta agonia

O esvaziamento paulatino da Instituição regional teve origem no seu contexto externo, tanto quanto, no seu próprio ambiente interno. Do lado exterior, “os donos do poder” começaram o desmanche pelo Governo Federal (a contar dos primeiros atos e ao longo de todo o período da ruptura democrática, a que esteve sujeito o País, sob a alegação, expressa ou disfarçada, de risco político e de excesso de poder institucional, administrativo e financeiro). E foram, como sempre, acompanhados pelo “poder dos donos” ou, mais precisamente, pelos Governos Estaduais (sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988 e o retorno ao “estado de direito”). Então, a temática regional caiu no desinteresse governamental (nos níveis da União e dos Estados), no desinteresse político (no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais), no desinteresse acadêmico (nas universidades e nos centros de estudos e pesquisas) e no desinteresse social (na imprensa e nas mais diversas entidades privadas). O desinteresse chegou a tal ponto, que, em certos ambientes universitários, abeirou-se da hostilidade, de modo que a simples menção a “questão regional” parecia indecorosa, como se constituísse apelo a uma injustificada “atitude regionalista” (isto é, um retorno à defesa dos interesses espúrios da aristocracia rural ou da burguesia urbana contra a luta dos trabalhadores e da sociedade, como um todo). Nesse meio próprio da reflexão libertária, crítica e criativa, fechou-se o espaço à discussão acerca da correta e imprescindível “abordagem regional”⁶

6 Com efeito, considero “Atitude Regionalista” (AtRt) o interesse (acadêmico ou socioeconômico e político) de visão exclusivamente intrarregional (pouco importando o ambiente e contexto global do país) e intuito de máxima apropriação privada do uso produtivo do espaço territorial. Essa forma de encarar a “questão regional” (do Nordeste, por exemplo) serve tão só a elites míopes e autocentradas (“poder dos donos”, na base, e “donos do poder”, na cúpula). Contra ela se opôs desde sempre a Sudene, “poder sem donos”, empenhada em fazer valer a “Abordagem Regional” (AgRg), cuja perspectiva alcança a “questão regional”, simultaneamente, nas suas vertentes inter-regional (e, portanto, como dimensão espacial da “questão nacional”) e intrarregional, nessa ordem, de modo a propor soluções para o País no seu todo, a partir das encontradas nos espaços regionais que o perfazem. E o mais relevante é que a “Abordagem Regional” surge comprometida com o projeto de edificação de uma sociedade efetivamente justa, solidária, responsável e criativa, valendo-se, para tanto, do uso produtivo do espaço territorial, tomado como meio e não como fim. Celso Furtado, em livro de 1984 (“Cultura e desenvolvimento em época de crise”), escreveu: “O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que

Do lado interno, o esvaziamento foi-se delineando, na medida em que os dirigentes da Instituição passaram a solapar o poder do seu colegiado, seja apropriando-se de atribuições que seriam dele, seja demovendo-o do debate sobre as grandes questões e políticas estruturantes da Região, seja não inventando, e mesmo descartando, qualquer mecanismo de conquista do apoio político da sociedade regional. Ora, se repousava no Conselho Deliberativo a vontade política regional – a verdadeira face da Sudene, enquanto “*poder sem donos*” –, a transferência para a sua Secretaria Executiva do que ainda restava de autoridade e energia, não somente revertia a Instituição aos limites de um órgão inexpressivo, como, acima de tudo, ampliava sua vulnerabilidade e risco de extinção. Foi um erro capital de que poucos se deram conta e ainda menos se fizeram ouvir.

Resistência heroica

O último alento ocorreu no alvorecer da “*Nova República*”, quando a Sudene conseguiu a aprovação, no Congresso Nacional, da Lei nº 7499, de 25.06.1986. Sancionou-se então “*Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*”, estruturada em função de um “*projeto social subjacente*” e, portanto, um passo à frente da até então seguida “*Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*” (elaborada pelo GTDN e seguida desde 1959). Os embates, porém, do processo constituinte, iniciado naquele ano, absorveram as energias remanescentes na Instituição, que bem pouco pôde avançar, além de haverem desmobilizado os estados da convergência em torno da conquista de meios para a superação da persistente “*Questão-Nordeste*”.

Em 1990, veio a público um documento sob o título de “*Modernização regional em curso: 30 anos de Sudene*”. Nele se reconheceu expressamente que “*a limitação dos resultados (socioeconômicos) acabou levando a uma ruptura do pacto político regional, fiador e sustentáculo do projeto de transformação do Nordeste concebido ao final dos anos 50*”. Mais adiante, a análise destacou: “*Considerado sob o aspecto político, o Nordeste aparenta um poder enfraquecido. Não se apresenta mais ante a*

satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.” Nisso consiste a obrigatória “*Abordagem Regional*”.

Nação brasileira como uma coalizão de vontades, em torno de um Projeto de Desenvolvimento Regional. E, na medida em que uma região se configura, no essencial e institucionalmente, como vontade coletiva, organizando seu espaço de ocupação demográfica e econômica, a quebra do pacto político compromete a sobrevivência dela. A propensão, hoje constatada, é no sentido da negociação individualizada e direta de cada Unidade Federativa com o poder central da União. É uma atitude de repercussões nefastas para o Nordeste”. Ademais, advertiu o documento, “não é de estranhar que – se o grande esforço coletivo, realizado nos últimos decênios, somente conseguiu fazer o Nordeste chegar a 18,8% da formação bruta de capital fixo do Brasil (em 1983) – as negociações isoladas façam cair esse índice. A impressão individual é de êxito nos acordos feitos. No entanto, afora os desgastes que tais acertos implicam, o balanço final revela que, no conjunto, a Região nada ganha de acréscimo.”

Apesar das adversidades próprias da sua inserção na estrutura político-institucional bipolar do País, a Sudene deixou uma expressiva herança de realizações, que atestam haver cumprido, em boa parte, os papéis dela esperados. Isso, tanto na perspectiva macrorregional (contribuindo para completar a integração do Nordeste na economia brasileira, assim como para a mudança do eixo da economia da Região), quanto nos mais diversos segmentos intrarregionais: informacionais, econômicos (infra-estruturais e produtivos), sociais, culturais e gerenciais, entre outros. Se, pois, hoje – como Tania Bacelar não se cansa de insistir – o Nordeste é hoje bem diverso, bem melhor, bem mais resiliente e bem mais promissor do que o diagnosticado pelo GTDN, a Sudene teve, nessa mudança e avanço, um indiscutível e decisivo papel. Tanto que o reconhecimento dessa experiência vitoriosa induziu o jurista e cientista político Paulo Bonavides a propor, na Constituinte de 1986-88, a organização do Brasil como “*uma federação de regiões*”. Para “*os donos do poder*” e “*o poder dos donos*”, essa revolução não passava de completa insensatez.

Rejeição de corpo estranho

É certo que, por sua índole (de instituição não-ordinária) e suas circunstâncias (de inserção em um modelo sócio-político de centralização autoritária e descentralização subserviente e, pois, avessa a instâncias de intermediação política), a Sudene não poderia mesmo ter vida longa nem, muito menos, permanente. Isso foi ressaltado por Otamar de Carvalho, no seu referido livro, onde comparou as experiências do

Sul da Itália e do Nordeste do Brasil: “A ‘Cassa (per il Mezzogiorno)’ e a Sudene” – anotou ele – “foram organizadas segundo concepção muito avançada para as épocas de suas respectivas criações (1950 e 1959), embora os responsáveis pelos centros de decisão da Itália e do Brasil não se tenham apercebido das dimensões que elas poderiam alcançar no quadro da administração e dos efeitos que poderiam provocar sobre as entidades localizadas em suas áreas de jurisdição. Criadas como instituições extraordinárias e, portanto, com vigência limitada no tempo, a ‘Cassa’ e a Sudene já poderiam ter sido extintas. Tal falta de percepção sobre o alcance dessas Organizações contribuiu, entretanto, para que seu esvaziamento se processasse de forma mais lenta e sem permitir sua extinção formal”.

Otamar, porém, arrisca “admitir que a intervenção extraordinária em regiões deprimidas tende a diminuir de intensidade e a mudar de direção quando as áreas que se busca desenvolver começam a caminhar de forma mais autônoma, gerando, em consequência, menores problemas para os centros de decisão nacional”. No caso específico do Nordeste, a intermediação da Sudene serviu para a pacificação das reivindicações em massa do “poder dos donos”. Para “os donos do poder”, o serviço estava feito. O golpe final, qualquer que fosse a justificativa alegada, viria sem comoção, sem trauma.

Alívio e saudade

A extinção da Sudene (pela MP 2145, de maio de 2001) foi um lance de esperteza política, ao remover os restos da incômoda cunha introduzida no modelo bipolar brasileiro. Mas, foi também o atestado da falência do projeto institucional do GTDN, reduzido que estava a um órgão federal, sem recursos efetivos para dar conta da missão original e sem respaldo político local para uma reversão do seu quadro de vacuidade. Assim, confinada nos limites exclusivos do estado e destituída de vínculos explícitos com os segmentos sociais que poderiam reclamar sua permanência, já não era a expressão institucional da região Nordeste, já não materializava a poderosa vontade política de outrora. Evadira-se a alma, restando apenas um rótulo a evocar saudade.⁷

7 Perpetrou-se o gesto derradeiro ante a omissão e o silêncio das mais destacadas lideranças políticas da Região, como, por exemplo, o vice-presidente da República, na oportunidade, ex-membro do Conselho Deliberativo, na condição de Governador de

A Sudene do GTDN (!) resistiu 42 anos. Foi quase o tempo que os romanos levaram para conquistar a Bretanha. E, pode-se dizer, foi varrida pelas mesmas razões. Com efeito, escreveu Edward Gibbon, em *Declínio e queda do Império Romano*: “Ao cabo de uma guerra de cerca de quarenta anos, empreendida pelo mais obtuso (Cláudio), continuada pelo mais dissoluto (Nero) e concluída pelo mais tímido de todos os imperadores (Domiciano), a maior parte da ilha foi submetida ao jugo romano. As diversas tribos de bretões tinham bravura, mas não comando; amor pela liberdade, mas não espírito de união. Tomavam armas com selvagem arrebatamento; depunham-nas ou voltavam-nas umas contra as outras com selvagem inconstância; e enquanto lutaram separadamente, foram subjugadas uma após outra.” Não se poderia descrever melhor a derrocada do “poder sem donos” que a Sudene encarnou, nesta porção do Brasil.⁸



A Sudene do GTDN (!) resistiu 42 anos. Foi quase o tempo que os romanos levaram para conquistar a Bretanha. E, pode-se dizer, foi varrida pelas mesmas razões.



Outra história

Em 2007, depois de cinco anos de fatigante maratona, no âmbito do Poder Executivo e no Congresso Nacional, chegou-se à aprovação da Lei Complementar nº 125 (de 03.01.2007), que recriou a Sudene. Contudo, a mais ligeira análise evidencia uma infinita distância entre a Instituição histórica e o Órgão atual. Os condicionantes, em todas as vertentes consideradas, são inteiramente diversos e, pior, adversos às melhores expectativas sociais. De modo que não bastarão o idealismo, o denodo, a criatividade, a qualificação, a persistência e mesmo o heroísmo dos

Pernambuco, bem como de Ministro da Casa Civil e Ministro da Educação e Cultura; dois Governadores de Estado (o do Maranhão e o da Bahia), que haviam ocupado o cargo de titular (Superintendente) da Secretaria Executiva; e dois outros ex-superintendentes (em cargos políticos de relevo, na Paraíba e em Pernambuco), que também se esquivaram de tomar o partido da Sudene, cuja missão e herança lhes coube, por um tempo, defender. Sem falar da contribuição do então Ministro da Integração Nacional (empresário e político do Rio Grande do Norte), a quem a Sudene era vinculada.

8 Uma análise cuidadosa da extinção da Sudene foi realizada por Luciléia Aparecida Colombo, na tese de doutorado, depois convertida em livro e editada, em 2015, sob o título de *“A Sudene no sistema federativo brasileiro: a ascensão e queda de uma instituição.”*

servidores da Sudene da atualidade, merecedores, por isso mesmo, de admiração e reverência. Eles fazem um trabalho notável. Mas, a ela falta o essencial: o poder... a energia criadora... a autoridade coletiva... a vontade política. E, no vazio contextual em que tem de operar, por mais que lhe sobrem *ideias-força*, onde o poder efetivo para soprar-lhes vida? Ela não o tem, de direito e, menos ainda, de fato, nem o representa e, por sua índole, está impedida de resgatá-lo. Porque apenas ela tem a *Questão-Nordeste* como prioridade.

Venceu, uma vez mais, a “*modernização conservadora*”. Triunfaram os detentores de algum mísero quinhão de poder (velhos e novos coronéis, latifundiários, políticos oportunistas, empresários de araque e burocratas marotos), depois de se apropriarem e tirarem proveito dos mecanismos destinados a remover o atraso econômico, social, político e cultural da Região. Com isso, deixou-se escapar a oportunidade histórica de aprofundamento e avanço (ou, quando nada, de consolidação) das propostas, hoje tão em voga no País, de desburocratização, transparência, moralidade, ênfase na efetividade das iniciativas públicas, compromisso com autênticas posturas republicanas, justiça e inclusão social, integração socioeconômica e territorial horizontalizada e real abertura democrática, ideais só alcançáveis na vigência de um genuíno “*poder sem donos*”.

Referências

ALMEIDA, Rômulo – **Planejamento do combate às secas**; Rio de Janeiro, Assessoria Econômica da Presidência da República/Comissão Incorporadora do BNB, 1953.

BRASIL.Sudene – **Modernização regional em curso**: Trinta anos de Sudene; Recife, Sudene, 1990.

BURSZTYN, Marcel – **O poder dos donos**: Planejamento e clientelismo no Nordeste; Marcel Bursztyn; Petrópolis, Vozes, 1984.

CARVALHO, José Otamar de – **Desenvolvimento regional**: um problema político; José Otamar de Carvalho; 2ª ed. – Campina Grande, EDUEPB, 2014.

COHN, Amélia – **Crise regional e planejamento**: o processo de criação da Sudene; Amélia Cohn; São Paulo, Perspectiva, 1976.

COLOMBO, Luciléia Aparecida – **A Sudene no sistema federativo brasileiro**: a ascensão e queda de uma instituição; Luciléia Aparecida Colombo; Recife, Sudene, 2015.

FAORO, Raimundo – **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro; Raimundo Faoro; 2ª ed., Porto Alegre, Globo, 1975.

FURTADO, Celso – **O Brasil pós-milagre**; Celso Furtado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

– **Cultura e desenvolvimento em época de crise**; Celso Furtado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GIBBON, Edward – **Declínio e queda do império romano**; Edward Gibbon; ed. Abreviada; São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

HILHORST, Jos M. G. – **Planejamento regional**: enfoque sobre sistemas; Jos M. G. Hilhorst; Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de – **Elegia por uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes; Francisco de Oliveira, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

José Ramón García Menéndez

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

"Os termos "coerência", "dignidade", "compromisso", "honestidade intelectual", "ambição teórica", "serviço público", "talento", "sensibilidade social", "dedicação" ... são termos que podem ser conjugados simultaneamente como formulados por Furtado, talvez com contradições, mas sem hipocrisia intelectual. A última lição do professor para o aprendiz".

”

Celso Furtado y el impulso de la razón

José Ramón García Menéndez¹

1. A modo de introducción

“No hay hombre sin proyecto”

J. P. Sartre

Eric Hobsbawm nos advirtió del riesgo que se produce cuando caracterizamos una personalidad muy singular o leemos con pasión un texto porque, casi sin darnos cuenta, nos precipitamos en el insondable abismo de la reconstrucción. Incluso si el ánimo tiende a no deformar conscientemente, las interpretaciones se realizan fuera del espacio y el tiempo histórico del contexto. Los riesgos son aún mayores si en la ecuación se introducen testimonios personales, juicios de valor y vectores ideológicos, especialmente cuando se trata de científicos sociales de relevancia analítica e influencia académica y política.

Las aproximaciones meritocráticas y hagiográficas se inclinan por visiones complacientes y acríticas. Las que plantean reflexión y debate, pueden orientar al equívoco, a la confusión. Soy consciente de las limitaciones y cautelas que aporta la reconstrucción testimonial de un intelectual de la talla de Celso Furtado (1920-2004) como contribución a la deuda de gratitud contraída con una obra y trayectoria muy singular que se cruza con la propia en momentos cruciales..

El objetivo de esta aportación consiste en aproximar Furtado y su obra al contexto histórico de referencia delimitado en parte por la

¹ Doctor en Economía por la Universidad de Santiago de Compostela (USC); Profesor Titular de Economía Política (Universidad Santiago de Compostela, desde 1979); Master en Desarrollo Económico por CEPAL (Santiago de Chile, 1984); Master Relaciones Internacionales y Geoestrategia por ASEGI (Montevideo, 1988); Autor de numerosos libros y artículos en revistas especializadas; Miembro del Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para el Desarrollo (desde 2014).

experiencia vital y profesional del relator. Se trata, por supuesto, de instantes, cruce de caminos, fogonazos de la memoria..., algunos de ellos poco conocidos que revalorizan la amplia trayectoria del maestro. Mientras redactaba esta contribución al homenaje a Furtado en el centenario de su natalicio, he realizado mi propio examen retrospectivo desde mi inesperada salida de Uruguay, en 1973, hasta la actualidad y cómo el destino (o el azar) te va guiando por senderos en los que coincides con otros caminantes que, sin pretenderlo, van marcando y modelando la propia trayectoria.

Después de recordar las oportunidades en que coincidí fugazmente con Furtado me siento como aquel aprendiz persa que acudió al joyero del emir para que le enseñara el arte de orfebrería. El maestro le entregó una piedra para que la mantuviera con el puño cerrado, sin abrirlo, durante un año. Cuando transcurrió el año, el aprendiz volvió al joyero con el puño cerrado para iniciar el aprendizaje de la joyería. El maestro, en cambio, le pidió que siguiese con la piedra en el puño otro año más..., y otro..., y otro..., hasta que el aprendiz, totalmente enojado, protestó al orfebre por lo que parecía una broma grotesca. Mientras el aprendiz mostraba su disgusto, el maestro le abrió el puño y se lo volvió a cerrar sin que el aprendiz se diera cuenta. Pasados unos minutos de quejas, el aprendiz se calló de repente y, con tono de sorpresa dijo: “Maestro: ¡Usted me ha cambiado la piedra; no es la misma...!” El maestro artesano le replicó: “Ahora, muchacho, ya estás preparado para la primera lección”.

Así me he sentido después de releer el presente texto. Una lectura nostálgica y apasionada, supongo, que también interpreta y reconstruye. Por eso, como científico social y docente universitario, han pasado casi cinco décadas de trayectoria personal en los que los cruces personales y circunstanciales con Furtado y su obra, contribuyeron a mantener mi puño vocacional apretando el mismo objeto hasta que aprendí que lo importante no era la piedra sino la mano. Y, también, amigos y colegas con los que he compartido ilusiones y recuerdos.

Finalmente, tras la lectura del texto confirmé que los términos “coherencia”, “dignidad”, “compromiso”, “honestidad intelectual”, “ambición teórica”, “servicio público”, “talento”, “sensibilidad social”, “dedicación”... son términos que se pueden conjugar simultáneamente como formuló Furtado, quizás con contradicciones pero sin hipocresía intelectual. La última lección del maestro al aprendiz.

2. Celso Furtado / Helder Câmara: del azar a la causalidad

“En busca de luz, un río nació”
Vinicius de Moraes

La primera vez que tuve noticia de Celso Furtado fue en 1969. Pocos meses antes de que fuera clausurado por el gobierno de Pacheco Areco, el vespertino “Extra” publicó en exclusiva la única entrevista que Goulart, derrocado por el golpe militar de 1964, concedió a un medio informativo uruguayo en su refugio de San Carlos, muy próximo a Punta del Este. La extensa chacra de Tacuarembó, propiedad de Goulart, se había convertido en una de las principales productoras de arroz del Uruguay. La entrevista titulada “Jango Goulart rompe el silencio” representa una dura denuncia del intervencionismo norteamericano en el golpe de 1964. En una de las respuestas cita a Celso Furtado, uno de los artífices de la política económica del período, como valuarre del gobierno, según Goulart, para implementar la reforma agraria, las nacionalizaciones y la normalización de relaciones con Cuba. En otro momento de la entrevista, Goulart se refiere a Sudene como uno de los logros institucionales del reformismo de la época y, también, a Helder Câmara como uno de los líderes carismáticos de la oposición interior a la dictadura.

Uruguay se había convertido, desde 1964, en tierra de asilo para muchos brasileiros. Goulart (al igual que su cuñado Brizzola, residente en la localidad de la Atlántida) manifestó su preocupación por la deriva autoritaria del país de acogida. Quizás intuía que ambos eran la diana de los servicios uruguayos de inteligencia militar que prepararon un informe sobre “los contactos comunistas de Jango y su familia”. Siete años después, Goulart fallece en extrañas circunstancias en Argentina aunque existen indicios fundados para establecer que fue víctima de un asesinato simulado a cargo de sicarios de la Operación Cóndor.

Cuando salgo de Montevideo, por un azar inexplicable meto en la maleta el recorte de “Extra” con los bordes ajados, las fotografías difuminadas y el papel envejecido por el paso inexorable de los años. A bordo del buque de vapor “Yapeyú”, en una larga travesía de casi tres semanas (Montevideo-Buenos Aires-Santos-Barcelona), releí varias veces aquel recorte hasta que los nombres de Jango Goulart, Celso Furtado y Helder Câmara resultaron, desde entonces, parte reconocible de mi juventud. Pero lo que no podía anticipar, en 1973, que pocos años después conocería personalmente a Helder Câmara y, en notables ocasiones

posteriores, al maestro Celso Furtado en circunstancias que ilustran lo que J.A. Schumpeter denominaría “espíritu de época” y que será el objeto principal de la presente contribución.

En este sentido, el testimonio personal me permite rememorar encuentros y personalidades que -pivoteados por la figura y obra inmensas de Celso Furtado- jalonan la trayectoria académica y profesional de un joven uruguayo, de ascendencia asturiana, que sale de su país en un amargo momento para rehacer sus estudios de Economía en la Universidad de Santiago de Compostela (de la que es doctor y profesor titular desde 1979).

En 1973 inicio una colaboración estable con el diario “La Voz de Avilés” (ahora “El Comercio”), en la coordinación del suplemento literario y con las páginas abiertas para colaboraciones de índole económica y de ámbito latinoamericano. El ambiente en la redacción era bohemio pero magnífico (Rafa Alcaine, Fernando Poblet, José Javier Fuentes, Pepe Galiana, J. M. Urbano, Mario Bango, Javier Cuartas...) En talleres, vieja linotipia, Gutenberg resucitado entre tipos de madera para títulos y piezas de plomo recalentado para texto en columnas enfiladas... Sala de teletipos repicando sobre papel continuo y campanillas a distancia para noticias explosivas... . Fobia a la autocensura, café, periodismo vocacional, con oficio y sin carné. Para un grumete como yo, ¡qué mejor escuela de periodismo!

Un día, el director Esteban Greciet, conociendo mi predilección por los temas de ámbito latinoamericanos, me encarga que acuda a una rueda de prensa de un obispo brasileiro en Oviedo. Para el director era un asunto de poca relevancia informativa pero desde la secretaria (Ceferino de Blas) del arzobispo Tarancón solicitaba la presencia del diario avilesino. El clérigo era monseñor Helder Câmara de camino a Escandinavia en una de sus frustradas tentativas para alcanzar el premio Nobel de la Paz.

Tras la conferencia de prensa mantuve una entrevista con “el arzobispo rojo”, una significativa personalidad de resistencia a la dictadura. Recordó que su nombramiento para archidiócesis de Recife-Olinda coincide con el golpe militar de 1964. Víctima de varios atentados de los paramilitares que asume con resignación. Sucumbe al dolor hasta las lágrimas cuando recuerda el secuestro y asesinato, en 1969, de su colaborador el padre Pereira Neto: torturado, mutilado, castrado, asesinado con una bala en la garganta y tres en la cabeza y, para mayor escarnio de familia, amigos y fieles, expuesto públicamente durante horas. Los

asesinos integraban el conocido Comando de Caza de Comunistas. “Así es lo cotidiano en mi país: la caza impune del hombre por el hombre...”, declaró Helder Câmara. Sin embargo, el arzobispo se enfrentó no sólo con la dictadura militar sino, también, con el Vaticano hasta el punto que, mientras cuidaba a los pobres se le consideraba filántropo, en cuanto se preguntaba por qué existía la desigualdad era considerado “comunista”. “Pero yo soy un sacerdote prescindible... los grandes destinos son Julio y Celso Furtado...”

Al conocer mi tarea como profesor de Economía, la conversación pasó a estar centrada por la trayectoria de Furtado. “A mí me han llamado de todo: rojo, comunista, *filho do demo...*; para unos soy tibio y para otros un peligroso revolucionario..., hasta algunos consideran que soy ¡un humanista marxista!; hasta el mismo Furtado me adscribe a una corriente muy brasileira que denomina *isebiana*” ¿Qué significa ese término, monseñor? “Es un calificativo usado en la jerga profesional y burocrática de Brasil que significa disponer de un espíritu de reforma, un término que supera al mero posibilismo por su profunda aspiración de cambio, en remover estructuras anquilosadas” Pero, ¿por qué ‘isebiano’? “Ah, sí... por el espíritu reformista con el que se desarrolló el Instituto Superior de Estudios Brasileiros (ISEB), especialmente con el gobierno de Kubitschek y con la impronta de Celso Furtado”.

Helder Câmara recordó la realidad del Nordeste durante décadas: sequías prolongadas, creciente desertización, éxodo..., otras veces inundaciones devastadoras. En su etapa sacerdotal en Rio, el prelado ya había teorizado sobre la situación de “colonialismo interno” en el cinturón de favelas de la ciudad con mucha antelación a la obra de González Casanova. En el Nordeste, se reafirma en el diagnóstico y propone la organización de un encuentro de alto nivel para transformar el ‘Plan Esperanza’ de ayuda inmediata en un plan estratégico de desarrollo integral elaborado y supervisado por la Superintendencia del Desarrollo del Nordeste (Sudene). “El Nordeste necesitaba un plan que no fuera diseñado por tecnócratas porque requería el cálculo de los altos costes sociales del atraso; en caso contrario, lo mejor sería pedir a los norteamericanos un programita de Alianza para el Progreso que por cada dólar de ayuda te cuesta diez dólares de deuda y un muerto”

¿Quién mejor que Celso Furtado para encabezar el proyecto?, se pregunta. Helder Câmara conocía desde años atrás la labor de Furtado al frente de la División de Desarrollo Económico de la CEPAL y como

el cerebro económico del equipo de J. Kubitschek. El mismo Furtado había sido el motor del enlace BNDES-CEPAL y el artífice, en 1959, de la creación de Sudene. Helder Câmara apreció que las políticas desarrollistas habían impulsado el crecimiento económico de Brasil hasta tasas próximas al 8 por ciento al final de la etapa JK. Sin embargo, dicho crecimiento era patológico (volatilidad del dinamismo exportador, vulnerabilidad inflacionaria y financiera) y asimétrico territorialmente. Un plan estratégico liderado por Furtado que hubiera asimilado las debilidades del desarrollismo precedente podría, en opinión de Helder Câmara, plantearse el desafío estructural de rescatar el Nordeste de la postración secular. A pesar de los anémicos resultados del primer plan de Sudene y los preparativos del segundo, las expectativas quedaron arrasadas por el golpe militar de 1964.

Recuerdo que el prelado comentó las aleccionadoras parábolas incorporadas en la películas “Dios y el diablo en la tierra del sol” y “Dragón de la maldad contra el Santo Guerrero”, de Glauber Rocha. “Usted es un joven profesor universitario pero tenga presente que el gestor de políticas públicas, por muy preparado y bien intencionado que sea, está como Antonio das Mortes en continua lucha interna, en medio de la realidad del sertón, los espantos del pasado, el peso del poder, la amenaza de los cangaceiros y la rebelión de los oprimidos”.

Cuando nos despedimos, Helder Câmara me pasó su dirección en Recife (Rua Giriquiti) con la promesa de visitar el “paseo del paraíso” en Olinda (Catedral, Capela Dourada y, para celebrarlo, bar O Céu). La última vez que hablamos fue en Santiago de Compostela, en el verano de 1989, cuando encabezó la delegación brasileira en el Encuentro Mundial de la Juventud presidido por Juan Pablo II. Su baja estatura física irradiaba, en cambio, un gran carisma personal. Vestido con una sotana de verano, color café claro, transitaba por las calles ajeno a las multitudes. Tras acompañar a Juan Pablo II en el último tramo del Camino Xacobeo hasta la catedral, Helder Câmara se dirigió al numeroso público brasileiro desde un estrado en un céntrico parque público compostelano, donde se había preparado una gigantesca *feira* popular.

Por su lado, Celso Furtado mantuvo públicamente su respeto por Helder Câmara hasta el final de su trayectoria. En uno de sus últimos artículos (“Confrontaciones ideológicas en Brasil”, *Folha de Sao Paulo*, 11.Dez.2002), Furtado alaba la posición activa de Helder en la promoción desde el Nordeste de un cambio ante los problemas del mundo rural y sus pobladores.

3. Celso Furtado en la Granda (Aviles, 1981)

“La verdad es hija del tiempo, no de la autoridad”
Francis Bacon

Conocí personalmente a Celso Furtado en Avilés (Asturias) en agosto de 1981. Para entender cabalmente el impacto de la visita de Furtado es preciso describir las circunstancias organizativas del encuentro.

Las relaciones entre España y CEPAL se congelaron a partir de 1973, debido al golpe militar en Chile y, tras la muerte de Franco, con el inicio de la transición española hacia la democracia. El secuestro y asesinato de Carmelo Soria, diplomático destinado en CEPAL, en julio de 1976, por parte de la DINA, incrementó la serie de obstáculos que permitieran un fluido intercambio entre funcionarios y, especialmente, de estudiosos de la economía latinoamericana que contaban con serias dificultades para acceder a investigaciones y banco de datos sobre la región. En este sentido, el uruguayo Enrique V. Iglesias, secretario ejecutivo de la CEPAL desde 1972, organizó un “desembarco” institucional en España que se realizó a lo largo de los veranos de 1979, 1981 y 1982.

Para la colectividad asturiana en Uruguay, Iglesias es el máximo referente de una emigración laboriosa. A pesar de celebrarse en 1967, recuerdo nítidamente la comida homenaje que se le brinda a Iglesias en el Centro Asturiano de Montevideo, en su sede de la calle Suárez. Contando 37 años, el brillante contador Iglesias alcanzó la presidencia del Banco Central de Uruguay, uno de los primeros peldaños en una dilatada carrera política e institucional. En cambio, la colectividad asturiana se lamentaba que “Enriquito” (emigrado desde Arancedo, Asturias) nunca alcanzaría la Presidencia del Uruguay porque, según mandato constitucional, quien naciera fuera del país no podía optar a la Presidencia. Por tanto, CEPAL constituía una plataforma institucional como trampolín hacia otros destinos de relevancia mundial.

En las universidades españolas, las posiciones críticas (o, cuando menos, heterodoxas) en Economía se mantenían cercadas por una visión convencional, de raíz neoclásica, que se reproducía de forma acrítica a través de manuales ortodoxos más cercanos a las matemáticas que a las ciencias sociales. Sin embargo, algunos jóvenes profesores universitarios desafiaron los programas oficiales con la incorporación de corrientes de pensamiento crítico como un arma más de lucha contra la

dictadura franquista y, posteriormente, frente al retorno del neoliberalismo monetarista más genuino. En este sentido, la CEPAL se percibía como un verdadero “tanque” de pensamiento y de política económica de ámbito latinoamericano pero con lecciones incuestionables, sin duda, para la periferia europea. Además, en el caso español, las consultas electorales anticipaban una trayectoria ascendente del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) que alcanzaría el gobierno en octubre de 1982.

Para el desembarco institucional de CEPAL, Enrique V. Iglesias aprovechó la creación de la Escuela Asturiana de Estudios Hispánicos por Juan Velarde Fuertes, conspicuo catedrático español que forjó su carrera académica en el franquismo; además, contaba con influencia política en el régimen y un nada desdeñable control de oposiciones a cátedra en la universidad española. La Escuela organizó cursos de verano en La Granda, un peculiar edificio situado en el centro de unas de las principales siderurgias españolas, ENSIDESA, blindado por chimeneas, altos hornos, vías de ferrocarril... La situación protegida de La Granda sirvió como hospedaje de Franco y su séquito en las jornadas de pesca en los ríos asturianos. Este fue, paradójicamente, el escenario de neto sabor corporativo de la dictadura franquista en que se celebró el foro.

Alrededor de la larga y maciza mesa de madera del comedor se sentaron los integrantes del curso sobre “Estructuralismo latinoamericano”: Enrique V. Iglesias, A. Pinto, O. Sunkel, E. Faletto... y otros participantes de relevancia (D. Seers, E. Fuenzalida, A. Bonilla...). Dos años después, en el verano de 1982, Aníbal Pinto, con su inmensa humanidad, volvió dirigiendo un curso sobre “Crisis y vigencia de la planificación”, contando con la intervención de Nuñez del Prado (ILPES) y de Costa Filho.

Dado el éxito del curso de 1979, en agosto de 1981 llegó la plana mayor de la CEPAL, acompañados de otros especialistas regionales: E. V. Iglesias, R. Prebisch, Celso Furtado, F.H. Cardoso, R. Villarreal... El título del foro prometía debates apasionantes durante varias jornadas: “El retorno de la ortodoxia”. El periódico me envió para escribir algunos artículos específicos para completar las crónicas habituales del corresponsal en Gozón (Asturias), Quin de Miranda.

Celso Furtado destacó de una forma impresionante. En todos mis años de asistencia o participación en eventos de este tipo jamás conocí a una personalidad similar. Sobrio, riguroso, afable con los interlocutores más jóvenes, contundente con los más soberbios. Su físico enjuto, quijotesco, al servicio de la expresión justa para el argumento. Furtado,

modesto, se disculpa por su “portuñol” para seguir hablando en un español casi perfecto con algún acento chileno; algunas referencias en francés (exquisito).

Raúl Prébisch ejerció como decano. Su intervención era la de una persona que, a sus 80 años, podía hacer balance de una trayectoria fructífera, científica e institucionalmente. Pero sorprendió al auditorio repartiendo un capítulo ciclostilado con papel reciclado (tan típico de las primeras publicaciones de CEPAL) de su última gran obra aún en prensa, “Capitalismo periférico. Crisis y transformación”. ¿Qué lección de madurez! Con una envidiable lucidez intelectual, Prébisch revisa su propio pensamiento y lo enriquece con autocríticas o confirmaciones de postulados y desarrollos teóricos sobre los que cualquier autor consagrado no correría riesgos.

Las intervenciones de Celso Furtado correspondieron al caso de Brasil que, en ese momento, estaba presidido por el gral. Figueiredo, antiguo jefe de los servicios secretos del gral. Geisel, su predecesor en la Presidencia. A juicio de Furtado, al contrario del resto de Cono Sur latinoamericano, en Brasil no se practica una política monetarista, en sentido estricto. No obstante, la orientación de la industria interna y el proceso de endeudamiento externo generan las mismas condiciones y anomalías que las economías de Chile, Argentina o Uruguay. La internacionalización del circuito financiero en Brasil, según Furtado, lleva inevitablemente a la ortoxia neoliberal de la política económica, impidiendo el control nacional de la economía brasileña. En conclusión, Celso Furtado expone que la ortodoxia monetarista no se impone en Brasil por la influencia determinante de los “Chicago Boys”; en cambio, es la propia política económica periférica la que internacionaliza los tipos de interés y genera la misma situación de vulnerabilidad.

Tras la brillante exposición del ponente siguieron varias preguntas del foro que Furtado respondió con cordialidad. Me gustaría destacar otra vez el interés y la amabilidad cuando respondía a alumnos y jóvenes profesores. Consciente de su influjo magistral, no abusaba de los alardes retóricos. Pero sucedió algo que no fue inesperado para quienes conocíamos el estilo de algunos catedráticos de economía españoles asistentes. El profesor Santiago Roldan, del grupo velardiano, connotado social-demócrata y en la órbita del posibilismo político-económico, cuestiona parte de las conclusiones de Furtado. Para Roldan la ortodoxia neoliberal-monetarista puede ser domesticada con cambios instrumentales: la política económica dispone de instrumentos

disuasorios y compensadores que permitan el control macroeconómico sin necesidad de cambios estructurales.

Celso Furtado tomó unas notas de la intervención del interlocutor pero la respuesta se la dirigió sutilmente a F. H. Cardoso, que permanecía pensativo en su silla. ¿Estaría anticipando mentalmente las directrices del futuro Plan Real? Para Furtado, el tema principal no es, en modo alguno, la eficacia de los instrumentos ni tan siquiera si el problema es el gigantismo burocratizado de la economía. La cuestión principal son las prioridades, el orden de prioridades de la política económica. El problema instrumental puede objetivarse técnicamente en una selección de medios según su impacto político-económico. Pero, ¿debe el *policy-maker* formular esta selección instrumental al margen del contexto socioeconómico? Si implicamos el contexto, ¿cómo vamos a ser capaces de no considerar los juicios de valor? Y si consideramos los juicios de valor, ¿no presuponen la existencia y aceptación de principios? Y los principios ¿deben o no mutar según la coyuntura, el juego de intereses o las condiciones del poder?

Al final, el auditorio guardó un respetuoso (y atronador) silencio roto por R. Prébisch para repetir las palabras de agradecimiento a Furtado en la nota introductoria de *Crisis y Transformación*: “Bien sabemos lo que significa su gran tarea intelectual: nadie ha penetrado con más profundidad en la interpretación del desarrollo. Siempre original e incisivo ha dado su gran prestigio a su cátedra en la Sorbona. ¡Tiene el exilio político sus giros inesperados!”

4. Celso Furtado: el vértigo de la teoría

“Nuestra pasión es rozar el borde vetiginoso de la realidad”
G. Greene

Celso Furtado, por su parte, no ocultó su estima por Prébisch. En las ocasiones en que tuve el privilegio de escuchar en directo a Furtado, siempre hizo referencias de respeto hacia “don Raúl”. A lo largo de los tres volúmenes de su *Obra Autobiográfica* (1997), Furtado nombra a Prébisch en 79 ocasiones, siendo el autor más citado de la obra, seguido del mexicano Juan Noyola (17 veces), amigo personal de Celso y muerto prematuramente en un accidente de avión. En este sentido, los elogios hacia la obra de Prébisch constituyeron, para Furtado, un acto de justicia intelectual de la que fui testigo personalmente durante una estancia en la sede de Santiago de Chile de la CEPAL, de agosto a noviembre de 2001,

cuando asistí a la conferencia “Las raíces de la globalización” con la que Celso Furtado inauguraba la Cátedra Raúl Prébisch. La conferencia transcurrió con la brillantez habitual aunque en el cruce de saludos, al final, a Furtado ya se le notaba cansado aunque sin perder su amabilidad.

Para inaugurar la cátedra no existía nadie más adecuado, y sobre todo en la sede principal de CEPAL, ya que el binomio Prébisch/Furtado constituyó un activo motor de combustión del pensamiento económico latinoamericano que dinamizó el pensamiento y la acción político-económica en la región a lo largo de toda la segunda mitad del siglo XX. Sin embargo, la formación de esa corriente de pensamiento no estuvo exenta de disputas, incluso cercanas al fratricidio intelectual.

En efecto, el debate sobre el (sub)desarrollo en América Latina convocó a los científicos sociales en una esgrima de calificaciones tan agitadas como la evolución de la realidad económica, social y política de América Latina. La aproximación de Furtado a la teoría del desarrollo, al igual que Prebisch o Pinto, fue considerada “neodesarrollista” (Estay); “exogenista” (Gilbert); “dualista” (Laclau)... Los calificativos, en realidad, eran caras del complejo poliedro de la obra furtadiana. El análisis de las dicotomías entre sociedad arcaica (tradicional, agraria, estancada...) y sociedad moderna (dinámica, industrial, progresiva...), tanto en el plano histórico como estructural, generaba una dialéctica que puede resolverse mediante soluciones simplificadas como es el caso de las teorías convencionales del desarrollo por etapas (Rostow) o del trasvase de mano de obra (Lewis); o propuestas más ricas en matices históricos como las de Furtado que, como mantuve en otro texto, superó los límites de la analítica desarrollista con la revalorización heurística del “enfoque cultural” que aporta, a mi juicio, una redimensión paradigmática de toda la obra furtadiana.

No sorprende que, desde esta perspectiva, las marcas “dualista”, “exogenista”, “desarrollista”..., sean abandonadas pronto hasta el punto que el tiempo histórico no ha detraído razón a su obra. Ya F. de Oliveira -en entrevista concedida a Rideti y Mendes-, se refiere al joven Furtado como economista moderno, no tecnocrático, un intelectual de tipo calvisnista, firme en sus principios (fenómeno raro en Brasil), como lo definió Gilberto Freyre, que consiguió actuar en el gobierno rodeado de coroneles con mentalidad colonial. El mismo Oliveira señala que el abuso de la “etiqueta” dualista para caracterizar las teorías de Furtado de una forma peyorativa se debió al trato injusto generado desde el Centro Brasileiro de Pesquisas e Planejamento (CEBRAP).

En este baile de adscripciones, pudiera parecer paradójico que Furtado fuera posicionado en la corriente marxista de las ciencias asociales en América Latina. En mi opinión, esta adscripción no es tan descabellada como algunos críticos pudieran denunciar. En un sentido filosófico y epistemológico, tengo la convicción después de leer con detenimiento la obra de Furtado y, también, de seguir exposiciones orales en las privilegiadas ocasiones en que coincidimos que Furtado fue un científico social con un aparato metodológico y analítico propio del marxismo (o, mejor, de la crítica de la economía política convencional). Incluso diría más: Celso Furtado, políticamente, fue un marxista *malgré lui*. En palabras de L.W. Vita de un año tan temprano como 1967 (Celso tenía 47 años), Furtado tiene el alma de científico social en el centro-izquierda del marxismo brasileiro, al lado de J.A. Haddad y de O. Ianni. Este trío no milita ni en el desarrollismo ortodoxo ni en la columna troskista: simplemente, pertenecen a la inteligencia del “marxismo inquisitivo y perplejo”.

Al respecto, debo recordar los lúcidos términos de la conversación que mantuve con Wilson Cano en la mesa de trabajo de Instituto de Economía de la UNICAMP, en agosto de 2003. Había conocido a Wilson en una maestría de la CEPAL, “Problemas de desarrollo en América Latina”, en el segundo semestre de 1984 y celebrado entre Madrid y Santiago de Chile. Este curso constituyó una oportunidad inolvidable por las cenas y tertulias con una parte de la élite latinoamericana de las ciencias sociales (W. Cano, A. Gurrieri, Luiz C. Marinho...).

Desearía recordar, en este momento, la alta figura de Samuel Lichtensztein, una personalidad muy similar a la del maestro Furtado y conectada con mi trayectoria personal. Cuando tuve que irme de Uruguay, en 1973, Luichtensztein era Rector de la Universidad de la República sitiada por las fuerzas del orden tras la caída de Líber Arce. Refugiado en México durante la dictadura militar, Samuel profesó en varias universidades mexicanas y en el CIDE, publicando varias obras sobre teoría de la política económica, la misma disciplina de la que yo era profesor universitario en España. Recuperada la democracia uruguaya, Lichtensztein volvió al rectorado de la Universidad de la República y ocupó el cargo de Ministro de Educación y Cultura con el gobierno de Sanguinetti. Fallecido en el 2018, Samuel, sin tener la obra intelectual ingente de Furtado, siempre me recordó (por su honestidad intelectual, su sobriedad y afabilidad con los más débiles) al maestro.

Volvamos con Wilson Cano. Su conocimiento de la política económica de Brasil y de América Latina es impresionantemente. Después de

invitarme a almorzar en el comedor universitario (incluido un inolvidable batido helado de mango) me dedicó personalmente “Soberanía e política econômica na América Latina”, balance definitivo sobre las consecuencias de las políticas de ajuste neoliberal en la región. Durante nuestra conversación Wilson me señaló que la obra de Celso Furtado tenía un peso específico crucial en el programa sobre “Estratégias de Desenvolvimento” que impartía el Instituto que Wilson Cano dirigía en el Instituto.

Los “dependentistas” que se centraron críticamente en el dualismo y desarrollismo cepalino reconsideraron sus posiciones a lo largo del tiempo. En la medida que la madurez del enfoque de la dependencia se alcanza, el “parricidio intelectual” sobre las visiones cepalinas perdió impacto hasta que el propio A. Gunder Frank me reconoció, en la Universidad de Santiago en julio de 2004, que el “núcleo duro” del enfoque de la dependencia había abusado de la crítica desproporcionada como una fórmula de avance en la interpretación del (sub)desarrollo en América Latina ante la influencia institucional cepalina (Prébisch, Furtado, Pinto, Sunkel) y la diversidad ideológica y analítica de los autores implicados (Cardoso, Faletto, Marini, Theotonio dos Santos, Stavenhagen...)

El mismo Gunder Frank escribió un sentido artículo para el homenaje a Furtado compilado por Theotonio dos Santos con un título suficientemente expresivo: “La dependencia de Celso Furtado”, en el que subraya la ascendencia de Furtado sobre toda la escuela. Gunder Frank, haciendo gala de su honrestidad intelectual, pidió públicamente disculpas a Celso Furtado por cambiar, sin su permiso, el título de un trabajo del autor.

Albert Hirschman es una referencia inexcusable de admiración hacia la obra de Furtado. Como tuve oportunidad en relatar en otro texto, es posible que Hirschman y Furtado se encontraran en Italia en la II GM, cuando Furtado estuvo destinado en la Fuerzas Expedicionarias brasileiras. Incluso la coincidencia pudo haber sido Monte Castelo, en Nápoles o en la Toscana. Hirschman, amigo personal de Pietro Nenni, tenía círculos de amigos intelectuales en Italia, muchos de ellos por conocimiento de Eugenio Colorni, casado con una hermana de Hirschman, que culminó su doctorado en Economía en Trieste. Albert se interesó en aquella época por la metodología económica tras conocer a Geymonat. Cuando Hirschman se traslada a América queda impensado por las primeras obras de Furtado sobre estudios del desarrollo. Cuando publica

Journeys Toward Progress, en 1963, dedica el libro a Celso Furtado y al político colombiano Carlos Lleras Restrepo. Hirschman consideraba a Lleras el político reformista que, en Colombia, podía representar el papel de Juscelino Kubitschek destinado a aplicar las políticas reformistas representadas por Celso Furtado. En este sentido, Hirschman expresó el favorable impacto que produjo la creación de la Sudene como parte de la obra institucional de Furtado.

5. Furtado: talento y compromiso

“El talento es un inquilino en la casa del genio”
A. O’Malley

En 2004, existía un amplísimo consenso académico y profesional para revalorizar la figura y obra de Celso Furtado. El economista fue no sólo un pionero de las teorías del desarrollo en un tiempo histórico en el que los estudios sobre desarrollo/crecimiento (incluso en el seno de la propia CEPAL) estaban al servicio de la industrialización de las economías latinoamericanas a través de la sustitución de importaciones, sino también incorporar nuevos enfoques para enriquecer las respuestas requeridas por la realidad socioeconómica. En efecto, la estrategia desarrollista contaba con prioridades de las políticas públicas al mismo tiempo que el Estado promotor asumía la dirección técnica preferente respecto al conjunto de factores extraeconómicos. Sin embargo, Celso Furtado constató con lucidez crítica que estas variables, especialmente las de rango cultural, no constituían una rémora analítica sino, al contrario, redimensionaban el objeto de estudio con nuevas perspectivas en la “dialéctica del desarrollo”.

Sin duda, la intersección de los planos epistemológico y metodológico con la teoría crítica del desarrollo es de una gran densidad intelectual pero Celso Furtado lo resolvió con maestría, incorporando al análisis su amplio y rico *background* académico (marxismo, institucionalismo, estructuralismo...). Desde la economía crítica, Furtado no sólo aportó respuestas sino que, además, las articuló con nuevas interrogantes acordes con la evolución de las formaciones socioeconómicas más próximas a su experiencia y del proceso de globalización mundial que muta sus parámetros de funcionamiento sistémico -con frecuencia, de forma brusca e inesperada.

En conclusión, en 2004, Furtado presentaba una trayectoria curricular, científica, académica, institucional de imposible parangón en un

economista (o, mejor, en un científico social ‘renacentista’) reflexivo y lúcido a sus (entonces) ochenta y pico de años. Además, a su propio bagaje acumulado en una dilatada trayectoria intelectual, se añadía que Furtado era el máximo representante actual, sin discusión posible, del dinamismo e influencia de lo que podríamos denominar “historia del pensamiento económico latinoamericano”. Era ya el momento del reconocimiento convencional del Premio Nobel de Economía.

En este sentido, los profesores mexicanos Arturo Guillén y Gregorio Vidal nos convocaron a los integrantes de la Red Eurolatinoamericana de Estudios sobre Desarrollo (actualmente conocida como Red Celso Furtado) para celebrar el III Congreso Internacional sobre Desarrollo Económico, en respuesta a la invitación cursada por uno de los más reconocidos miembros de la Red, el prof. Theotonio dos Santos. Aparte de los tópicos congresuales habituales en una reunión de economía crítica, las sesiones de 2-4 mayo de 2004 se dispusieron como un gran homenaje de colegas y discípulos a Celso Furtado, como plataforma de la candidatura de Celso Furtado al Premio Nobel de Economía 2004.

La cuestión no era irrelevante. Desde el primer galardonado, en 1969, hasta 2003, solamente recibieron tal distinción economistas científicamente convencionales, ortodoxos, apologetas o, al menos, conservadores respecto al *status quo* sociopolítico vigente y, por cierto, ninguna mujer economista en tan abigarrado y anglosajón listado. Desde diversas plataformas académicas, políticas e institucionales se consideraba que la corriente de pensamiento de economía política crítica (que surge de los clásicos al igual que la corriente liberal-neoliberal) requería un reconocimiento en la historia del pensamiento. Quienes defendían la candidatura de Furtado eran los mismos (especialmente los más veteranos) que postubán desde la década de los 80 del siglo pasado a economistas críticos pero la Academia hizo gala de su fobia hacia la teoría económica heterodoxa y no vió suficientes méritos en la candidatura de Celso Furtado.

El testamento intelectual de Furtado, fallecido en 2004, lo ofreció personalmente en dicho congreso, departiendo afablemente con colegas y discípulos en una “despedida” anunciada. Y, también, en la larga entrevista concedida a José Mariani, director del documental-cinebiografía “O longo amanhecer” (2004). Con la participación de las planas mayores de los científicos sociales de Brasil y América Latina, el documental ilustra un intenso relato de cinco décadas de historia económica, social y política del “gigante brasileiro” en el contexto de

latinoamericano y en el actual proceso de globalización, a través de las diferentes etapas profesionales y políticas de Furtado.

Quienes tuvieron la fortuna de participar en dicho congreso comprendieron que se estaba cerrando una larga y fecunda etapa para el conocimiento político-económico de América iniciada en la segunda postguerra mundial del siglo pasado. Para quienes no asistieron, el contenido argumental, la honradez intelectual y el grado de compromiso de generaciones de científicos sociales brasileños y latinoamericanos... hacen del documental un material imprescindible para cualquier persona interesada en los temas abordados.

En dicho documental, Furtado reconoce que de las aportaciones más importantes y, quizás menos desarrollada por él mismo, fuera el “enfoque cultural” como “enmienda a la totalidad” de la ideología del desarrollismo y del retorno atávico del neoliberalismo en las teorías del crecimiento. Esa dimensión, al mismo tiempo, supone un programa de regeneración socioeconómica y de vertebración política que asumió, en parte, el presidente Lula da Silva. El Plan “Fame o”, la atención al MST... y, posteriormente, el acceso generalizado a la educación, a la formación profesional y científico-técnica... generan las condiciones de la economía creativa sobre valores antropológicos de la cultura propia en procesos de desarrollo endógeno que construyen democracias participativas. No obstante, Furtado era consciente que, en Brasil al igual que toda América Latina desde la época colonial, la corrupción degeneró en una metástasis en el cuerpo social difícilmente extirpable.

En el texto seminal “Economía de la cultura”, Furtado ya trató la cuestión tan importante como relativamente poco elaborado en Brasil, a pesar de objeto de reflexión de importantes economistas norteamericanos y europeos desde los años 1960. En este sentido, es importante destacar que su texto es una de las iniciativas pioneras en el abordaje del proceso de producción, distribución y consumo de bienes y servicios culturales en el país. Los vínculos existentes entre desarrollo económico y social, y política cultural revelan claramente que Furtado concebía la cultura como foco de políticas auspiciadas por la idea de la creatividad al servicio de la sociedad. El pensamiento de Furtado se revela con claridad al afirmar que lo que llamamos la política cultural no es sino un desdoblamiento y una profundización de la política social. Demuestra aquí la preocupación por articular las políticas económica (cuya tónica es la acumulación), social (cuyo foco es la inserción y la lucha contra la exclusión y la marginalidad) y cultural (cuya esencial es la creatividad y

la consiguiente transformación), está estableciendo los eslabones entre los medios y los fines del proceso de desarrollo. Desde entonces, los términos ‘economía cultural’, ‘creatividad e innovación’. etc., se convirtieron en categorías analíticas que engendraron un auténtico subgénero en la literatura económica con una especial vitalidad en los aportes brasileños al pensamiento económico latinoamericano. Celso Furtado constituyó, sin duda, el motor intelectual más relevante en esta línea de investigación.

El proyecto de Furtado, al privilegiar las articulaciones políticas e institucionales, defiende la prescripción y gestión de políticas públicas en una acción integral del Estado que lejos de sustituir a la sociedad se aplica en crear las condiciones que propicien la plenitud de las iniciativas surgidas de esa sociedad, concentrando esfuerzos en la preservación del patrimonio y la memoria como bienes culturales, estimulando la creatividad y la defensa de la identidad cultural así como la democratización del acceso a los valores culturales mencionados. Tras la larga etapa de intervencionismo de los gobiernos militares en Brasil, Furtado asume la cartera ministerial de cultura en el gobierno de transición de Sarney, contando con medios limitados pero consciente de que su gestión iniciaría un sendero de “marca antropológica” que desarrollará posteriormente Gilberto Gil, entre otros.

¡Ah, por cierto, los galardonados con el Premio Nobel de Economía de 2004, fueron F. Kydland y E. Prescott, ambos docentes en universidades norteamericanas! Los motivos de la Academia para la concesión de la distinción se basaron en “los importantes estudios de los galardonados sobre la economía dinámica y su contribución al conocimiento de las fluctuaciones de los ciclos empresariales” Este reconocimiento, no lo olviden, se hace en 2004... ¡tres años antes de la detonación de una crisis financiera y productiva considerada sistémica por parte de los centros neurálgicos de la economía mundial!

F. E. Kyndland, premio Nobel de Economía del año 2004, impartió en 2018 una conferencia en la Universidad de Santiago de Compostela, en la que profeso como profesor de Economía Política. El laureado economista de origen noruego declaró que el freno de la productividad es la principal causa del actual riesgo de pobreza de una parte significativa de la fuerza de trabajo en el mundo. Kyndland puso como ejemplo a las economías argentina, en la que el empobrecimiento de los trabajadores se debió a «decisiones estúpidas» de política económica a corto plazo que se adoptaron en el pasado y que degeneraron en caídas de empleo

y salarios. Respecto a Argentina, Kyndland responsabilizó la inestabilidad económica a las decisiones de política monetaria aplicadas en Argentina durante el corralito financiero, fenómeno crítico en primer plano en el 2004, año en que se le concede el prestigioso galardón!. Respecto a Brasil, la respuesta se redujo a una mixtura argumental demagógica basada en el intervencionismo de los gobiernos presididos por Lula y la corrupción del estado burocrático brasileiro. Preguntado por la figura y obra de Celso Furtado, se encogió de hombros. Para cubrir el mutismo del eximio economista tuve la oportunidad de relatarle una anécdota que, si bien pudiera situarse en Brasil, lo cierto es que sucedió en Argentina.

La anécdota (que ya ha mutado en categoría) fue protagonizada por Roberto Lavagna, reconfirmado ministro de Economía del primer mandato de Kirchner que, ante el callejón sin salida de la crisis financiera, viajó urgentemente a Washington para entrevistarse con el secretario del Tesoro estadounidense, Paul O'Neill, y con la segunda autoridad del Fondo Monetario Internacional (FMI), Anne Krueger. En la cartera del ministro argentino solamente se encontraban peticiones de renegociación de deuda y créditos adicionales para dotar de liquidez a una economía en retroceso hacia el trueque medieval. Aparte de estas peticiones, Lavagna llevaba entre sus lecturas un artículo de Kyndland-Zarazaga, *Argentina's Lost Decade*.

Furtado hubiese sonreído ante la mueca de sorpresa del Nobel cuando confirmó que el viaje había sido inútil. El secretario O'Neill advirtió al ministro Lavagna de que Argentina estaba en el punto de mira de importantes fondos de inversión internacionales que facilitarían nueva liquidez. Los fondos buitre habían olfateado la descomposición de una economía exhausta. Y tras la visita al FMI, la subdirectora Krueger le hace a Lavagna dos regalos en forma de parábola: un archivador vacío (para guardar definitivamente artículos académicos de política monetaria) y un pequeño cofre metálico para ingresar la facturación de los restos del sector público aún no privatizados en la etapa menemista. El primer regalo, constituía una curiosa invitación a que el Banco Central Argentino cediera la autonomía de gestión monetaria y financiera; el segundo, a recordar que la prioridad de la política económica argentina era satisfacer puntualmente sus compromisos internacionales antes que cualquier demanda social interna. Si el gobierno argentino adoptara iniciativas diferentes, seguro que se podrían considerar «decisiones estúpidas». Furtado, al contrario, defendería la autonomía incondicional

del Banco Central ante las injerencias gubernamentales, como sucedió con su respaldo a Carlos Lessa.

El mismo año 2004, la Academia sueca no sólo galardonó a Kyndland y Prescott sino que, además, rechazó el reconocimiento a corrientes críticas y alternativas a la tradicional ortodoxia, como representaba la candidatura de Celso Furtado. Otra injusticia institucional a sumar a la larga lista de candidatos de indiscutible solvencia que ya forman parte de la historia del pensamiento económico: Kalecki, Sraffa, Prebisch, Galbraith, Sweezy, Hirschman... Incluso, es difícilmente comprensible que, en 1969, primer año de concesión de este galardón, no fuera concedido -aunque fuera simultáneamente con Frisch y Tinbergen- a la gran economista Joan Robinson.

6. A modo de epílogo

“No es fácil encontrar buenos amigos pero es muy difícil olvidarlos”
Proverbio chino

La última vez que tuve la oportunidad de encontrarme con Theotonio dos Santos fue en Compostela, en mayo de 2010. Lo invité personalmente para asistir a la reunión de la Red de Economía Mundial. Constituyeron unos días inolvidables de debates y comidas en las que recordamos a los viejos maestros y colegas. Sin duda, Cueva, Marini, Furtado, Gunder Frank... estaban nombrados en nuestros brindis en honor de los ausentes. Desgraciadamente la nómina de los maestros y colegas inexorablemente se amplía (Laclau, Bambirra, Hirschman...y el mismo Theotonio que tanto añoramos en Compostela).

En aquellos años, me encargaba de la dirección de la Cátedra Mercosur de la USC. Theotonio me comentó que si en el gobierno Sarney se consiguió dar los primeros pasos para el proceso de integración de Mercosur se debió, en buena medida, a Celso Furtado que pudo materializar una antigua aspiración -desde la época de Goulart- de un compromiso regional que permitiera superar uno de las encrucijadas de “balkanización” de América Latina: la doctrina geoestratégica de confrontación histórica entre Brasil y Argentina.

Theotonio dos Santos, tras un importante esfuerzo de compilación y editorial, me envió “Desenvolvimento e civilizacao: homenagem a Celso Furtado”, en 2016. Estoy seguro que Theotonio me permitiría usar sus palabras para culminar el presente texto dedicado a Celso Furtado en el

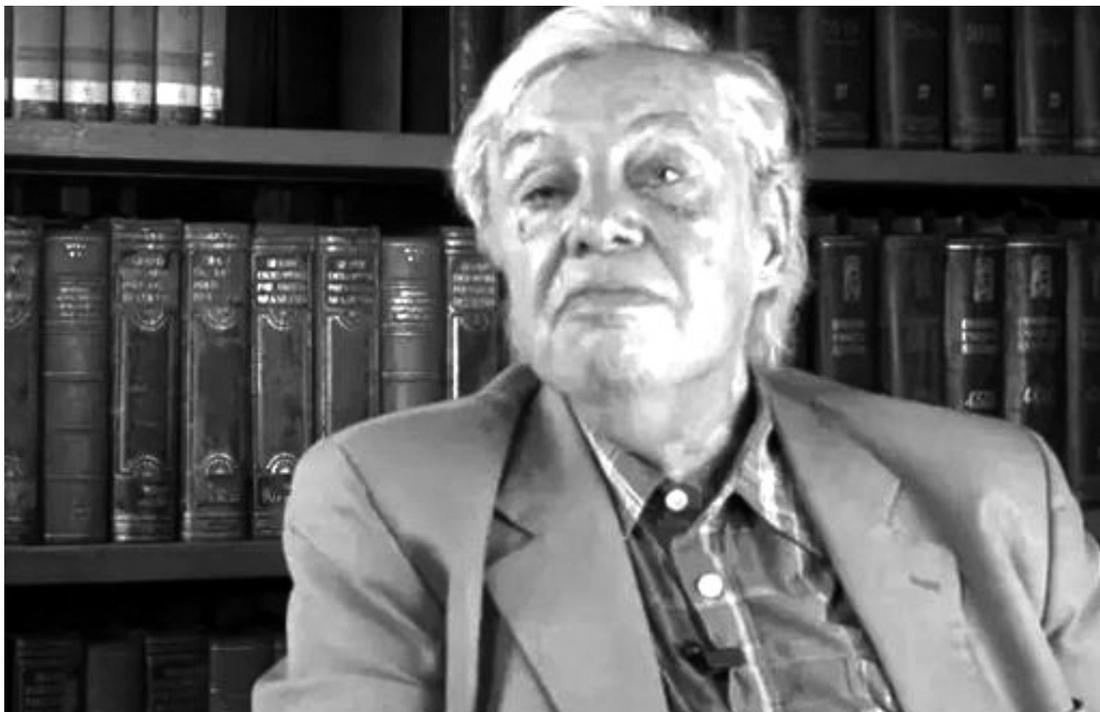
centenario de su nacimiento porque, en mi opinión, es imposible mejorar el agradecimiento y la admiración a quien, como Celso Furtado, consideramos -en la teoría social latinoamericana- el artífice del *impulso de la razón*:

“Celso Furtado fue, seguramente, uno de los más eminentes defensores de los principios éticos que tanto les ha faltado a aquellos que terminaron capitulando ante la ofensiva reaccionaria. Mantener una postura científica sin concesiones indudablemente era, en esos años, una cualidad fundamental. ¡Salve Celso Furtado!”

Santiago de Compostela, junio 2020

Carlos Lessa

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado



“

Certamente ninguém espera que haja, pelo neoliberalismo, uma abertura do mercado de trabalho mundial aos nossos excedentes de força de trabalho, nem que se faça qualquer sugestão, mesmo remota, de que o investimento do exterior é que irá dinamizar espontaneamente a periferia. Não é por aí. É pela nação ou não é pela nação. O que me angustia é que a nação está sendo desconstruída, e, ao mesmo tempo, no plano cultural, a ideia da república vai sendo devastada, porque o espaço da mercadoria vai atravessando, cada vez mais, os níveis que antes eram imaginados como níveis e espaços reservados à república.

”

Celso Furtado e a história da periferia mundial



O economista carioca Carlos Lessa (1936 – 2020)¹ costumava dizer que Celso Furtado foi, para ele, a sua descoberta de Brasil. Filho de historiador, orgulhava-se de sua boa formação doméstica em história brasileira. Porém, ao ingressar na faculdade de economia na antiga Universidade do Brasil (hoje UFRJ), o Brasil “praticamente desapareceu de pauta”. Lembra, em uma de suas muitas entrevistas que, acompanhado de um grupo de colegas estudantes, procurou um famoso economista da época (se recusa a citar o nome) e perguntou-lhe qual era o maior problema do Brasil. A resposta veio dura e seca: só existe um – a inflação. Não havia, no curso de economia daquela época (final dos anos 1950), referências à economia brasileira e nem mesmo a seus problemas. Foi aí que, já bem perto de se graduar, encontrou numa livraria um livro de capa vermelha com o título de *Formação Econômica do Brasil*, de autoria de Celso Furtado, publicado pela Editora Fundo de Cultura, em primeira edição. Não teve dúvidas: comprou. “De repente um monte de informações que até então estavam espalhadas começaram a encontrar lugar e a fazer sentido”, relembra.

O impacto da obra sobre a formação de Lessa, como ele mesmo sinaliza, foi incomensurável, “um raio de luz” em sua vida (EARP, 2010). Do grupo inicial de fundadores da Cepal, Furtado foi aquele que, segundo Lessa, deu “o salto de interrogação mais ambicioso depois da interrogação inicial”. Ora, se a interrogação inicial era como explicar a periferia subdesenvolvida do mundo, Furtado inovou refletindo sobre a dinâmica interna de cada país. Se os pioneiros da Cepal levaram a reflexão sobre a dialética centro-periferia às últimas consequências, Furtado foi além:

1 Economista, mestre em Análise Econômica pelo Conselho Nacional de Economia, doutorou-se em Ciências Humanas, em 1980, na Unicamp. Trabalhou em diferentes instituições: Centro Interamericano de Capacitação em Administração Pública (Cicap/Venezuela), Universidade do Chile, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública (Fundap), Unicamp, Conselho Superior de Previdência Social (CSPS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ainda serviu como assessor do ex-presidente do PMDB Ulysses Guimarães e dirigiu a área social do BNDES, o Finsocial (1985-1989).

mergulhou o olhar para dentro da experiência histórica brasileira (e de países como Argentina, Venezuela e México), absorvendo, na compreensão de Lessa, a história da periferia mundial. Influenciado por essa leitura, Lessa foi em direção às ideias da Cepal, que serviram de reforço crítico em relação à economia política: a noção de centro e periferia como um pilar para o entendimento da situação do Brasil e aceitou a industrialização como condição estrutural para a superação da pobreza e da miséria (EARP, 2010).

Como professor, função que exerceu por quase toda a vida entre passagens por cargos públicos, foi eleito em 2002 reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Exerceu a presidência do BNDES entre 2003 e 2004, durante o governo Lula e acumulou passagens por diversas instituições, como: Ministério das Relações Exteriores, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal/ONU), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Lessa também foi economista do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes/ONU) e consultor da Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública de São Paulo. Escreveu diversos livros sobre economia, entre eles *Introdução à economia: uma abordagem estruturalista*, sua obra mais conhecida, em parceria com Antônio Barros de Castro; *O conceito de política econômica: Ciência e/ou ideologia?*; *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976 - Sonho e fracasso*; e *O Rio de todos os Brasis*. Seu último livro foi *Enciclopédia da brasilidade: Autoestima em verde-amarelo* (2005), com textos sobre a história do país e suas festas populares. Dentre os temas recorrentes em sua produção tecnocientífica destaca-se a análise das políticas econômicas do Brasil, com especial atenção para o processo de industrialização e desenvolvimento.

O depoimento que reproduzimos a seguir foi apresentado em seminário organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado, que teve como objetivo, de um lado, repensar o desenvolvimento, depois de mais de duas décadas de prevalência do ideário neoliberal, que escamoteou os problemas estruturais e impediu estratégias e políticas de superação do subdesenvolvimento; e, de outro, retomar as ideias do economista paraibano para, a partir delas, oferecer uma contribuição intelectual indispensável para que se refaçam diagnósticos e se formulem agendas públicas de uma economia política transformadora. Carlos Lessa faleceu no dia 5 de maio de 2020. Na homenagem que prestou a Celso Furtado

reside também a nossa ao próprio Lessa, por tudo que ele representou para a interpretação e transformação do Brasil contemporâneo.

(Os organizadores)

Depoimento

– Estar aqui neste momento tem para mim um significado especial, ao olhar os que estão reunidos, ao ver as pessoas cujos caminhos tantas vezes se cruzaram com os nossos. E o motivo que nos reúne é prestar uma homenagem substantiva a Celso Furtado. Estive pensando em como fazê-lo e confesso que pensei em várias alternativas. E vou assumir uma que é, à primeira vista, menos rigorosa, mas tem para mim um conteúdo importante. Aprendi com Furtado muitas coisas. Em primeiro lugar, seu livro *Formação Econômica do Brasil* foi o andaime pelo qual comecei a pensar o Brasil. Na verdade, creio que eu e a minha geração toda, pelo *Formação Econômica do Brasil*, foi levada a pensar o chamado “desenvolvimento enquanto processo histórico” e, ao mesmo tempo, a perceber que o puro discurso teórico, isolado da observação da história como grande parteira, era pouco fecundo. Nunca pude deixar de lado a minha enorme e imensa admiração, a dívida intelectual que tenho com o *Formação Econômica do Brasil*, livro em que esbarrei já quase terminando o curso de formação universitária. Contudo, houve outra dimensão de Furtado também extremamente importante na minha trajetória, que foi o conceito de subdesenvolvimento. E o conceito de subdesenvolvimento não é um conceito que congela, mas mostra como padrões históricos peculiares a determinadas organizações do espaço-mundo podem fazer com que certos países se modifiquem mas mantenham características estruturais intransformadas.

– Quase que parafrazeando Lampedusa, tudo se modifica com muita rapidez, porém não sai do lugar. Quero então prestar uma homenagem ao mestre Furtado dizendo que, ao observar esse último quarto de século brasileiro, as duas lições principais que obtive da convivência com sua obra, logo no começo de minha trajetória de formação intelectual, continuam sendo extremamente importantes, presentes.

É inquestionável que, nesses 25 anos, o Brasil teve, na melhor das hipóteses, um lento crescimento. Não vou falar de estagnação, porque essa é uma palavra que me cria uma série de problemas, já que interrompe processos, congela estados. Na verdade, houve lento crescimento. Porém, eu queria chamar a atenção para o fato de que houve intensas transformações por baixo desse lento crescimento, as quais se deram menos no espaço da economia e mais no chamado corpo social, político e institucional. Quero mostrar algumas delas e os elementos de perplexidade que nos colocam.

– A primeira é sobre algo que tem hoje aparentemente um peso cada vez menor dentro do chamado corpo social brasileiro: o setor agrícola. Aí é inquestionável, observando esse último quarto de século, que houve um espantoso desenvolvimento da empresa agrícola. O Brasil é hoje o quarto produtor mundial de grãos, o que é um desempenho, do ponto de vista quantitativo, extremamente expressivo. Essa agricultura, que deu origem a uma empresa extremamente moderna, que lança mão de tecnologias muito sofisticadas, convive com outras formas de produção que sugerem a não-transformação. Então, o mesmo país que é o quarto produtor de grãos, ainda tem no agro hoje dez milhões de brasileiros que estão rigorosamente na linha da miséria, com renda familiar igual ou inferior a um quarto de salário mínimo. Esses dez milhões correspondem mais ou menos aos brasileiros que não estão ligados à rede elétrica. Apesar de todo o esforço feito nesses anos, ainda temos uma percentagem relativamente expressiva de população, e certamente muito expressiva no campo, que ainda está no século XVIII, submetida ao biorritmo das galinhas no seu ciclo vital: dorme e acorda com as galinhas e com o cantar do galo, o que, por sinal, é muito simpático. Esse campo passou por algumas transformações que são, de certa maneira, inéditas e inquietantes.

– Alguém poderia dizer que o Brasil é cada vez mais uma plataforma de exportação de commodities e cada vez mais deposita seu medíocre crescimento no desempenho do setor agroexportador, e estaria assim reeditando algo da República Velha. É um engano, porque se cotejarmos o café com a soja, e vou me permitir fazer rapidamente um cotejo, perceberemos uma diferença muito importante. O café, na República Velha, era certamente produzido por “empresas e empresários brasileiros”, os fazendeiros de café. Era certamente transportado em

ferrovias que haviam sido incorporadas pelos mesmos fazendeiros de café ou feitas pelo Estado a serviço da cafeicultura. Os exportadores eram brasileiros, eram grandes firmas brasileiras. E os bancos financiadores do café eram nacionais. A semente era produzida no país e o seu aperfeiçoamento genético era feito pelo Instituto Agrônomo de Campinas, que desenvolvia novas variedades. Na verdade, todo o ciclo do café estava sob comando de interesses nacionais. Se eu fizer com a soja o mesmo exercício, o quadro é radicalmente diferente. Certamente as grandes empresas agrícolas são predominantemente nacionais, quase não há presença de empresas estrangeiras na produção de grãos. E o transporte, pelo menos na etapa do caminhão, ainda é feito por transportadoras nacionais, mas parou por aí, porque a semente não é mais brasileira, está controlada pela Monsanto, a exportação não é brasileira. Toda soja é comercializada por quatro empresas, nenhuma brasileira. O fertilizante não é mais brasileiro, é produzido por subsidiárias e filiais estrangeiras. Poderia ser nacional, mas foi privatizado o setor produtor de fertilizantes.

– O aperfeiçoamento técnico das variedades de soja não é mais da Embrapa, que está sendo sucateada; é, na verdade, alguma coisa que está no espaço – eu diria, no caso da soja – da Monsanto. E o maquinário também é todo produzido por filiais estrangeiras. Na cadeia produtiva da soja, ficou circunscrita ao Brasil apenas a etapa da produção. A sua articulação não se dá mais basicamente via bancos nacionais, e sim por meio de operações muito complexas, em que a Bolsa de Mercadorias e Futuros de Chicago é um elemento decisivo para a construção das cadeias que financiam o setor, a partir das quatro grandes operadoras desse mercado. É outra coisa, não é o café. Eu diria que talvez o ciclo da carne ainda se aproxima um pouco do café. Mas quanto à agroindústria açucareira, há sinais muito claros de que ela passa a ser, cada vez mais, objeto de uma atenção preferencial das empresas internacionais. Quero apenas chamar a atenção para o fato de que, frente a uma grande contração das commodities, não se espere uma reação igual à de 1929, porque os protagonistas são outros – já não são mais nacionais. Se eu passasse para a cidade brasileira, diria que a urbanização avançou muitíssimo neste país. Nós hoje formalmente temos 80% da população nas cidades. Acho que essa é uma variação um pouco excessiva, porque talvez a pequena cidade do interior, a pequeníssima cidade ainda tenha muito mais características de

comunidade rural do que propriamente urbana, mas a maioria da população está urbanizada, e pelo menos metade da população está nas metrópoles. Essa metade das metrópoles reproduziu, interna corporis, as mesmas distâncias que existiam antes no espaço Brasil como um todo. É como se houvesse uma condensação das distâncias, agora justapostas dentro do espaço urbano, onde são marcadas impressionantes diferenças. Algumas dessas diferenças têm implicações no tecido social que creio não foram ainda adequadamente pensadas. Vou me permitir chamar a atenção para o seguinte aspecto: o homem urbano brasileiro hoje não é mais um migrante; ele é geralmente o filho de um migrante. Já não é mais da primeira geração que se transferiu para a cidade, em busca das luzes das cidades. Ele nasceu e se criou na cidade. Isso faz uma enorme diferença, porque o seu pai teve a percepção de sair do século XVIII e chegar ao século XX. Na verdade, a cidade aparecia ao migrante como um espaço cheio de possibilidades, alguma coisa como uma loteria da vida. Ele poderia dar sorte. Já o filho dele, aquele que nasceu na cidade, conhece o que a cidade pode oferecer e não tem mais nenhuma visão de espaço lotérico. Na verdade, ele recebe, a partir de um quarto de século de lento crescimento, a informação contrária: a de que a cidade não vai lhe dar nenhum bilhete. Então, encontra duas saídas possíveis. Uma delas é a tendência a uma neo-religiosidade. É um fenômeno absolutamente impressionante a velocidade com que isso progrediu. Eu até penso que, para a base recrutada pelas novas religiões, há um tipo de mobilidade transcendental, que seria a passagem para a afirmação em outro espaço. Mas há também uma mobilidade vertical, porque forma a sua própria hierarquia. Os pastores representam formas de ascenso social dentro dessa nova configuração. E são um protagonista absolutamente novo dentro do tecido social e político brasileiro. Não tenho informação muito atualizada do que está acontecendo nos países-irmãos do continente. Creio que o fenômeno é rigorosamente generalizado, está acontecendo em praticamente todas as capitais sul-americanas, em todas em metrópoles do nosso continente. Esse é um movimento extremamente inovador e que porta algumas questões desafiantes. Uma delas é a seguinte: será esse novo protagonista o fundador de uma nova ética? Será um protagonista relevante na trajetória política subsequente ou terá um outro tipo de comportamento? Não sei prognosticar, mas certamente esse é um dado fundamental se se quiser pensar mais além do já e do agora. Não tenho a menor

dúvida de que Furtado em algum momento iria colocar dentro da cultura a que fazia referência o Octavio, essa construção de novos valores. Por favor, não façam nenhuma transposição weberiana para interpretar o fenômeno, porque não serve, é de outra natureza. Aqui não se dá origem a capitalismo nenhum, mas a outra coisa. Suponho inclusive que é uma reconstrução do tecido social, com a constituição de códigos próprios, regras próprias, uma espécie de construção cidadã, alternativa e paralela. Há um outro caminho, que nos coloca questões desafiantes. Vou me permitir fazer referência a duas delas. Primeiro, a família uniparental, que poderia ser tecnicamente a família onde existe o adulto e as crianças, mas um adulto apenas. Na visão de um movimento feminista, isso poderia ser uma afirmação, uma equiparação da mulher com o homem e uma plenitude de realização dela. Isso pode ser verdadeiro para setores médios da sociedade. Mas popularmente é uma tragédia, porque o perfil dessa família uniparental corresponde ao de uma mulher jovem, que tem um ou dois filhos de pais que não assumem a paternidade. Na verdade, ela não tem sequer o registro do pai. Essa mulher, como podem compreender, tem um problema duplo: obtenção de renda monetária e, ao mesmo tempo, guarda e proteção de sua criança. Obviamente é uma tarefa gigantesca para ela, que é presa fácil das firmas de terceirização informais. Uma das coisas mais indecentes que acontece na sociedade brasileira é que essas empresas que contratam a mão-de-obra para atividades-meio, que as grandes empresas terceirizaram, se nutrem basicamente dessa força de trabalho, pagando-lhe de forma aviltada. Sabem quantas são as famílias uniparentais desse tipo na cidade do Rio de Janeiro? Vinte por cento. Vinte por cento das famílias já são desse tipo. Por que isso está acontecendo? Creio que por muitas razões, mas o Pochmann podia imediatamente nos dar a resposta. A taxa de desemprego selvagem que assalta a juventude, na faixa que vai de 16 a 24 anos, chega a 47%, sem ensino profissionalizante e sem perspectiva de inserção em qualquer atividade. É evidente que nenhum reprodutor vai assumir a paternidade de nenhum rebento. A pobre mãe assume porque o útero retém dentro de si o resultado de algum pequeno equívoco. Agora eu queria que projetassem um pouco além do que serão, no futuro do tecido social, os filhos dessas famílias. O que estamos criando em nosso corpo social? Um tipo de “casta”, um estamento, uma espécie de resíduo social? É muito grave, é gravíssimo. Até onde eu consigo perceber, esse fenômeno é hoje

dominante nas grandes cidades brasileiras. Não sei como se passa em outros países do continente, mas é um fenômeno de imensa e definitiva importância. Os jovens, tirando aqueles que se orientam pela ascendência para buscar realização em outro espaço, não têm alternativas. Então, obviamente, parte deles é atraída para o tráfico de drogas, em que a esperança de vida se resume a três ou quatro anos. É tão significativa a quantidade de mortes de jovens da pobreza nesse processo que a nossa pirâmide demográfica já está afetada pela falta de elementos masculinos com idade entre 16 e trinta anos. E nós ostentamos agora o duvidoso título de ter a quarta taxa de homicídios como causa de morte externa da população de 16 a 45 anos. Somos superados apenas pela África do Sul, pela Colômbia e pela Venezuela, e acredito que a maior parte dos países não tem estatística confiável para isso. Mas estamos no quarto lugar. Talvez um país da África subsaariana tenha taxas mais altas, mas não há registro. Dos países que registram, estamos em quarto lugar.

– Senhores, a juventude mantida dentro do espaço urbano, sem qualquer perspectiva de amanhã, sem visão de futuro, vivendo este tipo de processo a que me refiro, promete um cenário que, com o continuado e lento crescimento, não sei exatamente em que vai dar, mas não ousaria prognosticar nada de bom. Essa falta de percepção intuitiva que têm hoje os ricos ou quase ricos vai construindo cada vez mais uma segregação dentro do espaço urbano; na verdade, a tendência é, cada vez mais, dentro do tecido urbano, para os chamados condomínios fechados, que são tentativas de privatizar o que é público. Ou seja, a partir da cerca do condomínio, constitui-se um tipo de autoridade que não é mais pública, mas é autoridade do condomínio. No mínimo, se reduz e se restringe o direito de livre circulação porque, obviamente, há um ponto de passagem para entrar ou sair do condomínio. Se fosse só o condomínio seria pouco, mas há essa outra coisa espantosa que é o centro comercial. Eu não gosto de usar a expressão shopping center porque tento preservar ainda o idioma ibérico. O chamado centro comercial é um espaço de segregação muito mais radical que um condomínio porque ele segrega eliminando toda e qualquer referência ao lugar: não há mais paisagem, não há mais dia e noite, controlam-se todos os fatores e se estabelece no âmbito do centro comercial uma autoridade “para-pública” de natureza privada que tem poderes por vezes surpreendentes. Na verdade, esse

movimento de segregação pode gerar também, em um processo que se projeta no tempo, um tipo de juventude que se cria dentro do espaço segregado. Para esse grupo, o que está fora do condomínio é estrangeiro. Então a convivência vai sendo destruída nesse processo de segregação em que estamos matando a praça pública. Acho que existe, por conseguinte, dentro do tecido urbano uma tendência preocupante

que, se não for revertida – insisto –, promete um mundo extremamente violento. A expressão dessa violência não está só nas questões ligadas à economia da droga, mas também no comportamento dos jovens filhos dos segregados que começam a se comportar fora do condomínio como se fossem de uma tribo que enfrenta outras tribos. Não sei se vocês acompanham, mas há um crescimento expressivo de conflitos entre tropas de jovens de condomínios versus condomínios, arena de luta, predominantemente nos espaços de lazer, de uma brutalidade sem referencial de cidadania ou de solidariedade. É uma degradação muito grande. O que está sendo destruído é a res publica, a coisa pública. O processo de privatização é muito mais avançado do que sugere a simples transferência de algumas empresas produtivas do setor público para o setor privado. Na verdade, o que está acontecendo é que o mundo da mercadoria está encurralando o mundo do bem público. É curioso, mas, de certa maneira, a pauta de discussão pós-Revolução Francesa tem grande atualidade no Brasil de hoje. Teríamos de repensar o que é público e o que é privado e, por meio de um pacto, que é, necessariamente, constitutivo de fronteiras. Caso contrário, a cidade vai se converter em alguma coisa que não tem nada a ver com a ideia de um espaço de cidadania interativa e cordial; vai se converter em um espaço rigorosamente recortado, onde a autoridade pública será um resíduo dentro desse mesmo espaço. Um dos poucos setores que gera emprego significativamente é a segurança privada associada a esse modo de organizar a cidade. Das projeções do subdesenvolvimento, nesse período de estagnação, é a mais atemorizante de todas. Neste momento não temos soluções pensadas, quer dizer, certamente todos nós diremos que uma política de ativa



O processo de privatização é muito mais avançado do que sugere a simples transferência de algumas empresas produtivas do setor público para o setor privado. Na verdade, o que está acontecendo é que o mundo da mercadoria está encurralando o mundo do bem público.



criação de emprego iria melhorar o cenário, da mesma forma que reforçando a capacidade de gasto do setor público seria possível fazer políticas públicas universais, incorporadoras etc. Mas os modos de operacionalizar essas políticas nós não os conhecemos. Queria chamar a atenção para mais um aspecto dessas coisas que estão ocorrendo por trás do lento crescimento e mostrando como o subdesenvolvimento é “dinâmico”, ou, pelo menos, é inovador. Gostaria de fazer referência a algo que eu chamaria, à falta de outro nome, “padrões de articulação novos” entre o núcleo dito moderno da sociedade e a nossa periferia social. Vou apenas dar uma amostra dessas configurações. Vou falar daquele que talvez seja o mais importante de todos a meu juízo. Existe uma forma extremamente importante de estratégia de sobrevivência e de estratégia de fruição dos bens da modernidade, que é a geriatria do objeto. O núcleo moderno para tornar o durável não durável e toda a pedagogia do consumidor supõem que ele deixe de ser um colecionador e passe a ser um estuprador. Claro, o prazer não está em ter a coisa, está em usá-la pela primeira vez. É isso que explica o deságio brutal que tem o automóvel zero quilômetro quando sai da concessionária: na mesma calçada, perde 15% do seu valor. Poderíamos falar aqui do estuprador como o consumidor desejado pelo mercado global, mas o que quero mostrar é o movimento contrário que é feito, que é o de dar durabilidade ao que deveria ser finito. Chamo a atenção para os números que vou citar. O caminhão de estrada no Brasil tem dezoito anos, em média. Os tratores agrícolas brasileiros têm, em média, trinta anos. Sabem o que isso significa? Existem artesãos mecânicos que produzem as peças depois que elas pararam de ser fabricadas. Eles dão longevidade ao que deveria já ter sido sucateado. Na verdade, é a maneira pela qual se filtram para o espaço, vamos dizer, periférico do desenvolvimento os bens produzidos pela sociedade opulenta. Mas, ao mesmo tempo, ampliam o mercado para essa mesma economia opulenta, em uma simbiose extremamente original, porque nada mais parecido com o artesão medieval do que o mecânico de beira de estrada ou o lanterneiro que recupera uma carroceira ou o rapaz que sabe que engenharia reversa é uma expressão muito bonita, mas que o nosso operariado aprende a fazê-la desmontando as máquinas para procurar o defeito. Quantos são? Centenas de milhares. E o mais curioso é que, em uma operação bastante hipócrita, eles são chamados de microempresários. Então, temos uma estatística curiosíssima pela qual oitenta e tantos por

cento das microempresas só tem o empregador, não tem empregado. – Na verdade, é uma maneira muito curiosa pela qual se consegue converter, em muitos casos, aquele que fica desempregado e procura sobreviver na informalidade com um desses procedimentos em empresário de si próprio. O exemplo melhor que conheço é o do engenheiro que, desempregado, compra uma carroça de pipoca. Ele passa a ser empregado e empresário que emprega a si próprio. E as pessoas que o computam

como gerador de emprego se esqueceram de que cada engenheiro que compra uma carroça de pipoca retira um popular do ofício de vender pipoca. Então, é como se o sistema todo estivesse fazendo uma expulsão das atividades mais interessantes da informalidade na área de pobreza, o que é confirmado com a queda sistêmica da renda média do informal. E a renda do formal, que também cai, está acompanhada de uma extensão do prazo médio de educação. Não é a educação que cria emprego, mas o mercado, extremamente restrito, é que dá preferência a quem tem mais anos de instrução. Por que estou dizendo isso? Porque de novo fico aflito ao colocarmos em uma camisa terminológica e em um padrão categorial fenômenos do subdesenvolvimento usando a linguagem que não é adequada. Artesão não é microempresário. O que é um informal? Não vou entrar por aí, mas essa é outra discussão, fundamental para entender a questão desta Mesa, que, como me disseram, era a das relações entre desenvolvimento e concentração de renda. Estou querendo chamar a atenção para que a progressão do subdesenvolvimento cria novos padrões de distribuição de renda. Reservei para o final o que considero o processo mais central e mais devastador de todos, que é a apropriação pelo Estado como um instrumento de captura de excedente e a relação entre renda financeira e riqueza mobiliária. Quando se analisa o Brasil deste ano, com 145 bilhões de juros de dívida pública, e quando se compara esse número com o programa de ajuda do Bolsa Família – que é o mais importante programa social que o Brasil faz, e que vai, no final deste ano, atingir oito milhões de



Não é a educação que cria emprego, mas o mercado, extremamente restrito, é que dá preferência a quem tem mais anos de instrução. Por que estou dizendo isso? Porque de novo fico aflito ao colocarmos em uma camisa terminológica e em um padrão categorial fenômenos do subdesenvolvimento usando a linguagem que não é adequada.



famílias –, vê-se que esse programa, que tem importância muito grande nos grotões e nas regiões que estavam nos mapas do Márcio como as regiões mais problemáticas, só vai gastar R\$ 7 bilhões, 1/20 dos juros da dívida pública. Devo a uma pesquisa feita pelo Márcio uma informação importantíssima. Trabalhando muito, lançando mão de uma série de hipóteses heroicas, Márcio conseguiu chegar à conclusão de que 80% desses juros de dívida pública beneficiam, em última instância, vinte mil famílias. Essa informação sugere o seguinte: o Estado nacional brasileiro realiza, pela equação fiscal, uma transferência de 120 bilhões para vinte mil famílias e 7 bilhões para oito milhões de famílias. O mais interessante é que oito milhões de famílias que recebem a Bolsa Família têm uma melhoria relativa no seu IDH, índice de desenvolvimento humano, não vamos desprezá-lo. Mas reparem a fantástica transferência que está sendo feita do miolo do corpo social para o topo da pirâmide, o que se expressa nos dados da repartição funcional a que Márcio fez referência. Por que essa apropriação pelo Estado de um instrumento de criação de riqueza? Porque o destino de uma parcela muito expressiva desses juros pagos é a aquisição de novos ativos financeiros derivados da emissão de títulos de dívida pública. Então, esse jogo é um jogo de acumulação absolutamente estéril, devastador, mas que deforma toda e qualquer hipótese de melhoria de distribuição de renda. Toda vez que ouço discurso sobre esse assunto fico dividido. Não vou fazer o discurso contra porque é evidente que, para cada família que recebe uma Bolsa Família, isso é importante. Mas, ao mesmo tempo, me sugere uma componente farisaica, espantosa, uma sociedade que festeja uma transferência brutal via tributária para essas vinte mil famílias e, ao mesmo tempo, distribui migalhas insignificantes para o corpo social. Queria finalmente fazer uma última referência. A nova forma do subdesenvolvimento é a destruição da república e a demolição da nação. Na verdade, as instituições estão sendo corroídas para tornar definitivamente crônico o quadro do desenvolvimento. Por quê? Sem a nação não há como enfrentar a premissa de uma melhor distribuição de renda; sem a nação não há como resolver a questão da inclusão social. Não creio que ninguém aqui deposite muita confiança na filantropia internacional. Certamente ninguém espera que haja, pelo neoliberalismo, uma abertura do mercado de trabalho mundial aos nossos excedentes de força de trabalho, nem que se faça qualquer sugestão, mesmo remota, de que o investimento do exterior

é que irá dinamizar espontaneamente a periferia. Não é por aí. É pela nação ou não é pela nação. – O que me angustia é que a nação está sendo desconstruída, e, ao mesmo tempo, no plano cultural, a ideia da república vai sendo devastada, porque o espaço da mercadoria vai atravessando, cada vez mais, os níveis que antes eram imaginados como níveis e espaços reservados à república. Se a república é encurralada e a nação, debilitada, podem nos colocar rigorosamente em uma situação de subdesenvolvimento, em que pressupostos fundamentais para enfrentar a questão não estão presentes. Paro por aqui. Não quis, de maneira nenhuma, transmitir uma visão pessimista: me deem um minuto para eu dizer por que sou otimista. Primeiro, porque acho que a linearidade na história é nota zero para toda e qualquer projeção de um cenário; é a forma de perder emprego. Só estava imaginando alguém que, no século XVI, projetasse um mundo em que a península Ibérica dominaria e teria uma colônia chamada Inglaterra. Mas, no século IX, quem projetasse a Inglaterra jamais poderia imaginar os Estados Unidos. Então, penso que toda e qualquer projeção tem o grande mérito de mostrar o que não vai ser a história. É evidente que este quadro de horror que estou projetando aqui não se vai configurar, porque não creio que sociedade alguma pratique suicídio ritual. É evidente que essa questão com a juventude, de uma segregação progressiva do espaço urbano, vai inspirar um movimento de repúdio. Por onde vem esse movimento, não me perguntem, porque não tenho bola de cristal. Mas tenho absoluta certeza disso: as projeções que fiz não se cumprirão, porque são demasiadamente absurdas. Entretanto, além desse discurso – que é um pouco mágico – de fé na capacidade do homem de se reencontrar e se recriar por dentro, porque não há lei de termodinâmica aplicável à história, não há entropia na história, eu gostaria de chamar a atenção para a existência de alguns dados de imensa importância e de grande potencialidade. Abri uma janela aqui quando falei do povo que cria formas de sobrevivência e, ao fazê-lo, move-se contra orientações que são determinantes. Ninguém tem dúvida de que a globalização caminha para esse consumidor perfeitamente idiota, que vive em um ambiente sem referência própria. A expressão máxima disso é o viajante, na Turquia, que quando entra em um shopping diz: “Que alívio, sinto-me em casa!” É verdade! Padronizou-se. Esses espaços climatizados são muito parecidos uns com os outros. Ao contrário, penso que aqueles que são colocados à margem desse processo subsistem,

sobrevivem e criam de uma maneira muito original. Gosto muito de pensar o seguinte: só a pobreza é schumpeteriana, porque cria continuamente para sobreviver; ela tem uma imensa capacidade de desenvolver fórmulas de sobrevivência. Aliás, professor Sunkel – o senhor dedicou-se muito à questão ambiental –, eu diria que devemos uma medalha de honra ao mérito às populações pobres que reciclam tudo. Quem recicla é a favela! A favela é um espaço de reciclagem, ainda que seja proposto por certos discursos como um espaço de degradação. Não, ela recupera tudo. Aliás, uma informação: nós, brasileiros, por exemplo, somos campeões mundiais de reciclagem de alumínio. Não há uma latinha que fique por aí. Há tanta mão-de-obra disponível, que catam todas as latinhas e fazem reciclagem. Interessante. Este é o povo que combina a coisa schumpeteriana da inovação com uma coisa profundamente conservadora, porque não pode se dar ao luxo de abrir mão de nada do que sabe, do que tem e do que faz. Então, ele é a grande fronteira para manter a identidade. Há fatos muito interessantes que gosto de cifrar assim: enquanto a classe média “deleta” e “printa” para aproximar-se de Miami, não querendo usar os termos “imprimir” e “apagar” do velho Camões porque isso desqualifica, o povão faz o movimento contrário, escuta uma música em que há tonight e a transforma em “Melô do Tomate”. Com isso, na verdade, ele é a grande reserva de identidade, no sentido mais profundo, de que a nossa sociedade dispõe. Não sou nada pessimista, porque temos um povo admirável. Em algum momento vamos descobrir que temos uma elite de muito má qualidade e a questão será resolvida em um grande encontro entre essas duas personagens. Mas, para isso, esperem a próxima edição do otimismo. Muito obrigado.

Referências

EARP, Fabio Sá. Carlos Lessa. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 423-432, ago. 2010. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000200008&lng=en&nrm=iso>. Access on: 11 Jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000200008>.

Sobre o livro

Projeto gráfico Erick Ferreira Cabral
Editoração Eletrônica Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Capa Arão Azevedo

Mancha Gráfica 11,9 x 19,2 cm
Tipologias utilizadas Constantia 11/13,2 pt
Roboto 12/14 pt

COLABORADORES DESTE VOLUME

Adalberto Arruda

Aldo Ferrer

Angelo Oswaldo

Carlos Lessa

Carlos Miranda

Francisco de Oliveira (in memoriam)

Gonzalo Martner

João Azevedo

Jorge Santana

José Maria Aragão

José Ramón García Menéndez

Juarez Farias

Leonides Alves

Luiz Gonzaga Belluzo

Manuelito Vilar

Oswaldo Sunkel

Otamar de Carvalho

Paulo de Tarso

Tania Bacelar de Araújo

Apoiadores:



Estado da Paraíba



UEPB



20 ANOS NPDR



UNIFASB
CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTARÉM DE TABOAS



FAPESQPB



OBSERVATÓRIO
SOCIAL DO NORDESTE



FURB



INSA
INSTITUTO NACIONAL DO SERVIDÁRIO



CELSO FURTADO
de Políticas Econômicas do Brasil
do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo

